

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	8

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	10
3.2 - Medições não contábeis	11
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	16
3.4 - Política destinação de resultados	18
3.5 - Distribuição de dividendos	20
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	21
3.7 - Nível de endividamento	23
3.8 - Obrigações	24
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	25

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	26
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	49
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	53
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	57
4.5 - Processos sigilosos relevantes	58
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	59
4.7 - Outras contingências relevantes	60
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	61

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	69
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	77
5.3 - Descrição - Controles Internos	82

Índice

5.4 - Programa de Integridade	88
5.5 - Alterações significativas	94
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	95
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	96
6.3 - Breve histórico	97
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	99
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	100
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	101
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	110
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	111
7.3 - Produção/comercialização/mercados	112
7.4 - Principais clientes	121
7.5 - Efeitos da regulação estatal	122
7.6 - Receitas relevantes no exterior	130
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	131
7.8 - Políticas socioambientais	132
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	133
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	134
8.2 - Alterações na condução de negócios	135
8.3 - Contratos relevantes	136
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	137
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	138
9.1.a - Ativos imobilizados	140
9.1.b - Ativos Intangíveis	141
9.1.c - Participação em sociedades	143
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	151
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	153

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	187
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	192
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	193
10.5 - Políticas contábeis críticas	194
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	209
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	210
10.8 - Plano de Negócios	211
10.9 - Outros fatores com influência relevante	213
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	215
11.2 - Acompanhamento das projeções	217
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	218
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	231
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	236
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	240
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	241
12.7/8 - Composição dos comitês	250
12.9 - Relações familiares	254
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	255
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	264
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	265
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	266
13.2 - Remuneração total por órgão	272
13.3 - Remuneração variável	276
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	279
13.5 - Remuneração baseada em ações	280
13.6 - Opções em aberto	281
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	282
13.8 - Precificação das ações/opções	283

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	284
13.10 - Planos de previdência	285
13.11 - Remuneração máx, mín e média	286
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	288
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	289
13.14 - Remuneração - outras funções	290
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	291
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	292
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	293
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	294
14.3 - Política remuneração dos empregados	295
14.4 - Relações emissor / sindicatos	296
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	297
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	298
15.3 - Distribuição de capital	321
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	322
15.5 - Acordo de Acionistas	324
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	325
15.7 - Principais operações societárias	326
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	328
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	329
16.2 - Transações com partes relacionadas	332
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	341
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	343
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	344
17.2 - Aumentos do capital social	345
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	346
17.4 - Redução do capital social	347

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	348
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	349
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	350
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	351
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	352
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	353
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	354
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	355
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	356
18.8 - Títulos emitidos no exterior	357
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	358
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	359
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	360
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	361
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	362
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	363
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	364
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	365
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	366
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	367
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	370
21.3 - Responsáveis pela política	371
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	373

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Aline Pacheco Pelucio

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

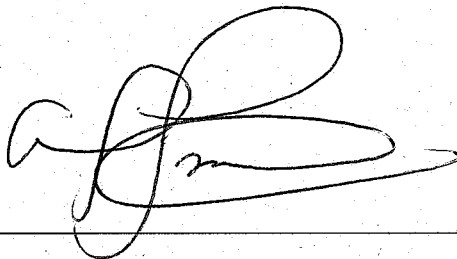
Carlos Mario Giraldo Moreno

Cargo do responsável

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA OS FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

CARLOS MARIO GIRALDO MORENO na qualidade de Diretor Presidente da Almacenes Éxito S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Colômbia, com sede na Carrera 48 # 32 B Sur-139, Avenida Las Vegas, município de Envigado, Antioquia, Colômbia ("Companhia"), para fins do item 1 do Formulário de Referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que (i) revisou o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no formulário estão em conformidade com as disposições da Resolução CVM 80, em particular os artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contidas é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e aos valores mobiliários por ela emitidos.



CARLOS MARIO GIRALDO MORENO

Diretor Presidente

V.S.
TUP.

DECLARAÇÃO**PARA OS FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

ALINE PACHECO PELUCIO, na qualidade de representante legal da Almacenes Éxito S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Colômbia, com sede na Carrera 48 # 32 B Sur-139, Avenida Las Vegas, município de Envigado, Antioquia, Colômbia ("Companhia"), para os fins do item 1 do Formulário de Referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que (i) revisou o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no formulário estão em conformidade com as disposições da Resolução CVM 80, em particular os artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contidas é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e aos valores mobiliários por ela emitidos.

Aline Pacheco Pelucio

ALINE PACHECO PELUCIO

Representante Legal

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	-		
Tipo auditor	Estrangeiro		
Nome/Razão social	KPMG S.A.S.		
CPF/CNPJ			
Data Início	24/03/2022		
Descrição do serviço contratado	Emissão de relatório de revisão (com base na ISRE 2410) para as demonstrações financeiras consolidadas intermediárias (31/03/2022, 30/06/2022, 30/09/2022, 31/03/2023, 30/06/2023 e 30/09/2023) e auditoria das demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findarem-se em 31/12/2022 e 31/12/2023.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável uma vez que não foram pagos valores aos auditores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.		
Justificativa da substituição	Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Nataly Castro Arango	24/03/2022		Calle 2 # 20 – 50 Piso 7, Medellín, Antioquia, Cruzeiro do Sul, Colômbia, e-mail: ncastro@kpmg.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	11/11/2022
Descrição do serviço contratado	Emissão de relatório de revisão especial em relação às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, apresentadas em português e em R\$, em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, em atendimento às disposições previstas na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, conforme alterada, relativas à prestação de informações contábeis para atendimento ao programa de Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários (Brazilian Depository Receipts).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável uma vez que não foram pagos valores aos auditores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Antonio Humberto Barros dos Santos	11/11/2022	104.575.398-01	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733000, Fax (11) 25734908, e-mail: humberto.b.santos@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes Ltda.
CPF/CNPJ	57.755.217/0004-71
Data Início	20/12/2022
Descrição do serviço contratado	Emissão de relatório de revisão especial em relação às demonstrações financeiras consolidadas revisadas da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, apresentadas em português e em R\$, em relação aos trimestres findos em 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2022.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável uma vez que não foram pagos valores aos auditores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Márcio Serpejante Peppe	20/12/2022	129.093.968-35	

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

O Comitê de Auditoria e Riscos é composto exclusivamente por membros independentes do Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria e Riscos é responsável pelo monitoramento dos processos de informações e relatórios financeiros, gerenciamento de riscos, sistemas de controle interno (incluindo o monitoramento de auditorias internas e externas) e *compliance* regulamentar (com maior foco na prevenção da lavagem de dinheiro e no financiamento do terrorismo). O Comitê também monitora o programa de transparência, o programa de proteção de dados pessoais, as transações entre partes relacionadas e revisa o relatório anual.

O Comitê de Auditoria e Riscos deve: (i) comentar acerca da contratação dos auditores independentes, (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes para garantir a autonomia e a qualidade de seus serviços, e (iii) avaliar a adequação dos serviços prestados. Para mais informações, vide o item 5.4 deste Formulário de Referência.

Informações adicionais ao item 2.1/2

A Ernst & Young Audit S.A.S. foi auditor da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. Desta forma, segue, em complemento às informações apresentadas no item 2.1/2, as informações referentes a Ernst & Young:

Possui auditor?	SIM
Código CVM	-
Tipo de Auditor	Estrangeiro
Nome/Nome da companhia	Ernst & Young Audit S.A.S.
CNPJ	-
Data de contratação	31 de março de 2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e revisão das informações financeiras trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregados por serviço	No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o auditor independente recebeu honorários no montante total de R\$5.065.986.
Justificativa de substituição	Decisão da Assembleia Geral Extraordinária.
Motivo dado pelo auditor em caso de discordância	Não aplicável.

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

com a
justificação do
emissor

Nome do técnico responsável	Data de início	CPF	Endereço
Ángela Delgado Jaimes	31 de março de 2018 -		Carrera 43ª, No. 3, Sur-130, Torre 1 – Piso 14, Medellín, Antioquia, Colombia Tel.: +57 (604) 369-8400 E-mail: angela.jaimes@co.ey.com

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	11.253.129.000,00	11.209.196.000,00	10.385.913.081,00
Ativo Total	23.689.567.000,00	23.692.213.000,00	19.506.714.652,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	24.333.964.000,00	21.818.852.000,00	18.380.788.043,00
Resultado Bruto	6.375.303.000,00	5.486.561.000,00	4.752.448.168,00
Resultado Líquido	852.627.000,00	457.434.000,00	1.108.966.190,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	1.297.864.359	1.297.864.359	1.297.864.359
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	8,670000	8,640000	8,000000
Resultado Básico por Ação	0,530000	0,250000	0,050000
Resultado Diluído por Ação	0,53	0,25	0,05

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(a) informar o valor das medidas não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de resultado financeiro, Impostos de renda, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156") e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período, ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos das depreciações e amortizações ("EBITDA").

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes ("Margem EBITDA").

O EBITDA Ajustado é calculado com base no EBITDA ajustado pela linha de outras despesas/receitas extraordinárias, prejuízo de operações descontinuadas e participação da renda em associados e empreendimentos em conjunto que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

A Margem EBITDA Ajustada é calculada pelo EBITDA Ajustado pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes ("Margem EBITDA Ajustada").

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
EBITDA	2.119.207	1.591.430	2.345.124
EBITDA Ajustado	2.207.870	1.763.525	1.538.173
Margem EBITDA	8,7%	7,3%	12,8%
Margem EBITDA Ajustada	9,1%	8,1%	8,4%

Resultado Operacional Recorrente e Margem Receita Operacional Recorrente

Resultado Operacional Recorrente é o lucro líquido das atividades operacionais ajustado pela linha de outras despesas e receitas operacionais. Margem Resultado Operacional Recorrente significa a receita operacional recorrente dividida pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes.

O Resultado Operacional Recorrente e a Margem Resultado Operacional Recorrente não são medidas contábeis reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. Estas medidas não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia. Não possui significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Outras empresas podem calcular o Resultado Operacional Recorrente e a Margem Resultado Operacional Recorrente de maneira diferente da Companhia. Estas medidas são utilizadas pela administração da Companhia para monitorar o desempenho do negócio e de suas operações.

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Resultado Operacional Recorrente	1.420.747	1.045.235	922.469
Margem Receita Operacional Recorrente	5,8%	4,8%	5,0%

Caixa líquido e índice de caixa líquido

O caixa líquido é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, e corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzida de caixa e equivalentes de caixa. O Caixa Líquido não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao Caixa Líquido elaborada por outras empresas. O Caixa Líquido apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

como medida de liquidez, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituto indicador de liquidez ou desempenho. A Companhia utiliza o Caixa Líquido para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital. O Caixa Líquido pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

O índice de caixa líquido corresponde ao total do caixa líquido sobre o patrimônio líquido.

<i>(Em R\$ milhares, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Caixa líquido	(1.576.253)	(1.443.833)	(2.339.575)
Índice de caixa líquido	(14,0)%	(12,9)%	(22,5)%

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

<i>(Em R\$ milhares, exceto %)</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro líquido para o exercício	852.627	457.434	1.108.966
Despesas tributários	197.966	75.123	28.000
Depreciação e amortização	787.124	718.289	615.704
Despesas financeiras líquidas	281.490	340.584	592.454
EBITDA	2.119.207	1.591.430	2.345.124
Receita de venda de bens e serviços	24.333.964	21.818.852	18.380.788
Margem EBITDA	8,7%	7,3%	12,8%
Outras Despesas e Receitas Operacionais ⁽¹⁾	98.662	197.701	112.161
Prejuízo de operações descontinuadas	(403)	(1.665)	931.279
Participação da renda em associados e empreendimentos em conjunto que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	10.402	27.271	(12.167)
EBITDA Ajustado	2.207.870	1.763.525	1.538.173
Margem EBITDA Ajustada	9,1%	8,1%	8,4%

⁽¹⁾ Outras despesas e receitas operacionais inclui a indenização de seguradoras, recuperação de provisões relacionadas a processos, projetos especiais, fechamento de lojas, desreconhecimento de estoque, plano de saúde, despesas com imposto sobre fortunas, despesas de reorganização, despesas relacionadas a emergências sociais, desreconhecimento do ativo imobilizado, perda por redução ao valor recuperável da propriedade de investimento, perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, (despesas) receita

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

da rescisão antecipada de contratos de arrendamento, perda por redução do valor recuperável do ativo imobilizado, ganho da venda do ativo imobilizado, recuperação da perda por redução ao valor recuperável de propriedade de investimento, ganho da venda e desreconhecimento de ativos intangíveis em ativos e perda pela redução do valor recuperável dos ativos intangíveis, exceto o ágio.

Receita Operacional Recorrente e Margem Receita Operacional Recorrente

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro operacional	1.322.085	847.535	810.308
Receita/despesa não-recorrente ⁽¹⁾	98.662	197.701	112.161
Receita Operacional Recorrente	1.420.747	1.045.235	922.469
Margem Receita Operacional Recorrente	5,8%	4,8%	5,0%

⁽¹⁾ Outras despesas e receitas operacionais incluem a indenização de seguradoras, recuperação de provisões relacionadas a processos de reorganização, projetos especiais, fechamento de lojas, desreconhecimento de estoque, plano de saúde, despesas com imposto sobre fortunas, despesas de reorganização, despesas relacionadas a emergências sociais, desreconhecimento do ativo imobilizado, perda por redução do valor recuperável da propriedade de investimento, perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, (despesas) receita da rescisão antecipada de contratos de arrendamento, perda por redução do valor recuperável do ativo imobilizado, ganho da venda do ativo imobilizado, recuperação da perda por redução ao valor recuperável de propriedade de investimento, ganho da venda e desreconhecimento de ativos intangíveis em ativos e perda por redução do valor recuperável dos ativos intangíveis, exceto o ágio.

Caixa líquido e Índice de Caixa líquido

(Em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
(+) Empréstimos e financiamentos circulantes	946.013	1.681.746	758.600
(+) Empréstimos e financiamentos não circulantes	1.040.143	521.955	53.537
(=) Total do passivo financeiro	1.986.156	2.203.701	812.137
(-) Caixa e equivalente de caixa	3.562.409	3.647.534	3.151.712
(=) Caixa Líquido	(1.576.253)	(1.443.833)	(2.339.575)
Total do patrimônio líquido	11.253.129	11.209.196	10.385.913
Índice de Caixa líquido	(14,0)%	(12,9)%	(22,5)%

(c) explicar por que acredita que tal medida é mais apropriada para uma correta compreensão de sua condição financeira e dos resultados de suas operações

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser medidas práticas para aferir o seu desempenho operacional.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada são suplementares às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), tampouco devem ser considerados isoladamente.

A Companhia acredita que EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada são as medidas para entendimento de sua condição financeira e dos resultados de suas operações, sendo utilizadas internamente como medida para avaliar a produtividade e eficiência, provando ser úteis para avaliar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada proporcionam aos investidores uma melhor compreensão de sua capacidade de cumprir suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Receita Operacional Recorrente e Margem Receita Operacional Recorrente

A Receita Operacional Recorrente e a Margem Receita Operacional Recorrente não são medidas contábeis reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Estas medidas são utilizadas pela administração da Companhia para monitorar o desempenho do negócio e de suas operações.

Caixa Líquido e Índice de Caixa Líquido

O caixa líquido e o índice de caixa líquido não são medidas contábeis reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Estas medidas são utilizadas pela administração da Companhia para monitorar, controlar e administrar seu endividamento.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 que impliquem em mudanças significativas na posição financeira e nas operações da controladora e de suas subsidiárias.

Entretanto, ocorreram eventos subsequentes ao referido exercício que não afetam a posição financeira, mas que, devido à sua relevância, foram divulgados nas demonstrações contábeis:

Programa de recompra de ações do Éxito

Assembleias Gerais de Acionistas ocorridas em 24 de março de 2022 e em 9 de junho de 2022 autorizaram e aprovaram um programa de recompra de ações. Em consequência, a Companhia recomprou 14.982.863 das ações em circulação.

Aprovação do Regime CHC (Sociedades Holding Colombianas)

De acordo com o artigo 894 do Código Tributário Colombiano, os contribuintes de renda devem notificar a autoridade tributária que cumprem os requisitos para aplicar o regime CHC (*Colombian Holding Companies*). Este regime é facultativo para os contribuintes e quem cumprir os requisitos terá, entre outros aspectos, a vantagem de tratar os dividendos de operações no exterior como rendimentos isentos.

Em novembro de 2020, a Companhia solicitou à autoridade fiscal a validação dos requisitos para o cumprimento dos requisitos, os quais foram aprovados em fevereiro de 2022.

Com base no exposto, em 2021 a Companhia tratou como lucro tributável o valor dos dividendos de suas operações no exterior e reconheceu um crédito tributário de tributos pagos no exterior.

Este crédito fiscal poderá ser utilizado no ano em que forem devidos os dividendos de suas operações no exterior e nos quatro anos seguintes, sem que o valor do crédito exceda o imposto pago por esses dividendos na Colômbia. A Companhia estima que obterá lucro tributável suficiente para utilizar o total do crédito. Para fins fiscais, a Companhia considera a forma como espera que seus investimentos sejam recuperados para fins de mensuração dos impostos diferidos.

Venda das instalações comerciais da Villa Maria

A negociação de venda deste imóvel foi encerrada em 28 de dezembro de 2021 por USD4.5 milhões. Durante o primeiro semestre de 2022, a Companhia transferiu o controle do imóvel para o comprador e reconheceu um ganho de capital de R\$21.837 na venda.

Desdobramento de ações

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou em 25 de outubro de 2022 o processo de desdobramento de ações. O desdobramento aprovado consistiu no seguinte:

(i) Antes do desdobramento de ações, o capital subscrito e integralizado da Companhia era representado por 448.240.151 ações com valor nominal de R\$0.012. O número de ações em circulação era de 432.621.453 ações e o número de ações

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

em tesouraria era de 15.618.698. O número de ações do capital autorizado era de 530.000.000; e

(ii) O desdobramento das ações do capital subscrito e integralizado foi efetuado na proporção de 3 por 1, aumentando o número de ações representativas do capital subscrito e integralizado para 1.344.720.453 e reduzindo o valor nominal de cada ação para R\$0.004. O novo número de ações em circulação é 1.297.864.359 e as ações em tesouraria totalizam 46.856.094. As ações do capital autorizado totalizam 1.590.000.000.

O número de ações e o cálculo do lucro por ação de todos os exercícios foram ajustados retrospectivamente pelos efeitos dos desdobramentos das ações.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2021	2020	2019
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a legislação colombiana e o estatuto social da Companhia, a renda anual atribuída aos acionistas da entidade controladora deve ser aplicada da seguinte forma: (i) primeiro, uma quantia equivalente a 10% da renda anual atribuída aos acionistas da entidade controladora é reservada para constituir a reserva legal até que essa reserva seja igual a pelo menos 50% do capital social emitido; (ii) segundo, caso tenha havido perdas em anos anteriores, o saldo é utilizado para compensar tais perdas; e (iii) terceiro, os dividendos são distribuídos e pagos conforme determinado pela maioria da Assembleia Geral, caso tenham sido aprovadas as demonstrações financeiras do ano.		
(a.i) Valores retidos dos lucros (Em milhares de reais)	Conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 24 de março de 2022, o lucro líquido de 2021 equivalente a R\$682.579 mil foi destinado: (a) Reserva de recompra de ações: R\$358.535 mil (b) Dividendos: R\$324.044 mil	Conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2021, o lucro líquido de 2020 equivalente a R\$320.120 mil foi destinado a (a) Reserva para futuras extensões e melhorias: R\$147.817 mil (b) Dividendos: R\$172.303 mil	Conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 19 de março de 2020, todo o lucro líquido de 2019 equivalente a R\$69.232 mil foi destinado à Reserva para expansão e melhorias futuras.
(a.ii) Porcentagens em relação ao total de ganhos reportados	(a) 52,5% (b) 47,5%	(a) 46,5% (b) 53,5%	100,0%
(b) Regras de distribuição de dividendos	O Código Comercial Colombiano estabelece que a Companhia deve, após o pagamento do imposto de renda, destinação a reservas legais e após compensar perdas de exercícios fiscais anteriores distribuir pelo menos 50% de sua renda anual atribuível aos acionistas da entidade controladora a todos os acionistas, em dinheiro, ou conforme determinado pela Assembleia Geral, mas em qualquer caso no prazo de um ano após a data em que os dividendos foram aprovados. Se o montante total atribuído à reserva legal de uma Companhia exceder o montante de seu capital social emitido, o percentual exigido para ser distribuído aumenta para 70%. A exigência mínima de dividendos em ações ordinárias de 50% ou 70%, conforme o caso, pode ser renunciada por um voto favorável de 78% das ações ordinárias da Companhia representadas na Assembleia Geral.		
(c) Frequência da distribuição de dividendos	A distribuição de dividendos é anual.		
(d) Restrições na distribuição de dividendos	Exceto conforme previsto no Código Comercial Colombiano, não há restrições na distribuição de dividendos pela Companhia.		

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2021	2020	2019
(e) Se o emissor tem uma política formalmente aprovada para destinação de resultado, informando o órgão responsável pela aprovação, a data da aprovação e, se o emissor divulgar a política, os locais no website onde o documento pode ser consultado	A Companhia não tem uma política formalmente aprovada para destinação de resultado.		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado		682.579.346,00	320.120.334,00	69.231.962,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		33,797846	350,379545	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		2,897653	1,537161	0,000000
Dividendo distribuído total		324.044.269,00	172.303.451,00	0,00
Lucro líquido retido		358.535.077,00	147.816.883,00	69.231.962,00
Data da aprovação da retenção		24/03/2022	25/03/2021	19/03/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária			324.044.269,00	31/03/2022				
Preferencial					172.303.451,00	01/04/2020		
							0,00	

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**3.6 - Declaração de dividendos para a conta de lucros retidos ou reservas**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os dividendos foram declarados pela Companhia por conta de reservas constituídas em anos anteriores, como segue:

Pagamento de dividendos por conta de (R\$ milhares)	Exercício Social 31/12/2021	Exercício Social 31/12/2020	Exercício Social 31/12/2019
Reservas do ano anterior	17.730,00	58.394,00	1.121.635,00

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	12.436.438.000,00	Índice de Endividamento	1,10515378	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Hipotecária, Fidejussória e Quirografária	231.352.000,00	704.323.000,00	970.910.000,00	79.570.000,00	1.986.155.000,00
Total			231.352.000,00	704.323.000,00	970.910.000,00	79.570.000,00	1.986.155.000,00

Observação

As informações se referem aos saldos de empréstimos e financiamentos apresentados às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2021.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 - Outras informações relevantes

O saldo do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 inclui um Acordo de Opção de Venda de Investimentos Especiais Mercosur S.A., celebrado pela Companhia e acionistas não-controladores da subsidiária Grupo Disco del Uruguay S.A., no valor de R\$714.660 mil, válido até junho de 2025. O preço de exercício desta opção é baseado em uma fórmula previamente determinada e a opção pode ser exercida a cada ano durante os primeiros 30 dias após a assembleia geral de acionistas do Grupo Disco del Uruguay S.A. ou em 30 dias após decorridos 180 dias do final do exercício social. Esta opção é medida pelo justo valor.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os principais fatores de risco considerados relevantes na data deste Formulário de Referência são descritos abaixo, e que a Companhia acredita que podem influenciar a decisão dos investidores de adquirir valores mobiliários de sua emissão. Se esses riscos se materializarem, a situação comercial, financeira e patrimonial e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados. O preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia pode diminuir devido a qualquer um desses riscos, caso em que os potenciais investidores podem perder parte ou todo o seu investimento em valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário emitido pela Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", a menos que expressamente declarado em contrário ou se o contexto assim o indicar, mencionar o fato de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter, ou terá, ou terá um "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema pode ou poderia ter um efeito adverso material sobre as atividades, reputação, condição financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como sobre o preço do mercado de valores mobiliários emitidos pela Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de risco" devem ser entendidos neste contexto. Os fatores de risco descritos nesta seção estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para a Companhia, dentro de cada subitem, determinada pela administração da Companhia, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta e na sua matriz de risco.

Não obstante a subdivisão deste item "4.1. Fatores de risco" e o item "4.2. Riscos de mercado", certos fatores de risco que estão em um item também podem se aplicar a outros itens deste item "4.1. Fatores de risco" e o item "4.2. Riscos de mercado".

Os termos "nós", "nosso", "Éxito" ou "Companhia", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, o Éxito Almacenes S.A. e suas sociedades controladas e coligadas, a menos que seja expressamente declarado o contrário.

(a) Riscos relacionados à Companhia

Nossos supermercados tradicionais e lojas de varejo enfrentam uma concorrência crescente das vendas pela Internet, o que pode afetar negativamente as vendas dos canais tradicionais, e nossa estratégia de transformação digital pode não ser uma resposta eficaz a esta concorrência emergente.

Nos últimos anos, as vendas no varejo de alimentos, roupas e eletrodomésticos pela Internet aumentaram significativamente na Colômbia e em outros países da América Latina onde temos operações. Esperamos que esta tendência continue à medida que os varejistas mais tradicionais entram no campo do varejo on-line ou expandem sua infraestrutura existente relacionada às vendas pela Internet. O crescimento do negócio varejista pela Internet de nossos concorrentes provavelmente prejudicaria não apenas nossas operações de varejo, mas também nossas operações de varejo pela Internet. Os varejistas pela Internet são capazes de vender diretamente aos consumidores, reduzindo a importância dos canais de distribuição tradicionais, tais como supermercados e lojas de varejo. Alguns varejistas de alimentos pela Internet têm custos operacionais significativamente menores do que os hipermercados e supermercados tradicionais porque não dependem de uma rede cara de pontos de venda varejistas ou de uma grande força de trabalho. Como resultado,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

os varejistas de alimentos pela Internet são capazes de oferecer seus produtos a custos mais baixos do que nós e, em certos casos, são capazes de contornar os intermediários do varejo e entregar produtos frescos de alta qualidade aos consumidores. Acreditamos que nossos clientes estão usando cada vez mais a Internet para fazer compras eletrônicas de alimentos e outros produtos de varejo, e que esta tendência provavelmente continuará, especialmente como resultado da pandemia da COVID-19.

Além disso, a tecnologia empregada na venda a varejo de alimentos e eletrodomésticos evolui constantemente como parte de uma cultura digital moderna. Talvez não sejamos capazes de nos adaptar a essas mudanças com rapidez suficiente para atender às exigências e preferências de nossos clientes, bem como aos padrões da indústria em que operamos.

Se as vendas pela Internet em nossos países de operação continuarem a crescer, a confiança dos consumidores nos canais de distribuição tradicionais, como nossos supermercados e lojas de varejo, poderá ser materialmente reduzida, o que poderá ter um efeito material adverso em nossa condição financeira e nos resultados das operações.

Estamos cada vez mais dependentes das vendas com cartão de crédito. Quaisquer mudanças nas políticas dos adquirentes comerciais podem nos afetar negativamente.

Estamos cada vez mais dependentes das vendas com cartão de crédito. As vendas a clientes que utilizam cartões de crédito, incluindo os cartões Tuya, representaram 32,2%, 29,7% e 24,6% da receita consolidada de atividades ordinárias segundo contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. No segmento de varejo uruguaio, os clientes que utilizavam cartões de crédito representavam 29,1%, 28,3% e 27,6% da receita consolidada de atividades ordinárias segundo contratos com clientes em 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Na Argentina, as vendas com cartão de crédito representaram 40,1%, 41,8% e 43,4% da receita consolidada de atividades ordinárias segundo contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. A fim de oferecer vendas com cartão de crédito a nossos clientes, dependemos das políticas dos adquirentes comerciais, incluindo as taxas cobradas pelos adquirentes. Qualquer mudança nas políticas dos adquirentes, incluindo, por exemplo, sua taxa de desconto comercial, pode nos afetar negativamente.

Nosso negócio depende de marcas fortes. Podemos não ser capazes de manter e aprimorar nossas marcas, ou podemos receber reclamações desfavoráveis dos clientes ou publicidade negativa, o que poderia afetar negativamente nossas marcas.

Acreditamos que nossas marcas Exito, Carulla, Surtimax, Super Inter, Surtimayorista, Devoto, Disco, Geant e Libertad contribuem significativamente para o sucesso de nossos negócios. Também acreditamos que a manutenção e o aprimoramento dessas marcas são fundamentais para expandir nossa base de clientes, o que depende em grande parte de nossa capacidade de continuar a criar a melhor experiência de cliente, com base em nossos preços competitivos e em nossa grande variedade de produtos.

Reclamações de clientes ou publicidade negativa sobre nossas ofertas de produtos ou serviços podem prejudicar nossa reputação e diminuir a confiança dos consumidores em nós. Uma redução na força de nossas marcas e reputação poderia afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

O surto global da nova doença coronavírus (COVID-19) pode afetar nossas operações e pode ter um impacto adverso em nossos negócios, condição financeira, resultados de operações ou perspectivas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Desde dezembro de 2019, uma nova linhagem de coronavírus conhecida como COVID-19 se espalhou na China e em outros países. Em 2020, o surto da COVID-19 obrigou os governos de todo o mundo, inclusive da Colômbia, Uruguai e Argentina, a adotar medidas temporárias para conter a disseminação da COVID-19, tais como bloqueios de cidades, restrições a viagens e transporte público, fechamento de lojas e Companhias, e quarentenas de emergência, entre outras, todas elas causando perturbações significativas à economia global e às operações comerciais normais em uma lista crescente de setores e países. As medidas adotadas para combater o surto da COVID-19 afetaram e continuarão a afetar negativamente a confiança da Companhia e o sentimento dos consumidores, e têm sido, e podem continuar a ser acompanhadas por uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities, bem como nas bolsas de valores em todo o mundo.

Embora não tenhamos sofrido interrupções significativas até o momento da epidemia da COVID-19, somos incapazes de prever com precisão o impacto futuro que a COVID-19 terá devido a numerosas incertezas, inclusive: (i) a gravidade e duração da pandemia, incluindo se há novas ondas causadas por períodos adicionais de aumento ou picos no número de casos da COVID-19, mutações futuras ou cepas relacionadas do vírus nas áreas em que operamos; (ii) fatores macroeconômicos em evolução, incluindo incerteza econômica geral, taxas de desemprego e pressões recessivas; (iii) consequências desconhecidas em nosso desempenho comercial e iniciativas decorrentes do investimento substancial de tempo e outros recursos para a resposta à pandemia; e (iv) o impacto de longo prazo da pandemia em nossos negócios, incluindo os comportamentos dos consumidores. Assim, nossos negócios podem ser adversamente afetados pelo medo de exposição a incertezas relacionadas ou efeitos reais da COVID-19 ou surto de doenças similares.

Além disso, a pandemia da COVID-19 pode ter um impacto negativo em nossos negócios, causando ou contribuindo, entre outras coisas, para o seguinte, cada um dos quais poderia afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações, condição financeira e fluxos de caixa:

- Não podemos assegurar que as medidas sanitárias de emergência que adotamos serão eficazes ou que não teremos que adotar novas medidas de proteção, incluindo políticas de trabalho em casa, que podem desviar a atenção de nossa administração e aumentar nossos custos operacionais;
- Se estados e municípios individuais implementarem diferentes medidas preventivas COVID-19, poderemos ser obrigados a despender tempo adicional para implementá-las, o que poderá aumentar nossos custos operacionais. Além disso, não podemos assegurar que seremos capazes de cumprir plenamente estas medidas, o que pode ter um impacto negativo na forma como operamos nossas lojas; e
- Caso enfrentemos um agravamento da situação pandêmica no futuro, o que exigirá alguns investimentos com trabalhadores temporários adicionais ou novas adaptações em nossas lojas, o que poderá aumentar nossos custos operacionais.

Se forem impostas novas restrições que novamente impactam a capacidade de produção de alguns de nossos fornecedores, poderemos enfrentar novas faltas no futuro, caso em que poderemos ter que buscar fontes alternativas de fornecimento que podem ser mais caras, podem não estar disponíveis ou podem resultar em atrasos nos embarques para nós e posteriormente para nossos clientes.

Podemos não ser capazes de proteger nossos direitos de propriedade intelectual.

Nosso sucesso futuro depende significativamente de nossa capacidade de proteger nossas marcas atuais e futuras e de defender nossos direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, patentes, nomes de domínio, segredos comerciais e know-how. Recebemos inúmeros registros de marcas que cobrem nossas marcas e produtos e depositamos, e esperamos continuar a depositar, pedidos de marcas e patentes buscando

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

proteger marcas e produtos recentemente desenvolvidos. Não podemos assegurar que os registros de marcas e patentes serão emitidos com relação a qualquer um de nossos pedidos. Há também o risco de que possamos inadvertidamente não renovar uma marca ou patente em tempo hábil ou que nossos concorrentes desafiem, invalidem ou contornem quaisquer marcas e patentes existentes ou futuras emitidas ou licenciadas por nós. Não podemos ter certeza de que as medidas que tomamos para proteger nossa carteira de direitos de propriedade intelectual (incluindo registro de marcas e nomes de domínio) serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de nossos direitos de propriedade. Qualquer falha em nossa capacidade de proteger nossos direitos de propriedade contra violação ou apropriação indevida pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações, fluxos de caixa ou condição financeira e, em particular, em nossa capacidade de desenvolver nossos negócios.

Nossas vendas dependem da eficácia de nossas campanhas publicitárias e de marketing, o que pode afetar adversamente nossas receitas e rentabilidade.

Para promover o aumento do tráfego de clientes e atraí-los para nossas lojas, dedicamos recursos substanciais a nossas campanhas publicitárias e de marketing. Nossas receitas e rentabilidade dependem de nossa capacidade de, entre outras coisas, identificar nossos consumidores-alvo e decidir sobre a mensagem de marketing e o método de comunicação para alcançá-los da maneira mais eficaz. Se não concebermos, planejarmos ou executarmos nossas atividades de publicidade e marketing para aumentar com sucesso e eficiência as receitas e a participação no mercado, nossa lucratividade e posição financeira podem ser adversamente afetadas.

Podemos não ser capazes de renovar ou manter nossos contratos de arrendamento de lojas em termos aceitáveis, ou de forma alguma, e podemos não ser capazes de obter ou renovar as licenças operacionais de nossas lojas ou centros de distribuição em tempo hábil.

A maioria de nossas lojas são arrendadas. A localização estratégica de nossas lojas é fundamental para o desenvolvimento de nossa estratégia comercial e, como resultado, podemos ser prejudicados caso um número significativo de nossos contratos de arrendamento seja rescindido e não renovemos esses contratos de arrendamento em termos aceitáveis, ou não o façamos de todo. Além disso, de acordo com as leis aplicáveis, os locadores podem aumentar o aluguel periodicamente, geralmente a cada ano. Um aumento significativo no aluguel de nossos imóveis arrendados pode afetar adversamente nossa posição financeira e os resultados das operações.

Nossas lojas e centros de distribuição também estão sujeitos a certas licenças operacionais. Nossa incapacidade de obter ou renovar essas licenças operacionais pode resultar na imposição de multas e, conforme o caso, no fechamento de lojas ou centros de distribuição. Uma vez que operações tranquilas e ininterruptas em nossas lojas e centros de distribuição são um fator crítico para o sucesso de nossa estratégia comercial, podemos ser afetados negativamente no caso de seu fechamento como resultado de nossa incapacidade de obter ou renovar as licenças operacionais necessárias.

Nossa distribuição de produtos depende de um número limitado de centros de distribuição e dependemos dos sistemas de transporte e infraestrutura nas geografias onde operamos para entregar nossos produtos, e qualquer interrupção em um de nossos centros de distribuição ou atraso relacionado ao transporte e infraestrutura poderia afetar adversamente nossas necessidades de fornecimento e nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas e clientes.

Na Colômbia, aproximadamente 74% de nossos produtos são distribuídos através de nossos 10 centros e armazéns de distribuição e nossas 3 plataformas logísticas. Na Argentina, aproximadamente 61,3% de nossos produtos são distribuídos através de nossos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

centros de distribuição localizados na região central do país. No Uruguai, aproximadamente 38,8% de nossos produtos são distribuídos através de nossos 4 centros de distribuição e armazéns. O sistema de transporte e a infraestrutura na Colômbia, Argentina e Uruguai estão subdesenvolvidos e precisam de investimentos significativos para trabalhar com eficiência e atender às nossas necessidades comerciais.

Qualquer interrupção ou redução significativa no uso ou operação da infraestrutura de transporte nas cidades onde nossos centros de distribuição estão localizados ou em operações em um de nossos centros de distribuição, como resultado de desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, greves ou outras causas inesperadas, pode atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir produtos em nossas lojas e pode diminuir nossas vendas, o que pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas que podem exigir a abertura de novos centros de distribuição ou a expansão dos já existentes para suprir e atender à demanda de lojas adicionais. Nossas operações podem ser afetadas negativamente se não formos capazes de abrir novos centros de distribuição ou expandir nossos centros de distribuição existentes a fim de atender às necessidades de abastecimento dessas novas lojas.

Nossos sistemas estão sujeitos a ciberataques e violações de segurança e privacidade, o que poderia causar um efeito material adverso em nossos negócios e em nossa reputação.

Nós, como todas as organizações comerciais no mundo digital, estamos sujeitos a uma ampla gama de ameaças cibernéticas, incluindo ataques, com diferentes níveis de sofisticação. Estas ameaças cibernéticas estão relacionadas à confidencialidade, disponibilidade e integridade de nossos sistemas e dados, incluindo as informações confidenciais, classificadas ou pessoais de nossos clientes.

Não temos como garantir que nossos controles técnicos de segurança, mecanismos de aplicação de políticas, sistemas de monitoramento e supervisão gerencial para enfrentar estas ameaças sejam suficientes para garantir que certos tipos de ataques, incluindo ciberataques, podem ocorrer.

Além disso, alguns de nossos fornecedores e prestadores de serviços têm acesso significativo a dados confidenciais e estratégicos coletados por nossos sistemas, incluindo informações confidenciais relativas a nossos clientes.

Qualquer acesso não autorizado a, ou liberação ou violação de nossos sistemas e dados ou dados dos nossos clientes, fornecedores ou prestadores de serviços pode afetar nossas operações, particularmente nossas operações de varejo digital, causar perdas de informações e fazer com que incorramos em custos significativos, incluindo o custo de recuperar informações perdidas, o que pode ter um efeito adverso material em nossos negócios e em nossa reputação.

Nossos sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores alheios à nossa vontade, tais como desastres naturais, ataques hacker, interrupções de energia, falhas nas telecomunicações e vírus de computador, entre outros fatores. Qualquer um desses tipos de interrupção pode afetar adversamente nossas operações, impactando assim nossa geração de caixa e nossa condição financeira.

A falha em proteger nosso banco de dados, que contém os dados pessoais de nossos clientes e funcionários, e os desenvolvimentos nas leis de proteção de dados e privacidade, pode ter um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira ou resultados de operações.

Mantemos um banco de dados de informações sobre nossos fornecedores, funcionários e clientes, que inclui principalmente, mas não está limitado aos dados coletados quando os clientes se inscrevem em nossos programas de fidelidade. Se experimentarmos uma

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

violação em nossos procedimentos de segurança que afete a integridade de nosso banco de dados, incluindo acesso não autorizado a quaisquer informações pessoais de nossos clientes, poderemos estar sujeitos a novos procedimentos legais que poderão resultar em danos, multas e danos à nossa reputação.

No caso de não cumprimento das leis colombianas, uruguaias e argentinas ou qualquer outra lei aplicável relacionada a dados pessoais, ou no caso de uma violação de dados pessoais, poderemos estar sujeitos a procedimentos legais, multas e danos à nossa reputação, que podem nos afetar de forma material e adversa.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito adverso material sobre nós.

Somos e poderemos ser parte em processos legais e administrativos relacionados a questões cíveis, regulatórias, tributárias e trabalhistas, os quais não podemos assegurar que serão decididos a nosso favor. A administração da Companhia toma providências para provisionar seus com base em consultas realizadas com consultores jurídicos externos. Estas provisões podem não ser suficientes para cobrir o custo total decorrente de decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos. Se todos ou um número significativo desses processos legais e administrativos tiverem um resultado desfavorável para nós, nossos negócios, condição financeira e resultados de operações podem ser afetados de forma material e adversa. Além das disposições financeiras e do custo das taxas legais associadas aos processos, podemos ser obrigados a prestar garantias em juízo em conexão com os processos, o que pode afetar adversamente nossa condição financeira.

Nossos procedimentos de gestão de riscos de mercado podem não ser capazes de reduzir nossa exposição a tais riscos, o que poderá afetar adversamente os nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos, no âmbito das nossas operações, a riscos de mercado, os quais incluem riscos de crédito, de taxa de juros, cambial, de liquidez e de variação do preço das ações. Não possuímos, na data deste Formulário de Referência, uma política formalizada de gestão de riscos de mercado. Além disso, utilizamos instrumentos de proteção patrimonial que visam mitigar apenas o risco cambial sem parâmetros formalizados para tornar a gestão desse risco objetiva.

A ausência de uma política formalizada de gestão de riscos de mercado e de parâmetros objetivos para a sua gestão, pode aumentar a nossa exposição a tais riscos e diminuir a eficácia das ações de mitigação adotadas. Caso não sejamos capazes de desenvolver, implementar, monitorar e, quando necessário, atualizar nossos procedimentos de gestão de riscos de mercado para lidar com riscos atuais ou em desenvolvimento, poderemos não ser capazes de prevenir ou reduzir a nossa exposição, o que poderá resultar em perdas não previstas e ter um efeito adverso sobre as nossas condições financeiras e resultados operacionais.

Podemos não ser capazes de atrair ou reter pessoal chave.

A fim de apoiar e desenvolver nossas operações, devemos atrair e reter pessoal com habilidades e conhecimentos específicos. Enfrentamos vários desafios inerentes à administração de um grande número de funcionários em uma ampla área geográfica. O pessoal-chave pode nos deixar por diversas razões e o impacto dessas partidas é difícil de prever, o que pode dificultar a implementação de nossos planos estratégicos e afetar adversamente nossos resultados e operações.

Podemos emitir novos valores mobiliários para honrar eventuais opções a serem outorgadas em programa de opção de ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Poderemos eventualmente deliberar pela aprovação de um Plano de Opções de Compra de Ações, no âmbito do qual serão outorgadas opções aos administradores da Companhia. No futuro, os beneficiários dessas opções poderão decidir exercer seus direitos, o que poderá diluir os nossos investidores, uma vez que essas opções seriam apuradas sem levar em consideração as expectativas do nosso valor de mercado.

Nossa capacidade de acessar os mercados de crédito, bem como os mercados de capitais de dívida e de capital em condições favoráveis para obter financiamento para financiar nossas operações ou refinar nossos vencimentos de dívida pode ser limitada devido à deterioração desses mercados.

A nossa capacidade e a de nossas subsidiárias de acessar os mercados de capitais internacionais e locais e financiar nossas operações e potencialmente refinar nossos vencimentos de dívida em termos aceitáveis para nós poderia ser adversamente afetada devido à volatilidade nas economias global e local, à escalada do conflito militar entre a Ucrânia e a Rússia, os impactos potenciais sobre a demanda de novos lockdowns ou surtos de COVID-19, a descoberta de corrupção por governos e Companhias privadas em mercados emergentes e outras disrupções geopolíticas no mundo, que poderiam envolver países desenvolvidos e, por sua vez, poderiam piorar a percepção de risco com relação aos mercados emergentes, ou a ocorrência de qualquer um dos riscos descritos nesta seção. Estas condições, juntamente com as baixas significativas no setor de serviços financeiros e a reavaliação do risco de crédito, podem dificultar a obtenção de financiamento para nossas necessidades de capital em condições favoráveis.

O acesso aos mercados de crédito e de capital depende de uma série de fatores, muitos dos quais não podemos controlar, incluindo mudanças em: taxas de juros, mercados financeiros estruturados e comerciais, taxas de impostos devido a novas ou mudanças nas leis tributárias existentes, controles e restrições cambiais e de investimentos, percepções de mercado das indústrias em que operamos, que são determinadas principalmente por nossa força financeira e operacional. Como resultado destes fatores, podemos ser forçados a rever o momento e o escopo de nossos projetos de crescimento, afetando assim negativamente nossos resultados de operações e condição financeira.

(b) Riscos relacionados com o controlador direto ou indireto ou grupo de controle

O Grupo Casino tem a capacidade de dirigir nossos negócios e assuntos e seus interesses podem conflitar com ou diferir de seus interesses como acionista.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), detém 96,52% de nossas ações ordinárias em circulação. Em 30 de junho de 2022, o Grupo Casino detém, indiretamente, 41,01% do capital social total da CBD. O Grupo Casino tem o poder, através da CBD, de: (i) nomear a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração, que, por sua vez, nomeia nossos diretores executivos; e (ii) determinar o resultado da grande maioria das ações que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses e decisões comerciais do Grupo Casino podem entrar em conflito e prevalecer sobre aqueles preferidos por nossos outros acionistas ou detentores de BDRs.

(c) Riscos relacionados a seus acionistas

Entendemos que não há riscos relacionados a nossos acionistas além daqueles mencionados no item acima.

(d) Riscos relacionados a suas subsidiárias e afiliadas

Os riscos relacionados à Companhia são os mesmos que os relacionados às suas subsidiárias e suas afiliadas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(e) Riscos relacionados com o status de emissor estrangeiro

Segundo a lei brasileira, somos uma Companhia estrangeira, sujeita à legislação estrangeira, e a legislação societária brasileira não se aplica a nós.

A Companhia é uma sociedade estrangeira existente sob as leis da Colômbia e, conseqüentemente, suas atividades são regidas pelas leis da Colômbia. A Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (ou a Lei das Sociedades Anônimas) não se aplica à Companhia. Assim, aumentos de capital, direitos e obrigações dos acionistas, incluindo direitos de voto, direito de se retirar da Companhia, direitos de preferência, distribuição de dividendos, participação em Assembleias gerais, eleição de membros da administração, conflitos de interesse, entre outros, são regidos pelas leis e regulamentos da Colômbia, que diferem da legislação societária brasileira. Para maiores informações, vide o item 4.8 deste Formulário de Referência.

Os detentores de BDRs poderão enfrentar mais dificuldades para proteger seus interesses do que um acionista de uma companhia brasileira.

Os negócios da Companhia são regidos por seu Estatuto Social, bem como por outras leis e regulamentos aplicáveis, incluindo certas leis de títulos da Colômbia e regulamentos da Bolsa de Valores da Colômbia (ou BVC), onde as ações da Companhia estão atualmente listadas para negociação. Os direitos dos acionistas da Companhia e as responsabilidades de seus diretores e executivos sob as leis da Colômbia são diferentes daqueles aplicáveis a uma Companhia constituída no Brasil. O estatuto da Companhia prevê disposições diferentes daquelas da legislação brasileira. Os regulamentos colombianos que regem os valores mobiliários das Companhias colombianas podem não ser tão abrangentes quanto os vigentes no Brasil, e as leis e regulamentos colombianos com respeito à governança corporativa e questões de relatórios podem não ser tão protetores dos acionistas minoritários quanto a legislação societária brasileira. Por esta razão, os titulares dos BDRs podem achar mais difícil proteger seus interesses com relação às ações tomadas pelos diretores e administradores da Companhia e seus principais acionistas do que teriam como acionistas de uma companhia brasileira.

A Companhia está sediada na Colômbia, o que pode dificultar que se execute sentenças contra a Companhia, seus diretores e executivos no Brasil.

A Companhia está sediada na Colômbia e a maior parte de seus ativos está localizada fora do Brasil. Além disso, a maioria de seus diretores e diretores executivos reside fora do Brasil. Como resultado, pode ser difícil efetuar a entrega de notificações judiciais dentro do Brasil a essas pessoas ou executar sentenças fora do Brasil obtidas contra a Companhia ou essas pessoas nos tribunais brasileiros, incluindo sentenças em ações baseadas em violações de leis e regulamentos de valores mobiliários. Pode ser mais complicado ou difícil para um investidor brasileiro mover uma ação em um tribunal fora do Brasil contra a Companhia ou contra essas pessoas com base em violações das leis e regulamentos de valores mobiliários brasileiros do que seria se a Companhia fosse brasileira.

A Companhia é regida por seu Estatuto Social, pela legislação colombiana e pelas regulamentações da Bolsa de Valores da Colômbia (ou BVC), onde as ações da Companhia estão atualmente listadas para negociação. Os direitos dos acionistas de tomar medidas legais contra os diretores da Companhia, as ações dos acionistas minoritários e as responsabilidades fiduciárias dos diretores da Companhia sob as leis da Colômbia são amplamente regidos pelo Código Comercial Colombiano de 1971. Como resultado, os titulares dos BDRs da Companhia podem achar mais difícil proteger seus interesses tomando medidas contra a Companhia, a administração da Companhia ou os principais acionistas do que teriam como acionistas de uma companhia brasileira constituída no Brasil e cujos administradores, diretores e/ou principais acionistas também estão localizados no Brasil.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As exigências associadas por ser um emissor estrangeiro de BDRs no Brasil exigirão recursos significativos da nossa parte e atenção de nossa administração.

Como emissor estrangeiro, estamos sujeitos a certas regras sob as leis e regulamentos aplicáveis às companhias abertas no Brasil, incluindo regras e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pela Bolsa de Valores (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"). Estas regras e regulamentos podem aumentar nossos custos legais, contábeis e de conformidade financeira e podem tornar certas atividades mais demoradas e caras. Por exemplo, como emissor estrangeiro de BDRs no Brasil, somos obrigados a nomear um representante legal no Brasil, preparar e divulgar anualmente certos formulários, como este Formulário de Referência, bem como divulgar uma versão em português de todas as informações materiais divulgadas por nós na Colômbia, incluindo demonstrações contábeis, fatos relevantes e outros arquivamentos. Quaisquer novas regras e regulamentos relacionados à divulgação, relatórios, controles financeiros e governança corporativa adotados pela CVM, B3 ou outros órgãos reguladores ou autorreguladores podem resultar em um aumento significativo de nossos custos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados de nossas operações. As obrigações existentes e quaisquer novas obrigações também exigirão atenção substancial de nossa administração e podem desviar a atenção da administração de nossos negócios. Tais aumentos de custos e desvio da atenção da administração podem afetar materialmente e adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e os resultados de nossas operações.

Os detentores de BDRs poderão não receber dividendos. Além disso, a distribuição de dividendos disponíveis aos detentores de BDRs poderá estar sujeita a restrições cambiais.

De acordo com a lei colombiana, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, salvo decisão em contrário por um número de acionistas representando pelo menos 78% do capital social votante, pelo menos 50% do lucro líquido após o pagamento das devidas retenções. O percentual mínimo de distribuição poderá ser elevado para 70% se o valor das reservas legais exceder o valor do capital social. Este lucro ajustado pode ser usado para absorver perdas ou ser apropriado conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações Colombiana e pode não ser pago como dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos a seus acionistas em qualquer exercício fiscal se o conselho de administração determinar que tais distribuições seriam desaconselháveis em vista de sua situação financeira, e os acionistas aprovarem a retenção de todos os lucros com o voto favorável de acionistas representando pelo menos 78% do capital social votante.

Além disso, os mercados de câmbio da Colômbia são extremamente regulamentados. A lei colombiana permite que o Banco Central da Colômbia imponha controles cambiais para regular a remessa de dividendos e/ou investimentos estrangeiros no caso de as reservas em moeda estrangeira do Banco Central da Colômbia caírem abaixo de um nível igual ao valor de três meses de importações de bens e serviços para a Colômbia. Uma intervenção que impeça a Companhia, o Depositário dos BDRs e o Custodiante dos BDRs de remeter ou converter Pesos para dólares prejudicaria a possibilidade de converter pagamentos em dólares norte-americanos para fins de pagamento de dividendos aos detentores de BDRs.

(f) Riscos relacionados com as ações e os BDRs da Companhia

Os detentores dos BDRs Éxito não têm direito a participar das assembleias de acionistas e só podem votar através do Depositário dos BDRs e do Custodiante dos BDRs, de acordo com o Contrato de Depósito de BDRs da Éxito.

Segundo a lei colombiana, somente os acionistas registrados nos livros societários do Éxito podem participar das assembleias de acionistas. Os BDRs são registrados em nome do Depositário e do Custodiante, de forma que um detentor de BDRs Éxito não tem o direito

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

de participar das assembleias de acionistas do Grupo Éxito. O direito de voto dos detentores de BDRs somente pode ser exercido de acordo com o contrato de depósito e custódia relativo aos BDRs do Éxito. Desta forma, existem limitações práticas à capacidade dos detentores dos BDRs do Éxito de exercer seus direitos de voto devido às etapas adicionais envolvidas na comunicação com os detentores dos BDRs do Éxito.

Na medida em que os titulares de ações ordinárias do Éxito tenham direito de voto em uma Assembleia de acionistas, eles poderão exercer seus direitos de voto participando pessoalmente da Assembleia ou votando por procuração. Por outro lado, os detentores dos BDRs do Éxito receberão uma notificação da Assembleia Geral por correio do Depositário, após a convocação da Assembleia Geral. Para exercer seus direitos de voto, os titulares dos BDRs do Éxito devem instruir o Depositário em tempo hábil, de acordo com os procedimentos informados pelo Éxito. Este processo de votação poderá levar mais tempo para os titulares dos BDRs do Éxito do que para os titulares de ações ordinárias. Se o Depositário não receber oportunamente instruções de voto para todos ou parte dos BDRs do Éxito, o Depositário não poderá exercer o voto, embora possa utilizar, a pedido do Éxito, todas as ações representativas dos BDRs (tenham ou não sido recebidas instruções de voto em relação a tais BDRs) com o único propósito de estabelecer quórum em uma Assembleia de acionistas, desde que permitido nos termos da regulamentação aplicável.

A Companhia não pode assegurar que os detentores de BDRs Éxito receberão os materiais de votação a tempo para enviar a sua instrução de voto ao Depositário. Além disso, o Depositário e seus agentes não são responsáveis pelo não cumprimento das instruções de votação dos titulares dos BDRs ou pela forma de execução dessas instruções de votação. Assim, os detentores dos BDRs podem não ter condições de exercer o direito de voto, e não terão nenhum recurso se os votos não forem computados conforme solicitado.

A Companhia pode decidir retirar seus BDRs da B3.

A Companhia pode decidir retirar seus BDRs da B3. A descontinuação voluntária do programa BDR dependerá, entre outras obrigações, do cumprimento dos procedimentos para eventual descontinuação do programa estabelecidos pela B3 em seu Manual do Emissor. Ao contrário do cancelamento de registro de Companhias públicas brasileiras para negociação em mercados de valores mobiliários regulados, atualmente não há nenhuma exigência de oferta pública de aquisição como condição para a descontinuação do programa de BDR. Assim, os titulares dos BDRs da Companhia não poderão impedir que a Companhia anule seu registro junto à CVM e retire seus BDRs da B3.

As regras atuais da B3 não permitem que Companhias estrangeiras, como a Companhia, adiram aos segmentos especiais de listagem da B3 e, portanto, os detentores dos BDRs da Companhia não podem se beneficiar das práticas de governança corporativa que devem ser adotadas por Companhias que fazem parte dos segmentos especiais de listagem da B3.

A Companhia está registrada na Colômbia e, portanto, não pode aderir aos atuais segmentos especiais de listagem do B3. Por esta razão, os investidores da Companhia podem ter menos proteção do que aquela garantida aos investidores em Companhias listadas nos segmentos especiais de listagem do B3, que são obrigados a adotar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação além daquelas já impostas por leis e regulamentos brasileiros.

Alterações do Contrato de Depósito em relação aos BDRs e aos direitos dos titulares de BDRs por meio de acordo entre a Companhia e a Instituição Depositária podem afetar negativamente os detentores de BDRs.

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia pode alterar as disposições do Contrato de Depósito por meio de um acordo com a Instituição Depositária e sem o consentimento

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

dos detentores de BDR Assim, dentre outras, poderiam ser alteradas as condições para o exercício de direito de voto ou de direito de preferência, tornando mais difícil o exercício de tais direitos pelos detentores de BDRs, as taxas cobradas dos detentores de BDR, bem como prazos de pagamento de proventos, expondo os titulares de BDR a efeitos pecuniários adversos. Qualquer dessas mudanças poderão impactar negativamente os detentores de BDR e, mesmo que a alteração ou mudança seja materialmente adversa aos direitos dos detentores de BDR, os detentores de BDR não poderão contestar esta alteração.

A instituição depositária não será responsabilizada se considerar ilegal ou incompatível com a lei brasileira estender direitos ou quaisquer outras prerrogativas a qualquer detentor de BDR. A Companhia não tem obrigação de registrar BDRs, ações, direitos ou outros valores mobiliários sob a legislação brasileira, exceto para registrar qualquer oferta de BDRs, o Programa de BDRs e a Companhia junto à CVM e à B3.

De acordo com o Contrato de Depósito, não serão oferecidos aos titulares de BDRs direitos ou quaisquer outras prerrogativas que sejam ilegais segundo a legislação brasileira vigente ou cuja disponibilização aos titulares dos BDRs seja impraticável. Embora não seja possível determinar de antemão todas as situações que poderiam ser consideradas ilegais ou com disponibilização impraticável, caso verificada a ilegalidade ou impossibilidade no caso concreto, que poderia envolver um pagamento de proventos com utilização de recursos oriundos de atividades proibidas ou ilícitas, uma subscrição de novos valores mobiliários de emissão da Companhia que requereriam uma oferta pública no Brasil, cujo registro não foi obtido, ou, ainda, uma situação que não seja possível operacionalizar em virtude de limitações no sistema da B3, o investidor pode não receber tais pagamentos ou ser impedido de exercer os direitos decorrentes de tais operações.

Volatilidade, possíveis restrições à negociação de BDRs e iliquidez no mercado de títulos brasileiros podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de BDRs de venderem seus BDRs pelo preço e prazo desejados.

Investir em títulos negociados em mercados emergentes como o Brasil muitas vezes envolve maior risco do que em outros mercados onde os cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e estes investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa.

O mercado brasileiro de títulos é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os grandes mercados internacionais de títulos, como os dos Estados Unidos. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores dos BDRs da Companhia de vendê-los pelo preço e no tempo que desejarem, e isso pode afetar negativamente o preço de mercado dos BDRs da Companhia. Se houver falta de liquidez na B3 ou se um mercado ativo de negociação não for desenvolvido ou mantido, a capacidade dos detentores de BDRs de vender os BDRs da Companhia no tempo e preço desejados pode ser substancialmente limitada e o preço de negociação dos BDRs da Companhia pode ser afetado.

Os detentores de BDRs do Éxito podem não conseguir participar de ofertas públicas na Colômbia.

Os detentores de ações do Éxito podem ter o direito de participar de ofertas públicas na Colômbia. Não podemos garantir que os detentores de BDRs do Éxito poderão participar das ofertas públicas, pois isso exigiria que eles, entre outros, recebessem notificação de tais eventos societários e convertessem os BDRs em Ações do Éxito no prazo previsto nos termos da regulamentação colombiana aplicável, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Depósito de BDR Éxito relativo aos BDRs Éxito. Além disso, o exercício de tais direitos pode exigir que os detentores de BDRs abram uma conta de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

corretagem na Colômbia e cumpram certos requisitos de registro, incluindo o registro do investimento perante o Banco Central da Colômbia.

(g) Riscos relacionados a seus fornecedores

Não podemos garantir que nossos prestadores de serviços ou fornecedores não se envolvam em práticas irregulares.

Dada a descentralização e terceirização das operações de nossos prestadores de serviços e das cadeias de produção de nossos fornecedores, não podemos garantir que eles não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, terceirização do fornecimento ou da cadeia de produção e condições de segurança impróprias, ou que não se envolverão nessas práticas irregulares para reduzir os custos de serviços ou produtos. Se um número significativo de nossos prestadores de serviços ou fornecedores se envolverem nessas práticas, nossa reputação pode ser prejudicada e, como consequência, a percepção de nossos clientes sobre nossos produtos pode ser adversamente afetada, causando uma redução nas vendas e resultados de operações, bem como no preço comercial dos BDRs e de nossas ações ordinárias.

Algumas categorias de produtos que vendemos são principalmente adquiridos de alguns poucos fornecedores e a concentração excessiva poderia afetar a disponibilidade desses produtos.

Algumas categorias de produtos que vendemos são principalmente adquiridos de alguns poucos fornecedores, sendo que, por exemplo, possuímos 25 fornecedores de peixe fresco, 31 fornecedores de peixe congelado, que representaram 0,7% das vendas consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2 fornecedores de veículos e 3 fornecedores de gás, que representaram 0,5% das vendas consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Se algum fornecedor não for capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência que normalmente adquirimos, e não formos capazes de substituir o fornecedor em condições aceitáveis ou de forma alguma, podemos ser incapazes de manter nosso nível usual de vendas na categoria de produto afetada, o que pode ter um efeito adverso material em nossos negócios e operações e, conseqüentemente, em nossos resultados de operações.

(h) Riscos relacionados a seus clientes

Podemos ser responsabilizados por incidentes de consumo envolvendo reações adversas após o consumo de produtos vendidos por nós.

Os produtos vendidos em nossas lojas podem fazer com que os consumidores sofram reações adversas. Incidentes envolvendo esses produtos podem ter um efeito adverso material em nossas operações, condição financeira, resultados de operações e reputação. Processos legais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser iniciados contra nós, com alegações, entre outras, de que nossos produtos eram defeituosos, danificados, adulterados, contaminados, não contêm as propriedades anunciadas ou não contêm informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou interações com outras substâncias químicas. Qualquer risco real ou possível à saúde associado a esses produtos, incluindo publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda de confiança entre nossos clientes quanto à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em nossas lojas, especialmente nossos produtos de marca própria. Qualquer alegação desta natureza feita contra nossas marcas ou produtos vendidos em nossas lojas pode ter um efeito adverso material em nossas operações, condição financeira, resultados de operações e reputação.

(i) Riscos relacionados aos setores econômicos em que a Companhia atua

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Enfrentamos concorrência significativa e pressão para nos adaptarmos às mudanças nos hábitos e preferências dos consumidores, o que pode afetar adversamente nossa participação de mercado e nossa renda líquida.

Atuamos principalmente na indústria de varejo de alimentos na Colômbia, incluindo o segmento de eletrodomésticos, que são altamente competitivos. Competimos com outros varejistas com base no preço, mix de produtos, localização e layout da loja e serviços. Os hábitos de consumo estão em constante mudança e talvez não sejamos capazes de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças. Enfrentamos intensa concorrência de outros formatos de lojas e subsegmentos dentro da indústria varejista de alimentos, especialmente o setor de cash e carry e hard-discount, que nos últimos anos tem imposto uma pressão competitiva significativa em nossas lojas de hipermercados. Também enfrentamos a concorrência de pequenos varejistas e varejistas regionais, principalmente no segmento de varejo, e especialmente daqueles que operam no segmento informal das economias colombianas. Aquisições ou consolidações dentro do setor também podem aumentar a concorrência e afetar adversamente nossa participação de mercado e nosso lucro líquido.

Se não conseguirmos competir com sucesso em nossos mercados-alvo (incluindo a adaptação de nosso mix ou layout de formato de loja, identificando locais e abrindo lojas em áreas preferenciais, e ajustando rapidamente nosso mix de produtos ou preços sob cada um de nossas marcas e segmentos) ou de outra forma nos ajustarmos às mudanças de hábitos e preferências dos consumidores, como a compra de dispositivos móveis, poderemos perder participação de mercado, o que afetaria adversamente nossa condição financeira e os resultados das operações.

A indústria colombiana de varejo de alimentos é sensível às diminuições do poder de compra do consumidor e aos ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, a indústria colombiana de varejo de alimentos passou por períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos dos consumidores. O sucesso das operações nos setores de varejo de alimentos e eletrodomésticos depende de vários fatores relacionados aos gastos e à renda do consumidor, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, emprego e níveis salariais. Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas por nós e Companhias de cartão de crédito podem afetar negativamente nossas vendas, especialmente para eletrodomésticos. Condições econômicas desfavoráveis na Colômbia ou em outros países latino-americanos onde operamos, ou condições econômicas desfavoráveis no mundo inteiro refletidas na economia colombiana e nos outros países onde operamos, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente para classes de renda mais baixas, que têm menos acesso ao crédito do que classes de renda mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento da dívida e maior suscetibilidade a ser afetada por aumentos na taxa de desemprego. Estas condições podem ter um efeito adverso material em nossa condição financeira e nos resultados de nossa operação.

De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística ("DANE") da Colômbia, no final de 31 de dezembro de 2021, o PIB colombiano aumentou 10,6% em relação ao mesmo período de 2020, enquanto o PIB diminuiu 6,8% em relação ao mesmo período de 2019. A indústria colombiana de varejo e atacado como um todo aumentou 11,8% durante 2021 e diminuiu 1,7% durante 2020, principalmente como resultado dos efeitos adversos da pandemia COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas, lockdowns, fechamento de espaços comerciais, bem como o aumento da taxa de desemprego e a diminuição da confiança dos consumidores.

Nossos resultados de operações e condição financeira foram, e continuarão sendo afetados pelo fraco PIB dos países onde operamos. Os desenvolvimentos na economia dos países latino-americanos onde operamos, principalmente a Colômbia, podem afetar as taxas de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

crescimento desses países e, conseqüentemente, o uso de nossos produtos e serviços, o que pode afetar negativamente o preço comercial de nossos BDRs e ações ordinárias.

Como a indústria varejista é geralmente percebida como essencialmente orientada para o crescimento, dependemos da taxa de crescimento da população urbana da Colômbia e dos diferentes níveis de renda. Qualquer diminuição ou desaceleração dessas métricas na Colômbia pode afetar adversamente nossas vendas e nossos resultados operacionais.

(j) Riscos relacionados à regulamentação dos setores em que a Companhia opera

Poderíamos ser materialmente afetados negativamente por violações da Lei de Práticas Corruptas Estrangeiras dos EUA, da Lei Sapin II e de leis anticorrupção similares.

Na Colômbia, a Lei nº 1.778 de 2016, conforme alterada pela Lei nº 2.195 de 2022, criou um novo caso de responsabilidade para as Companhias caso qualquer um de seus acionistas controladores, funcionários, empresários ou administradores ou de qualquer uma de suas subsidiárias, realize crimes de suborno estrangeiro. As sanções incluem multas (até 200.000x o salário-mínimo mensal atual) e uma proibição de contratar com o governo colombiano, entre outras. Da mesma forma, a legislação colombiana contempla entre seus critérios para limitar a responsabilidade corporativa a existência, execução e eficácia de programas de transparência e ética Empresarial ou mecanismos anticorrupção dentro da Companhia.

Além disso, a Lei francesa no. 1.691, de dezembro de 2016 ("Lei Sapin II"), refere-se à transparência, à prevenção da corrupção e à modernização da atividade econômica, e determina que as Companhias devem estabelecer um programa anticorrupção para identificar e mitigar os riscos de corrupção. Sob a Lei Sapin II, entre outros, qualquer pessoa jurídica ou indivíduo pode ser responsabilizado criminalmente por oferecer uma doação, presente ou recompensa com a intenção de induzir um funcionário público estrangeiro a abusar de sua posição ou influência para obter uma vantagem indevida. A Lei Sapin II é aplicável a Companhias pertencentes a um grupo cuja matriz está sediada na França e cuja força de trabalho inclui pelo menos 500 funcionários em todo o mundo. Como tal, a Lei Sapin II se aplica a nós. As principais disposições anticorrupção da Lei Sapin II estão em vigor desde 1º de junho de 2017.

O não cumprimento das leis anticorrupção em qualquer um dos países onde temos operações e aos quais estamos sujeitos ou quaisquer investigações de má conduta, ou ações de execução podem nos sujeitar a multas, perda de licenças operacionais e danos à reputação, bem como outras penalidades, incluindo prisões individuais, que podem nos afetar material e adversamente, nossa reputação e o preço comercial dos BDRs e nossas ações ordinárias.

Estamos sujeitos às leis e regulamentos ambientais e qualquer não conformidade pode afetar adversamente nossa reputação e nossa posição financeira.

Estamos sujeitos a uma série de diferentes leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à preservação e proteção do meio ambiente, especialmente em relação aos nossos postos de gasolina. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentos estabelecem exigências e normas de licenciamento ambiental para a liberação de efluentes, emissões gasosas, gerenciamento de resíduos sólidos e áreas protegidas. Nós incorremos em despesas para a prevenção, controle, redução ou eliminação de liberações no ar, solo e água em nossos postos de gasolina, bem como no descarte e manuseio de resíduos em nossas lojas e centros de distribuição. Qualquer falha no cumprimento dessas leis e regulamentos pode nos submeter a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de remediar ou indenizar outros pelos danos causados. Não podemos garantir que essas leis e regulamentos não se tornem mais rígidos. Se o fizerem, poderemos ser obrigados a aumentar, talvez significativamente, nossos gastos de capital e custos para

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

cumprir estas leis e regulamentos ambientais. Investimentos ambientais imprevistos podem reduzir os fundos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar de forma material e adversa.

(k) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia opera

As condições políticas e econômicas dos países em que operamos podem nos afetar negativamente.

As condições políticas e econômicas dos países em que operamos podem nos afetar negativamente.

Somos vulneráveis às crises econômicas internacionais e ao declínio da renda per capita nos países em que operamos. Uma diminuição no consumo nesses mercados pode afetar negativamente nossas vendas.

Enfrentamos riscos relacionados aos mercados internacionais em que operamos, incluindo principalmente:

- interferência dos governos locais nas políticas econômicas;
- taxas de câmbio instáveis e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e taxas de juros;
- controles cambiais estrangeiros e restrições às remessas ao exterior, incluindo remessa de dividendos;
- política fiscal e regime tributário;
- política de comércio exterior, incluindo impostos e tarifas;
- liquidez nos mercados financeiros, de capitais e de crédito; e
- outros riscos políticos, sociais e econômicos que afetam os mercados em que operamos.

A ocorrência de qualquer um desses fatores, bem como qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais nos mercados em que operamos ou pretendemos operar, pode nos impedir de cumprir nossas metas estratégicas nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, e pode nos afetar negativamente.

(l) Riscos macroeconômicos, políticos e conjunturais

As condições econômicas e políticas na Colômbia podem afetar adversamente nossos negócios, os resultados das operações e o preço comercial dos BDRs e de nossas ações ordinárias.

As condições econômicas e políticas na Colômbia podem afetar adversamente nossos negócios, os resultados das operações e o preço comercial dos BDRs e de nossas ações ordinárias, já que nossas operações na Colômbia representaram 77,0% de nossa receita consolidada de atividades ordinárias segundo contratos com clientes total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Crescimento econômico ou contrações, inflação, mudanças na lei, regulamentação, política ou futuras decisões judiciais e interpretações de políticas envolvendo controles cambiais e outros assuntos como (mas não limitado a) depreciação da moeda, inflação, taxas de juros, tributação, leis e regulamentações bancárias e outros desenvolvimentos políticos ou econômicos na Colômbia ou que afetem o ambiente geral de negócios e podem, por sua vez, nos afetar adversamente.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O Presidente Gustavo Petro, que tomou posse em agosto de 2022, herdou altos níveis de gastos do governo, e as medidas para cumprir as metas fiscais podem levar a protestos em todo o país, paralisando durante dias as atividades nas principais cidades da Colômbia. Além disso, embora ao longo da história recente governos eleitos (e o Congresso colombiano também) tenham adotado políticas econômicas de livre mercado quase sem intervenções econômicas, não podemos prever quais políticas, se houver, serão adotadas pelo novo governo e/ou congresso e se essas políticas terão um impacto negativo na economia colombiana ou em nosso desempenho Empresarial e financeiro.

Em 8 de agosto de 2022, o Ministério da Fazenda da Colômbia apresentou ao congresso colombiano um projeto de reforma tributária propondo várias mudanças no atual regime tributário colombiano. A reforma tributária foi aprovada pelo congresso colombiano em 17 de novembro de 2022, e foi sancionada pelo presidente Gustavo Petro em 13 de dezembro de 2022, nos termos da Lei nº 2.277 de 2022. A reforma tributária teve efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023. A reforma tributária inclui, entre outros: (i) um novo imposto de equidade permanente aplicável a pessoas físicas e não-residentes colombianos, (ii) um aumento na taxa do imposto sobre dividendos para acionistas locais e estrangeiros, (iii) um aumento na alíquota do imposto sobre ganhos de capital de longo prazo, de 10% para 15%, e (iv) a eliminação de benefícios e isenções fiscais específicas, como a regra que isentou a tributação do ganho de capital na alienação de ações listadas em bolsa (atualmente aplicável à alienação de menos de 10% do total de ações em circulação, que ficaria limitada a 3% do total de ações em circulação a partir de 2023), (5) uma sobretaxa de imposto de renda para empresas que se dedicam à extração de petróleo bruto e carvão variando de 0% a 15% e com base nos preços internacionais, e (6) a introdução de um imposto mínimo com base na taxa efetiva determinada sobre lucros contábeis.

Podemos ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou fiscais, e outros desenvolvimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar a Colômbia. Não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo colombiano e se tais políticas afetariam adversamente a economia colombiana e, conseqüentemente, a nós.

Em março de 2017, a Fitch Ratings ("Fitch") elevou o rating da Colômbia de negativo para estável devido à percepção de redução dos desequilíbrios macroeconômicos como resultado da forte redução do déficit em conta corrente, diminuiu as incertezas em torno da trajetória de consolidação fiscal da Colômbia devido às medidas de reforma tributária aprovadas em dezembro de 2016 e à expectativa de que a inflação atingiria a meta do Banco Central colombiano. A Fitch reafirmou as perspectivas "estáveis" em maio de 2017. Em dezembro de 2017, a S&P baixou a classificação de crédito soberano da Colômbia em moeda estrangeira de "BBB" para "BBB-". Em fevereiro de 2018, a Moody's Corporation ("Moody's") mudou a perspectiva de rating da Colômbia de estável para negativa. Em abril de 2020, em meio a desenvolvimentos relacionados ao spread da COVID-19 e ao colapso dos preços do petróleo, a S&P mudou o rating de crédito da Colômbia para negativo e a Fitch baixou o rating de crédito da Colômbia de "BBB" para "BBB-" com uma perspectiva negativa.

Em maio de 2021, a S&P Global Ratings ("S&P") baixou a classificação de crédito soberano da Colômbia de "BBB" para "BB+" após protestos que forçaram o governo do país a retirar uma proposta de reforma fiscal que visava financiar gastos transitórios e estruturais mais altos. Em julho de 2021, a Fitch Ratings ("Fitch") também baixou a classificação de crédito da Colômbia de "BBB-" para "BB+" devido à deterioração das finanças públicas com grandes déficits fiscais e um aumento do nível da dívida pública. Em outubro de 2021, a Moody's Investors Service ("Moody's") afirmou a classificação Baa2 e mudou a perspectiva da classificação da Colômbia para estável de negativa, apoiada pelo histórico do governo de gestão macroeconômica prudente e capacidade de construir consenso e promover políticas que promovam o crescimento econômico e apoiem as métricas fiscais. A perspectiva estável reflete a expectativa da Moody's de que as medidas fiscais aprovadas pelo governo e a recuperação econômica pós-pandêmica apoiarão a estabilização da dívida. Em maio e junho de 2022, a S&P e a Fitch, respectivamente, afirmaram a classificação de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

crédito da Colômbia. Qualquer redução adicional da classificação de crédito da Colômbia poderia afetar negativamente a economia colombiana e a nós.

Em dezembro de 2021, a Fitch Ratings confirmou a classificação do Uruguai para "BBB-" e revisou a perspectiva de classificação de crédito para estável de negativo. A revisão reflete a resiliência fiscal do Uruguai através da pandemia e da melhoria contínua na posição fiscal estrutural. A classificação "BBB-" é apoiada por um PIB per capita relativamente alto, fortes indicadores de governança e força institucional evidenciada por uma forte campanha de vacinação, assim como uma posição de liquidez robusta. É limitado pelo fraco crescimento econômico e por uma recuperação relativamente lenta pós-pandêmica, pela elevada dívida pública e seu grande componente em moeda estrangeira, um recorde de inflação elevada e flexibilidade de políticas que sua debilidade no contexto da dolarização prevalecente, indexação e dívida financeira rasa. Qualquer rebaixamento da classificação de crédito do Uruguai poderia afetar negativamente a economia uruguaia e a nós.

Em outubro de 2022, a Fitch Ratings baixou a classificação da Argentina de "CCC" para "CCC-", refletindo a fraca liquidez externa e pronunciados desequilíbrios macroeconômicos, no qual se espera que mine cada vez mais a capacidade de pagamento da dívida. O histórico de pagamento da dívida da Argentina é um dos mais fracos entre os soberanos classificados. Qualquer rebaixamento da classificação de crédito da Argentina poderia afetar negativamente a economia argentina e a nós.

Os desenvolvimentos e a percepção de risco em outros países podem afetar negativamente o preço dos títulos colombianos, incluindo os BDRs e nossas ações ordinárias.

O valor de mercado dos títulos de emissores colombianos é afetado em graus variados pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo países desenvolvidos como os Estados Unidos e alguns países europeus e de mercados emergentes. As reações dos investidores aos desenvolvimentos nesses países podem afetar negativamente o valor de mercado dos títulos de emissores colombianos, incluindo os BDRs e nossas ações ordinárias. Os preços de negociação no BVC, por exemplo, têm sido historicamente afetados pela flutuação das taxas de juros aplicáveis nos Estados Unidos e pela variação dos principais índices de ações dos Estados Unidos. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente nos Estados Unidos, pode diminuir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais colombianos, afetando negativamente os BDRs e nossas ações ordinárias. Além disso, crises ou desenvolvimentos significativos em outros países e mercados de capitais podem diminuir o interesse dos investidores em títulos de emissores colombianos, incluindo os BDRs e nossas ações ordinárias, e seu preço de negociação, limitando ou impedindo nosso acesso aos mercados de capitais e a fundos para financiar nossas operações futuras em termos aceitáveis.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, incluindo a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade nos mercados globais de capitais e a uma pressão recessiva sobre a economia colombiana. Qualquer surto na Colômbia pode afetar diretamente nossas operações, cada uma das quais pode afetar material e adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e os resultados das operações.

O surto de doenças transmissíveis em escala global pode afetar o sentimento de investimento e resultar em maior volatilidade nos mercados globais de capital e pode ter um efeito recessivo sobre as economias colombianas. Desde dezembro de 2019, uma nova cepa de coronavírus conhecida como COVID-19 se espalhou na China e em outros países. Em 2020, o surto da COVID-19 obrigou os governos de todo o mundo, inclusive da Colômbia, a adotar medidas temporárias para conter a disseminação da COVID-19 por meio de bloqueios de cidades, restrições a viagens e transporte público, fechamento de lojas e Companhias, e quarentenas de emergência, entre outros, todos os quais causaram interrupções significativas na economia global e no curso normal das operações comerciais

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

em uma lista crescente de setores e países. As medidas adotadas para combater o surto da COVID-19 afetaram negativamente e continuarão a afetar negativamente a confiança Empresarial e o sentimento dos consumidores. Elas têm sido, e podem continuar a ser acompanhadas por uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities, bem como nas bolsas de valores em todo o mundo.

A propagação da COVID-19, especialmente se as medidas para conter a propagação do vírus persistirem, pode ter implicações macroeconômicas mais amplas, incluindo níveis reduzidos de crescimento econômico e possivelmente uma recessão global, cujos efeitos podem ser sentidos muito além do tempo em que a propagação da infecção for contida. Muitos países estão implementando planos de alívio para reduzir os efeitos da COVID-19 na economia local e mundial. Devido às incertezas relacionadas à duração deste novo vírus, não podemos estimar os impactos adicionais que a COVID-19 pode causar sobre o preço e o desempenho de nossas ações ordinárias e BDRs. Qualquer mudança material nos mercados financeiros colombianos e internacionais ou nas economias dos países onde operamos como resultado desses eventos ou qualquer desenvolvimento pode afetar de forma material e adversa nossos negócios, condição financeira e resultados de operações.

A volatilidade cambial pode afetar adversamente as economias dos países onde operamos e nós.

O peso colombiano tem experimentado historicamente variações frequentes e substanciais em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras. O peso colombiano depreciou-se em relação ao dólar americano em 0,8% em 2019, 4,7% em 2020 e 16,0% em 2021. A depreciação do peso colombiano em relação ao dólar americano pode criar pressões inflacionárias na Colômbia e causar aumentos nas taxas de juros, o que afeta negativamente o crescimento da economia colombiana como um todo, restringe o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e pode provocar intervenções governamentais, inclusive políticas governamentais recessivas. A depreciação do peso colombiano em relação ao dólar americano também, inclusive no contexto de uma desaceleração econômica, levou à diminuição dos gastos dos consumidores, pressões inflacionárias e redução do crescimento da economia como um todo. A depreciação também reduziria o valor em dólares americanos das distribuições e dividendos e o equivalente em dólares americanos do preço comercial de nossos BDRs e nossas ações ordinárias. Como resultado, podemos ser materialmente e adversamente afetados pelas variações da taxa de câmbio do peso colombiano em relação ao dólar americano.

O peso uruguaio depreciou em relação ao dólar americano em 15,1% em 2019, 13,7% em 2020 e 5,4% em 2021. A eficácia da política monetária no país pode ser uma preocupação, dada a economia fortemente dolarizada.

O peso argentino depreciou em relação ao dólar americano em 62,1% em 2019, 42,7% em 2020 e 20,5% em 2021.

O governo colombiano e o Banco Central da Colômbia exercem influência significativa sobre a economia colombiana. As condições políticas e econômicas podem ter um impacto em nossos negócios, situação financeira e resultados de operações.

O Governo e o Banco Central da Colômbia podem intervir na economia colombiana e fazer mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória, o que poderia resultar na desvalorização da moeda e nas mudanças nas reservas internacionais. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou fiscais, e outros desenvolvimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar a Colômbia ou os mercados internacionais. Possíveis desenvolvimentos incluem flutuações nas taxas de câmbio, inflação, instabilidade de preços, mudanças nas taxas de juros, liquidez dos mercados domésticos de capital e dívida, controles cambiais, exigências de depósitos sobre empréstimos estrangeiros, controles sobre fluxos de capital e limites ao comércio exterior.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Embora o governo colombiano não tenha imposto restrições cambiais desde 1990, os mercados de moeda estrangeira da Colômbia têm sido historicamente extremamente regulados. A lei colombiana permite que o Banco Central colombiano imponha controles cambiais para regular a remessa de dividendos e/ou investimentos estrangeiros caso as reservas de moeda estrangeira do Banco Central colombiano caiam abaixo de um nível igual ao valor de três meses de importação de bens e serviços para a Colômbia. Uma intervenção que nos impeça de possuir, utilizar ou remeter dólares prejudicaria nossa condição financeira e os resultados das operações, e prejudicaria nossa capacidade de converter qualquer pagamento em dólares americanos.

O governo colombiano tem poder considerável para moldar a economia colombiana e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das Companhias. O governo colombiano pode procurar implementar novas políticas destinadas a controlar a flutuação do peso em relação ao dólar americano e promover a estabilidade dos preços internos. O presidente da Colômbia tem poder considerável para determinar políticas e ações governamentais relacionadas à economia e pode adotar políticas que sejam inconsistentes com as do governo anterior ou que podem nos afetar negativamente.

A implementação de novos controles cambiais e restrições às entradas e saídas de capitais poderiam limitar a disponibilidade de crédito internacional e ameaçar o sistema financeiro, afetando negativamente a economia argentina e, conseqüentemente, os nossos negócios.

Embora não existam restrições à capacidade das filiais na Argentina para transferir fundos para a Companhia seja sob a forma de dividendos em dinheiro, ou reembolsos de empréstimos ou pagamentos adiantados, devido à crise cambial gerada em agosto de 2019 e à contínua redução das reservas de moeda estrangeira do Banco Central Argentino, desde 1º de setembro de 2019 o governo argentino impôs rígidos controles cambiais e restrições de transferências, que tornaram mais custosa a remessa de rendimentos de investimentos na Argentina em moeda estrangeira a investidores estrangeiros ou de fazer certos pagamentos ou distribuições para fora da Argentina.

Em resposta às restrições cambiais reimpostas, desenvolveu-se novamente um mercado comercial não oficial de dólares americanos no qual a taxa de câmbio peso argentino-dólar americano difere substancialmente da taxa de câmbio oficial do peso argentino - dólar americano no mercado de divisas. Além disso, o acesso à moeda estrangeira e a sua transferência para fora da Argentina também pode ser obtido através de transações no mercado de capitais denominadas "blue-chip swap", sujeitas a certas restrições, o que é significativamente mais caro do que a aquisição de moeda estrangeira no mercado de divisas.

No passado, o governo argentino impôs também restrições informais à capacidade de aquisição de moeda estrangeira por entidades e indivíduos, consistindo em medidas de fato como as descritas acima. Não obstante as medidas adotadas pelo governo argentino nos últimos anos, no futuro o governo argentino poderá reestabelecer mais controles cambiais, restrições de transferência, restrições à livre circulação de capitais, e poderá implementar outras medidas em resposta à saída de capitais ou a uma depreciação significativa do peso argentino, o que poderá limitar ainda mais a nossa capacidade de receber dividendos, distribuições, ou o produto de qualquer venda de ações dos nossos investimentos na Argentina. Tais medidas poderiam conduzir a novas tensões políticas e sociais, e poderiam minar as finanças públicas do governo argentino, o que poderia afetar negativamente a economia e as perspectivas de crescimento econômico da Argentina e, conseqüentemente, afetar negativamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Se os Estados Unidos impuserem sanções à Colômbia no futuro, nossos negócios poderão ser adversamente afetados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Colômbia está entre várias nações cuja elegibilidade para receber ajuda externa dos Estados Unidos depende de seu progresso no controle da produção e trânsito de drogas ilegais, o que está sujeito a uma revisão anual pelo Presidente dos Estados Unidos. Embora a Colômbia seja atualmente elegível para receber tal ajuda, ela pode não permanecer elegível no futuro. Uma constatação do Presidente dos Estados Unidos de que a Colômbia não cumpriu comprovadamente suas obrigações decorrentes de acordos internacionais antinarcóticos pode resultar na imposição de sanções econômicas e comerciais à Colômbia, o que poderia resultar em consequências econômicas adversas na Colômbia, inclusive ameaçando potencialmente nossa capacidade de obter o financiamento necessário para desenvolver nossos negócios e poderia aumentar ainda mais os riscos políticos e econômicos associados às nossas operações.

Os desenvolvimentos em outros mercados emergentes podem afetar negativamente o valor de mercado de nossas ações ordinárias e de nossos BDRs.

Os mercados emergentes estão sujeitos a riscos maiores do que os mercados mais desenvolvidos, e a turbulência financeira em qualquer mercado emergente pode perturbar os negócios na Colômbia e afetar adversamente o preço de nossas ações ordinárias e nossos BDRs. Além disso, a turbulência financeira em qualquer país importante de mercado emergente pode afetar adversamente os preços nos mercados de ações e preços de títulos de capital de emissores em outros países de mercado emergente, à medida que os investidores movimentam seu dinheiro para mercados mais estáveis e desenvolvidos. Um aumento dos riscos percebidos associados ao investimento em mercados emergentes poderia amortecer os fluxos de capital para a Colômbia e afetar adversamente a economia colombiana em geral, bem como o interesse dos investidores em nossas ações ordinárias e em nossos BDRs. Não podemos assegurar que o valor de nossas ações ordinárias e de nossos BDRs não será afetado negativamente por eventos em outros mercados emergentes ou na economia global em geral.

As condições políticas nos outros mercados emergentes e nos Estados Unidos podem afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

A economia colombiana e o valor de mercado dos títulos emitidos por emissores colombianos e emissores com operações na Colômbia podem ser, em diferentes graus, afetados pelas condições econômicas e de mercado em outros países de mercados emergentes e nos Estados Unidos. Além disso, as condições econômicas na Colômbia estão correlacionadas com as condições econômicas nos Estados Unidos como resultado, entre outras coisas, do Acordo de Livre Comércio Estados Unidos-Colômbia ("USCOFTA") e do aumento da atividade econômica entre os dois países.

Condições econômicas adversas nos Estados Unidos, a rescisão ou renegociação de acordos de livre comércio, incluindo o, ou outros eventos relacionados, poderiam ter um efeito adverso sobre a economia colombiana. Embora as condições econômicas em outros países de mercados emergentes e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas na Colômbia, as reações dos investidores aos acontecimentos em outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos dos ativos colombianos. Não pode haver garantia de que futuros desenvolvimentos em outros países de mercados emergentes e nos Estados Unidos, sobre os quais não temos controle, incluindo a renegociação de acordos de livre comércio como o USCOFTA, não terão um efeito adverso material sobre nossa capacidade de servir nossa dívida, o que poderia prejudicar nossa capacidade de fazer pagamentos de dividendos e poderia afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias e nossos BDRs.

Historicamente, a Colômbia tem vivido vários períodos de violência e instabilidade. A futura violência e instabilidade na Colômbia pode afetar negativamente a economia colombiana e nossas operações.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Colômbia passou por vários períodos de violência nas últimas cinco décadas, principalmente devido às atividades de guerrilheiros, grupos paramilitares, cartéis de drogas e bandas criminosas conhecidas como Bacrim. Em resposta, o governo colombiano implementou várias políticas de segurança e fortaleceu suas forças militares e policiais, incluindo a criação de unidades especializadas.

Apesar do tratado de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*) ("FARC"), uma diminuição duradoura da violência ou do crime relacionado às drogas na Colômbia ou a integração bem-sucedida de ex-membros da guerrilha na sociedade colombiana, pode não ser alcançada. Em 2018, o governo colombiano suspendeu as negociações de paz com o Exército de Libertação Nacional ("ELN") e, em 2019, um grupo minoritário de dissidentes dentro das FARC anunciou seu retorno às atividades ilegais. Durante 2019, o ELN perpetrou diferentes ataques terroristas na Colômbia, incluindo um carro-bomba em uma academia de polícia em Bogotá, que resultou em 21 mortos e muitos outros feridos. Uma escalada de violência ou de crimes relacionados às drogas pode ter um impacto negativo sobre a economia colombiana e sobre nós.

Além disso, o acordo de paz alcançado com as FARC pode ser modificado por futuros governos, incluindo o atual presidente. Se houver desvios do acordo de paz, não pode haver garantia de que as ações criminosas não se agravarão na Colômbia. Embora o Congresso colombiano tenha aprovado certos regulamentos para implementar o acordo de paz final, tais como a lei que rege o Sistema Especial de Justiça de Paz (*Jurisdicción Especial para la Paz*), as leis promulgadas pelo Congresso colombiano a este respeito podem diferir das disposições do acordo de paz.

Durante 2020, os dissidentes do ELN e das FARC, juntamente com outros grupos criminosos dissidentes, continuaram a operar na Colômbia e, embora a situação de segurança tenha melhorado drasticamente nos últimos anos, não há garantias de que a situação não se deteriore novamente. Qualquer aumento na prática de sequestros ou atividade terrorista na Colômbia ou nas áreas de nossos projetos em geral podem perturbar as cadeias de abastecimento e desencorajar indivíduos qualificados de se envolverem em nossas operações.

Durante sua campanha presidencial, o Presidente da Colômbia, Sr. Gustavo Petro, expressou seu apoio ao restabelecimento das negociações com o ELN. Em outubro de 2022, o governo do Sr. Gustavo Petro anunciou o restabelecimento de tais negociações. Até esta data, talvez não possamos antecipar o resultado ou as consequências de tais negociações, e como elas podem afetar nossos negócios.

Além disso, a região da América Latina passou recentemente por uma onda de protestos e violência exigindo reformas sociais nos regimes de pensão e aposentadoria, acesso à saúde, acesso à educação, proteção ambiental e tomada de medidas contra a desigualdade, entre outras, sofreu greves e outras manifestações relacionadas à agitação política na região. Tais protestos também ocorreram na Colômbia, e o governo colombiano não conseguiu chegar a um acordo com os líderes dos protestos.

Além disso, tudo isso pode afetar a percepção de que as coisas não melhoraram na Colômbia e pode prejudicar nossa capacidade de acessar capital de forma oportuna ou econômica. Não há garantias de que tentativas contínuas de reduzir ou prevenir a guerrilha, o tráfico de drogas ou a atividade criminosa serão bem sucedidas ou que a guerrilha, o tráfico de drogas e/ou a atividade criminosa não interromperão nossas operações no futuro.

Uma implementação fracassada dos acordos de paz com as FARC pode afetar a segurança da Colômbia e nossas operações.

Desde o início das negociações dos acordos de paz celebrados entre o governo colombiano e as FARC em 24 de novembro de 2016, as ações de guerrilha contra as atividades relacionadas à manutenção em nosso setor diminuiriam. No entanto, o processo de implementação envolve alguns riscos que podem afetar nossas operações no futuro, como

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

o surgimento de novas estruturas criminosas compostas por membros dissidentes das FARC e o consequente aumento da atividade criminosa, especialmente em áreas urbanas, novos pedidos de restituição de terras despojadas durante o conflito, áreas com alta presença de minas antipessoais, a formação de um novo partido político composto por ex-guerrilheiros, juntamente com o surgimento de novas forças políticas em todas as regiões em que operamos, e o fortalecimento de grupos de pressão social. Além disso, dependendo das ações do Presidente Duque, a implementação dos tratados de paz poderia produzir resultados políticos incertos. Caso algum desses riscos se materialize, o desenvolvimento de novos projetos poderá ser retardado ou descontinuado, e/ou poderá levar a um cenário de instabilidade sócio-política, o que poderá aumentar as demandas de investimento social e econômico para as companhias que operam na Colômbia.

O acordo de paz assinado com as FARC pode resultar na promulgação de novas leis e regulamentos, cujo impacto em nossas operações é imprevisível.

A implementação do acordo de paz com as FARC exigiu e pode continuar exigindo a promulgação de novas leis e regulamentos, que podem impactar nossa atividade de maneiras que não podemos antecipar. A legislação foi promulgada em conexão com a implementação da Reforma Rural Integral, conforme previsto no acordo de paz. Tal legislação incluiu a criação de um Fundo de Tierras para a Reforma Rural Integral e estabeleceu certos parâmetros para conceder terras a determinadas populações beneficiadas e quais propriedades estão sujeitas a serem concedidas. Além disso, o Congresso colombiano aprovou leis que regem o Sistema Especial de Justiça de Paz (*Jurisdicción Especial para la Paz*), que vem avançando de acordo com o acordo de paz. O impacto de tal nova legislação ainda é desconhecido, e outras regulamentações podem ser necessárias para que tal legislação seja implementada. Além disso, as leis promulgadas pelo Congresso colombiano podem diferir das disposições do acordo de paz e levar a uma escalada de atos criminosos e terroristas das FARC ou de outros grupos na Colômbia. Novas leis ou regulamentos promulgados em conexão com a implementação do acordo de paz podem ter impacto em nossa atividade e podem ter um efeito negativo em nossa condição financeira e resultados de operações e no preço de mercado de nossas ações ordinárias e nossos BDRs.

O governo colombiano pode apreender ou expropriar nossos bens sob certas circunstâncias.

Nos termos dos artigos 58 e 59 da Constituição colombiana, o Governo colombiano pode exercer seus poderes de domínio eminentes em relação a nossos bens se qualquer ação desse tipo for considerada pelo Governo colombiano como sendo necessária para proteger os interesses públicos. Poderes de domínio eminentes podem ser exercidos através de: (i) um processo ordinário de expropriação judicial (*expropiación judicial*), (ii) um processo administrativo de expropriação (*expropiación administrativa*) ou (iii) uma expropriação por motivo de guerra (*expropiación en caso de guerra*). Em todos os casos, teríamos direito a uma indenização (*indenización previa*) pelos bens expropriados. Também, como regra geral, a indenização deve ser paga antes que o bem seja efetivamente expropriado (exceto no caso de expropriação por motivos de guerra, em cujo caso a indenização pode ser quantificada e paga posteriormente). Entretanto, a compensação pode ser inferior ao preço pelo qual o ativo expropriado poderia ser vendido em uma venda de mercado livre ou ao valor do ativo como parte de um negócio em andamento. Qualquer apreensão ou expropriação pelo governo colombiano poderia afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e condição financeira e o preço de mercado de nossas ações ordinárias e nossos BDRs.

Estamos sujeitos a novos e mais altos impostos resultantes de mudanças nas regulamentações fiscais ou na interpretação das mesmas na Colômbia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Novas leis e regulamentos fiscais e incertezas na interpretação com relação às políticas fiscais existentes e futuras podem nos afetar. Nos últimos anos, o Congresso colombiano impôs impostos adicionais e promulgou modificações nos impostos existentes relacionados a transações financeiras, renda, imposto sobre o valor agregado (IVA) e impostos sobre o patrimônio líquido. Mudanças nas leis e regulamentos fiscais, e suas interpretações, podem criar encargos fiscais adicionais para nós e nossas Companhias, aumentando as taxas e impostos, criando novos impostos, limitando deduções fiscais, e/ou eliminando incentivos fiscais e renda não tributada. Além disso, as autoridades fiscais e os tribunais competentes podem interpretar as regulamentações fiscais de forma diferente da nossa, o que poderia resultar em litígios fiscais e custos e penalidades associadas em parte devido à novidade e complexidade da nova regulamentação.

Em 14 de setembro de 2021, o Congresso promulgou a Lei 2155 de 2021, aprovando a última reforma tributária na Colômbia. A reforma tributária introduziu mudanças na lei tributária colombiana, entre outras: (i) a alíquota do imposto de renda de pessoa jurídica foi aumentada para 35% que será aplicada a partir do exercício de 2022, (ii) um novo imposto de "normalização" (*impuesto de normalización tributaria*) foi introduzido por meio de um imposto sobre ativos não declarados e/ou passivos inexistentes a uma alíquota de 17% a ser acionado em 1º de janeiro de 2022, (iii) regras diferentes sobre transparência tributária, e (iv) a definição de proprietário beneficiário final foi modificada e também foram introduzidas regras sobre a informação de proprietários beneficiários finais.

Em 8 de agosto de 2022, o Ministério da Fazenda da Colômbia apresentou ao congresso colombiano um projeto de reforma tributária propondo várias mudanças no atual regime tributário colombiano. A reforma tributária foi aprovada pelo congresso colombiano em 11 de novembro de 2022, e foi sancionada pelo presidente Gustavo Petro em 13 de dezembro de 2022, nos termos da Lei nº 2.277, de 2022, a qual entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023. Entretanto, é esperado que a reforma se torne efetiva no começo de 1 de Janeiro de 2023. A reforma inclui, entre outros: (i) um novo imposto de equidade permanente aplicável a pessoas físicas e não-residentes colombianos, (ii) um aumento na taxa de imposto sobre dividendos para acionistas locais e estrangeiros, (iii) um aumento na alíquota do imposto sobre ganhos de capital de longo prazo de 10% para 15%, (iv) a eliminação de benefícios e isenções fiscais específicas, como a regra que isentou a tributação do ganho de capital na alienação de ações listadas em bolsa (atualmente aplicável à alienação de menos de 10% do total de ações em circulação, que ficaria limitada a 3% do total de ações em circulação a partir de 2023), (v) uma sobretaxa de imposto de renda para empresas que se dedicam à extração de petróleo bruto e carvão variando de 0% a 15% e com base nos preços internacionais, e (vi) a introdução de um imposto mínimo com base na taxa efetiva determinada sobre lucros contábeis. Novas leis ou regulamentos fiscais podem ter impacto em nossa atividade e podem ter um efeito negativo em nossa condição financeira e resultados de operações e no preço de mercado de nossas ações ordinárias e nossos BDRs.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Estamos expostos a uma série de riscos no curso normal de nossos negócios, incluindo, mas não limitados a, risco de moeda estrangeira e risco de taxa de juros. Avaliamos regularmente cada um desses riscos para minimizar quaisquer efeitos adversos em nossos negócios como resultado desses fatores. Quando se trata de gestão de capital, nossos objetivos são proteger nossa capacidade de sustentar as operações a fim de proporcionar retornos aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, bem como manter uma estrutura de capital apropriada para reduzir os custos de capital. Somos capazes de ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida, a fim de manter ou ajustar a estrutura de capital. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas aos seguintes riscos de mercado:

A) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros é o risco de que o justo valor dos ativos e passivos financeiros, ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros, flutuem devido a mudanças nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas subsidiárias ao risco de taxa de juros está principalmente relacionada a obrigações de dívida incorridas a taxas de juros variáveis ou indexadas a um índice fora do controle da Companhia e de suas subsidiárias.

A maioria das obrigações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias são indexadas a taxas variáveis de mercado.

Abaixo do saldo relativo aos ativos e passivos financeiros distribuídos por tipo de taxa de juros:

(Em milhares de R\$)

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Taxa de juros fixa			
Ativos financeiros	1.047.625	871.504	628.045
Obrigações financeiras	7.361.756	7.158.592	5.834.311
Taxa de juros variável			
Ativos financeiros	3.629.779	3.692.641	3.213.418
Obrigações financeiras	4.335.586	4.671.749	2.835.825

B) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutuem devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas subsidiárias ao risco cambial está ligada a transações passivas em moeda estrangeira associadas a passivos de dívida de longo prazo e às atividades operacionais da Companhia e de suas subsidiárias (sempre que as receitas e despesas forem denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional), bem como aos investimentos líquidos da Companhia e de suas subsidiárias no exterior.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

	Data de Vencimento Esperada					Justo valor
	2022	2023	2024	Posterior	Total	
	(Em milhares de R\$)					
Empréstimos e financiamentos em dólares norte-americanos	-	-	-	-	-	-
Pesos colombianos	256.153	448.168	162.486	173.336	1.040.143	1.040.143
Reais	-	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos	256.153	448.168	162.486	173.336	1.040.143	1.040.143
Debêntures e nota promissória em reais	-	-	-	-	-	-
Total de Debêntures	-	-	-	-	-	-

C) Risco do preço das ações

O capital social emitido, o prêmio na emissão ou colocação de ações e todas as outras reservas patrimoniais atribuíveis aos acionistas da controladora da Companhia estão incluídos para fins de administração do preço das ações da Companhia e de suas subsidiárias. O principal objetivo de administrar o patrimônio líquido da Companhia é maximizar o valor para os acionistas.

D) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas subsidiárias enfrentem dificuldades para cumprir suas obrigações associadas a passivos financeiros, que são liquidados pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da Companhia para administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que ela terá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto sob circunstâncias normais ou de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar sua reputação em risco.

A tabela a seguir mostra um perfil de vencimentos das obrigações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias com base em pagamentos contratuais não descontados decorrentes dos acordos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de R\$)	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamento do arrendamento mercantil bruto	398.940	1.270.569	955.698	2.625.207
Outras responsabilidades contratuais relevantes	224.875	1.082.148	116.961	1.423.984
Total	623.815	2.352.717	1.072.659	4.049.191

Em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de R\$)	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamento do arrendamento mercantil bruto	474.390	1.482.262	1.164.163	3.120.815
Outras responsabilidades contratuais relevantes	1.031.535	581.120	37.363	1.650.018

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Total **1.505.925** **2.063.382** **1.201.526** **4.770.833**

Análise de sensibilidade:

O Grupo Éxito avaliou as mudanças potenciais nas taxas de juros de passivos financeiros e outros passivos contratuais significativos.

Assumindo completa normalidade e considerando uma variação de 10% nas taxas de juros, três cenários foram avaliados:

- (i) Cenário I: Últimas taxas de juros conhecidas na data do balanço patrimonial.
- (ii) Cenário II: Um aumento de 25% igual ao 0,8545% é assumido para a Taxa de Referência Bancária. Este aumento é aplicado sobre a última taxa de juros publicada.
- (iii) Cenário III: Um aumento de 50% igual ao 1,7090% é assumida para a Taxa de Referência Bancária. Este aumento é aplicado sobre a última taxa de juros publicada.

A análise de sensibilidade não resultou em variação significativa entre os três cenários. As mudanças potenciais são as seguintes:

Operações	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Previsão de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
<i>(R\$ milhares)</i>					
Empréstimos	Mudanças nas taxas de juros	1.271.496	1.258.624	1.287.936	1.309.847
Total		1.271.496	1.258.624	1.287.936	1.309.847

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não-confidenciais e relevantes

A Companhia e suas subsidiárias são partes em processos e processos administrativos civis, tributários, trabalhistas, regulatórios e ambientais, entre eles as prováveis, possíveis e remotas chances de perda.

As provisões da Companhia são registradas de acordo com as regras contábeis, baseadas na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, e as provisões são registradas para processos judiciais avaliados por seus assessores jurídicos como processos com probabilidade de perda provável. O valor total provisionado para os processos, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$29.298 mil, conforme descrito abaixo:

(Em milhares de R\$)	31/12/2021
Processos judiciais trabalhistas	14.602
Processos judiciais civis	7.528
Procedimentos administrativos e regulamentares	2.532
Subtotal de disposições para Processos judiciais	24.662
Imposto sobre o valor agregado a recolher	4.438
Outras ações judiciais da Libertad S.A.	198
Total de disposições para processos judiciais	29.298

Para os fins deste item 4.3, os processos em que a Companhia e suas subsidiárias são partes e que (i) podem afetar significativamente o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente podem afetar negativamente a imagem da Companhia foram considerados individualmente relevantes.

Descrevemos abaixo os principais processos judiciais e administrativos individuais aos quais a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2021, segregados de acordo com sua natureza.

Contingências Trabalhistas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem nenhuma contingência trabalhista material isolada.

Contingências Cíveis

PROCESSO 1	
a. Sentença	<i>Corte Suprema de Justicia Sala Civil</i>
b. Instância	Recurso extraordinário de cassação perante a <i>Corte Suprema de Justicia</i>
c. Data Inicial	27/06/2017
d. Litigantes	Ré: Almacenes Éxito S.A. Autores: Ingenieros Constructores y Asociados Inka S.A.S. e Solari Inversiones y Desarrollos Inmobiliarios S.A.S. (" <u>Inka e Solari</u> ")

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

PROCESSO 1	
e. Pedido	Descumprimento das condições contratuais, solicitando danos decorrentes da compra de bens.
f. Principais fatos	<p>Em outubro de 2015, Éxito e Inka e Solari concordaram em firmar um fideicomiso para o qual Éxito transferiria a propriedade de alguns imóveis, em troca do pagamento de um preço pela Inka e Solari.</p> <p>A Inka e a Solari informaram ao Éxito que não pagariam os cinquenta por cento (50%) restantes do preço e não aceitaram a transferência dos cinquenta por cento (50%) correspondentes dos direitos fiduciários, dada uma suposta violação do acordo por parte do Éxito em relação à falta de pagamento de alguns gravames sobre os bens imóveis. Assim, a Inka e a Solari decidiram iniciar uma reclamação solicitando a rescisão do Contrato.</p> <p>A sentença em primeira instância foi emitida em 7 de fevereiro de 2019, através da qual os pedidos da Inka e da Solari foram aceitos.</p> <p>Tal sentença foi apelada pelo Éxito e revogada pelo Tribunal Superior de Barranquilla em 2 de outubro de 2019, negando os pedidos da ação judicial.</p> <p>Inka e Solari interpuseram recurso contra a decisão da Corte, que, até 31 de dezembro de 2021, ainda não havia sido resolvida.</p> <p>Em 30 de junho de 2022, este pedido foi resolvido a favor da Companhia.</p>
g. Chance de Perda	Possível
h. Valor estimado de perda	R\$3.644 mil

Processos administrativos e regulamentares

PROCESSO 1	
a. Sentença	Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)
b. Instância	Processos Administrativos
c. Data Inicial	17/09/2018
d. Litigantes	Ré: Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN) Autora: Almacenes Éxito S.A.
e. Pedido	Discussão administrativa com DIAN sobre a proposta de alteração da declaração de imposto de renda para 2015
f. Principais fatos	<p>O Éxito procura declarar a validade da declaração do imposto de renda e dos impostos complementares e, conseqüentemente, o Éxito não deve nenhuma quantia.</p> <p>A Revisão Oficial do Imposto de Renda de junho de 2019 declarou que a declaração de imposto de renda de 2015 ainda estava aberta e exigia uma modificação, diminuindo o valor devolvido e incluindo uma sanção para o erro.</p>
g. Chance de Perda	Possível
h. Valor estimado de perda	R\$45.168 mil

PROCESSO 2	
a. Sentença	Consejo de Estado
b. Instância	Segunda Instância

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

PROCESSO 2	
c. Data Inicial	04/02/2016
d. Litigantes	Ré: Secretaria da Fazenda – Secretaria Distrital de Impostos de Bogotá Autora: Almacenes Éxito S.A.
e. Pedido	Contra a resolução por meio da qual a Secretaria da Fazenda - Secretaria Distrital de Impostos de Bogotá emitiu um acordo oficial de revisão do Imposto Industrial e Comercial para os períodos bimensais 4, 5 e 6 de 2011, com base em supostas imprecisões nos pagamentos.
f. Principais fatos	Para o Éxito, o Pedido não é válido porque a Ré não cumpriu a resolução em tempo hábil e a inspeção e a convocação para corrigir não seguiu o termo estabelecido. A Ré considera que o prazo para emitir a resolução foi suspenso, e as ações foram tomadas em tempo hábil. O Éxito venceu em primeira instância. A Ré recorreu ao Consejo de Estado.
g. Chance de Perda	Possível
h. Valor estimado de perda	R\$16.582 mil

Contingências Ambientais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem nenhuma contingência ambiental material isolada.

Procedimentos para outros impostos, exceto o imposto de renda

PROCESSO 1	
a. Sentença	Consejo de Estado
b. Instância	Segunda Instância
c. Data Inicial	05/09/2018
d. Litigantes	Ré: Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN) Autora: Almacenes Éxito S.A.
e. Pedido	Determinação Oficial do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) para os 3º, 4º e 6º períodos bimestrais de 2013
f. Principais fatos	Ação ajuizada pelo Éxito contra DIAN que busca anular alguns atos administrativos através dos quais o IVA sobre frango marinado foi liquidado para os 3º, 4º e 6º bimestres de 2013. Em 29 de novembro de 2021, a sentença de primeira instância foi notificada por e-mail, negando os pedidos da Exito. Em 13 de dezembro de 2021, o Éxito interpôs o Recurso contra a Sentença de Primeira Instância, que será resolvido pelo Consejo de Estado.
g. Chance de Perda	Provável
h. Valor estimado de perda	R\$4.438 mil

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3.1 - Montante total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total provisionado para os processos individualmente descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência, com probabilidade de perda provável, era de R\$4.438 mil.

A moeda funcional da Companhia e a moeda original de apresentação são os Pesos Colombianos. Entretanto, a Companhia apresenta os valores envolvidos nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência em Reais, para cumprir com a regulamentação da CVM. Os valores em Reais apresentados abaixo foram convertidos de Pesos Colombianos para Reais, com base na taxa de câmbio de fechamento do período.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não-confidenciais cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, acionistas controladores, ex-acionistas controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha nenhum processo legal, administrativo ou arbitral não confidencial cujas partes contrárias são administradores, ex-administradores, acionistas controladores, ex-acionistas controladores ou investidores.

4.4.1 - Montante total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, pois não há ações judiciais descritas no item 4.4.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 – Processos confidenciais relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte de nenhum processo confidencial.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 – Processos judiciais, administrativos ou de arbitragem que sejam repetitivos ou relacionados, não-confidenciais e conjuntamente relevantes

Não aplicável, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou relacionados, baseados em fatos e causas legais similares, não confidenciais e coletivamente relevantes.

4.6.1 - Montante total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, pois não há processos judiciais, administrativos ou de arbitragem que sejam repetitivos ou relacionados, não-confidenciais e conjuntamente relevantes descritos no item 4.6.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 4.7.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

(a) restrições impostas ao exercício dos direitos políticos e econômicos

De acordo com a legislação colombiana, o estatuto social da Companhia não pode restringir o exercício de direitos políticos ou econômicos. Entretanto, quando um acionista não integraliza as ações subscritas, ele não poderá exercer seus direitos econômicos e políticos, conforme estabelecido pelo artigo 397 do Código Comercial Colombiano.

O acordo de acionistas pode incorporar condições sobre como votar em uma assembleia de acionistas. No entanto, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte de acordos de acionistas.

Os artigos 61 a 66 do Código Comercial Colombiano regulam a emissão de ações preferenciais (ações com dividendo preferencial e sem direito a voto). A Companhia não emitiu tais ações até este momento.

Existem restrições para administradores e funcionários que possuem ações sobre seus direitos de voto em determinadas matérias, tais como aprovação de demonstrações financeiras anuais da Companhia e processos de reestruturação, de acordo com o estatuto social da Companhia.

Por fim, nos termos Contrato de Depósito, não serão oferecidos aos titulares de BDRs direitos ou quaisquer outras prerrogativas que sejam ilegais segundo a legislação brasileira vigente ou cuja disponibilização aos titulares dos BDRs seja impraticável.

Por mais que não seja possível determinar de antemão todas as situações que poderiam ser consideradas ilegais ou com disponibilização impraticável, caso verificada a ilegalidade ou impossibilidade no caso concreto, que poderia envolver um pagamento de proventos com utilização de recursos oriundos de atividades proibidas ou ilícitas, uma subscrição de novos valores mobiliários de emissão da Companhia que requereriam uma oferta pública no Brasil, cujo registro não foi obtido, ou, ainda, uma situação que não seja possível operacionalizar em virtude de limitações no sistema da B3, o investidor poderá não receber tais pagamentos ou ser impedido de exercer os direitos decorrentes de tais operações.

(b) restrições à circulação e transferência dos títulos

Não há restrição à circulação e transferência dos títulos da Companhia.

(c) casos de cancelamento de registro

A Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com as regras definidas pelo Decreto 2555 de 2010 e pelo Estatuto Social da Companhia, deve decidir acerca do cancelamento voluntário do registro da Companhia.

Para cancelar o registro no Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários (RNVE), tal processo deverá ser cancelado primeiro na Bolsa Colombiana de Valores (BVC).

Os acionistas que aprovarem o cancelamento do registro da Companhia e suas ações no RNVE e na BVC deverão promover uma oferta pública de aquisição nos três meses seguintes à data da respectiva reunião da Assembleia Geral de Acionistas, para adquirir tais ações de propriedade dos acionistas que não compareceram à reunião ou votaram contra o cancelamento do registro.

Uma vez que a BVC aprove o cancelamento do registro, a Companhia deverá divulgar tal decisão. O cancelamento pode ocorrer por decisão de uma autoridade, de acordo com o seguinte:

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

- i) Decreto 2555, 2010, Artigo 5.2.6.2.1, o cancelamento forçado ocorre quando o emissor entra em um processo de liquidação.
- ii) O Artigo 50 da Lei 964 de 2005, estabelece que a Superintendência de Finanças pode cancelar o registro quando uma Companhia:
 - a. Afeta a livre formação dos preços no mercado de valores mobiliários;
 - b. Manipula a liquidez de um dado título;
 - c. Não mantém a contabilidade de acordo com os regulamentos aplicáveis ou não apresenta tais informações às autoridades;
 - d. Não cumpre com as regras sobre informações privilegiadas ou uso ou divulgação imprópria de informações confidenciais; e
 - e. Não divulga informações verdadeiras, oportunas, completas ou suficientes que possam afetar as decisões dos acionistas ou investidores.

(d) casos em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários com base em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como as respectivas condições de exercício desse direito, ou os casos em que esse direito não é garantido, se aplicável

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, qualquer nova emissão de ações terá direito de preferência em valor proporcional ao registrado no livro razão dos acionistas a partir da data de aprovação de tal emissão. Entretanto, o direito de preferência não se aplica nos seguintes casos:

- i. Quando a Assembleia Geral de Acionistas decidir, por um voto não inferior a 70% dos acionistas presentes na Assembleia.
- ii. Quando a emissão for destinada à subscrição de ações por funcionários ou subsidiárias da Companhia como parte de seu pacote de remuneração.
- iii. No caso de fusão, cisão ou reorganização que envolva a subscrição de ações como forma de pagamento.

(e) Outras questões de interesse para os investidores

A Companhia costuma realizar suas assembleias presencialmente, sendo facultada a sua realização à distância por meio virtual, conforme estabelecido no item 12.2 deste Formulário de Referência. Com relação à votação, é necessário que os acionistas ou seus procuradores estejam presentes no momento da realização da assembleia.

Ademais, a Companhia apresenta abaixo quadro contendo as principais diferenças entre a legislação brasileira e a colombiana no que se refere aos direitos dos acionistas.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Diferenças nas Legislações Societárias	Brasil	Colômbia
Aumento de Capital	De acordo com artigo 166 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor (" <u>Lei das S.A.</u> "), o capital social poderá ser aumentado mediante reforma do estatuto social por deliberação da assembleia geral, ou dentro dos limites do capital autorizado por deliberação da assembleia geral ou do conselho de administração, sem necessidade de reforma estatutária.	Nos termos do artigo 122 do Código Comercial Colombiano, o capital social autorizado (que determina a quantidade de ações disponíveis em tesouraria) poderá ser aumentado mediante alteração do estatuto social, conforme aprovado em assembleia de acionistas pela maioria dos acionistas presentes. A emissão de ações em tesouraria (i.e., novas ações para reserva de capital). Ou seja, se o capital autorizado for maior que o capital subscrito, a diferença entre os dois permite à companhia emitir ações de acordo com regulamentos (<i>reglamento</i>) emitidos pelo Conselho de Administração.
Direitos de voto	Nos termos do artigo 110 da Lei das S.A., cada ação ordinária corresponde a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral, podendo o estatuto estabelecer limitação ao número de votos de cada acionista. Admite-se a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias, com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária, desde que a companhia aberta não possua ações ou valores mobiliários negociados em mercados organizados.	Nos termos do artigo 379 do Código Comercial Colombiano, cada ação ordinária corresponde a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral. Sociedades anônimas (<i>sociedades anónimas</i>) podem emitir ações preferenciais (<i>acciones con dividendo preferencial y sin derecho a voto</i>) que concedam direitos econômicos diferenciados aos seus titulares e carecem de direito de voto. Sociedades não podem emitir ações com voto múltiplo.
Direito de retirada	A aprovação das matérias previstas nos incisos I a VI e IX do art. 136 da Lei das S.A. confere ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações. Dentre as matérias abrangidas pelos incisos mencionados do artigo 136, temos a fusão ou incorporação da companhia, a mudança do objeto social, a redução do dividendo obrigatório, a criação de ações preferenciais e a cisão da companhia.	Nos termos do artigo 12 da Lei Colombiana nº 222 de 1995, os acionistas ausentes ou dissidentes têm o direito de retirar-se da companhia quando a transformação, fusão, cisão (<i>ecisión</i>) ou deslistagem do mercado em que suas ações são admitidas a negociação, implicar em uma maior responsabilidade ou uma diminuição dos direitos econômicos desses acionistas. Entende-se que tal diminuição ocorre quando o interesse do acionista é reduzido, quando há uma diminuição do valor das ações devido à operação e/ou quando a negociabilidade das ações é limitada ou diminuída.
Direito de preferência	O artigo 171 da Lei das S.A. estabelece que os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do	A lei colombiana distingue dois tipos de direitos de preferência um na subscrição de ações recém emitidas (artigo 389 do Código Comercial

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

	<p>número de ações que possuírem. O prazo de decadência não pode ser inferior a 30 (trinta) dias para o seu exercício. Além disso, é conferido ao acionista o poder de ceder o seu direito de preferência. No caso das companhias abertas de capital autorizado, o estatuto pode prever a emissão de novas ações sem direito de preferência para os antigos acionistas.</p>	<p>Colombiano) e outro no âmbito da negociação de ações (artigo 379 do Código Comercial Colombiano). O primeiro aplica-se a todas as companhias, a menos que os estatutos prevejam especificamente que referido direito não será aplicável. O segundo, por outro lado, deve ser especialmente incluído nos estatutos para que seja concedido aos acionistas.</p> <p>No entanto, quando se trata de uma companhias cujas ações sejam admitidas à negociação no ambiente de bolsa, apenas se aplica o direito de preferência no ato da subscrição, uma vez que o artigo 407 do Código Comercial Colombiano determina especificamente que quando as ações de uma companhia são negociadas publicamente, não haverá qualquer restrição contratual na negociação de suas ações. Assim, a descrição abaixo somente se aplica a subscrição de ações preferenciais.</p> <p>Tal como a legislação brasileira, o artigo 389 do Código Comercial Colombiano prevê que os acionistas têm o direito de subscrever a uma quantidade de ações, no caso de um aumento de capital, observada a proporção das ações que detém na companhia. O prazo concedido para exercer o referido direito de preferência não pode ser inferior a 15 dias corridos contados da data da oferta. Os acionistas podem também negociar livremente os seus direitos de preferência, a menos que os estatutos os restrinjam (artigo 389 do Código Comercial Colombiano). De acordo com a alínea 5, do artigo 420 do Código Comercial Colombiano, a assembleia de acionistas também pode aprovar a emissão de novas ações sem direito de preferência, desde que a decisão seja aprovada por, pelo menos, 70% dos acionistas presentes.</p>
<p>Distribuição de dividendos</p>	<p>A Lei das S.A., a companhia somente poderá pagar dividendos à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados e de reserva de lucros. É direito dos acionistas o recebimento de dividendo obrigatório,</p>	<p>De acordo com a lei colombiana, uma companhia deve distribuir, pelo menos, 50% do seu lucro líquido anual aos seus acionistas, a menos que 78% dos acionistas presentes em assembleia geral de acionistas opte</p>

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

	<p>em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com os parâmetros definidos na legislação societária. Quando o estatuto for omissivo e a assembleia geral deliberar sobre a sua inclusão no estatuto, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. Entretanto, o dividendo deixará de ser obrigatório no exercício social em que a sua distribuição for incompatível com a situação financeira da companhia.</p>	<p>pelo contrário, nos termos do artigo 155 do Código Comercial Colombiano.</p> <p>Agora, no caso de sociedades anônimas (<i>sociedades anónimas</i>), se as reservas de capital, estatutárias e/ou ocasionais forem superiores a 100% do capital subscrito, a porcentagem mínima de distribuição do lucro líquido aumenta de 50% para 70%, nos termos do artigo 454.</p> <p>Por fim, o artigo 455 do Código Comercial Colombiano determina que os dividendos devem ser pagos em dinheiro, a menos que 80% dos acionistas presentes em assembleia geral de acionistas aceitem ser pagos em espécie, mediante a entrega de ações de emissão da companhia. O artigo também determina que quando uma companhia que paga dividendos possui um acionista controlador (que pode exercer o controle por meio de direito de votos em assembleia geral de acionistas, por meio da maioria do Conselho de Administração, por contrato ou por outro meio), apenas os acionistas que concordarem explicitamente em ser pagos de forma diversa serão pagos em espécie. Assim, quando sob controle de uma sociedade, a porcentagem de voto de 80% torna-se irrelevante.</p>
<p>Participação em Assembleias Gerais</p>	<p>O artigo 125 da Lei das S.A. estabelece que, ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. Além disso, o artigo 129 da Lei das S.A. prevê que as deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.</p>	<p>A assembleia geral de acionistas pode decidir favoravelmente se estiverem presentes acionistas que representem maioria absoluta dos acionistas, e se estiverem presentes pelo menos 2 acionistas, observado que estes valores podem ser alterados pelo estatuto social da Companhia.</p> <p>Quando as ações de uma companhia são negociadas em ambiente de bolso, o número de ações necessárias para convocar a assembleia geral de acionistas pode ser reduzido no estatuto social.</p>

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

		<p>As decisões que requerem quórum qualificado estão todas relacionadas com a distribuição e estão contidos nos artigos 155, 420.5 e 455 do Código Comercial Colombiano (vide item sobre a para distribuição de dividendos, constante acima).</p> <p>O artigo 422 estipula que caso a assembleia geral ordinária de acionistas, a qual deve ocorrer nos primeiros três meses de cada ano, não seja realizada ou a convocação não é realizada com a antecedência indicada no estatuto, um número plural de acionistas, independentemente do número de ações que representam, podem realizar a reunião em 1º de abril, ou no dia útil seguinte a essa data. Isto é conhecida como reunião por direito próprio.</p> <p>O artigo 429 também estabelece que quando a assembleia geral ordinária de acionistas é convocada, mas não pode ser convocada ou realizada por falta de quórum, deverá ser convocada uma nova assembleia. Esta segunda convocação, deve ser realizada com no mínimo dez dias após a convocação original, mas não mais do que em 30 dias após a convocação inicial.</p> <p>O artigo 429 também estabelece que ambas as reuniões (a realizada em primeira e segunda convocação) podem validamente deliberar, desde que haja pelo menos dois acionistas presentes, e qualquer que seja o número de ações presentes. Isto aplica-se tanto a empresas privadas como públicas.</p>
Eleição de membros da administração	O conselho de administração deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. Já a diretoria deverá ser composta por 1 (um) ou mais membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração ou, se inexistente, pela assembleia geral.	O conselho de administração das companhias listadas em bolsa deve ser composto por pelo menos 5 (cinco) membros, observado o número máximo de 10 (dez) membros. Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos membros do conselho de administração devem ser independentes, tal como definido no parágrafo 2 do artigo 44 da Lei Colombiana nº 964

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

		<p>de 2005. Os membros do conselho de administração devem ser eleitos em assembleia geral de acionistas, pela maioria dos acionistas. De acordo com a forma de votação, os membros do Conselho de Administração de forma proporcional à participação detida no capital social da companhia.</p>
<p>Conflitos de interesse</p>	<p>De acordo com o artigo 115 da Lei das S.A., o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas. A Lei das S.A. veda o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.</p>	<p>O artigo 23.7 da Lei Colombiana nº 222 de 1995 exige que os administradores se abstenham de entrar em qualquer transação que possa implicar em um conflito de interesses, salvo se esta seja aprovada por assembleia geral de acionistas. A não divulgação e a não obtenção de aprovação prévia resultaria na anulação da transação. Por mais que a lei colombiana não possua uma definição de "conflitos de interesse", a jurisprudência existente sobre a questão fornece uma orientação. Consequentemente, para determinar se existe um conflito, deve ser realizada uma análise extensiva dos fatos. Além disso, a Superintendência das Empresas da Colômbia, atuando como Tribunal Judiciário no que diz respeito a litígios empresariais, decidiu que, na ausência de uma definição do que constitui um conflito de interesses, cabe ao Tribunal fazer tal determinação no caso a caso. A Superintendência tem sustentado consistentemente que existe um conflito de interesses sempre que um diretor não puder satisfazer simultaneamente dois interesses: os da companhia e os do diretor (ou uma pessoa cujos interesses são protegidos ou representados por referido diretor).</p> <p>Ademais, nos termos do artigo 4 do Decreto nº 1925 de 2011 (compilado no Decreto nº 1.074, de 2015), se a assembleia geral de acionistas aprovar uma transação que seja considerada como conflituosa e companhia sofrer quaisquer danos, os acionistas que aprovaram a referida transação serão solidariamente e responsáveis pelos danos sofridos.</p>

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

		Quanto ao abuso dos poderes de voto, qualquer voto exercido com o objetivo de causar danos à companhia ou a outros acionistas ou de obter uma vantagem injustificada para si próprio ou para terceiros, bem como qualquer voto que possa resultar em danos à companhia ou a outros acionistas será considerado abusivo.
--	--	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gestão de riscos e controles internos

5.1 - Política de gestão de riscos

(a) Política de gestão de riscos formalizada

A política de gestão de riscos do Grupo Éxito está formalizada no Código de Governança Corporativa. O principal objetivo da política de gestão de riscos é estabelecer a finalidade, escopo, princípios e estrutura geral de ação para a Gestão Integral de Riscos, dentro do esquema de Governança Corporativa definido pela Companhia.

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é desenvolvido em diferentes níveis. Portanto, seu escopo é diferente em cada nível, como a seguir:

- **Nível estratégico:** Os membros da alta administração da Companhia participam diretamente neste nível. Em uma base contínua, esses membros identificam os riscos que poderiam afetar o cumprimento dos pilares estratégicos e os avaliam para estabelecer suas medidas de gestão, que são priorizadas, levando em conta o peso individual de cada risco e o peso de cada risco em relação ao seu nível de influência sobre os demais. Neste nível, o risco tem uma visão corporativa e seu escopo é estendido ao Grupo Corporativo, abordando os riscos que são monitorados com prioridade pelo Conselho de Administração através do Comitê de Auditoria e Riscos. Estes riscos são levados em consideração quando os riscos do Grupo Corporativo são consolidados.
- **Nível de projeto:** Os projetos que requerem autorização do Conselho de Administração devem ter uma análise de risco do projeto. Esta análise deve considerar os riscos intrínsecos mais relevantes do projeto e os riscos que dele resultam e que podem afetar a conformidade com os pilares estratégicos da Companhia. Esses riscos, assim como as medidas de gestão, são identificados e gerenciados pelo diretor estabelecido para cada projeto.
- **Nível empresarial:** Neste nível, cada uma das Companhias identifica situações ou eventos que ameaçam a sustentabilidade e define as medidas de gestão que são avaliadas regularmente.
- **Nível de processo:** Os riscos nos processos são autogeridos por cada pessoa responsável pelo respectivo processo de acordo com a metodologia e uma linguagem previamente autorizada.

Além disso, a Companhia redefiniu o novo modelo de governança, risco e conformidade (modelo GRC), buscando integrar o gerenciamento de risco à arquitetura de controle da Companhia e desenvolvendo o gerenciamento de risco operacional como parte do programa de autogestão.

De acordo com tal arquitetura de controle, foram implementados controles em todos os níveis, processos e áreas da Companhia, através de um conjunto de princípios, regulamentos, procedimentos e mecanismos de verificação e avaliação definidos.

Alguns dos mecanismos de monitoramento implementados para alcançar os objetivos de controle são:

(i) Um processo de conformidade a partir do qual o sistema de prevenção e controle da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, o programa de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

transparência e o sistema de proteção de dados pessoais são gerenciados de forma abrangente;

(ii) Relatórios periódicos de gerenciamento de risco;

(iii) Uma avaliação da eficácia operacional dos controles decorrentes da implementação da Lei Sarbanes-Oxley;

(iv) O programa de autocontrole, atualmente em reformulação, que permite uma autoavaliação dos riscos mais críticos e controles-chave pelos líderes do processo, e uma definição de planos de ação corretiva onde quer que os desvios sejam identificados; e

(v) Todos os outros sistemas de controle gerenciados a partir dos diversos processos que fazem a primeira e a segunda linha de defesa.

Com relação ao sistema de controle interno, os órgãos de informação do sistema da Companhia estão estruturados da seguinte forma:

- (i) Nível estratégico: Conselho de Administração e Comitê de Auditoria e Riscos;
- (ii) Nível tático: responsáveis Empresariais e Comitê de Auditoria e Riscos; e
- (iii) Nível operacional: proprietários do processo através de autocontrole.

O Comitê de Auditoria e Riscos, que monitora os processos de informações e relatórios financeiros, gestão de riscos, sistemas de controle interno (incluindo o monitoramento de auditorias internas e externas) e conformidade regulamentar (com maior foco na prevenção da lavagem de dinheiro e no financiamento do terrorismo). O comitê também monitora o programa de transparência, o programa de proteção de dados pessoais, as transações entre partes relacionadas e revisa o relatório anual.

Além disso, o Conselho de Administração, através do Comitê de auditoria e riscos, supervisiona os processos de informação e relatórios financeiros, gestão abrangente de risco, revisão do progresso e situações significativas na implementação da Lei Sarbanes-Oxley, revisão do sistema e arquitetura de controle interno, incluindo o acompanhamento da gestão da Auditoria Interna e do Auditor Legal, conformidade com os regulamentos aplicáveis à Companhia, o programa de transparência, o sistema de proteção de dados pessoais e o sistema de prevenção e controle da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

A Companhia entende que, atualmente, estas práticas são apropriadas para a gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta, não tendo sido crítica, até o momento, da necessidade de formalização de políticas. Apesar do fato de que a Companhia não é obrigada a ter tal política formalizada, a Companhia avalia continuamente a necessidade de desenvolver uma política formal de gerenciamento de riscos, tendo já contratado consultoria especializada a este respeito, sendo que os estudos realizados estão atualmente em discussão.

(b) Objetivos e estratégias da política de gestão de riscos

O principal objetivo da política de gestão de riscos é estabelecer o escopo, os princípios e a estrutura geral de ação para a gestão de riscos comerciais dentro da governança corporativa definida pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia visa antecipar e/ou lidar com as ameaças, tendências e oportunidades que possam afetar a sustentabilidade da Companhia e de seus negócios com o gerenciamento de riscos comerciais, através de uma metodologia autorizada e de um processo contínuo. Por meio disto, a Companhia visa tomar decisões informadas com a incorporação do gerenciamento de risco no estabelecimento da estratégia da Companhia e de cada um de seus negócios, através da identificação, classificação, priorização e gerenciamento destas ameaças, tendências e oportunidades que afetam os pilares estratégicos ou objetivos do negócio. Ao mesmo tempo, isto permitirá que a alta administração da Companhia tenha uma visão mais ampla e desempenhe um papel ativo no gerenciamento de riscos. Além do acima exposto, o gerenciamento adequado do risco comercial permite que a Companhia mantenha a confiança de seus diferentes Stakeholders.

A Política de gestão de riscos da Companhia estabelece a estrutura de governança e define os papéis e responsabilidades, para garantir a implementação adequada do sistema abrangente de gestão de riscos em seus quatro níveis: estratégico, projetos, negócios e processos.

- **Conselho de Administração:** As funções relativas ao gerenciamento de risco Empresarial estão definidas no Estatuto Social da Companhia e nas Regras de Procedimento do Conselho de Administração.
- **Comitê de Auditoria e Riscos:** As funções relativas ao gerenciamento de risco Empresarial estão definidas no Regulamento Interno do Conselho de Administração e de seus Comitês.
- **Membros da Alta Administração:** Eles são responsáveis por dirigir a implementação e manutenção do Sistema de Gestão Empresarial, e por verificar sua eficácia dentro da Companhia e seu adequado funcionamento, para o que eles demonstram muito a execução dos controles que lhes correspondem.
- **Gerentes de Processo:** Eles são responsáveis pelo gerenciamento de riscos de seus processos e encarregados de identificar, avaliar, medir, controlar, monitorar e relatar riscos, definir metodologias e assegurar que o gerenciamento de riscos seja consistente com a estratégia, a política de riscos e os limites máximos aprovados.
- **Comitê de Risco Interno:** O Comitê de Risco Interno é composto por diferentes gestores de risco com o objetivo de realizar uma revisão regular dos principais riscos dos negócios, das medidas de gerenciamento estabelecidas e da materialização dos riscos, o que constitui uma ferramenta para a definição de estratégias em cada um de seus processos para alcançar um suporte abrangente e transversal para o gerenciamento de riscos comerciais.
- **Vice-Presidência de Assuntos Corporativos:** Esta tem um Departamento de Gestão de Riscos Empresariais, que tem funções que incluem o desenvolvimento e o incentivo à consciência dos riscos, através da definição, aplicação e divulgação de uma política de gestão de riscos, metodologia e indicadores, que deve ser avaliada a cada ano.

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Mesmo que a Companhia não tenha uma política formalizada de gestão de riscos, conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência, os principais riscos de mercado que a Companhia busca proteção são:

1. Risco de Crédito

Um risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra com suas obrigações assumidas sob um instrumento financeiro ou acordo comercial, resultando em perda financeira. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito decorrente de suas atividades operacionais (particularmente de devedores comerciais) e de suas atividades financeiras, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima a riscos de crédito.

2. Risco de taxa de juros

Para gerenciar o risco de taxa de juros, a Companhia e suas subsidiárias realizam operações de câmbio financeiro através de instrumentos financeiros derivativos (swaps de taxa de juros) com instituições financeiras previamente aprovadas, sob as quais concordam em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os montantes de taxas de juros fixas e taxas de juros variáveis estimadas sobre um montante de principal nominal acordado, o que transforma taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa podem então ser determinados.

3. Risco cambial

A Companhia e suas subsidiárias gerenciam seu risco cambial por meio de instrumentos financeiros derivativos (nomeadamente *forwards* e *swaps*) onde quer que tais instrumentos sejam eficientes para mitigar a volatilidade.

Sempre que a natureza do hedge não for econômica, a política da Companhia e de suas subsidiárias é negociar as condições dos instrumentos derivativos de tal forma que eles se correlacionem com os termos dos elementos subjacentes que são o objetivo do hedge, buscando maximizar a eficácia na exposição a tais variáveis. Nem todos os derivativos financeiros são classificados como transações de hedge; entretanto, a política da Companhia e de suas subsidiárias não é a de realizar transações apenas para especulação e, conseqüentemente, mesmo que não classificados como contabilidade de hedge, os instrumentos financeiros derivativos estão associados a um elemento subjacente e a um valor nocional que expõe a Companhia e suas subsidiárias a variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas subsidiárias haviam coberto quase 100% de suas compras e passivos em moeda estrangeira.

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, ou seja, mudanças nas taxas de câmbio, taxas de juros ou preços de ações, tenham um efeito negativo na receita da Companhia e de suas subsidiárias ou no valor dos instrumentos financeiros que ela detém. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a este risco dentro de parâmetros razoáveis, otimizando ao mesmo tempo a rentabilidade.

5. Risco de Liquidez

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O risco de liquidez é o risco de que a Matriz e suas subsidiárias enfrentem dificuldades para cumprir suas obrigações associadas aos passivos financeiros, que são liquidados pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da matriz para administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que ela terá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto sob circunstâncias normais ou de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar sua reputação em risco.

A Companhia gerencia os riscos de liquidez monitorando diariamente seus fluxos de caixa e vencimentos de ativos e passivos financeiros, e mantendo relações adequadas com as instituições financeiras relevantes.

A Companhia visa manter um equilíbrio entre a continuidade dos negócios e o uso de fontes de financiamento através de empréstimos bancários de curto e longo prazo de acordo com as exigências, linhas de crédito não utilizadas disponíveis em instituições financeiras e locações financeiras, entre outros mecanismos. Em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente 18% da dívida da Companhia vencerá em menos de um ano, considerando o valor contábil dos empréstimos incluídos nas demonstrações contábeis anexas.

A Companhia classificou como baixa a concentração do risco de liquidez sem grande restrição para o pagamento de passivos financeiros vencendo dentro de doze meses do fechamento do período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021. O acesso às fontes de financiamento está devidamente assegurado.

6. Risco do preço das ações

A Companhia administra sua estrutura patrimonial e faz os ajustes necessários em função das mudanças nas condições e exigências econômicas sob cláusulas financeiras. Para manter e ajustar sua estrutura de capital, a Companhia também pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, reembolsar contribuições de capital ou emitir novas ações. Para mais informações sobre dividendos, vide itens 3.4, 3.5 e 3.6 deste Formulário de Referência.

(ii) Estratégia de proteção de ativos (*hedge*)

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de gestão de riscos, a Companhia realiza transações de hedge sob contratos a termo e *swap*, para cobrir os riscos associados às mudanças nas taxas de câmbio aplicáveis a seus investimentos e nas taxas de câmbio e taxas de juros aplicáveis a seus passivos. Os instrumentos de hedge são mensurados pelo justo valor e a contabilidade de hedge somente será utilizada se:

- A relação de cobertura foi claramente definida e documentada inicialmente, e
- A eficácia da sebe pode ser evidenciada inicialmente e ao longo de sua vida.

Os documentos incluem a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação coberta, a natureza do risco sendo coberto e a maneira pela qual a eficácia do instrumento de hedge será medida ao compensar a exposição a mudanças no justo valor do item coberto ou a mudanças nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto.

Os hedges são considerados eficientes quando existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge, os efeitos do risco de crédito não prevalecem sobre as mudanças de valor decorrentes de tal relação econômica, e a relação de hedge é a mesma que surge do item coberto e do montante do instrumento de hedge utilizado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os instrumentos de hedge são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, ou seja, na data de execução do contrato de derivativo, e posteriormente mensurados pelo justo valor. Eles são apresentados como ativos não circulantes ou passivos não circulantes sempre que o vencimento remanescente do item protegido por hedge ultrapassar 12 meses, e, na sua falta, como ativos e passivos circulantes se o vencimento do item protegido por hedge não ultrapassar 12 meses.

Os hedges são classificados e contabilizados da seguinte forma, mediante o cumprimento de critérios rigorosos de contabilidade de *hedge*:

- *Hedge de fluxo de caixa*: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação nos fluxos de caixa decorrentes de um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista cuja ocorrência é altamente provável e pode ter um impacto nos resultados do período. A parte efetiva das variações no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos de hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de lucros ou perdas. Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para a demonstração de resultados onde quer que a transação coberta tenha um impacto nos resultados, no mesmo item da demonstração de resultados onde o item coberto foi reconhecido. Entretanto, quando a transação prevista que é protegida resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados no valor inicial de tal ativo ou passivo. A contabilidade de hedge é descontinuada ao se anular a relação de hedge, quando o instrumento de hedge vence ou é vendido, expira ou é exercido, ou não se qualifica mais para contabilidade de hedge. Nesses eventos, qualquer ganho ou perda reconhecido em outras receitas abrangentes é mantido no Patrimônio líquido e reconhecido quando a transação prevista realmente tem um impacto nos resultados do período. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, então o ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes é imediatamente reconhecido na demonstração de resultados.
- *Hedges de justo valor*: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição a mudanças no justo valor de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes não reconhecidos. Uma mudança no justo valor de um derivativo que é um instrumento de hedge de justo valor é reconhecida na demonstração de lucros ou perdas como despesa ou receita financeira. Uma mudança no justo valor de um item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item coberto e também é reconhecida na demonstração de lucros ou perdas como despesa ou receita financeira. Sempre que um compromisso firme não reconhecido for identificado como um item coberto, a mudança subsequente no justo valor do compromisso firme atribuível ao risco coberto será reconhecida como um ativo ou passivo e o ganho ou perda relevante será reconhecido nos resultados do período.
- *Hedge líquido de investimento no exterior*: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação das taxas de câmbio decorrentes da conversão de negócios no exterior para a moeda do relatório da Companhia. A parte efetiva das mudanças no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos para cobrir um investimento líquido no exterior é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parte não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de lucros ou perdas. Se alienarmos um negócio no exterior, no todo ou em parte, o valor acumulado da parcela efetiva registrada em outros resultados abrangentes é reclassificado para a demonstração de lucros ou prejuízos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Embora a Companhia não tenha uma política formalizada de gestão de riscos, os instrumentos utilizados pela Companhia para proteção patrimonial (*hedge*) são contratos a termo e de swap.

Risco de moeda

A Companhia e suas subsidiárias administram seus riscos cambiais através de instrumentos financeiros derivativos (isto é, *forwards* e *swaps*) onde quer que tais instrumentos sejam eficientes para mitigar a volatilidade.

Sempre que a natureza do *hedge* não for econômica, a política da Companhia e de suas subsidiárias é negociar as condições dos instrumentos derivativos de tal forma que eles se correlacionem com os termos dos elementos subjacentes que são o objetivo do *hedge*, buscando maximizar a eficácia na exposição a tais variáveis. Nem todos os derivativos financeiros são classificados como transações de *hedge*; entretanto, a política da Companhia e de suas subsidiárias não é a de realizar transações somente para especulação e, conseqüentemente, mesmo que não classificados como contabilidade de *hedge*, os instrumentos financeiros derivativos estão associados a um elemento subjacente e a um valor nocional que expõe a Companhia a variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2021, Em 31 de dezembro de 2020 e Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas subsidiárias colombianas haviam coberto quase 100% de suas compras e passivos em moeda estrangeira.

(iv) Parâmetros utilizados para gerenciar estes riscos

Não aplicável uma vez que a Companhia não tem uma política formalizada de gestão de riscos.

(v) Instrumentos financeiros com diferentes objetivos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posição intencional para tirar proveito das oportunidades de mercado.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gestão de riscos de mercado

O objetivo da estrutura e processo de gerenciamento de risco de mercado é identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à Companhia e suas subsidiárias, bem como identificar e monitorar os riscos associados a outras Companhias que fazem parte do grupo econômico-financeiro consolidado.

(vii) Adequação da estrutura operacional e dos controles internos para verificar a eficácia da política adotada de gestão de riscos de mercado

Considerando as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação dos riscos descritos nos itens anteriores, os Gerentes da Companhia entendem que a atual estrutura operacional e controles internos da Companhia são adequados para seu tamanho, bem como para as atividades realizadas em seu dia-a-dia. Entretanto, a Companhia valoriza a constante evolução de seus controles internos e de sua estrutura operacional e sua administração está sempre avaliando a necessidade de novos investimentos para melhorá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia revê regularmente todos os seus processos e documentos relacionados à gestão de riscos, incluindo políticas, instrumentos normativos, manuais e regulamentos, a fim de sempre promover melhorias em sua governança. Em geral, as decisões relacionadas ao gerenciamento de risco são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e regras da Companhia, bem como de acordo com as regras em vigor dos órgãos reguladores.

(c) Adequação da estrutura operacional e dos controles internos para verificar a eficácia da política de gestão de riscos

O sistema de controles internos do Grupo Éxito está estruturado sob o modelo das Três Linhas de Defesa e as diretrizes derivadas das normas COSO e ISO 31000. Sob esta premissa, a linha estratégica, composta pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, monitora sua execução e desenvolvimento e busca a implementação de ações que garantam sua conformidade e melhoria contínua; para isso, têm monitoramento permanente da estratégia por parte do Conselho de Administração e monitoramento estrutural regular por parte do Comitê de Auditoria, com base no parecer anual sobre a evolução do sistema, relatórios de auditoria interna, monitoramento da gestão abrangente de riscos, monitoramento e cumprimento dos controles financeiros e relatórios de auditoria externa.

Com base nessas atividades, a alta administração e o Comitê de Auditoria dão um parecer favorável sobre a gestão responsável da estratégia, processos e informações financeiras, indicando que o sistema de controle interno é confiável e que eles não estão cientes de quaisquer irregularidades que possam prejudicar a confiabilidade das informações financeiras e administrativas. Eles também procuram monitorar permanentemente e implementar ações de melhoria oportunas para fechar as lacunas de controle identificadas, garantindo boa governança, conformidade regulamentar, confiabilidade das informações, eficiência operacional e salvaguarda dos ativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política de gestão de riscos de mercado formalizada

A Companhia não tem uma política formalizada de gestão de riscos. Entretanto, a Companhia adota certas práticas para a gestão de riscos de mercado aos quais está exposta. A Companhia entende que, como abrange os riscos acima mencionados, as práticas adotadas oferecem ferramentas adequadas para o mercado de gerenciamento de riscos ao qual a Companhia está exposta, e até agora não houve necessidade de formalizar uma política de gestão de riscos de mercado.

(b) Objetivos e estratégias da política de gestão de riscos de mercado

Não aplicável uma vez que a Companhia não tem uma política formalizada de gestão de riscos no mercado. Para mais informações a respeito das práticas adotadas pela Companhia, vide o item (a) acima.

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Mesmo que a Companhia não tenha uma política formalizada de gestão de riscos, conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência, os principais riscos de mercado que a Companhia busca proteção são:

1. Risco de Crédito

Um risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra com suas obrigações assumidas sob um instrumento financeiro ou acordo comercial, resultando em perda financeira. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito decorrente de suas atividades operacionais (particularmente de devedores comerciais) e de suas atividades financeiras, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima a riscos de crédito. Eles podem ser de três naturezas: (i) contas a receber de clientes e outras contas a receber, (ii) caixa e equivalentes de caixa, e (iii) garantias prestadas no âmbito de operações financeiras.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito decorrente de saldos com bancos e entidades financeiras é administrado de acordo com políticas corporativas definidas para esse fim. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas pelo Conselho de Administração e dentro de jurisdições previamente estabelecidas. De forma contínua, a administração revisa as condições financeiras gerais das contrapartes, avaliando os índices financeiros e ratings de mercado mais significativos.

(ii) Contas a receber e outras contas a receber

O risco de crédito associado às contas a receber é baixo, uma vez que a maioria das vendas da Companhia são à vista e as vendas com cartão de crédito e as atividades de financiamento são realizadas sob acordos comerciais que reduzem a exposição da Companhia ao risco. Adicionalmente, existem departamentos administrativos de cobranças que monitorizam permanentemente rácios, cifras, comportamentos de pagamento e modelos de risco por parte de cada terceiro. Não há contas a receber que individualmente representem ou excedam 5% das contas a receber ou das vendas, respectivamente.

(iii) Garantias

A Companhia não concede avais, fianças ou cartas de crédito, nem emite títulos preenchidos ou em branco, ou outros ônus ou direitos contingentes em favor de terceiros. Excepcionalmente, o Grupo Éxito poderá impor ônus, dependendo da relevância do

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

negócio, do valor do passivo contingente e do benefício para o Éxito ou suas controladas. Adicionalmente, existem algumas notas promissórias utilizadas no curso normal das operações com bancos e tesourarias. Em 31 de dezembro de 2021, o Éxito era avalista em favor de sua controlada Almacenes Éxito Inversiones S.A.S., atuando como principal de fiança bancária da Bolsa Mercantil de Colombia e como devedora solidária da controlada Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla no solicitação de algumas seguradoras e como requisito para emissão de apólices de *compliance*. Éxito Viagens y Turismo S.A.S. concedeu garantia em favor da Aerovías del Continente Americano S.A. Subsidiárias Exito Industrias S.A.S. e Éxito Viagens y Turismo S.A.S. concedeu algumas garantias a seguradoras e como requisito para emissão de apólice de *compliance*.

2. Risco de taxa de juros

Para gerenciar o risco de taxa de juros, a Companhia e suas subsidiárias realizam operações de câmbio financeiro através de instrumentos financeiros derivativos (*swaps* de taxa de juros) com instituições financeiras previamente aprovadas, sob as quais concordam em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os montantes de taxas de juros fixas e taxas de juros variáveis estimadas sobre um montante de principal nominal acordado, o que transforma taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa podem então ser determinados.

3. Risco cambial

A Companhia e suas subsidiárias gerenciam seu risco cambial por meio de instrumentos financeiros derivativos (nomeadamente *forwards* e *swaps*) onde quer que tais instrumentos sejam eficientes para mitigar a volatilidade.

Sempre que a natureza do *hedge* não for econômica, a política da Companhia e de suas subsidiárias é negociar as condições dos instrumentos derivativos de tal forma que eles se correlacionem com os termos dos elementos subjacentes que são o objetivo do *hedge*, buscando maximizar a eficácia na exposição a tais variáveis. Nem todos os derivativos financeiros são classificados como transações de *hedge*; entretanto, a política da Companhia e de suas subsidiárias não é a de realizar transações apenas para especulação e, conseqüentemente, mesmo que não classificados como contabilidade de *hedge*, os instrumentos financeiros derivativos estão associados a um elemento subjacente e a um valor nocional que expõe a Companhia e suas subsidiárias a variações nas taxas de câmbio.

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, ou seja, mudanças nas taxas de câmbio, taxas de juros ou preços de ações, tenham um efeito negativo na receita da Companhia e de suas subsidiárias ou no valor dos instrumentos financeiros que ela detém. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a este risco dentro de parâmetros razoáveis, otimizando ao mesmo tempo a rentabilidade.

5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Matriz e suas subsidiárias enfrentem dificuldades para cumprir suas obrigações associadas aos passivos financeiros, que são liquidados pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da matriz para administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que ela terá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto sob circunstâncias normais ou de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar sua reputação em risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia gerencia os riscos de liquidez monitorando diariamente seus fluxos de caixa e vencimentos de ativos e passivos financeiros, e mantendo relações adequadas com as instituições financeiras relevantes.

A Companhia visa manter um equilíbrio entre a continuidade dos negócios e o uso de fontes de financiamento através de empréstimos bancários de curto e longo prazo de acordo com as exigências, linhas de crédito não utilizadas disponíveis em instituições financeiras e locações financeiras, entre outros mecanismos. Em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente 18% da dívida da Companhia vencerá em menos de um ano, considerando o valor contábil dos empréstimos incluídos nas demonstrações contábeis anexas.

A Companhia classificou como baixa a concentração do risco de liquidez sem grande restrição para o pagamento de passivos financeiros vencendo dentro de doze meses do fechamento do período anual encerrado em 31 de dezembro de 2021. O acesso às fontes de financiamento está devidamente assegurado.

6. Risco do preço das ações

A Companhia administra sua estrutura patrimonial e faz os ajustes necessários em função das mudanças nas condições e exigências econômicas sob cláusulas financeiras. Para manter e ajustar sua estrutura de capital, a Companhia também pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, reembolsar contribuições de capital ou emitir novas ações. Para mais informações sobre dividendos, vide itens 3.4, 3.5 e 3.6 deste Formulário de Referência.

(ii) Estratégia de proteção de ativos (*hedge*)

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de gestão de riscos, a Companhia realiza transações de *hedge* sob contratos a termo e *swap*, para cobrir os riscos associados às mudanças nas taxas de câmbio aplicáveis a seus investimentos e nas taxas de câmbio e taxas de juros aplicáveis a seus passivos.

Os instrumentos de *hedge* são mensurados pelo justo valor e a contabilidade de *hedge* somente será utilizada se:

- A relação de cobertura foi claramente definida e documentada inicialmente, e
- A eficácia da sebe pode ser evidenciada inicialmente e ao longo de sua vida.

Os documentos incluem a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação coberta, a natureza do risco sendo coberto e a maneira pela qual a eficácia do instrumento de *hedge* será medida ao compensar a exposição a mudanças no justo valor do item coberto ou a mudanças nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto.

Os *hedges* são considerados eficientes quando existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, os efeitos do risco de crédito não prevalecem sobre as mudanças de valor decorrentes de tal relação econômica, e a relação de *hedge* é a mesma que surge do item coberto e do montante do instrumento de *hedge* utilizado.

Os instrumentos de *hedge* são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, ou seja, na data de execução do contrato de derivativo, e posteriormente mensurados pelo justo valor. Eles são apresentados como ativos não circulantes ou passivos não circulantes sempre que o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* ultrapassar 12 meses, e, na sua falta, como ativos e passivos circulantes se o vencimento do item protegido por *hedge* não ultrapassar 12 meses.

Os *hedges* são classificados e contabilizados da seguinte forma, mediante o cumprimento de critérios rigorosos de contabilidade de *hedge*:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- *Hedge de fluxo de caixa:* esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação nos fluxos de caixa decorrentes de um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista cuja ocorrência é altamente provável e pode ter um impacto nos resultados do período. A parte efetiva das variações no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos de hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de lucros ou perdas. Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para a demonstração de resultados onde quer que a transação coberta tenha um impacto nos resultados, no mesmo item da demonstração de resultados onde o item coberto foi reconhecido. Entretanto, quando a transação prevista que é protegida resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados no valor inicial de tal ativo ou passivo. A contabilidade de hedge é descontinuada ao se anular a relação de hedge, quando o instrumento de hedge vence ou é vendido, expira ou é exercido, ou não se qualifica mais para contabilidade de hedge. Nesses eventos, qualquer ganho ou perda reconhecido em outras receitas abrangentes é mantido no Patrimônio líquido e reconhecido quando a transação prevista realmente tem um impacto nos resultados do período. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, então o ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes é imediatamente reconhecido na demonstração de resultados.
- *Hedges de justo valor:* esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição a mudanças no justo valor de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes não reconhecidos. Uma mudança no justo valor de um derivativo que é um instrumento de hedge de justo valor é reconhecida na demonstração de lucros ou perdas como despesa ou receita financeira. Uma mudança no justo valor de um item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item coberto e também é reconhecida na demonstração de lucros ou perdas como despesa ou receita financeira. Sempre que um compromisso firme não reconhecido for identificado como um item coberto, a mudança subsequente no justo valor do compromisso firme atribuível ao risco coberto será reconhecida como um ativo ou passivo e o ganho ou perda relevante será reconhecido nos resultados do período.
- *Hedge líquido de investimento no exterior:* esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação das taxas de câmbio decorrentes da conversão de negócios no exterior para a moeda do relatório da Companhia. A parte efetiva das mudanças no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos para cobrir um investimento líquido no exterior é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parte não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de lucros ou perdas. Se alienarmos um negócio no exterior, no todo ou em parte, o valor acumulado da parcela efetiva registrada em outros resultados abrangentes é reclassificado para a demonstração de lucros ou prejuízos.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Embora a Companhia não tenha uma política formalizada de gestão de riscos, os instrumentos utilizados pela Companhia para proteção patrimonial (*hedge*) são contratos a termo e de swap.

Risco de moeda

A Companhia e suas subsidiárias administram seus riscos cambiais através de instrumentos financeiros derivativos (isto é, *forwards* e *swaps*) onde quer que tais instrumentos sejam eficientes para mitigar a volatilidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Sempre que a natureza do hedge não for econômica, a política da Companhia e de suas subsidiárias é negociar as condições dos instrumentos derivativos de tal forma que eles se correlacionem com os termos dos elementos subjacentes que são o objetivo do hedge, buscando maximizar a eficácia na exposição a tais variáveis. Nem todos os derivativos financeiros são classificados como transações de hedge; entretanto, a política da Companhia e de suas subsidiárias não é a de realizar transações somente para especulação e, conseqüentemente, mesmo que não classificados como contabilidade de hedge, os instrumentos financeiros derivativos estão associados a um elemento subjacente e a um valor nocional que expõe a Companhia a variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas subsidiárias colombianas haviam coberto quase 100% de suas compras e passivos em moeda estrangeira.

(iv) Parâmetros utilizados para gerenciar estes riscos

Não aplicável uma vez que a Companhia não tem uma política formalizada de gestão de riscos.

(v) Instrumentos financeiros com diferentes objetivos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posição intencional para tirar proveito das oportunidades de mercado.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gestão de riscos

O objetivo da estrutura e processo de gerenciamento de risco de mercado é identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à Companhia e suas subsidiárias, bem como identificar e monitorar os riscos associados a outras Companhias que fazem parte do grupo econômico-financeiro consolidado.

(c) Adequação da estrutura operacional e dos controles internos para verificar a eficácia da política adotada

Considerando as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação dos riscos descritos nos itens anteriores, os Gerentes da Companhia entendem que a atual estrutura operacional e controles internos da Companhia são adequados para seu tamanho, bem como para as atividades realizadas em seu dia-a-dia. Entretanto, a Companhia valoriza a constante evolução de seus controles internos e de sua estrutura operacional e sua administração está sempre avaliando a necessidade de novos investimentos para melhorá-los.

A Companhia revê regularmente todos os seus processos e documentos relacionados à gestão de riscos, incluindo políticas, instrumentos normativos, manuais e regulamentos, a fim de sempre promover melhorias em sua governança. Em geral, as decisões relacionadas ao gerenciamento de risco são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e regras da Companhia, bem como de acordo com as regras em vigor dos órgãos reguladores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) Principais práticas de controle interno e o nível de eficiência de tais controles, indicando quaisquer imperfeições e as medidas adotadas para corrigi-las

A Companhia busca sempre a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o melhor desempenho de seus controles internos e, para tanto, possui mecanismos de gestão de riscos e de controles internos com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos seus processos operacionais e financeiros.

Atualmente, a Companhia possui diversas práticas de controles internos, sendo que, inclusive, mantém uma área de Controles Internos, a qual, nos termos do Código de Governança Corporativa, é responsável por:

- (i) Avaliar e propor ao Conselho de Administração a estrutura, procedimentos e metodologias necessários para o funcionamento e eficácia dos controles internos;
- (ii) Monitorar e avaliar o sistema de controles internos, arquitetura e componentes da Companhia por meio de relatórios e organismos de garantia estabelecidos, tais como a auditoria interna, o Comitê de Auditoria e os auditores independentes;
- (iii) Monitorar os sistemas de controles internos, verificar se estes são suficientes, e recomendar a sua aprovação ou instalação ao Conselho de Administração, incluindo as operações com empresas *off-shore*, que devem ser realizadas de acordo com os procedimentos, sistemas de controles de risco aprovados pelo Conselho de Administração; e
- (iv) Assegurar que a Companhia implemente as recomendações de controles internos realizadas pelos diferentes órgãos de supervisão e de controles internos e externos.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos ligados aos processos operacionais e financeiros conta com a área de Controles Internos, cujas atribuições estão descritas no item (a) acima. Além disso, a Companhia conta com a seguinte estrutura:

- (i) Comitê de Riscos Internos: é composto de diferentes gestores que realizam uma revisão regular dos principais riscos dos negócios, das medidas de gerenciamento estabelecidas e da materialização dos riscos. Por meio deste comitê, se definem as estratégias de cada um dos processos da Companhia para alcançar um suporte abrangente e transversal ao gerenciamento de riscos comerciais;
- (ii) Auditoria Interna: fornecer garantia (auditoria) e consulta (aconselhamento) independente e objetivamente sobre os processos de governança, riscos e controles, a fim de melhorar as operações da Companhia, ajudando-a a atingir seus

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

objetivos. Para dar independência à atividade de auditoria interna, suas funções são monitoradas pelo Conselho de Administração. O Departamento de Auditoria Interna está autorizado a atuar no centro de todas as atividades da Grupo Éxito e a intervir em todos os processos ou domínios administrativos, contábeis, financeiros, funcionais ou operacionais;

- (iii) Vice-Presidência de Assuntos Corporativos: esta área conta com um Departamento de Gestão de Riscos Corporativos, que tem funções que incluem o desenvolvimento e o incentivo da consciência do risco, através da definição, aplicação e divulgação de uma política de gestão de riscos, metodologia e indicadores, que deve ser avaliada a cada ano;
- (iv) Comitê de Auditoria: criado para apoiar o Conselho de Administração, é responsável pela supervisão da gestão de riscos, dos sistemas de controles internos, e seu contínuo aperfeiçoamento, entre outras responsabilidades descritas em seu regulamento interno, sem que isso implique na substituição da responsabilidade que oficialmente corresponde ao Conselho de Administração, desenvolvendo funções consultivas e de apoio. Cabe ainda ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades de controles internos e da Auditoria Interna da Companhia; e
- (v) Conselho de Administração: é responsável por monitorar a eficiência e o nível de cumprimento das medidas de governança corporativa, monitorar a independência e eficiência do procedimento de auditoria interna e apresentar uma proposta à Assembleia Geral de Acionistas para a contratação de um Auditor Independente, tendo realizado uma análise prévia de sua experiência, disponibilidade e que possui os recursos humanos e técnicos necessários para realizar a referida auditoria.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando a posição das pessoas responsáveis por tal monitoramento

A área de Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, conforme descrito no item "b", atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia.

(d) Deficiências e recomendações sobre controles internos contidas no relatório detalhado elaborado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, de acordo com os regulamentos emitidos pela CVM que tratam do registro e exercício de atividades de auditoria independente

Uma deficiência significativa é uma deficiência, ou uma combinação de deficiências no controle interno das informações financeiras que é menos severa do que uma deficiência material, mas suficientemente importante para merecer a atenção dos responsáveis pela supervisão das informações financeiras da Companhia.

Durante o procedimento de auditoria das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram identificadas, pelos Auditores Independentes da Companhia, determinadas deficiências significativas em seus controles internos que foram reportadas à Administração da Companhia, as quais seguem descritas abaixo:

1. Controles gerais de TI

1.1. Descrição da deficiência

Durante a auditoria, foram observados controles gerais de tecnologia da informação ineficazes para suportar os sistemas operacionais de tecnologia da informação, bancos de dados e aplicativos de TI. O resultado dos testes de eficácia operacional

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

durante os anos 2021 e 2020 foi ineficaz durante o período de auditoria, principalmente nos controles que suportam as categorias de acesso e mudança, que por sua vez impactam diretamente todos aqueles controles em nível de processos de negócios que estão na natureza de controles automatizados ou manuais dependentes de TI, em relação à completude e precisão das informações que estão sendo processadas ou extraídas para a respectiva execução dos processos de negócios.

1.2. Risco do negócio e possível impacto

Tal deficiência foi considerada significativa em vista do impacto que as falhas de controle de TI podem ter na completude e precisão das informações sobre os controles do negócio.

1.3. Recomendação

O auditor recomenda que a Administração reforce o projeto e execução de seus controles gerais de TI durante todo o período de relatório, concentrando-se na documentação adequada, revisão e monitoramento da execução dos controles de acordo com o projeto de controle e a execução adequada e oportuna dos controles.

2. Controles no nível da entidade

2.1. Descrição da deficiência

Dentro do processo de auditoria, foram identificados controles inadequados no nível da entidade da empresa sobre a revisão e supervisão da eficácia dos controles gerais de TI e controles de processos do negócio, incluindo o processo cíclico de contagem de estoque.

2.2. Risco do negócio e possível impacto

O auditor considerou tal deficiência como significativa uma vez que tais controles geralmente operam de forma abrangente, em alto nível, sendo enquadrados na natureza do tom da administração sobre todo o processo de autocontrole a ser estabelecido como uma premissa para o cumprimento do COSO e não especificamente sobre as demonstrações contábeis, e tais controles estabelecem uma base eficaz para a operação de controles a nível de processo.

2.3. Recomendação

O auditor recomenda o reforço dos controles de revisão e supervisão sobre a eficácia operacional dos controles de TI e dos processos de negócios, aprofundando de maneira ativa as avaliações separadas por parte da gerência com base em uma cultura de autocontrole e o estabelecimento de uma segregação de funções adequada, partindo pelos controles gerais de TI, enquadrados pela natureza de alta transacionalidade e automatização dos processos da Companhia.

3. Controles sobre o processo de contagem de ciclos em estoques

3.1. Descrição da deficiência

Durante a auditoria, foram identificadas uma série de situações em relação às falhas nos controles que suportam o programa de contagem de ciclos de estoques da gerência. Algumas das situações mais importantes são descritas abaixo:

- a.** ITGC's ineficazes para aplicações de estoque: Os ITGC's sobre as aplicações SINCO/WMS (utilizadas para registrar quantidades de estoque) e SINEMAX (utilizada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

para gerar relatórios SINCO) foram concluídos como ineficazes durante todo o ano de auditoria; o que significa que o IPE (completude e precisão das informações produzidas pela entidade) do sistema não é confiável, impactando os controles executados em nível de processo e a documentação necessária em torno do programa, completude e conformidade dos estoques cíclicos.

- b.** Precisão da contagem de ciclos: Não foi observado um controle com precisão e sensibilidade suficientes para avaliar a precisão dos registros de estoque de final de ano com base no programa de contagem de ciclos. A Companhia não realiza uma análise do impacto de final do ano sobre a retração, considerando a periodicidade e o momento dos estoques e o fato de que uma grande parte dos estoques é contada antes do quarto trimestre.
- c.** Conformidade da contagem de ciclos: A Companhia não possui um aplicativo computadorizado para monitorar e controlar o programa de contagem de ciclos em termos de conformidade para lojas e centros de distribuição, a conformidade do cronograma foi projetada e atualizada em um arquivo Excel pela área de prevenção de perdas (a Administração não está documentando a precisão e a completude dos dados extraídos do sistema para construir o cronograma e a conformidade anual). O controle de acompanhamento é executado por meio do download de informações do SINCO através do SINEMAX, aplicações com resultados ineficazes de ITGC's.

3.2. Risco de negócio e possível impacto

A área de estoques é a área mais importante da Companhia. É um processo altamente transacional e automatizado que suporta o controle e monitoramento de múltiplos locais na Colômbia. O auditor considerou as questões identificadas como relevantes e apontou como uma deficiência significativa as situações de controle identificadas em agregado devido à importância da conta e à natureza do processo.

3.3. Recomendação

O auditor recomendou o fortalecimento da concepção, implementação, revisão e monitoramento dos controles de TI e negócios relacionados ao programa de contagem de ciclos, em relação às principais questões identificadas na declaração de deficiências.

4. Controles sobre a revisão de suposições e resultados das reduções do valor recuperável de ativos financeiros sobre o *Goodwill*, marcas e direitos

4.1. Descrição da deficiência

Na avaliação da deterioração da marca "Superinter", foi observado um erro no cálculo elaborado pelo especialista externo, que não foi identificado no processo de revisão da Administração. Uma vez corrigido o erro, a deterioração para este formato seria de aproximadamente COP\$70MM. A Administração revisou as projeções determinando um novo valor recuperável e obtendo uma nova aprovação das projeções. O controle requer melhorias na precisão para validar informações e resultados do especialista.

4.2. Risco do negócio e possível impacto

Esta deficiência foi considerada como significativa para o controle interno da Companhia. O auditor considera relevante a necessidade de fortalecer os processos de revisão e monitoramento do trabalho realizado pelo especialista da gerência,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

compreendendo a importância da conta e os valores envolvidos, onde o impacto no cálculo de uma variável pode significar um erro material ao nível das demonstrações financeiras.

4.3. Recomendação

Projetar e implementar atividades de controle detalhado sobre as variáveis e suposições usadas pelo especialista para as reduções do valor recuperável dos ativos sujeitos à estimativa.

5. Processo de monitoramento e revisão dos relatórios financeiros das subsidiárias

5.1. Descrição da deficiência

Durante os anos 2021 e 2020, foi relatado um nível de diferenças de auditoria que não excedeu os níveis de materialidade a serem considerados como efeito dentro das demonstrações financeiras do Grupo Éxito. Entretanto, devido ao fato de que nas planilhas de ajuste dos componentes da Argentina e do Uruguai foram relatadas várias diferenças de auditoria principalmente nas áreas de impostos e, reclassificações de caixa e equivalentes de caixa. O auditor considerou como uma deficiência de controle importante a necessidade de fortalecer os processos de revisão e monitoramento das contas relacionadas pela equipe da área financeira central e suas equipes componentes.

5.2. Risco do negócio e possível impacto

O auditor considerou que o nível das diferenças de auditoria relatadas pelos componentes foi elevado e pode significar uma falha nos controles preventivos e de detecção ao nível de cada subsidiária. Tal acúmulo de diferenças é observado como uma deficiência significativa no controle interno do Grupo.

5.3. Recomendação

Fortalecer os controles nas subsidiárias sobre impostos e caixa e equivalentes de caixa, bem como inclusão de um controle de revisão em nível de grupo com precisão e sensibilidade suficientes para permitir prevenir e detectar diferenças nas contas de impostos das subsidiárias ou questões de reclassificação de contas ao nível das demonstrações financeiras dos componentes.

(e) Comentários da administração sobre as deficiências apontadas no relatório detalhado elaborado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Considerando as deficiências descritas no item "d" acima, a Administração da Companhia entende que houve, ao longo dos exercícios sociais 2021 e 2022 um progresso substancial no ambiente de controles internos, que permitiu a mitigação de riscos e deficiências apontadas em anos anteriores, até o momento.

As deficiências levantadas em tecnologia da informação foram mitigadas no exercício de 2022 com a implementação de novas tecnologias, controles e melhorias nos processos, as quais seguem descritas abaixo. A Companhia entende que os procedimentos e processos adotados são adequados e asseguram a qualidade do ambiente de controle interno e confiabilidade das demonstrações financeiras.

(i) Controles gerais de TI:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a. Aprimoramento da execução de controles periódicos, pela automatização de processos, por meio de ferramentas e *bots*;
- b. Reforço da importância da manutenção de documentação adequada, revisão e monitoramento de TI e controles de processos; e
- c. Padronização do processo de acesso às plataformas.

Em relação ao processo cíclico de contagem de estoque, o plano de ação ainda está em andamento, com a implementação das ações listadas abaixo:

- a. Arquivamento da documentação física de cada loja durante o processo de contagem, de forma a reter as impressões e as marcas de revisão;
- b. Criação de um controle para a documentação adequada da programação cíclica anual com sua respectiva aprovação;
- c. Criação de um controle para cobrir a contagem de estoque de produtos frescos nas lojas;
- d. Reforço do controle de contagem de inventário, de forma a cobrir o novo inventário nos centros de distribuição;
- e. Redução do limiar para revisão dos ajustes para o controle INV30, que monitora os ajustes de estoque; e
- f. Implementação de um *bot* para execução do controle INV50, que garante que as contagens cíclicas sejam realizadas nas lojas para PLUS de acordo com o cronograma, o que melhorará a análise e revisão do controle.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Com relação aos mecanismos e procedimentos de integridade interna adotados pelo emissor para prevenir, detectar e remediar condutas indevidas, fraudes, irregularidades e atos ilegais cometidos contra a administração pública nacional ou estrangeira, favor informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilegais cometidos contra a administração pública, identificando, se for o caso:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e aos riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e práticas são adaptadas

Em 2011, a Companhia aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas. Em vista deste compromisso, a Companhia desenvolveu o Programa de Transparência, que estabelece os padrões, políticas, manuais, procedimentos, práticas e mecanismos destinados à promoção da transparência e prevenção, controle e resposta a riscos de fraude, incluindo suborno e corrupção.

As principais disposições do Programa de Transparência estão contidas no:

- (i) *Código de Ética e Conduta*: este Código foi concebido como um conjunto de diretrizes de ação para acionistas, diretores, membros do Conselho de Administração, funcionários, estagiários e aprendizes, terceiros, aliados, consultores e outros que atuam em nome da Companhia e de suas subsidiárias. O Código procura definir uma estrutura de ação de acordo com os valores e princípios corporativos da Companhia, com o objetivo de promover comportamentos éticos exemplares;
- (ii) *Política de Doações*: esta política estabelece os princípios e regras para as doações feitas a terceiros, e determina que o Conselho de Administração deve aprovar o valor e o beneficiário no caso de doações;
- (iii) *Política de Conflito de Interesses*: seu objetivo é definir um quadro de ação para os funcionários, em situações onde a objetividade e independência na tomada de decisões ou no exercício de suas funções estejam em risco.
- (iv) *Política de Doação e Recebimento de Presentes e Favores*: esta política estabelece todas as regras relativas à recepção e entrega de presentes ou favores, seja para terceiros ou para os funcionários da Companhia; e
- (v) *Política de Prevenção e Controle de Lavagem de Dinheiro*: esta política tem como principal objetivo o estabelecimento de uma estrutura de ação baseada em diretrizes e diretrizes destinadas a mitigar o risco de que a Companhia e suas subsidiárias nacionais sejam utilizadas como instrumento para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

A fim de garantir que todos os funcionários da Companhia sigam as regras acima mencionadas, a Companhia treina e comunica anualmente seus funcionários e terceiros, de acordo com análises de risco, padrões políticos, procedimentos, práticas e mecanismos para a promoção de uma cultura de transparência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade interna, indicando seus deveres, se sua criação foi formalmente aprovada, os órgãos do emissor ao qual se reportam e os mecanismos para garantir a independência de seus diretores, se houver

As responsabilidades têm sido assumidas por todos os níveis da estrutura organizacional, como segue:

(i) Conselho de Administração

Cumpra ao Conselho de Administração:

- (a) Atuar nos melhores interesses da Companhia e cumprir as funções de seus cargos, conforme estabelecido por lei, o Estatuto Social da Companhia, o Código de Governança Corporativa, as Regras de Procedimento para o Conselho de Administração e outras regras aplicáveis;
- (b) Respeitar plenamente os regulamentos de governança corporativa da Companhia e incentivar a adoção, desenvolvimento e fortalecimento das melhores práticas corporativas;
- (c) Promover uma cultura de ética, transparência e honestidade, a fim de que a Companhia realize suas ações com integridade e tolerância zero para qualquer tipo de fraude, suborno ou corrupção; e
- (d) Aprovar o Programa de Transparência.

(ii) Comitê de Auditoria e Riscos

Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos:

- (a) Assegurar que o agente registrado comunica as deficiências significativas ou casos de fraude que possam ter um impacto material sobre as demonstrações contábeis;
- (b) Supervisionar a eficiência e a operação adequada do cumprimento da regulamentação e do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Contra Financiamento do Terrorismo;
- (c) Rever e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da Política e operacionalização do Programa de Transparência, bem como medidas para prevenir, detectar e responder a riscos de fraude, incluindo suborno e corrupção, levando também em conta os canais e sistemas de comunicação;
- (d) Monitorar regularmente o Programa de Transparência, os seus responsáveis, a gestão do Comitê de Ética e a eficácia dos mecanismos de apresentação de relatórios, avaliando o conteúdo dos relatórios quando houver desvios significativos, e fazer as recomendações relevantes e necessárias ao Conselho de Administração e Diretoria;
- (e) Avaliar e informar o Conselho de Administração sobre casos de Conflitos de Interesses nos quais ele possa estar envolvido, direta ou indiretamente, ou através de uma parte relacionada: (i) um acionista majoritário, (ii) um membro do Conselho de Administração, (iii) o Diretor Presidente, (iv) o Diretor Executivo Operacional da Colômbia, (v) os diretores executivos, (vi) o conselho geral, ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(vii) o Auditor Interno, fazendo as recomendações necessárias para administrar a situação; e

- (f) Avaliar e informar o Conselho de Administração sobre possíveis conflitos de interesse que possam surgir entre o Conselho e as filiais e/ou subsidiárias, ou entre essas entidades; ou entre administradores e partes relacionadas, e fazer as sugestões necessárias para administrar a situação.

(iii) Comitê de Ética

O objetivo do Comitê de Ética é liderar o Programa de Transparência da Companhia a fim de promover as mais altas condutas éticas, através do monitoramento das políticas que constituem o referido Programa. Portanto, compete ao Comitê de Ética:

- (a) Fazer recomendações sobre diferentes ações estratégicas e comerciais, reconhecendo os impactos econômicos, ambientais e sociais em diferentes partes interessadas, e as ações corretas da Companhia;
- (b) Avaliar o nível de política, procedimento e aplicação do mecanismo do Programa de Transparência, incluindo o Código de Ética e Conduta, e definir as ações necessárias para a divulgação periódica e o fortalecimento dos mais altos padrões de conduta ética dentro da Companhia;
- (c) Analisar os casos que interferem na transparência em qualquer caso em que a Companhia possa ser afetada, os quais, em sua opinião, não devem ser delegados ao Comitê Operacional Antifraude e Anticorrupção, e conduzir as investigações necessárias;
- (d) Assegurar a conformidade e validade do Programa de Transparência, do Código de Ética e Conduta, e de outras políticas, procedimentos e mecanismos do Programa;
- (e) Validar a atualização dos mapas de risco de fraude, quando apropriado; e
- (f) Apresentar um relatório anual ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de seu Comitê de auditoria e riscos.

(iv) Comitê Operacional Antifraude e Anticorrupção

O Comitê Operacional Antifraude e Anticorrupção é composto por membros permanentes do Comitê de Ética, incluindo o Diretor Operacional, o Vice-Presidente de Recursos Humanos, o Vice-Presidente de Serviços Éxito, o Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e o Auditor Interno, e os gerentes de casos podem ser convidados de acordo com a necessidade dos casos em análise e análise.

Este Comitê se reporta ao Comitê de Ética, e compete a este:

- (a) Gerenciar efetivamente os fatos contra a transparência, recebidos através de mecanismos de relatórios;
- (b) Familiarizar-se com os fatos apresentados, assim como com o estado da investigação e sua resolução;
- (c) Analisar as lacunas identificadas nos processos e sistemas, assim como a pertinência das recomendações para sua resolução;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (d) Definir e administrar as medidas de resposta: (I) medidas disciplinares, processos judiciais e/ou de recuperação, e (II) ações preventivas e corretivas em relação a terceiros implicados, de acordo com a lei, ou as condições comerciais ou contratuais aplicáveis;
 - (e) Monitorar o estado dos planos de ação, e garantir o fechamento das lacunas de controle; e
 - (f) Decidir as estratégias e modos de comunicação e conteúdo para informar os outros.
- (v) *O Representante Legal da Companhia.*

Compete ao Representante Legal da Companhia:

- (a) Liderar ações consideradas necessárias para a defesa dos interesses da Companhia e evitar danos, incluindo a apresentação de ações legais apropriadas. Quando um diretor ou funcionário infringe as disposições estabelecidas no Programa de Transparência ou qualquer uma de suas políticas, procedimentos, manuais ou mecanismos relacionados; e
- (b) Comunicar deficiências significativas ou casos de fraude que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

(vi) *Diretor de Compliance*

Compete ao Diretor de Compliance:

- (a) Coordenar as políticas emitidas pelo Conselho de Administração, Alta Administração e Comitê de Ética, promovendo a prevenção e controle dos riscos de fraude, incluindo suborno e corrupção, por meio da estruturação, implementação e execução do Programa de Transparência;
- (b) Realizar avaliações periódicas dos riscos de fraude, incluindo suborno e corrupção;
- (c) Informar periodicamente sobre o funcionamento do Programa de Transparência;
- (d) Direcionar e coordenar atividades periódicas de comunicação e treinamento relacionadas ao Programa de Transparência, que buscam criar consciência a respeito da ameaça que representa para a Companhia a execução de práticas corruptas;
- (e) Coordenar e assegurar o cumprimento dos procedimentos de investigação interna, caso tenha havido infrações ao Programa de Transparência; e
- (f) Solicitar a realização de procedimentos de auditoria dentro da estrutura de transações comerciais ou internacionais, quando apropriado.

(vii) *Gestores de casos*

De acordo com o sistema de investigação definido pela Companhia, de acordo com a natureza da ocorrência, foram nomeados gerentes de casos para processar os relatórios obtidos através dos canais de relatórios, sob a administração do Comitê Operacional Antifraude e Anticorrupção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(viii) Funcionários

Os funcionários e administradores, em todas as suas ações internas e perante terceiros, devem promover a transparência e deixar claro que a organização não tolera a corrupção nem o suborno. Como tal, eles nunca oferecerão ou aceitarão pagamentos, favores, presentes, benefícios ou qualquer outro objeto de valor pecuniário, a fim de criar um resultado específico em relação a um interesse, negócio pessoal ou a Companhia. Finalmente, eles devem relatar conduta fraudulenta suspeita, incluindo suborno e corrupção, da qual possam tomar conhecimento, e que possa ajudar na sua investigação.

(iii) se o emissor possui um código de ética ou conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Ética e Conduta é aplicável aos acionistas, diretores, membros do Conselho de Administração, funcionários, estagiários e aprendizes, terceiros, aliados, consultores e outros que atuam em nome da Companhia e de suas subsidiárias.

A versão atual do Código foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de setembro de 2021, e está disponível, em espanhol e inglês, no *website* "<https://www.grupoexito.com.co/>".

A alta Administração e funcionários da Companhia são treinados anualmente sobre as diretrizes do Código de Ética e Conduta e regulamentos relacionados, além das políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos são realizados através de nosso módulo virtual integral chamado "Guardianes Grupo Éxito", um módulo inovador que integra os aspectos fundamentais dos programas de conformidade com os ensinamentos baseados em casos práticos originados nas experiências de uma família.

Em caso de violação do Código de Ética da Companhia, políticas e procedimentos internos são aplicáveis medidas disciplinares e sanções administrativas e judiciais, a depender da natureza do evento, dentre as seguintes:

- (i) suspensão do contrato de trabalho;
- (ii) rescisão do contrato de trabalho;
- (iii) realocação; e
- (iv) novo treinamento do colaborador.

(b) Se o emissor possui um canal de denúncia, indicando, em caso afirmativo:

Os funcionários com preocupações, solicitações ou comentários sobre o conteúdo ou interpretação do Código de Ética, ou que suspeitem de uma possível violação ou quebra do mesmo, devem comunicá-lo imediatamente por meio de um dos seguintes canais confidenciais, os quais são gerenciados por um terceiro:

- (i) Telefone: 01800-522526;
- (ii) E-mail: etica@grupo-exito.com; e
- (iii) Canal de denúncias na Intranet da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O canal é capaz de receber reclamações internas e externas, anonimamente, de funcionários, clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro relacionamento público da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Riscos é responsável por monitorar regularmente o Programa de Transparência, seu Diretor de Compliance, a gestão do Comitê de Ética e a eficácia dos mecanismos de relatório, avaliando o conteúdo dos relatórios quando houver desvios significativos, e fazer as recomendações relevantes e necessárias ao Conselho de Administração e Administração.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturação corporativa destinados a identificar vulnerabilidades e riscos de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui um procedimento de auditoria e conformidade (auditoria) que visa avaliar todas as áreas da Companhia alvo, o que pode refletir em risco e/ou benefício para a Companhia, assim como suas subsidiárias, afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou possíveis subcontratados, tais como trabalhistas, fiscais, previdenciários, civis, corporativos, entre outros. Seu escopo inclui a seleção de eventuais irregularidades e/ou atos ilícitos e a existência de vulnerabilidades relacionadas à Lei Anticorrupção e regulamentos relacionados, no caso de fusões, aquisições e reestruturações.

(d) Se o emissor não possuir regras, políticas, procedimentos ou práticas para a prevenção, detecção e correção de fraudes e atos ilegais cometidos contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles a este respeito

Não aplicável, considerando os esclarecimentos acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Mudanças significativas

O gerenciamento abrangente de riscos contribui para a sustentabilidade da Companhia, a continuidade e o fortalecimento da resiliência organizacional da Companhia, permitindo o fortalecimento de sua capacidade de antecipar, preparar e responder de forma oportuna e assertiva a um determinado evento, para assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos, através de um processo sistemático e aprovado de gerenciamento de riscos e oportunidades.

As principais mudanças e atividades de gerenciamento de risco em 2021 são:

- O perfil estratégico de risco foi atualizado com a participação e liderança da alta Administração, com base na análise dos principais riscos, oportunidades e tendências à luz da análise dos contextos interno e externo, e foi estendido aos diferentes negócios da Companhia. Novos riscos significativos que surgiram em 2021, em comparação com os riscos de 2020, estão associados ao risco social e ao risco da cadeia de suprimentos.
- A Companhia realizou um exercício tático além daqueles comumente definidos na respectiva metodologia, em atenção ao ambiente em mudança, com o objetivo de ajustar os cenários dos principais riscos do mapa estratégico de riscos, com a finalidade de rever as ações que levam a seu controle e mitigação eficazes.
- Com acompanhamento especializado, a Companhia iniciou um novo processo de atualização e amadurecimento do Plano de Gestão de Crise e seus protocolos associados, bem como do Plano de Continuidade de Negócios, com o objetivo de fortalecer a governança e a capacidade de resposta para manter a operação dos negócios.
- A Companhia continuou a amadurecer o modelo de gestão de riscos operacionais transversais através da implementação do processo de automação da gestão destes riscos através da implementação de um software GRC - *Government, Risk and Compliance* - que atingiu a fase piloto para sua posterior implementação em massa.
- O catálogo de riscos foi atualizado, para um total de 118 riscos, bem como o inventário dos riscos operacionais transversais.
- Foram feitos progressos no gerenciamento de riscos em nível de projeto estratégico e na aplicação da metodologia aprovada, avaliando um total de 29 riscos.
- A Companhia avançou na exploração de opções alternativas de transferência de riscos, procurando ter maior eficiência na gestão dos gastos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 5.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	24/03/1950
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade empresária limitada
País de Constituição	Colômbia
Prazo de Duração	31/12/2099
Data de Registro CVM	03/04/2023

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 1949 quando seu fundador, Gustavo Toro Quintero, abriu uma loja de 16 m² no centro de Medellín que vendia tecidos e lençóis. Em 1970, abrimos a primeira loja Éxito com 8.556 m². Em 1972, complementamos nosso vestuário e têxteis com mercearias, tornando-se a primeira companhia na Colômbia a oferecer diferentes tipos de produtos em uma mesma loja sob um formato de hipermercado. Em 1975, a Almacenes Éxito S.A. foi fundada como uma corporação e em 1989, totalizamos três lojas em Medellín e abrimos nossa primeira loja em Bogotá. Em 1994, a Companhia emitiu ações e foi listada na Bolsa de Valores da Colômbia.

Em 1999, o Casino Group, varejista francês, adquiriu 25% de nossas ações e iniciamos nosso plano de expansão através de aquisições locais que levaram a nossa posição como a maior varejista da Colômbia. Em 2001, fizemos uma fusão com a Cadenalco, proprietária das lojas Pomona e Ley, a mais antiga rede de supermercados em funcionamento no país. Em novembro de 2005, fizemos uma aliança com a Sufinanciamiento, que se desenvolveu com a Tuya S.A., uma instituição financeira de consumo de nossa propriedade e com o Bancolombia (o maior banco comercial da Colômbia), que atualmente possui mais de 2,5 milhões de cartões de crédito ativos.

Durante 2007, ocorreram três importantes eventos corporativos:

- (i) entre fevereiro e maio de 2007, adquirimos aproximadamente 77% das ações da Carulla Vivero, a segunda maior varejista da Colômbia, fundada em 1905;
- (ii) o Casino Group adquiriu uma participação majoritária na Almacenes Éxito S.A.; e
- (iii) a Companhia ofereceu 50 milhões de Ações de Depósito Global ("GDS") a compradores institucionais qualificados sob a Regra 144A nos EUA e a Regra S na Europa, entrando com sucesso nos mercados internacionais.

Em 2008, completamos a integração operacional com Carulla Vivero e, em 2009, o Éxito adquiriu todas as ações preferenciais em circulação, o que nos deu mais de 99% de propriedade da Carulla Vivero, e em 2010, adquirimos todas as ações em circulação restantes e recebemos aprovação total dos reguladores colombianos para finalizar a fusão.

Em 2008, firmamos parcerias com a Suramericana e a Avianca para oferecer serviços de seguros e viagens, respectivamente. Nosso formato de baixo custo Surtimax e a operação direta dos postos de gasolina Exito também começaram a operar durante 2008.

Em 2009, assinamos um acordo de colaboração comercial com a CAFAM proprietária de vários supermercados na Colômbia, para operar seus supermercados existentes sob a marca Éxito, aproveitando nosso conhecimento e força na operação de hipermercados e supermercados e a experiência da CAFAM na operação de farmácias.

Durante 2010, recebemos aprovação antitruste da Superintendência de Indústria e Comércio para: (i) a integração das antigas 31 lojas CAFAM, e (ii) a fusão com a Carulla Vivero após a aquisição da participação remanescente de 22,5% na Carulla Vivero. Neste mesmo ano, emitimos ações ordinárias no mercado local

Em 2011, foi assinado um acordo de compra de ações com o Casino para adquirir sua participação no Disco Group e Devoto, principal varejista de alimentos no

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Uruguai, por US\$ 746 milhões. Estas companhias operavam na época 53 lojas no Uruguai, sob as marcas Géant, Disco e Devoto.

Em 2012, o Éxito abriu seu primeiro shopping center sob sua marca "VIVA", desenvolvida em aliança com uma companhia líder em construção "Arquitectura & Concreto".

Em julho de 2013, celebramos um acordo para modificar e rescindir parcialmente o acordo de colaboração com a CAFAM para adquirir 29 lojas que estávamos operando desde 2010 por COP\$ 82.400 milhões. Durante o mesmo ano, lançamos a Móvil Éxito, um novo negócio como MVNO ("Mobile Virtual Network Operator") em aliança com a Tigo, operadora de rede móvel na Colômbia e incorporamos o Éxito Viajes y Turismo S.A.S. para serviços de turismo e viagens.

Em abril de 2015, adquirimos 29 lojas da bandeira "SuperInter". Em julho, adquirimos a Libertad S.A. na Argentina e, através da Segisor, a holding que controla a Companhia Brasileira de Distribuição ("GPA" ou "CBD"), os 50,0% dos direitos de voto da GPA do Grupo Casino. Isto equivale a 18,8% dos direitos econômicos na CBD.

Em 23 de setembro de 2016 assinamos um acordo com o Fondo Inmobiliario Colombia (FIC) para capitalizar o negócio imobiliário, através do Viva Malls por aproximadamente \$770.000 milhões (R\$861.264 mil, considerando a taxa de câmbio de 23 de setembro de 2016). Atualmente, detemos 51% do fideicomisso, enquanto o FIC detém os 49% restantes.

Em abril de 2017, firmamos um acordo com o Bancolombia para criar a Puntos Colombia, uma nova companhia cujo objetivo é fortalecer nosso programa de fidelidade na Colômbia. Também firmamos uma aliança com a Rappi, uma última militante colombiana líder, para fortalecer nossa estratégia de omni-channel e otimizar os prazos de entrega.

Em 13 de setembro de 2019, a Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), uma subsidiária integral da CBD, lançou uma oferta pública de compra de até 100% de nossas ações ordinárias ao preço de COP\$18.000 por ação. Paralelamente à oferta pública de aquisição, o Casino e a Sendas entraram em um acordo prévio pelo qual o Casino se comprometeu a vender sua participação de 55,3% no Exito para a Sendas. Em 27 de novembro de 2019, acionistas representando 96,57% de nossa participação acionária aceitaram a oferta pública de aquisição de todas as ações em dinheiro. Em 1º de dezembro de 2019, a CBD começou a consolidar nossos resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, nosso acionista controlador concluiu uma reorganização societária segundo a qual a Sendas transferiu sua participação de 96,57% no capital social da Exito para a CBD. Em 12 de março de 2021, a CBD transferiu 5% de participação na Exito para sua subsidiária integral, a GPA2 Empreendimentos e Participações Ltda. Para mais informações sobre nossos acionistas diretos e indiretos, veja o item 15.1 deste Formulário de Referência.

Em 24 de março de 2022, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou uma alteração do destino das reservas e autorizou o Conselho de Administração para regular uma recompra de ações, a qual foi liquidada em 16 de junho de 2022.

Além disso, foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 25 de outubro de 2022, um desdobramento do capital social da Companhia. O desdobramento consistiu na modificação do valor nominal por ação estabelecido no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que diminuiu de \$10 para \$3,333333333340 por ação.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Informações sobre o pedido de falência com base em um montante material ou em recuperação judicial ou extrajudicial

Na data deste Formulário de Referência, não houve requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico**Informações adicionais ao item 6.2**

Por uma limitação do sistema, não foi possível o preenchimento do item 6.2 com o prazo de duração da Companhia previsto no artigo 3º de seu Estatuto Social, que é 31 de dezembro de 2150.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e de suas subsidiárias

Somos o sexto maior varejista de alimentos da América do Sul e o maior da Colômbia e do Uruguai, com base nas informações públicas de nossos principais concorrentes na região, em termos de receita líquida, com presença na Colômbia, no Uruguai e na Argentina. Com mais de 70 anos de experiência no varejo na Colômbia, operamos sob uma estratégia multi-formato e omni-channel, com uma carteira de marcas reconhecidas, visando uma base de clientes em todos os níveis de renda. Oferecemos uma ampla variedade de produtos através de nossas lojas físicas e on-line, incluindo produtos alimentares perecíveis e embalados, e produtos não-alimentícios, incluindo vestuário de eletrodomésticos, entre outros. Acreditamos que nossa estratégia multi-formato, omni-channel e multimarcas nos permitiu superar os efeitos econômicos da pandemia COVID-19 e nos permitirá potencialmente nos beneficiar do crescimento econômico e do aumento do poder de compra dos consumidores em nossos mercados-alvo no futuro.

Na Colômbia, em 31 de dezembro de 2021, nossas 503 lojas operam sob cinco formatos principais: hipermercados, supermercados, lojas de pronto pagamento e lojas de conveniência, operando principalmente sob nossas marcas Éxito, Carulla, Surtimax, Super Inter e Surtimayorista. Nossos 101 supermercados e lojas de conveniência Carulla atendem ao segmento de consumo premium, nossos 233 hipermercados, supermercados e lojas de conveniência Éxito atendem ao segmento de mid-market, e nossas 133 lojas de conveniência Surtimax e Super Inter e nossas 36 lojas de atacado de autosserviço (*cash and carry*) Surtimayorista se concentram no segmento de baixa renda. Possuímos um negócio de fabricação de vestuário através do qual projetamos e fabricamos roupas, incluindo nossas próprias marcas privadas Arkitect, Bronzini, Custer, Bluss, People e Coqui. Também operamos uma fábrica de processamento de alimentos onde processamos e embalamos nossos próprios produtos alimentícios de marca própria, incluindo carne, produtos cozidos, alimentos preparados e água engarrafada, entre outros. Durante 2021, nossas vendas na Colômbia representaram 76,3% de nossas vendas a varejo consolidadas e aproximadamente 23,4% das vendas no mercado de varejo colombiano, de acordo com a Nielsen, o que nos torna o maior varejista de alimentos da Colômbia em termos de vendas.

No Uruguai, em 31 de dezembro de 2021, nossas 92 lojas incluíam nossos 30 supermercados Disco e nossos 60 supermercados Devoto e lojas de conveniência, que atendem o segmento premium, e nossos 2 hipermercados Géant, que atendem o segmento mid-market. Durante 2021, nossas vendas no Uruguai representaram 16,4% de nossas vendas a varejo consolidadas e aproximadamente 40,2% das vendas no mercado de varejo uruguaio, de acordo com a Nielsen, o que nos torna o maior varejista de alimentos do Uruguai em termos de vendas.

Na Argentina, em 31 de dezembro de 2021, nossas 25 lojas incluíam nossos 15 hipermercados Libertad e nossas 10 lojas de conveniência Mini Libertad, que atendem o segmento de mid-market. Durante 2021, nossas vendas na Argentina representaram 7,3% de nossas vendas a varejo consolidadas e, em dezembro de 2021, representavam aproximadamente 15,7% da participação de mercado na região em que Libertad opera e 2,5% da participação de mercado argentino, de acordo com a Nielsen.

Em todos os países onde operamos, também desenvolvemos uma estratégia digital, que alcançou um crescimento significativo nos últimos anos e o omni-channel representou 9,9% das vendas consolidadas. Nosso omni-channel digital inclui

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

comércio eletrônico, clique e coleta e última milha, catálogo digital, entrega ao domicílio e B2B.

Na Colômbia, também oferecemos a nossos clientes entregas de última milha e em domicílio em todos os nossos formatos em aliança com a Rappi, a principal aplicação de entrega na Colômbia, entregando aproximadamente 7,8 milhões de pedidos, dos quais 36,0% são feitos através da plataforma logística do Grupo Éxito. Juntamente com a Rappi, oferecemos o Turbo-Fresh, um serviço de entrega nas últimas milhas, através de nossas 64 lojas escuras, com um tempo médio de entrega de 8,7 minutos. Nosso serviço de venda whatsapp permite a penetração em segmentos de menor renda na Colômbia e nosso click & collect é um serviço diferenciado em relação a outros varejistas tradicionais e operadores de comércio eletrônico. No Uruguai, o omni-channel representou 3,6% do total de vendas em 2021 através do e-commerce, click and collect, entregas ao domicílio e aplicativos. Na Argentina, as ferramentas de omni-channel alcançaram uma participação de 2,6% nas vendas em 2021.

Além de nossas operações de varejo, oferecemos serviços complementares em aliança com parceiros locais, como parte de nossa estratégia para rentabilizar o tráfego e os ativos imobiliários. Em aliança com o Bancolombia S.A. ("Bancolombia"), maior banco comercial da Colômbia, oferecemos nosso cartão de crédito Tuya para nossas marcas Exito e Carulla, o que nos permite oferecer soluções financeiras a nossos clientes. Com mais de 431.000 cartões emitidos para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, alcançando mais de 2,8 milhões de cartões de crédito ativos, somos o primeiro maior emissor de cartões de crédito ativos na Colômbia, de acordo com a Superintendência Financeira Colombiana. Também nos unimos ao Grupo Sura para oferecer soluções de seguros a mais de 390.000 clientes. Viajes Exito, nossa agência de viagens conjunta com a Avianca, principal companhia aérea da região, atende a mais de 77.000 clientes. Somos a primeira revenda na Colômbia a oferecer serviços de telefonia móvel, e nossa MVNO ("Mobile Virtual Network Operator") em aliança com a TIGO, operadora de rede móvel na Colômbia, tem aproximadamente 1.200.000 usuários, o que a torna a segunda maior MVNO do país. Além disso, oferecemos serviços de transferência de dinheiro local e internacional, totalizando aproximadamente 1.260.000 transações para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021. Além disso, nosso programa de fidelidade Puntos Colombia é o primeiro programa de fidelidade na Colômbia com cerca de 5,5 milhões de membros ativos e 134 parceiros comerciais em 31 de dezembro de 2021 e uma moeda alternativa para nossos clientes.

Também operamos uma divisão de negócios imobiliários que visa maximizar o valor de nossos ativos e desenvolver novos projetos que aproveitam ao máximo a experiência e o conhecimento do cliente obtido através de nosso negócio principal de varejo. Em dezembro de 2016, lançamos o Viva Malls, um veículo imobiliário privado dedicado na Colômbia do qual possuímos 51% e o Fondo Inmobiliario Colombia ("FIC") possui 49% e opera 12 de nossos 16 shopping centers e 6 de nossas 18 galerias comerciais. Em 31 de dezembro de 2021, operamos sob a marca Viva na Colômbia, com 12 centros comerciais e 6 galerias comerciais, totalizando 567.747m² de área bruta locável e sob a marca Paseo na Argentina, com 10 centros comerciais e 5 galerias comerciais, totalizando aproximadamente 170.000m² de área bruta locável. Atualmente a Viva Malls está expandindo um de seus centros comerciais em aproximadamente 20.000 metros quadrados, dos quais 17.000 metros quadrados serão arrendados pela primeira loja IKEA em Medellín e a segunda no país.

Nos últimos vinte anos, expandimos nossas operações através de uma combinação de crescimento orgânico, aquisições e alianças comerciais. Na Colômbia, em 2001 nos fundimos com a Cadenalco, a maior Companhia varejista da Colômbia no momento da aquisição, e no início de 2007 adquirimos a Carulla Vivero S.A. ("Carulla Vivero"), a maior operadora de supermercados da Colômbia e, no momento da

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

aquisição, a segunda maior varejista do país em termos de vendas. Em fevereiro de 2015, adquirimos 31 lojas de propriedade da Caja de Compensación Familiar ("Cafam"), uma cooperativa colombiana de funcionários que é proprietária de um negócio varejista, que administrávamos desde 2010 de acordo com um acordo comercial, entre outubro de 2014 e abril de 2015 adquirimos 48 lojas Super Inter na Colômbia.

Em 2011, iniciamos nossa expansão internacional com a aquisição da Disco e Devoto, maiores varejistas de alimentos do Uruguai, e em 30 de agosto de 2015, adquirimos 49,97% das ações da Segisor, o que nos permitiu alcançar 18,76% dos direitos econômicos da CBD e uma participação de controle, que era proprietária das lojas Pão de Açúcar, Extra, Assaí, Casas Bahia e Ponto Frio no Brasil, e 100% da Libertad S.A., que opera nossas lojas Libertad e Mini Libertad na Argentina.

Em 28 de novembro de 2019, vendemos nossa participação na CBD ao Casino Guichard Perrachon S.A., nosso proprietário beneficiário de controle, concomitantemente através de uma oferta pública de aquisição, a CBD adquiriu uma participação de 96,57% na Companhia.

A tabela a seguir reflete nossos resultados para os períodos indicados

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
	<i>(em milhares de R\$, exceto %s)</i>		
Receita de venda de bens e serviços	24.333.964	21.818.852	18.380.788
EBITDA ⁽¹⁾	2.119.207	1.591.430	2.345.124
Margem EBITDA ⁽²⁾	8,7%	7,3%	12,8%
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	2.207.870	1.763.525	1.538.173
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	9,1%	8,1%	8,4%
Receita Operacional Recorrente ⁽⁵⁾	1.420.747	1.045.235	922.469
Margem Receita Operacional Recorrente ⁽⁶⁾	5,8%	4,8%	5,0%

⁽¹⁾ O EBITDA não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. Para verificar a reconciliação do EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes. Para verificar a reconciliação da Margem EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ O EBITDA Ajustado não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitida pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para o exercício apresentado e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para ver a reconciliação do EBITDA Ajustado favor checar o item 3.2 deste FR.

⁽⁴⁾ A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes. Para verificar a reconciliação da Margem EBITDA Ajustado, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

⁽⁵⁾ A Receita Operacional Recorrente não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitida pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para o exercício apresentado e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. A Receita Operacional Recorrente não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a Receita Operacional Recorrente de maneira diferente da calculado pela Companhia. Para verificar a reconciliação da Receita Operacional Recorrente, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁶⁾ A Margem Receita Operacional Recorrente é calculada pela divisão da Receita Operacional Recorrente pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes. Para verificar a reconciliação da Receita Operacional Recorrente, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

Somos uma Companhia de capital aberto listada na Bolsa de Valores da Colômbia desde 1994. Nosso acionista controlador é a CBD, uma Companhia brasileira de varejo de alimentos, que na data deste Formulário de Referência detinha direta ou indiretamente 96,52% do nosso capital social em circulação. A CBD é controlada pela Casino, Companhia varejista de alimentos com forte presença na França e na América Latina.

Nossos pontos fortes

Abordagem multiformato, omni-channel, visando todos os segmentos da população.

Operamos nossas marcas sob um modelo comercial multiformato e omni-channel que nos permite oferecer opções atraentes e convenientes a diversos grupos demográficos, oferecendo combinações de preço, variedade de produtos, conveniência, qualidade e serviço através de lojas físicas e on-line. Nossa estratégia multiformato e omni-channel nos permite crescer não apenas nos principais centros urbanos, mas também em cidades de médio e pequeno porte em todo o país com formatos menores. Nossa estratégia nos ajuda a atender a diferentes segmentos da população e nos proporciona flexibilidade para crescer nos mercados existentes, bem como penetrar em novos mercados, adaptando nossa oferta às características de cada local específico e população alvo. Por exemplo, nosso formato de hipermercado visa segmentos de média e alta renda, tipicamente em grandes áreas urbanas, e oferece uma grande seleção de produtos alimentícios e não alimentícios, enquanto nosso formato de supermercado sob a marca Carulla na Colômbia oferece conveniência em grandes áreas urbanas em locais premium. Nossos formatos de baixo custo, compostos principalmente de pequenas lojas, nos permitem visar os segmentos de baixa renda da população, fornecendo uma seleção mais limitada de produtos a preços acessíveis e são mais adequados para centros urbanos menores. Nosso formato premium de classe mundial, Carulla, tem como alvo a população de maior renda. Nosso modelo de mercado de baixo custo foi elaborado com base no know-how de nosso acionista controlador CBD em Assaí no Brasil, o formato foi feito sob medida para as necessidades da Colômbia, onde as lojas operam em média com 1.000m², têm baixos custos operacionais e exigências CAPEX, impulsionando assim os retornos e impulsionando as vendas após as conversões. Além disso, nossa inovação digital contínua complementa as vendas de alimentos para nossas lojas mães e pop shops aliadas e pequenas Companhias.

Nossa estratégia omni-channel nos torna um dos operadores mais fortes da América Latina em termos de participação nas vendas. Acreditamos que nossa forte presença no mercado da Colômbia, Argentina e Uruguai nos posiciona para nos beneficiarmos de potenciais aumentos de consumo em nossos mercados-alvo, impulsionados por uma maior disponibilidade de crédito ao consumidor.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Compreender a diversidade de nossos clientes nos permite adaptar nossa estratégia

Nossa estratégia baseada no cliente nos permite fornecer soluções para demandas específicas dos clientes. Ao compreender as necessidades específicas de nossos clientes, o tempo específico e os requisitos de localização, oferecemos múltiplos formatos e uma ampla gama de canais que facilitam sua experiência de compra sem interrupção, satisfazendo suas necessidades. Através de nossa análise de dados, coletamos e analisamos as informações capturadas por cada interação com nossos clientes, o que resulta em uma compreensão de seu comportamento. Esta estratégia em conjunto com nosso programa de fidelidade são ferramentas adequadas para oferecer uma experiência personalizada ao cliente, visando efetivamente nossos clientes e lançando campanhas de marketing diferenciadas.

Os dados coletados dos clientes nos permitem desenvolver nosso programa de fidelidade, Pontos Colombia, que atualmente conta com 5,5 milhões de membros ativos e 134 aliados comerciais. Este programa é um dos mais conhecidos na Colômbia e é fundamental para a monetização, pois fornece dados valiosos ao consumidor, informações transacionais e serve como uma ferramenta para medir a eficácia de nossas estratégias gerais de marketing e vendas. Pontos Colombia é uma aliança única entre o varejista líder e o banco líder na Colômbia para consolidar um poderoso banco de dados que aumenta a lealdade, o potencial do banco de dados e outras alternativas de monetização.

Através de nossa marca privada desenvolvemos um portfólio mais forte para melhorar a competitividade, oferecendo aos clientes o menor preço e a melhor qualidade possível em produtos alimentícios e não-alimentícios.

Logística extensiva e eficiente e cadeia de fornecimento (comércio sustentável)

Nossa extensa e eficiente rede de distribuição e capacidade de armazenamento em 5 cidades da Colômbia, inclui 10 centros de distribuição e 3 plataformas logísticas com uma área total de aproximadamente 272.902m² em dezembro de 2021. Durante os 12 meses terminados em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente 74% dos produtos Exito foram manipulados centralmente através desta rede logística. Nossa logística nos permite fornecer aos clientes uma ampla seleção de produtos, e acreditamos que ela melhora nosso relacionamento com nossos fornecedores, tornando o manuseio e a entrega de produtos mais eficientes para eles. Acreditamos que podemos distribuir nossos produtos de forma eficaz pela topografia montanhosa da Colômbia e responder rapidamente às demandas flutuantes para reabastecer nossas localidades, enquanto reduzimos os custos de armazenagem e retração, aumentamos o volume de vendas e nos fornecemos a escala para implementar nossa estratégia de penetração em todo o país. Além disso, acreditamos que nossa rede de distribuição e logística e nossa experiência nos posicionam para capitalizar oportunidades de crescimento em cidades menores que estão sendo mal penetradas.

No Uruguai, operamos quatro centros de distribuição e armazéns estrategicamente localizados em Montevideu, com uma capacidade total de armazenamento de aproximadamente 40.000m². Na Argentina, nosso centro de distribuição está localizado no centro do país, na cidade de Córdoba, com uma distância média de 620 km até nossas lojas.

Promovemos cadeias de abastecimento sustentáveis, priorizando as compras locais e diretas e desenvolvendo capacidades dentro de nossos fornecedores. Em linha com nossa crença em alimentar através de oportunidades, compramos diretamente de produtores locais e apoiamos totalmente nossos fornecedores, especialmente

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

pequenas e médias Companhias nos países onde a Companhia opera. 90% de nossos produtos vendidos foram adquiridos diretamente de comunidades e produtores locais como parte de nosso compromisso com o desenvolvimento dos agricultores. A Companhia líder mundial em consultoria, Advantage Report Retailer, reconheceu o Grupo Éxito como o Varejista Mais Colaborativo de 2021, destacando seus processos logísticos e comerciais e práticas de relacionamento, após avaliar e entrevistar 67 fornecedores do Grupo Éxito da FMCG (Fast Moving Consumer Goods).

Uma forte plataforma de varejo permite monetizar o tráfego através de negócios complementares.

Nossos negócios complementares, tais como nossas soluções financeiras, soluções de seguros, agências de viagem e negócios de remessas, nos permitem aumentar o tráfego a pé em nossas lojas e maximizar o valor do cliente. Nossas vendas por metro quadrado aumentaram 10,6% durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, enquanto o tráfego de pedestres aumentou 6,0% e o tráfego on-line durante este mesmo período atingiu aproximadamente 155,4 milhões de visitantes. Estimamos que 4,8% de nossa receita líquida total vem de negócios complementares durante o ano de 2021, comparado a 3,8% durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2020. Acreditamos que um balcão único é mais relevante em nossos países de operações à medida que as dificuldades de transporte e as restrições de tempo se tornam mais relevantes para nossos clientes. Nossa capacidade de construir alianças fortes com os melhores parceiros de seu tipo para desenvolver novos produtos e serviços para nossos clientes nos permite rentabilizar o tráfego e capturar valor de forma eficiente. Nossos parceiros incluem Bancolombia S.A. e Grupo de Inversiones Suramericana S.A., para serviços financeiros, UNE EPM Telecomunicaciones S.A. para serviços móveis, Rappi para entregas de última milha e Fondo Inmobiliario Bancolombia S.A. para empreendimentos imobiliários. Acreditamos ter a experiência e a capacidade de desenvolver novos produtos e serviços para responder às necessidades de nossos clientes e maximizar ainda mais o tráfego tanto a pé como on-line e maximizar o valor do cliente.

Portfólio imobiliário de primeira linha.

Atualmente possuímos aproximadamente 50% de nossa área de vendas, incluindo localizações premium em vários mercados-chave. Também possuímos e operamos 49 centros comerciais e galerias comerciais. Acreditamos que este portfólio imobiliário é um ativo de valor único devido à crescente escassez de imóveis desejáveis em muitas grandes cidades onde operamos. Além disso, nosso portfólio nos dá a oportunidade de agregar ainda mais valor a alguns de nossos sites, provocando tráfego adicional de pedestres através do desenvolvimento comercial de áreas adjacentes em mini-malls e outras atividades relacionadas.

Nosso portfólio imobiliário nos permite capitalizar sobre um fluxo de renda visível, já que os aluguéis cobrados dos inquilinos são geralmente indexados à inflação, proporcionando-nos uma proteção natural contra a inflação.

Histórico comprovado de crescimento apoiado por uma equipe de gestão experiente.

Temos uma forte equipe da Alta Administração com experiência média combinada no setor há mais de 20 anos e um histórico comprovado de crescimento. Nossas operações atuais são o resultado da estratégia de crescimento orgânico de nossa equipe e da integração bem sucedida de nossas aquisições na Colômbia e internacionalmente. Através de nosso crescimento orgânico e aquisições, nos últimos quinze anos, aumentamos nosso número de lojas de 99 em 2005 para 620 em 2021, e nossa área de vendas de 345.000 m² para 1.027.786 m² em 2021. Além disso,

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

nosso forte crescimento de primeira linha tem sido acompanhado por resultados operacionais positivos. Em 2021, nosso EBITDA Ajustado foi de R\$2.207.191 mil, o que representa um aumento de 4,4 vezes em relação a nossa Margem EBITDA Ajustada excluindo efeitos não recorrentes em 2006 em moeda local. Também conseguimos manter nossa Margem EBITDA Ajustada sobre receita operacional líquida apesar da pandemia e dos efeitos adversos econômicos, alcançando uma Margem EBITDA Ajustada sobre receita operacional líquida de 9,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Além disso, fazemos parte do Grupo Casino, um dos principais varejistas franceses com presença em 5 países e ampla experiência na operação de negócios de varejo multi-formato. Acreditamos que a experiência global do Casino complementa o know-how local de nossa administração e nos beneficia em diversas áreas, tais como desenvolvimento de novas lojas, gestão de nosso portfólio imobiliário, compras, marketing e atividades promocionais.

Elevados padrões ESG

Estamos totalmente comprometidos em operar sob elevados padrões ESG, como é evidenciado pelo recente reconhecimento como um dos 10 varejistas de alimentos mais sustentáveis do mundo pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Nossa estratégia ESG se concentra em 6 pilares: proteção ambiental, comércio sustentável, nutrição infantil, igualdade de gênero, inclusão e diversidade, governança corporativa e incentivo a estilos de vida mais saudáveis. Com a "Fundación Éxito" 70.376 crianças foram beneficiadas por programas de nutrição e complementares, e 217.341 embalagens de alimentos foram entregues às crianças e suas famílias. Durante 2021, a Companhia trabalhou para possibilitar a economia circular, o design ecológico, fortalecendo a estratégia de pós-consumo com clientes onde mais de 12 milhões de embalagens foram recicladas e maximizando o esforço na estratégia de reciclabilidade operacional da Companhia onde 20.975 toneladas de material foram recicladas.

Além disso, houve um progresso significativo em nossa estratégia de controlar a cadeia de fornecimento de carne bovina, monitorando 188 fazendas para garantir níveis zero de desmatamento. Este programa de monitoramento e sua estratégia de conservação é implementado com parceiros reconhecidos internacionalmente, tais como WWF, Climate Focus e o Centro Internacional para Agricultura Tropical. Além disso, continuamos a fortalecer nosso compromisso com a mudança climática, plantando mais de um milhão de árvores em áreas estratégicas de bacias hidrográficas.

Além disso, 92% das roupas foram compradas na Colômbia e 83% delas foram compradas diretamente de produtores locais. Após o Acordo de Paz na Colômbia, reforçamos nossas capacidades para desenvolver produtores nas áreas mais afetadas de conflito e violência. Neste sentido, a Companhia criou uma marca nacional, doou ao Estado, deu mais reconhecimento a esses produtos e promoveu Companhias de marketing para nossos clientes. Além disso, nossa Companhia têxtil compra 90% de seu vestuário para oficinas locais gerando mais de 9.600 funcionários (70% mulheres).

Finalmente, adquirimos 16.000 doses de vacina COVID-19 para proteger nossos funcionários da operação na Colômbia; e 10 centros comerciais VIVA na Colômbia aderiram ao Plano Nacional de Vacinação, onde aproximadamente 476.000 doses de COVID-19 foram administradas durante 2021.

Nossa Estratégia

Nosso objetivo é aumentar nossa rentabilidade enquanto fortalecemos nossa posição em cada um de nossos mercados-alvo, implementando as seguintes estratégias:

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Consolidar nossa presença na América do Sul com foco na adequação a formatos inovadores

Pretendemos nos concentrar na expansão de nossas operações de varejo na Colômbia, Uruguai e Argentina, beneficiando-se de nossa plataforma cada vez mais sincronizada e ágil que pode alavancar nosso melhor know-how em todos os países e segmentos em que operamos. Pretendemos fortalecer nosso segmento de varejo de alimentos otimizando nossa rede atual de lojas, tanto convertendo certas lojas em marcas ou formatos mais adequados para seus mercados específicos, quanto penetrando em áreas inexploradas, abrindo novas lojas. Por exemplo, na Colômbia abrimos 6 lojas durante 2021 e convertimos 8 lojas; e no Uruguai abrimos 2 lojas. Além disso, melhoramos nossos websites e aplicativos móveis e otimizamos os prazos de entrega, o que resultou em um aumento de 0,3% em nossas vendas on-line em moeda local para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Ao consolidar e otimizar nossa presença regional na América do Sul, acreditamos que estaremos posicionados de forma ideal para competir com outros atores do varejo regional e capitalizar oportunidades de crescimento futuro.

Aprofundar a penetração em segmentos de clientes através de uma estratégia multi-formato e omni-channel

Pretendemos aprofundar e ampliar nossa penetração no mercado, oferecendo a nossos clientes opções variadas sob marcas distintas que atendam a diferentes segmentos de renda e sociais da população, tanto através de nossos ambientes físicos como de varejo on-line. Pretendemos capitalizar a crescente demanda dos consumidores por formatos de desconto sob as marcas Surtimayorista, Surtimax e Super Inter na Colômbia para competir com os participantes do segmento de hard discount, também estamos priorizando conversões para nosso Exito WOW e Carulla Fresh Market para melhorar a experiência do cliente em nossos segmentos médio e alto. Aproveitando nossa experiência no Uruguai com nossa marca Fresh Market, desenvolvemos o Carulla Fresh Market na Colômbia para entregar produtos de alta qualidade e saudáveis a nossos clientes.

Estamos aprimorando nossas plataformas digitais acompanhadas por uma logística melhorada para alcançar uma base de clientes maior, fornecendo uma variedade de opções de produtos e alternativas de entrega.

Maximizar a transferência de conhecimento e as melhores práticas.

Procuramos identificar os formatos e práticas mais bem-sucedidos de nossa estratégia de varejo em cada país e segmento em que atuamos e os implementamos em toda nossa plataforma de varejo, alavancando nosso conhecimento e experiência do comportamento e preferências do cliente para otimizar nossa abordagem. Por exemplo, transferimos o modelo "especialista em produtos frescos", pelo qual um funcionário de loja voltado para o cliente é especialmente treinado em carne, vegetais e frutas, de nossas lojas Super Inter adquiridas para nossas lojas Éxito. Acreditamos que esta estratégia melhorou nosso atendimento ao cliente no que diz respeito às vendas de produtos frescos, resultando em maior fidelidade do cliente e manuseio otimizado de tais produtos. Da mesma forma, alavancando o sucesso das lojas Assaí, anteriormente pertencentes ao nosso acionista controlador no Brasil, temos crescido nossas lojas Surtimayorista na Colômbia. Acreditamos que continuar alavancando nossos formatos e práticas experimentados e verdadeiros em nossos mercados-alvo tem o potencial de gerar eficiências operacionais e novas oportunidades comerciais em todos os nossos segmentos geográficos e formatos.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Aumentar o valor da vida útil do cliente através de negócios complementares.

Além de nossas operações de varejo, nosso objetivo é oferecer aos clientes outros serviços complementares que buscam aumentar a fidelidade do cliente e estabelecer nosso negócio como um ecossistema sinérgico. Com nossos serviços financeiros de varejo, nosso objetivo é aumentar as vendas, fornecendo crédito aos clientes que necessitam de financiamento, particularmente para eletrodomésticos. Também planejamos fortalecer e ampliar nossos programas de fidelidade que proporcionam a nossos clientes promoções e descontos especiais com o objetivo de impulsionar gastos repetidos. Além disso, nosso objetivo é alavancar nossas operações de financiamento ao consumidor e nossos programas de fidelidade para nos fornecer informações valiosas sobre o comportamento do consumidor para nos permitir desenvolver melhor estratégias de marketing eficazes e adaptar nossas ofertas de produtos e serviços às necessidades de nossos clientes. Da mesma forma, procuramos alavancar nossas unidades de transferência de dinheiro locais e internacionais para aumentar as vendas, facilitando o gasto das remessas que chegam através de nossas unidades de transferência de dinheiro em nossas lojas.

Continuar a desenvolver nosso portfólio imobiliário.

Pretendemos continuar a desenvolver centros comerciais e galerias comerciais centradas em torno de nossos hipermercados ou outros formatos de lojas. Nosso objetivo é alavancar o tráfego de pedestres criado por nossas lojas para aumentar o valor de nossos outros imóveis comerciais dentro e ao redor de nossos shopping centers e atrair marcas de varejo atraentes para nossos shopping centers que gerarão tráfego de pedestres adicional. Também pretendemos capitalizar nossa combinação equilibrada de ativos imobiliários e projetos de shopping centers bem avançados em localizações privilegiadas na Colômbia e na Argentina e nossa base diversificada de lojistas, fazendo parcerias com investidores imobiliários que reconhecem nosso potencial de valor para continuar nossa expansão. Buscamos aumentar o valor de nossas lojas e adquirir lotes adicionais em locais estratégicos para facilitar o crescimento de nossas operações e a construção de hipermercados, supermercados e shopping centers adicionais.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1.a - Informações específicas sobre entidades público-privadas

Item Não aplicável, dado que a Companhia não é uma entidade público-privada.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são conduzidas através dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgado em suas demonstrações contábeis:

Colômbia:

- Éxito: Receitas das atividades de varejo, com lojas sob a bandeira Éxito.
- Carulla: Receitas com lojas sob a bandeira Carulla.
- Baixo custo e outros: Receitas das atividades de varejo e de outras atividades com lojas sob as bandeiras Surtimax, Súper Inter, Surti Mayorista e formato B2B.

Argentina:

- Receitas e serviços de atividades de varejo na Argentina, com lojas sob as bandeiras Libertad e Mini Libertad.

Uruguai:

- Receitas e serviços de atividades no varejo no Uruguai, com lojas sob as bandeiras Disco, Devoto e Géant.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

		Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
(Em milhares de R\$, exceto %)		2021		2020		2019	
Segmentos operacionais	Bandeiras	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Colômbia							
	Éxito	12.339.656	53,3%	11.160.988	53,2%	7.644.593	52,7%
	Carulla	2.562.982	11,1%	2.453.228	11,7%	1.552.076	10,7%
	Baixo custo e outros	2.762.016	11,9%	2.529.189	12,0%	2.126.043	14,7%
Argentina		1.694.173	7,3%	1.174.509	5,6%	925.062	6,4%
Uruguai		3.801.801	11,1%	3.680.424	11,7%	2.554.885	10,7%
Total		23.160.628	100,0%	20.998.338	100,0%	14.509.790	100,0%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga o lucro ou prejuízo por segmento.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(a) Características do processo de produção

Nossos produtos na Colômbia, Uruguai e Argentina são, em sua maioria, produtos prontos para venda que compramos e revendemos a nossos clientes usuários finais. Apenas uma parte de nossos produtos é produzida em nossas lojas, por nossa equipe técnica para o desenvolvimento de produtos perecíveis. Em determinadas circunstâncias, firmamos parcerias com fornecedores que entregam produtos semi-acabados que são acabados em nossas lojas.

Os produtos fabricados ou manuseados em nossas lojas incluem: (i) frutas e vegetais, que são cortados ou embalados em nossas lojas; (ii) carne (bovina, suína, frango e peixe) assim como frios e queijos, que são cortados, pesados e embalados em nossas lojas; (iii) refeições prontas para consumo vendidas em nossos balcões de charcutaria; e (iv) pães, bolos e doces feitos nas padarias localizadas dentro de nossas lojas.

(b) Características do processo de distribuição

Na Colômbia, a Companhia opera dez centros de distribuição e três plataformas logísticas com capacidade total de armazenamento de aproximadamente 272.902 m².

No Uruguai, a Companhia opera 4 centros de distribuição e armazéns estrategicamente localizados em Montevideu, com uma capacidade total de armazenagem de aproximadamente 40.000 m².

Na Argentina, o centro de distribuição da Companhia está localizado no centro do país, na cidade de Córdoba, com uma distância média de 620 km até nossas lojas.

A Companhia organiza seus processos de logística e distribuição de acordo com os produtos e serviços vendidos sob nossas bandeiras. Assim, a Companhia orienta nossos processos de distribuição de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Lojas, Supermercados e Hipermercados

Em 31 de dezembro de 2021, o processo logístico para abastecer as lojas, supermercados e hipermercados da Companhia, excluindo a operação de cash and carry na Colômbia, incluía 18 centros de distribuição e plataformas logísticas localizadas na Colômbia, Argentina e Uruguai, com uma área total de aproximadamente 470.000 m², incluindo tanto a área própria da Companhia como a área terceirizada. O processo de distribuição da Companhia é realizado por uma frota terceirizada.

Nossas Lojas

Operamos na Colômbia, Uruguai e Argentina. Em 31 de dezembro de 2021, temos um total de 620 lojas, das quais 503 lojas na Colômbia, 92 lojas no Uruguai e 25 lojas na Argentina, entre supermercados, hipermercados, lojas de baixo custo e lojas de proximidade.

Para mais informações sobre as lojas, vide o item 7.1 deste Formulário de Referência.

Formatos e marcas de lojas

Éxito

Lojas sob a bandeira "Éxito" compreendem hipermercados, supermercados e lojas expresso que estão predominantemente localizados em grandes áreas urbanas colombianas, como Bogotá, Medellín, Barranquilla e Cali. As lojas Éxito oferecem uma grande variedade de produtos, incluindo categorias alimentícias e não-alimentícias, e estão organizadas em um estilo de loja de departamento, com uma área média de vendas por loja de aproximadamente 2.663 m² a partir de 31 de dezembro de 2021. As lojas Éxito têm como alvo as classes média e média-alta da Colômbia. Em 31 de dezembro de 2021,

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

tínhamos 233 lojas Éxito. A venda de produtos alimentícios e não alimentícios representava 54% e 46% das vendas líquidas da bandeira Éxito em 2021, respectivamente. Nosso foco é desenvolver uma nova geração de hipermercados Éxito (Éxito Wow Concept) para unir o melhor do mundo físico e virtual em um só lugar: uma experiência de compra conectada ao mundo digital, atendimento superior ao cliente e foco melhorado em produtos frescos.

As vendas a varejo líquidas da bandeira Éxito no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, atingiram R\$12.339.656 mil, um aumento de 10,6% em relação a 2020 e representaram aproximadamente 70% do mix de vendas na Colômbia. A bandeira Éxito continuou como o melhor player no segmento de hipermercados, supermercados e lojas expresso em 2021, crescendo em quase todas as regiões principalmente a partir de atividades comerciais precisas e do sólido desempenho das lojas Éxito Wow. As lojas Éxito Wow são hipermercados conectados digitalmente que integram os canais digitais e serviços físicos oferecidos pela bandeira Éxito a outros serviços, incluindo serviços bancários, área de co-trabalho, praça de alimentação gourmet, zona de omnichannel, entre outros. O modelo Éxito Wow totalizou 19 lojas em 2021 e está presente em Bogotá, Medellín, Cali, Santander, Boyacá e Costa Atlântica. As lojas Éxito Wow apresentaram um crescimento líquido de 11,2% nas vendas em 2021 e representaram uma participação de 29,6% nas vendas totais do banner.

Carulla

Lojas sob a bandeira "Carulla" compreendem supermercados e lojas expresso que estão predominantemente localizadas nas principais cidades, como Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla e Bucaramanga, entre outras. As lojas Carulla se concentram principalmente em oferecer produtos importados e premium e um sortimento de alta qualidade de produtos frescos; e, são reconhecidas por terem a melhor padaria do país. Carulla tem uma área média de vendas por loja de 864 m² em 31 de dezembro de 2021. As lojas Carulla têm como alvo as classes high-end colombianas e, em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 101 lojas Carulla. A venda de produtos alimentícios e não alimentícios representou 98% e 2% das vendas líquidas de Carulla em 2021, respectivamente.

As vendas a varejo líquidas da bandeira Carulla no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, atingiram R\$2.562.982 mil, um aumento de 4,5% em relação a 2020, principalmente devido à implementação do modelo do Mercado de Frescos. Este modelo inovador visa transformar a categoria de alimentos frescos, renovar lojas e melhorar os layouts. O modelo inclui atividades digitais, tais como aplicativos, melhor experiência no atendimento ao cliente, reforçando a oferta de itens-chave, tais como vinho, massas, queijo, café e eventos abertos relacionados ao banner premium. A partir de 2021, o modelo foi implementado em 22 lojas de produtos frescos Carulla localizadas nas cidades de Bogotá, Medellín, Santa Marta, Cali e Cartagena. Estas lojas de mercado de produtos frescos representavam aproximadamente 45,1% da quota de vendas das lojas Carulla e apresentaram crescimento de dois dígitos nas vendas após a implementação.

Super Inter e Surtimax

As marcas Super Inter e Surtimax são consideradas como supermercados de baixo custo caracterizados por oferecer preços baixos para uma cesta básica completa de produtos, carne de boa qualidade, frutas e vegetais frescos e um grande sortimento de grãos a granel. Estas lojas têm um foco regional, oferecendo produtos de acordo com as necessidades do consumidor local. As lojas Super Inter operam em aproximadamente 17 cidades nas regiões Central e do Pacífico da Colômbia. As lojas Surtimax estão localizadas em áreas residenciais e oferecem um amplo portfólio de produtos de marca própria.

As vendas de produtos alimentícios e não alimentícios da Super Inter representaram 99% e 1%, respectivamente, das vendas líquidas das lojas em 2021. Tivemos 61 lojas Super Inter e 72 lojas Surtimax, respectivamente, e a área média de vendas por loja é de 964 m² 31 de dezembro de 2021.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

As vendas de produtos alimentícios e não alimentícios da Surtimax representaram 99% e 1%, respectivamente, das vendas líquidas das lojas em 2021.

As vendas a varejo líquidas do segmento de baixo custo e outros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando o ano todo, alcançaram R\$2.762.016 mil um aumento de 9,2% em relação a 2020 como resultado da implementação do processo de reforma de lojas e otimização da base, conversão de lojas em lojas *cash and carry*, compostas pelas marcas Super Inter e Surtimax, ações comerciais fortes, implementação de planos de produtividade e foco em *private label* para compensar o efeito do ambiente competitivo desafiador neste mercado.

Lojas Surtimayorista

As lojas Surtimayorista operam no segmento de *cash and carry* na Colômbia há mais de três anos e têm se concentrado na comercialização de produtos para o varejo e consumidores institucionais, tais como varejistas de alimentos (incluindo restaurantes e lanchonetes), varejistas convencionais (como mercearias e mamães & pops) e usuários finais (incluindo escolas, pequenas Companhias, igrejas e hospitais). Ela oferece mais de 2.100 itens de mercearia, alimentos, perecíveis, bebidas, embalagens, produtos de higiene e limpeza, entre outros.

Em 2021, 1 loja foi aberta e 1 convertida para a bandeira Surtimayorista, totalizando 36, o que representava 4,6% da quota de vendas da Colômbia, a partir de 31 de dezembro de 2021.

Entrega de alimentos por e-commerce

Na Colômbia, a Companhia opera uma das maiores operações de e-commerce alimentício do país através de vendas diretas on-line e de mercado, e novos canais, incluindo aplicações de entrega. A fim de operar esses canais, a Companhia possui uma rede dedicada de (i) centros de distribuição em Bogotá servindo principalmente demandas não-alimentares, (ii) instalações de armazenamento em Medellín servindo comércio eletrônico de alimentos, e (iii) entrega direta em lojas utilizadas principalmente para servir aplicações de entrega.

Marketing

Nossa estratégia de marketing visa reter nossos clientes e atrair novos clientes através de nossa proposta de valor focada em preços competitivos, uma experiência de compra agradável e uma variedade significativa de produtos adaptados às regiões onde nossas lojas estão localizadas. Promovemos campanhas de marketing integradas destinadas ao nosso público alvo de comerciantes, processadores, grandes usuários e consumidores finais.

Nossas equipes de marketing incluem branding, mídia, planejamento, promoção, evento, inteligência de mercado, sustentabilidade e especialistas em marketing comercial. Eles se dedicam ao desenvolvimento de campanhas de marketing digital e de qualidade off-line.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, investimos R\$205.735 mil e R\$177.582 mil, respectivamente, em publicidade.

Vendas a crédito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, 14% de nossa receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes foi representada por vendas a crédito, principalmente na forma de vendas com cartão de crédito, vendas parceladas e vales de alimentos, conforme descrito abaixo:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

No nosso segmento Colômbia, as vendas a clientes que utilizam cartões de crédito, incluindo o cartão de crédito Tuya, representaram 32,2% e 29,7% das nossas receitas consolidadas de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. No nosso segmento Uruguai, os clientes que utilizam cartões de crédito representaram 29,1% e 28,3% das nossas receitas consolidadas provenientes de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. No nosso segmento argentino, as vendas com cartões de crédito representaram 40,1%, e 41,8% das nossas receitas consolidadas de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Venda por cartão de crédito.

Todos os formatos de nossas lojas e nossas operações de comércio eletrônico aceitam pagamento para compras com os principais cartões de crédito, tais como MasterCard, Visa, Diners Club e American Express. Nossas lojas também aceitam cartões de crédito virtuais através de métodos como o Apple Pay. As vendas aos clientes que utilizam cartões de crédito representaram 14%, 14% e 12% de nossa receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes consolidada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Uma provisão para contas duvidosas não é necessária, pois os riscos de crédito são assumidos pelas Companhias de cartão de crédito relevantes ou pelos bancos emissores.

Vendas parceladas.

Nossas lojas oferecem financiamento aos nossos clientes para a compra de eletrodomésticos em regime de parcelamento através de cartões de crédito de terceiros. Uma provisão para contas duvidosas não é necessária, uma vez que os riscos de crédito são assumidos pelas Companhias de cartão de crédito ou bancos emissores relevantes.

Vales-alimentação.

Em nossas lojas de alimentos, aceitamos cupons de alimentos como pagamento. Os vales-alimentação são emitidos por agentes terceirizados às Companhias participantes que fornecem vales-alimentação a seus funcionários como um benefício marginal. Os vales-alimentação representaram 4%, 3% e 1% de nossa receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes consolidada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. As Companhias emissoras de vales assumem o risco de crédito associado a essas vendas.

Tecnologia da Informação

Investimos R\$181.556 mil, R\$21.178 mil e R\$32.989 mil em computadores e softwares nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Estamos identificando oportunidades e mapeando ganhos de eficiência integrando serviços e funções em nossos diversos segmentos operacionais, melhorando nossos sistemas fiscais, nosso ERP, com foco na governança e em nossos clientes. Nosso departamento de tecnologia da informação negocia com fornecedores de serviços e software custos em projetos e contratos, alavancando economias de escala relacionadas a serviços compartilhados entre nós e nossas subsidiárias.

Outros Negócios e Serviços

Puntos Colombia

Puntos Colombia é uma joint venture entre nós e Bancolombia, na qual cada um de nós detém uma participação de 50%. A Puntos Colombia opera um programa de fidelidade

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

segundo o qual seus usuários ganham pontos quando compram de nós e de nossos parceiros. Esses pontos são resgatáveis por produtos ou serviços disponíveis na plataforma Puntos Colombia. Além disso, os titulares de pontos têm outros benefícios, incluindo descontos. Em 31 de dezembro de 2021, a Puntos Colombia tinha 134 aliados comerciais, incluindo Starbucks, Celio, Pilates e CineColombia, entre outros, nos quais nossos clientes resgataram 28,5 milhões de pontos no âmbito do programa.

Tuya

A Tuya é uma joint venture entre nós e o Bancolombia, na qual cada um de nós detém uma participação de 50%. A Tuya é uma instituição financeira focada em emitir cartões de crédito e conceder empréstimos ao consumidor a segmentos de baixa renda que o sistema bancário tradicional não serve, promovendo assim o acesso financeiro. Em 31 de dezembro de 2021, a Tuya tinha uma taxa de inclusão financeira de 17,2%, ou seja, a porcentagem de cartões de crédito de marca privada concedidos a pessoas que tinham linhas de crédito formais negadas ou não aprovadas pelo sistema bancário tradicional. Em 31 de dezembro de 2021, a Tuya tinha 2,8 milhões de cartões ativos e emitiu 431.000 cartões de crédito durante o ano, representando 17% da participação do mercado de cartões de crédito na Colômbia.

Unidades de Negócios Imobiliários

Nossos negócios imobiliários operam sob a marca Viva Malls na Colômbia e Paseo Libertad na Argentina.

Em 31 de dezembro de 2021, a Viva Malls operava imóveis em 11 cidades colombianas, incluindo 12 centros comerciais e 6 galerias comerciais, totalizando aproximadamente 567.747m² de área bruta locável. Sob a marca Paseo na Argentina, operamos 10 shopping centers e 5 galerias comerciais, totalizando aproximadamente 170.000m² de área bruta locável.

(c) Características dos mercados nos quais opera

(i) Participação em cada um dos mercados

Setor Varejista colombiano

O setor varejista colombiano é amplamente influenciado pelo nível geral da atividade econômica no país e pelo nível de renda per capita disponível. De acordo com o DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estadística), a economia colombiana teve um crescimento econômico real positivo de 10,6% do PIB em 2021, como resultado do crescimento saudável do consumo privado e das exportações. Enquanto a pandemia da COVID-19 impactou negativamente a economia durante 2020, o crescimento real do PIB da Colômbia continua acima da maioria de seus pares regionais (média de cinco anos para a Colômbia, 2,13% contra 0,91% para seus pares regionais (México, Peru, Chile, Brasil, Equador e Argentina)). Durante 2021, a inflação excedeu a meta do Banco Central da Colômbia de 2,0% - 4,0%, em grande parte como resultado de preços mais altos para alimentos e bebidas não alcoólicas. A inflação anual atingiu 5,6% em dezembro de 2021, a maior taxa dos últimos cinco anos.

O desemprego foi de 15,9% no final do ano de 2020 devido aos bloqueios e restrições impostas pelo governo em resposta à pandemia da COVID 19. Embora no final do ano 2021 o desemprego tenha diminuído para 13,7%, ainda teve um impacto na renda disponível das famílias e, ostensivamente, um impacto positivo no consumo. De acordo com a Latinfocus Consensus Forecast, a taxa de desemprego foi de 10,5%, 16,1% e 13,1% para 2019, 2020 e 2021, respectivamente. Embora o consumo privado tenha diminuído 5,8% em 2020 de acordo com a DANE, ele aumentou 14,6% em 2021 devido a um

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

aumento no consumo impulsionado pela normalização das atividades devido à flexibilização das restrições relacionadas à pandemia.

O setor varejista colombiano de alimentos é servido através de uma grande variedade de canais, incluindo supermercados privados, sortimento limitado e lojas de conveniência, cooperativas subsidiadas pelo governo conhecidas como caixas de compensação, lojas especializadas (por exemplo, açougues, padarias, etc.) e operações de entrega. Um grande número de colombianos continua a comprar através dos canais tradicionais, movidos principalmente por pequenos comerciantes independentes, que representaram 43,4% do valor vendido pelos varejistas de supermercados na Colômbia em 2021, de acordo com a Nielsen.

Nossas marcas Éxito, Carulla, Surtimax e Super Inter continuam a liderar o segmento de mercearia moderna, respondendo por 22,7% de um segmento que totalizou vendas de COP \$57.409 bilhões em 2021, de acordo com Supersociedades.

Os varejistas com desconto vêm ganhando força no mercado varejista colombiano e têm experimentado um forte crescimento nos últimos cinco anos. Isto tem sido o resultado de esforços na abertura de novas lojas e da chegada de vários novos participantes do setor. Segundo o Relatório Nielsen, este segmento teve uma área total de vendas de 1.107.508 m², incluindo nossos formatos de baixo custo, durante 2021 e um total de 3.938 lojas, representando 15,7% das vendas dos modernos varejistas de mercearia na Colômbia. Entre os principais players neste espaço estão D1 e Ara, que recentemente se tornaram um player significativo dentro deste setor do mercado varejista. D1 e Ara tinham 1.988 e 796 pontos de venda, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021, representando um crescimento total de 121% e 50%, respectivamente, no número de pontos de venda desde 2018.

De acordo com o Euromonitor, o segmento de cash and carry teve vendas brutas de R\$2.816.993 mil em 2021, crescimento de 12,6% em moeda local em relação a 2020, e atende principalmente o mercado institucional. Os consumidores tradicionais continuam a ser atraídos por formatos menores e mais acessíveis. Os centros comerciais também ganharam cada vez mais importância como destino alternativo de compras para os lares no país.

Setor varejista uruguaio

De acordo com a previsão do Consenso Latinfocus, a economia uruguaia cresceu a uma taxa anual de 3,8% em termos reais durante 2021, após uma contração de 5,9% em 2020, quando a pandemia da COVID 19 pesou fortemente sobre o Uruguai, subjugando as indústrias manufatureiras e de serviços do país, particularmente o turismo. A inflação anual diminuiu para 8,0% em 2021, de 9,4% em 2020.

De acordo com o Euromonitor, as vendas totais no setor varejista uruguaio aumentaram 9,1% em 2021 em relação a 2020, totalizando 442.176 milhões de pesos uruguaios, aproximadamente 10.142 milhões de pesos uruguaios (aproximadamente 9.654 milhões de dólares) em 2020. Este crescimento foi o resultado de: (i) uma população altamente bancada que está em condições de fazer pagamentos digitais, e (ii) uma alta penetração do smartphone impulsionando as vendas de comércio eletrônico. Em 2021, certas restrições relacionadas à COVID-19 ainda estavam em vigor para, no entanto, o comércio eletrônico impulsionou o crescimento. Serviços de entrega baseados em aplicativos têm se tornado cada vez mais populares no Uruguai, beneficiando-se da crescente penetração dos smartphones. Com o crescimento das vendas de valor através do comércio eletrônico, a criação de uma infraestrutura eficiente para a entrega direta está se tornando cada vez mais importante. Devido à pandemia, as Companhias tiveram que desenvolver novas estratégias em torno de sua logística e entrega de produtos, e isto melhorou muito a infraestrutura de entrega.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O rápido surgimento de lojas de conveniência tem vindo através de marcas líderes como Kinko, Frog Maxishop (NBO Ussel SA) e nossa própria Devoto Express. Este segmento do mercado continua a mostrar sinais de melhoria à medida que uma geração mais jovem, que prefere fazer suas compras em lojas de conveniência, hipermercados ou supermercados, torna-se uma parte maior da população. Este novo canal tinha apenas duas cadeias presentes em 2014, Kinko e Frog Maxishop (NBO Ussel SA), com um total de 14 lojas em Montevideú. Em 2015, o Grupo Éxito lançou sua própria rede de lojas de conveniência sob a bandeira Devoto Express e, no quarto trimestre de 2016, havia 33 lojas combinadas operando através deste formato.

A participação das vendas não ligadas ao comércio nos supermercados aumentou lentamente nos últimos cinco anos, mas permaneceu abaixo de 3,0%. As lojas Tienda Inglesa, Devoto e Disco oferecem atualmente um mix cada vez maior de itens não-mercadistas, enquanto a Ta-Ta, a maior cadeia de supermercados, ainda tem um portfólio muito limitado de não-mercadistas e a maioria dos supermercados independentes vende apenas produtos de mercearia.

Setor varejista argentino

A economia argentina cresceu 10,3% em termos reais durante 2021, de acordo com a Latinfocus Consensus Forecast, após uma contração de 9,9% em termos reais durante 2020. Houve um pico na inflação em 2021, impulsionado principalmente devido à expansão da base monetária para financiar o déficit fiscal. A inflação de 12 meses atingiu um nível de 49,5% durante 2021.

Segundo o Euromonitor, as vendas totais no setor varejista argentino aumentaram 51,8% em 2021 em relação a 2020, o total de vendas totalizou 6.882.781 milhões de pesos argentinos, aproximadamente US\$ 97.435 milhões de 4.533.010 milhões de pesos argentinos, aproximadamente US\$ 47.651 milhões em 2020. Enquanto as vendas em valor corrente registraram um aumento de dois dígitos em 2021, este crescimento foi principalmente devido ao aumento da inflação, embora o governo tenha tentado diminuir o efeito da inflação em itens essenciais de alimentos, incluindo (i) o programa Care Prices, que garante preços fixos para mais de 5.000 mercadorias por um determinado período, e o programa Maximum Price, que congela preços para cerca de 1.700 produtos abertos a supermercados, e (ii) o programa Super Close, que é uma cesta de 70 mercadorias que permanecerá a um preço fixo por seis meses e é destinado aos varejistas tradicionais de mercearia. O comércio eletrônico recebeu uma injeção de combustível dos lockdowns de 2020 e continua registrando vendas de valor saudável, uma vez que as mercearias desenvolveram uma infraestrutura on-line. As principais cadeias de supermercados também estão investindo em centros de distribuição, já que a entrega rápida é uma maneira fundamental de melhorar a experiência do cliente. As plataformas de entrega estão desenvolvendo centros de distribuição para entregar uma pequena seleção de produtos básicos de marca própria, bem como atuar como intermediário de entrega para outros varejistas.

Enquanto os varejistas tradicionais de mercearia continuam a manter sua predominância sobre os pontos de venda modernos, os pequenos comerciantes independentes vêm perdendo participação à luz das mudanças nos hábitos de consumo. Mudanças recentes nos hábitos de consumo favoreceram o desenvolvimento de estabelecimentos modernos de proximidade que aceitam cartões de crédito e/ou oferecem acesso a financiamento. Os comerciantes tradicionais de mercearia, particularmente os pequenos comerciantes, perderam terreno para a expansão dos canais de varejo modernos, sendo o Carrefour e o Dia particularmente agressivos em sua expansão no segmento. Da mesma forma, o cash and carry continua sendo um dos canais mais relevantes para os consumidores argentinos.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Nenhuma cadeia de varejo na Argentina está presente em todo o país, com várias marcas internacionais concentradas em Buenos Aires e marcas locais ou regionais tendo uma presença de liderança em outras províncias. Nossos hipermercados Libertad e lojas de conveniência são os líderes de mercado na província de Córdoba.

O Carrefour Argentina é o maior varejista de mercearia da Argentina com 6% de participação de mercado em valor em 2021, de acordo com o Euromonitor, e um foco particular em Buenos Aires. Outros concorrentes-chave incluem Cencosud, Dia e Wal-Mart.

(ii) Condições de concorrência nos mercados

Enfrentamos forte concorrência no sector varejista colombiano por parte de varejistas internacionais e nacionais, incluindo Cencosud e Olímpica e, mais recentemente, por redes varejistas de desconto como D1 (Koba LLC) e Jerónimo Martins.

Os nossos principais concorrentes no setor varejista uruguaio incluem a Tienda Inglesa, El Dorado e Ta-Ta.

Enfrentamos concorrência na Argentina, principalmente do Carrefour, DIA e Cencosud.

(d) Possível sazonalidade

Temos experimentado historicamente a sazonalidade em nossos resultados de operações, principalmente devido às vendas tradicionalmente mais fortes no quarto trimestre de férias e às promoções da "Sexta-feira Negra", que são relativamente novas em nossos países de operação, e ajudam a impulsionar as vendas do quarto trimestre em categorias principalmente não-alimentícias. Nos últimos anos, nossa receita média de vendas durante o quarto trimestre tem sido tipicamente aproximadamente 20% acima da receita média de vendas de outros trimestres do ano.

Também experimentamos sazonalidade em nossos resultados em março e/ou abril, como resultado da pausa da Páscoa. Também experimentamos maiores receitas de vendas quando oferecemos produtos especializados para eventos como a Copa do Mundo da FIFA.

A sazonalidade relacionada à disponibilidade de alguns de nossos produtos (tais como frutas e vegetais) geralmente não nos afeta devido à grande e diversificada seleção de produtos que oferecemos a nossos clientes.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, incluindo se estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental, indicando os órgãos e respectiva legislação aplicável

Devido a sua ampla e diversificada carteira de produtos, a Companhia não tem um único fornecedor que tenha uma participação significativa de produtos vendidos em unidades ou receita de vendas. Em geral, os alimentos e medicamentos/farmacêuticos processados vendidos em nossas lojas na Colômbia são regulamentados pelo INVIMA ("*Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos*").

No Uruguai, a Companhia não tem um único fornecedor que tenha uma participação significativa de produtos vendidos em unidades ou receita de vendas. As negociações comerciais com fornecedores não requerem aprovação governamental, mas podem estar sujeitas ao controle de instituições governamentais como o Ministério de Saúde Pública.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Na Argentina, a Companhia tem um portfólio amplo e diversificado e não tem um único fornecedor que tenha uma participação significativa em unidades ou receita de vendas. Produtos alimentícios processados e não processados vendidos em Libertad são regulamentados pelo SENASA (*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*), e alguns deles são comercializados sob programas de controle de preços do governo.

(ii) Possível dependência de poucos fornecedores

Na Colômbia, o processo de compra é centralizado para um grande número de fornecedores locais e internacionais. Temos mais de 2.800 fornecedores e nenhum deles representa mais de 5% de nossa receita total de vendas. Por exemplo, em 2021, 90% de nossas frutas e vegetais foram adquiridos localmente, 82% deles, diretamente de 651 agricultores nacionais. 74% de nossa mercadoria é centralizada através de nossa plataforma logística, dos quais 42% são gerenciados via cross docking, que é um processo que envolve a entrega diretamente dos fornecedores e não requer armazenamento em armazém. As mercadorias não-centralizadas são principalmente bebidas, padaria, lanches e alguns produtos congelados.

No Uruguai, temos mais de 865 fornecedores e nenhum deles representa mais de 5% de nossa receita total de vendas. A compra de produtos alimentícios para todas as nossas bandeiras é em sua maioria descentralizada, com 62,3% dos produtos sendo adquiridos de diferentes fornecedores. Compramos substancialmente a curto prazo de um grande número de fornecedores não relacionados, evitando assim estar dependentes de poucos fornecedores. Os preços de nossos produtos alimentícios variam de acordo com a inflação. Os produtos não alimentícios, excluindo eletrodomésticos, são em sua maioria importados devido à falta de uma indústria nacional.

Na Argentina, a compra de produtos alimentícios para todas as nossas marcas são centralizadas e a compra é feita diretamente ou a curto prazo de um grande número de fornecedores não relacionados. Como resultado, não dependemos de nenhum fornecedor individual. Os preços dos produtos alimentícios dependem dos níveis de inflação.

(iii) Possível volatilidade em seus preços

Devido a sua ampla e diversificada carteira de produtos e como não há dependência de poucos fornecedores, uma possível volatilidade nos preços será devida principalmente à pressão inflacionária nos países de operação, o que afetará a Companhia se ela não puder transferir os aumentos de preços para os clientes. Favor consultar o item 4.1 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes que representam mais de 10% da receita líquida total

(a) Valor total da receita do cliente

Nenhum cliente representou mais de 10% da receita líquida total da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) Segmentos operacionais afetados pela receita de clientes

Nenhum cliente representou mais de 10% da receita líquida total da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulamentação estatal sobre as atividades

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício de atividades e histórico de relacionamento com a administração pública para obter tais autorizações

Colômbia

Estamos sujeitos à regulamentação governamental relacionada à nossa atividade econômica e à supervisão pelas autoridades, geralmente aplicável a questões ambientais, sanitárias e comerciais. Para abrir e operar nossas lojas, devemos registrar todas as nossas lojas no registro comercial, obter a licença de uso do solo e o certificado sanitário que confirma a conformidade com os assuntos relacionados à segurança e ao estado sanitário das instalações da loja. Nossas lojas também devem ter um certificado de segurança contra incêndio emitido pelo respectivo corpo de bombeiros, que confirma que a loja possui os mecanismos e ferramentas de segurança para responder em caso de emergência a qualquer momento.

Cumprimos as questões ambientais, incluindo gerenciamento e disposição de resíduos e regulamentos de ruído. Acreditamos que cumprimos todas as regulamentações e controles aplicáveis com relação a nossos negócios.

Nossas subsidiárias colombianas desenvolvem seus negócios em diferentes indústrias, incluindo logística e transporte, viagens, serviços de telefonia móvel, produção industrial (alimentos e vestuário), e comércio eletrônico. Acreditamos estar cumprindo com todas as regulamentações materiais aplicáveis a estas atividades.

Somos uma Companhia listada na Bolsa de Valores da Colômbia e, portanto, também estamos sujeitos às regulamentações emitidas pela Superintendência Financeira Colombiana ("*Superintendencia Financiera*"), que inclui, mas não se limita à divulgação de informações materiais, adoção de práticas de governança corporativa e relatórios financeiros. Acreditamos que estamos cumprindo em todos os aspectos materiais com estas regulamentações.

Em questões trabalhistas, nossas atividades são reguladas pelos princípios dos acordos internacionais assinados pela Colômbia, a Constituição da Colômbia e a Lei Trabalhista e de Previdência Social. O Ministério do Trabalho como principal autoridade que impede, investiga, controla e penaliza qualquer descumprimento. Os juízes trabalhistas supervisionam as reivindicações. Além disso, através de ações "tutelares" ou processos judiciais, os juízes constitucionais garantem e protegem os direitos fundamentais quando comprometidos.

Argentina

A Libertad S.A. está sujeita à regulamentação governamental relacionada à nossa atividade econômica. A regulamentação ocorre principalmente a nível provincial e municipal na Argentina, incluindo a regulamentação sobre:

- (i) negócios
- (ii) ambiente
- (iii) segurança e proteção
- (iv) incêndio
- (v) resíduos e descarte
- (vi) qualidade dos alimentos

No nível da Companhia, a Libertad está registrada perante o Registro de Comércio da Província de Córdoba. Embora a Libertad não seja uma Companhia de capital

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

aberto, ela tem que apresentar suas demonstrações contábeis anuais de aprovação e nomeações de membros do conselho. Este processo perante o Registro de Comércio da Província de Córdoba e outras autorizações relacionadas são protocoladas perante os escritórios de licenças e autorizações tanto da província como da cidade em que as filiais da Libertad operam permite e autoriza a Companhia a operar.

Privacidade e segurança de dados

A Lei nº 1.581 de 2012 e o Decreto nº 1.074 de 2015 estabelecem as diretrizes da regulamentação colombiana referente a proteção de dados pessoais ("CGDP"). A CGDP aplica-se à coleta, armazenamento, utilização, transferência, transmissão, supressão e, de um modo geral, ao tratamento de dados pessoais em território colombiano e que envolve a utilização de dados pessoais de residentes da Colômbia. São considerados como dados pessoais as informações que podem ser associadas ou ligadas a um indivíduo, permitindo a sua identificação. Dado que a Companhia recolhe e processa dados pessoais de residentes colombianos, esta está sujeita ao CGDP.

A Superintendência da Indústria e Comércio ("SIC") é o órgão governamental responsável pela supervisão de assuntos relacionados à aplicação da CGDP.

A base legal para o tratamento de dados é o consentimento prévio e expresso dos titulares dos dados (antes do recolhimento e tratamento dos dados, por meio de meios em que a pessoa em causa revele a sua intenção inequívoca), e informada. Para que o consentimento seja "informado", os titulares dos dados devem ser informadas sobre (i) o nome e os dados de contato do responsável pelo tratamento dos dados; (ii) os seus direitos e meios para os exercer; (iii) onde consultar a política de proteção de dados aplicável; (iv) que a autorização para tratar dados sensíveis é inteiramente facultativa; (v) os dados específicos que serão recolhidos e tratados - especialmente se estiverem envolvidos dados sensíveis, e (vi) como os dados serão utilizados e para que fins. Esta informação deve ser fornecida, o mais tardar, no momento da obtenção do consentimento.

Entre outras obrigações, as companhias sujeitas ao CGDP são obrigadas a (i) obter o consentimento prévio, expresso e informado dos titulares dos dados, tal como descrito acima; (ii) endereçar e tratar queixas, petições e pedidos dos titulares dos dados relativos aos seus dados pessoais; (iii) implementar um manual interno de dados pessoais a ser seguido pelos funcionários quando envolvidos em operações de tratamento de dados; (iv) implementar e manter medidas técnicas, humanas e organizacionais destinadas a garantir a integridade, confidencialidade, disponibilidade e segurança dos dados pessoais; (v) implementar uma política de privacidade de dados que informe as pessoas em causa sobre as operações de tratamento de dados da companhia; (vi) notificar o SIC de violações dos protocolos de segurança e sempre que os dados pessoais estejam em risco, e (vii) nomear uma pessoa ou departamento destinado a tratar de assuntos relacionados com dados pessoais (i.e., executar políticas relevantes; tratar de queixas, petições e pedidos das pessoas em causa) e assegurar os direitos das pessoas em causa.

A CGDP estabelece um conjunto de princípios que devem ser seguidos no tratamento de dados pessoais, particularmente (i) um princípio de liberdade, que assenta na natureza constitucional do direito à privacidade e estabelece que os dados pessoais só podem ser tratados com o consentimento livre, prévio, expresso e informado do titular dos dados; (ii) um princípio de acesso restrito e circulação dos dados, segundo o qual os dados pessoais devem circular apenas entre as pessoas expressamente autorizadas pelo titular dos dados; (iii) um princípio de confidencialidade, que exige a manutenção da informação confidencial; e (iv) um princípio de segurança, que impõe aos responsáveis pelo tratamento de dados o dever de manter os dados

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

peçoais sob medidas de segurança adequadas para evitar a sua adulteração, perda, utilização ou acesso não autorizado ou fraudulento, e de adoptar medidas para assegurar a confidencialidade, segurança, integridade e disponibilidade desses dados pessoais.

Uruguai

Nossa operação no Uruguai está devidamente registrada junto aos órgãos e entidades e deve cumprir a regulamentação nacional, departamental e municipal relacionada à saúde, ao comércio e ao meio ambiente. Somos obrigados a ter licenças e/ou autorizações incluindo construção, publicidade, instalação mecânica e elétrica, ventilação, ar condicionado, gás natural, trânsito, alimentação, saúde e controle de pragas. Pedimos permissões e/ou autorizações perante a Diretoria Nacional de Cadastro, Ministério dos Transportes e Obras Públicas, Instituto Nacional de Carnes, Departamento Nacional de Bombeiros. Dependendo da área de vendas de cada loja, poderá ser necessária autorização para grandes superfícies. Para adquirir lojas adicionais, a autorização deve ser solicitada à Comissão de Promoção e Defesa da Concorrência do Ministério de Economia e Finanças. Acreditamos cumprir com toda a regulamentação material relacionada às nossas atividades econômicas no Uruguai.

Estamos sujeitos à supervisão regulatória por entidades governamentais e departamentais (Montevideo, Canelones, Maldonado, San José) tais como, a Diretoria Nacional do Cadastro, Ministério dos Transportes e Obras Públicas, Ministério da Saúde Pública, Diretoria Nacional dos Bombeiros, Municípios, Conselhos Departamentais e Comissões Permanentes.

(b) A política ambiental da Companhia e os custos incorridos para cumprir os regulamentos ambientais e, se aplicável, outras práticas ambientais, incluindo a adesão às normas internacionais de proteção ambiental

A sustentabilidade é parte de nossa estratégia, nosso objetivo é melhorar nossos padrões de governança corporativa, econômica, social e ambiental com gestão eficiente de nossos recursos, cumprindo as exigências atuais sem comprometer as necessidades futuras. Acreditamos que a sustentabilidade é um de nossos valores centrais, pois acreditamos que ela é fundamental para a criação de valor a longo prazo para nossas partes interessadas.

Estamos totalmente comprometidos em operar sob altos padrões ESG, como é evidenciado por nosso recente reconhecimento como um dos 10 varejistas de alimentos mais sustentáveis do mundo pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Nossa estratégia ESG se concentra em 6 pilares: proteção ambiental, comércio sustentável, nutrição infantil, nosso pessoal, governança corporativa e estilo de vida saudável.

(b) A política ambiental da Companhia e os custos incorridos para cumprir os regulamentos ambientais e, se aplicável, outras práticas ambientais, incluindo a adesão às normas internacionais de proteção ambiental

Estratégia de sustentabilidade

Éxito cumpre as leis colombianas relacionadas com as atividades econômicas em que opera.

O Éxito, como Companhia Líder no varejo na Colômbia, é movida por seu propósito superior de "Nutrir a Colômbia com oportunidades". A Companhia entende que os interesses de seus acionistas devem estar alinhados com a sociedade através de uma estratégia sustentável que incorpore governança social, ambiental e

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

corporativa visando o crescimento a longo prazo e a criação de valor compartilhado para todas as partes interessadas.

A estratégia de sustentabilidade da Companhia se concentra em 6 pilares:

- *Meio ambiente:* A Companhia visa maximizar os impactos positivos sobre o meio ambiente para reduzir, mitigar e compensar os impactos negativos que possam ser causados por suas operações;
- *Pessoas:* O Éxito trabalha pelo bem-estar e desenvolvimento de seus funcionários, promove a diversidade, condições de trabalho inclusivas e o diálogo social;
- *Comércio sustentável:* O Éxito trabalha para gerar valor e relações de confiança com parceiros e fornecedores, promovendo: (i) práticas sustentáveis e programas de apoio que contribuam para seu crescimento, (ii) compras locais e diretas, e (iii) apoio a setores produtivos e populações vulneráveis;
- *Governança e integridade:* O Éxito visa construir confiança com suas partes interessadas atuando sob padrões de governança corporativa, ética, transparência e respeito aos direitos humanos;
- *Desnutrição zero:* A Companhia trabalha para erradicar a desnutrição infantil crônica na Colômbia até 2030 através da Fundação Éxito; e
- *Um estilo de vida saudável:* O Éxito mobiliza clientes, funcionários e fornecedores para estilos de vida mais saudáveis e equilibrados, através de um portfólio de produtos e serviços que lhes permite desenvolver hábitos de vida saudáveis.

A estratégia de sustentabilidade do Éxito é monitorada por uma equipe de alta direção e por seu Comitê de Sustentabilidade que atua em conjunto com o Conselho de Administração.

Ambiental

O pilar ambiental inclui seis planos de ação: (i) mudança climática, (ii) economia circular, (iii) mobilidade sustentável, (iv) gestão imobiliária com padrões de sustentabilidade, (v) proteção da biodiversidade, e (vi) educação e mobilização das partes interessadas da Companhia para a proteção do meio ambiente.

A estratégia ambiental da Companhia foca na maximização do impacto positivo para mitigar e acelerar a adaptação, o desenvolvimento de ações para alcançar um negócio de baixo carbono e suportar um crescimento resistente ao clima. A Companhia estabeleceu em 2018 o objetivo de reduzir 35% de sua pegada de carbono até 2023, o que a Companhia alcançou em 2021, conforme verificado por companhia certificadora que certificado por uma terceira parte independente que mede as emissões de CO2 de âmbito 1 e 2 seguindo a metodologia do Protocolo Internacional GHG. Com um desenvolvimento Empresarial com uma visão compatível com o clima, a Companhia conseguiu consolidar uma estratégia de crescimento que promove a competitividade e a proteção que garante o uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, esta abordagem permite identificar e gerenciar os riscos (físicos e transitórios) e as oportunidades associadas à mudança climática.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Éxito é o primeiro varejista de alimentos na Colômbia com uma bandeira certificada Carbon Neutral pelo Instituto Colombiano de Normas Técnicas e Certificação - ICONTEC. A principal prioridade da Companhia para a economia circular é menos e melhor embalagem. Através da iniciativa "Soy RE", a Companhia centraliza sua meta de reciclar 30% das embalagens até 2030. Oferecemos locais de pós-consumo em nossas lojas. A Companhia está alinhada com as principais referências internacionais e melhores práticas na economia circular (estabelecidas pela Fundação Ellen MacArthur e pelo Fórum de Bens de Consumo através da Coalizão de Resíduos Plásticos) e segue as recomendações estabelecidas nas Regras Douradas de Design para Embalagens Plásticas. Como resultado, o Éxito possui um dos maiores sistemas de reciclagem da Colômbia, um processo que permite a reciclagem de mais de 21.000 toneladas por ano. A estratégia pós-consumo mobiliza 187.000 clientes para reciclar nas lojas do Éxito, reciclando mais de 12 milhões de embalagens, pesando 788 toneladas. Durante 2018, a Companhia eliminou o poliestireno como embalagem (na seção de frutas, vegetais e alimentos preparados); e fez esforços relacionados à diminuição do uso de sacos plásticos no checkout de pagamento foram implementados.

A Colômbia é o segundo maior país do mundo em biodiversidade. Proteger a natureza, trabalhando com fornecedores, é a prioridade da Companhia.

O programa Pecuária Sustentável do Éxito é pioneiro na Colômbia e visa consolidar um novo modelo de negócios para maximizar a eficiência da produção em harmonia com o meio ambiente, baseado na conservação e restauração de áreas estratégicas e na preservação de serviços ecossistêmicos. A Companhia monitora via satélite 100% de seus fornecedores diretos de gado anualmente, o que permite à Companhia verificar o cumprimento da fronteira agrícola e a densidade de árvores. Este modelo opera em aliança com uma conhecida organização internacional que garante transparência e independência no sistema de monitoramento. Além disso, em 2021, o governo britânico, através do UKPact, selecionou o projeto Éxito e WWF Nature-positive para trabalhar pela conservação e biodiversidade na Colômbia.

Adotamos as normas e fazemos parte delas:

- Tropical Forest Alliance 2030, que se compromete com o desmatamento zero no país (sócios fundadores);
- Acordo colombiano para o desmatamento zero da cadeia da carne na Colômbia (membro);
- Declaração de Nova Iorque sobre Florestas - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (membro signatário); e
- Fórum de bens de consumo, uma organização CEO-LED (membro).

Outros esforços têm sido feitos para mitigar o risco relacionado às commodities relevantes. Por exemplo, 100% do óleo de palma comestível da marca privada da Companhia é certificado sob a diretiva Roundtable for Sustainable Palm Oil - RSPO. Além disso, foi feita uma análise da cadeia de fornecimento da soja, verificando o país de origem e desenvolvendo planos de ação relacionados a esta cadeia de fornecimento.

Nossa gente

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

O sucesso do Grupo Éxito é resultado de sua gente. Portanto, o plano de ação da Companhia inclui: (i) promover o diálogo social, (ii) desenvolver o povo, (iii) promover a diversidade e a inclusão, e (iv) promover a igualdade de gênero.

O objetivo da Companhia é gerar empregos, promovendo oportunidades e crescimento inclusivo, apoiando e respeitando a proteção dos direitos humanos, direitos trabalhistas, liberdade de associação e acordos coletivos em seu funcionamento, promovendo condições de trabalho seguras e vidas dignas.

O Éxito acredita firmemente que diversidade, inclusão e igualdade são fontes de atração de talentos, inovação e transformação cultural e social, o que leva a um melhor ambiente de trabalho e a uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

O Éxito é um grande empregador na Colômbia, com mais de 35.000 funcionários, dos quais aproximadamente 50% são mulheres. Atualmente, mais de 30% dos cargos de alta direção da Companhia são ocupados por mulheres, e 41% dos líderes da Companhia são mulheres. Além disso, aproximadamente 4.000 pessoas das chamadas populações em risco, que consideram a comunidade vulnerável, como as vítimas de conflitos armados, ex-combatentes, minorias raciais e étnicas, entre outros, têm sido empregadas desde 2006.

O Éxito pretende mobilizar esta agenda em âmbito nacional e alinhar-se ao Objetivo de Desenvolvimento Social - SDG 5, Éxito também é colíder na implementação da Iniciativa Paridade de Gênero, promovida pelo Ministério do Trabalho colombiano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fórum Econômico Mundial.

Sobre a questão da diversidade no local de trabalho, inclusão e equidade de gênero, o Éxito recebeu o selo de prata Equipares em 2021. Em fevereiro de 2022, a mesma entidade concedeu à Companhia o selo de ouro Equipares, que é um programa de certificação que reconhece companhias e organizações que implementam corretamente o Sistema de Gestão da Igualdade de Gênero e é concedido pelo Ministério do Trabalho colombiano e pelo Conselho Presidencial para a Equidade da Mulher, com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Além de se concentrar nos ambientes de trabalho, Equipares tem um impacto positivo na igualdade de gênero em toda a sociedade, acelerando o progresso em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável N° 5.

Comércio sustentável

O comércio sustentável é gerenciado em 3 planos de ação: (i) promoção de cadeias de fornecimento sustentáveis, (ii) desenvolvimento de aliados e fornecedores, e (iii) compras diretas de fornecedores locais.

O Éxito está comprometido em fortalecer as compras locais, promover as compras diretas, reduzir as negociações com intermediários, desenvolver cadeias de abastecimento mais sustentáveis, impactar positivamente a economia do país, gerar empregos e contribuir para o bem-estar das comunidades e das pessoas.

Em 2021, considerando os produtos perecíveis, mais de 90% dos produtos vendidos em nossas lojas eram adquiridos localmente na Colômbia, e 84% desses produtos eram comprados diretamente aos agricultores.

A fabricação de têxteis é uma indústria importante na Colômbia. Por esta razão, a Companhia desenvolveu esta cadeia de fornecimento em nível local. Aproximadamente 93% do vestuário vendido em nossas lojas é fabricado na

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Colômbia. A fonte da Companhia provém de aproximadamente 285 fornecedores, que empregam aproximadamente 9.621 pessoas, das quais 70% são mulheres.

Governança e Integridade

A Companhia possui 6 planos de ação estão incluídos neste pilar: (i) promover melhores práticas de governança corporativa, (ii) promover e comunicar compromissos relacionados ao respeito aos direitos humanos, (iii) promover padrões éticos e de transparência para diferentes partes interessadas, (iv) facilitar um ambiente diversificado e inclusivo, e (v) assegurar a confiança com nossas partes interessadas, e (vi) promover comunicações e relações coerentes

Éxito procura construir confiança com as partes interessadas no âmbito de uma ação abrangente sob padrões de governança corporativa, ética, transparência e respeito aos direitos humanos.

O Éxito segue as recomendações da Agência Francesa Anticorrupção (Lei Sapin II) para reforçar o compromisso com as melhores práticas anticorrupção. Em 2021, o Éxito fez uma validação da bravura, corrupção e riscos de fraude no processo que envolve a cadeia de valor da Companhia, seguindo as exigências da Lei de Anticorrupção de Franquia (Lei Sapin II) e as recomendações da Agência Francesa Anticorrupção para reforçar seu compromisso com as melhores práticas no relacionamento com terceiros. Como consequência deste processo, 4.965 funcionários da Companhia são treinados sobre lavagem de dinheiro e prevenção ao financiamento do terrorismo, enquanto um número total de 38.867 funcionários diretos e terceirizados (incluindo rotatividade) participam de várias sessões de treinamento relacionadas à regulamentação sobre fraude, gerenciamento de risco, corrupção e gerenciamento de dados.

O Éxito está totalmente comprometida com os altos padrões da ESG. Éxito faz parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, onde foi reconhecida como uma das 10 companhias mais sustentáveis do mundo.

A Companhia reafirmou seu compromisso com os direitos humanos alinhados com a iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas. Assim, o Éxito continuou adotando os princípios e ferramentas associadas, como o desenvolvimento da autoavaliação, em parceria com o Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos, a Confederação das Indústrias Dinamarquesas, o Ministério de Assuntos Econômicos e a Ferramenta de Autoavaliação do Pacto Global Dinamarquês.

Éxito está consciente de que a construção do valor compartilhado é um trabalho constante e deve ser preservado com cada parte interessada. Por isso, a Companhia destaca o trabalho com as comunidades em torno de suas lojas, incentivando conversas que permitem trocas de conhecimento entre líderes culturais e artísticos, diálogo entre diferentes atores, e oportunidades de inovação e desenvolvimento no território.

Desnutrição zero

Este pilar inclui quatro planos de ação: (i) comunicar e conscientizar, (ii) gerar recursos e alianças, (iii) gerar e disseminar conhecimento e (iv) influenciar políticas públicas.

O objetivo do Éxito é erradicar a desnutrição infantil crônica na Colômbia até 2030. Durante 2021, mais de 70.000 crianças foram beneficiadas por programas de nutrição e complementares, e mais de 217.000 pacotes de alimentos foram entregues a essas crianças e suas famílias.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A Companhia desenvolveu uma estratégia de doação de alimentos na qual a Fundación Éxito doa produtos que não foram vendidos, mas que ainda podem ser consumidos. Durante 2021, a Companhia doou 1.395 toneladas de alimentos e 170 toneladas de produtos não-alimentícios a 23 bancos de alimentos e 240 instituições. A Companhia também financiou o programa de recuperação de excedentes agrícolas (Reagro), evitando a perda e o desperdício de 1.917 toneladas de colheitas dos agricultores, beneficiando 143.854 pessoas.

A Fundación Exito financiou a operação da Companhia vendendo materiais de reciclagem gerados em nossas lojas escuras. Mais de 60.000 crianças se beneficiam com a venda de sucata, plástico, papelão, ganchos e outros materiais recuperados neste processo.

Estilo de vida saudável

A Companhia administra 3 planos de ação: (i) promover hábitos de vida saudável, (ii) educar consumidores, parceiros e fornecedores para uma vida saudável, e (iii) oferecer produtos e serviços que incentivem estilos de vida saudáveis.

A Companhia criou um portfólio de mais de 6.421 SKUs de alimentos saudáveis revisados sob as normas da FSA (Food Standards Agency).

Valor Líquido Agregado

Em 2021, a Companhia contratou a Universidade EAFIT como consultor para medir o valor líquido gerado para a sociedade, fazendo uma análise de externalidade de seu funcionamento.

Os resultados mostraram que para cada peso colombiano gerado para seus acionistas, 4 pesos colombianos foram gerados para a sociedade.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, acordos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Possuímos uma carteira de mais de 1.600 marcas devidamente registradas, em todas as classes de marcas, em 32 países, das quais mais de 1.000 estão na Colômbia, incluindo, entre outras, marcas como Éxito, Carulla, Surtimax, Superinter e Surtimayorista associadas ao negócio de varejo; Ekono, Frescampo e Porchi associadas ao negócio de alimentos; Arkitect, Bronzini e Finlandek, associadas à indústria da moda, têxtil e decoração do lar. Estamos autorizados a fabricar, comercializar e promover produtos alimentícios na Colômbia sob a marca Taeq, e concedemos licenças a várias de nossas subsidiárias para utilizar nossas marcas têxteis em países como Argentina e Uruguai.

Em 31 de dezembro de 2021, não tínhamos nenhuma patente registrada.

Possuímos, entre outros, os seguintes nomes de domínio: www.grupoexito.com.co, www.exito.com, www.carulla.com, www.surtimax.co e www.arkitect.com.co.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**7.6 - Receitas relevantes do exterior****(a) Receita de clientes designados ao país de origem da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 77,0% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes com sede na Colômbia.

(b) Receita de clientes designados a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Região/País	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	
	Total das Receitas Operacionais (em milhares de R\$)	Porcentagem em Receita Líquida (em milhares de R\$)
Colômbia	18.740.872	77,0%
Argentina	1.752.127	7,2%
Uruguai	3.842.834	15,8%
Receitas Operacionais	24.333.835	100%
Eliminações	(1.869)	0,0%
Total das Receitas Operacionais	24.333.964	100%

(c) Receita total de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Para maiores informações, vide o item 7.6(b) deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Efeitos da regulamentação estrangeira sobre as atividades

Para informações sobre os efeitos da regulamentação estrangeira nas atividades da Companhia, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Metodologia seguida pela Companhia na preparação de informações sociais e ambientais

A Companhia tem um Comitê de Sustentabilidade, que recomenda as melhores práticas para a estratégia de sustentabilidade da Companhia para aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê de Sustentabilidade recomenda, avalia e aprova o relatório anual de sustentabilidade e o plano de sustentabilidade da Companhia.

O Comitê assegura a implementação da estratégia e sugere mudanças, atualizações e melhorias na estratégia quando necessário. O comitê também aconselha o Conselho de Administração em assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Ele avalia e recomenda ao Conselho de Administração seus projetos de aprovação, propostas e campanhas especiais para a melhoria dos problemas sociais e/ou ambientais.

Ao preparar seu Relatório Anual, a Companhia segue as premissas da metodologia ISO 31000, do Acordo de Paris e dos protocolos de Kyoto e Montreal. O Comitê de Sustentabilidade do Conselho de Administração é responsável pela aprovação de todos os relatórios anuais referentes a este assunto.

(b) Indicar se as informações sociais e ambientais são auditadas ou revisadas por uma entidade independente

As informações sociais e ambientais abordadas nos relatórios anuais seguem as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são auditadas independentemente. Além disso, a Companhia realiza auditorias externas para indicadores sociais e ambientais (não financeiros). A Diversey Consulting e a Karenston Global realizaram a auditoria em 2021.

(c) Indicar a página na rede mundial de computadores onde as informações socioambientais podem ser encontradas

As informações sociais e ambientais divulgadas pela Companhia podem ser encontradas, em espanhol e inglês, no *website* de Relações com Investidores da Companhia: <https://www.grupoexito.com.co/es/estrategia-sostenibilidad>.

(d) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e quais dos ODS são materiais para os negócios da Companhia

As informações sociais e ambientais cobertas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Dentro da Política de Sustentabilidade da Companhia, a Companhia está desenvolvendo um plano alinhado com os SDGs. Além disso, para cada pilar, a Companhia esclarece que as SDG se aplicam. A Política de Sustentabilidade está enquadrada na agenda de desenvolvimento sustentável definida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e no Pacto Global, bem como articulada com as diretrizes da Companhia mãe.

(e) Indicar, se for o caso, o motivo do não cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações sociais e ambientais divulgadas

Não aplicável. As informações sociais e ambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 7.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Em 28 de novembro de 2019, a Companhia vendeu sua participação na Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") para o Casino Guichard Perrachon S.A., o usufrutuário controlador, por meio de oferta pública de aquisição, pela qual a CBD adquiriu uma participação de 96,57%.

Para mais informações sobre a alienação da CBD, vide o item 15.7 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Mudanças significativas na maneira como os negócios do emissor são conduzidos

Não houve mudanças significativas na forma como os negócios da Companhia têm sido conduzidos nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos materiais firmados pelo emissor e suas subsidiárias que não estejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nenhum contrato material foi celebrado pela Companhia ou suas subsidiárias que não tenha sido diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 8.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9. Ativos relevantes**

O principal ativo imobilizado da Companhia consiste em imóveis onde suas lojas estão localizadas (sejam próprias ou alugadas de terceiros), as benfeitorias e melhorias feitas nesses imóveis, além de outros ativos imobilizados neles localizados, tais como edifícios, equipamentos, ferragens, ativo imobilizado em andamento, instalações, móveis, utensílios e terrenos, em relação aos próprios imóveis da Companhia.

A tabela abaixo indica os valores (em milhares de Reais) do ativo imobilizado mencionado acima, em 31 de dezembro de 2021:

Ativo imobilizado líquido 2021 (Em milhares de R\$)											
País	Departamento	Terreno	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e equipamentos de escritório	Bens em construção	Estruturas	Melhorias nas propriedades de terceiros	Veículos	Computadores	Outros ativos imobilizados
Colômbia	Antioquia	338.540	583.049	374.985	187.284	17.305	-	143.186	6.934	275.078	405
Colômbia	Cundinamarca	391.508	713.466	335.986	227.771	11.657	-	176.978	5.649	43.572	22.092
Colômbia	Atlântico	48.085	130.972	106.224	53.364	43	-	55.833	2.802	6.707	-
Colômbia	Valle del cauca	45.030	99.791	89.410	62.404	1.411	-	25.199	2.882	11.212	-
Colômbia	Santander	27.704	97.739	30.183	22.112	-	-	9.694	544	3.014	-
Colômbia	Bolívar	18.147	50.513	46.773	24.483	997	-	21.336	132	3.175	-
Colômbia	Meta	10.177	73.702	30.193	14.004	1.201	-	12.671	17	1.553	-
Colômbia	Huila	16.882	66.395	20.645	12.426	241	-	12.637	-	1.798	-
Colômbia	Risaralda	10.040	19.853	45.279	16.874	-	-	21.616	-	3.703	-
Colômbia	Sucre	20.695	46.466	17.312	7.548	3.769	-	3.594	-	931	-
Colômbia	Boyacá	9.165	33.575	24.989	8.188	-	-	8.622	-	1.344	-
Colômbia	Cesar	18.153	31.881	15.549	7.453	-	-	105	-	1.284	-
Colômbia	Magdalena	9.327	31.677	15.780	6.696	-	-	7.825	-	1.075	-
Colômbia	Caldas	7.183	29.002	15.024	8.151	-	-	10.193	-	1.456	-
Colômbia	Tolima	16.687	37.588	6.200	3.220	-	-	868	-	824	-
Colômbia	La guajira	4.267	25.066	19.086	4.019	771	-	2.550	-	671	-
Colômbia	Norte de santander	14.989	25.880	7.702	3.826	-	-	828	-	615	-
Colômbia	Nariño	13.635	29.250	5.747	2.802	-	-	20	-	555	-
Colômbia	Córdoba	2.224	4.848	14.092	11.541	-	-	12.741	-	1.403	-

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Colômbia	Quindío	2.463	3.520	17.078	6.598	13	-	10.034	-	1.573	-
Colômbia	Casanare	6.254	13.820	6.087	3.283	-	-	2.897	85	680	-
Colômbia	Cauca	10.327	15.885	2.791	2.316	-	-	25	-	443	-
Colômbia	Caquetá	-	-	4.225	1.906	-	-	3.810	-	339	-
Colômbia	Tolima	-	-	425	107	-	-	-	-	285	-
Colômbia	Quindío	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-
Uruguai	Uruguai	262.081	441.008	144.998	174.373	14.771	186.319	347.315	953	65.331	-
Argentina	Argentina	291.328	360.435	51.843	45.356	10.908	-	-	13.464	56.478	-
	Total	1.594.891	2.965.381	1.448.606	918.109	63.087	186.319	890.577	33.462	485.099	22.497

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ao invés de descrever a extensa lista de ativos, a Companhia acredita que as informações incluídas no item 9.1 deste Formulário de Referência são mais úteis e benéficas para seus acionistas, segundo o qual é possível analisar a distribuição geográfica do principal ativo imobilizado da Companhia.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	www.grupoexito.com.co	24/03/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Não-renovação. - Ataque cibernético devido à falta de renovação. - Transferência voluntária de domínio 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de usar o domínio para comercializar e promover os produtos e serviços por meio dele. - Confusão sobre as origens comerciais do domínio. - No caso de ataque cibernético, possível fraude por parte dos invasores.
Nome de domínio na internet	www.exito.com	30/10/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Não-renovação. - Ataque cibernético devido à falta de renovação. - Transferência voluntária de domínio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de usar o domínio para comercializar e promover os produtos e serviços por meio dele. - Confusão sobre as origens comerciais do domínio. - No caso de ataque cibernético, possível fraude por parte dos invasores.
Nome de domínio na internet	www.carulla.com	22/09/2026	<ul style="list-style-type: none"> - Não-renovação. - Ataque cibernético devido à falta de renovação. - Transferência voluntária de domínio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de usar o domínio para comercializar e promover os produtos e serviços por meio dele. - Confusão sobre as origens comerciais do domínio. - No caso de ataque cibernético, possível fraude por parte dos invasores.
Nome de domínio na internet	www.surtimax.co	23/02/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Não-renovação. - Ataque cibernético devido à falta de renovação. - Transferência voluntária de domínio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de usar o domínio para comercializar e promover os produtos e serviços por meio dele. - Confusão sobre as origens comerciais do domínio. - No caso de ataque cibernético, possível fraude por parte dos invasores.
Nome de domínio na internet	www.arkitect.com.co	14/05/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Não-renovação. - Ataque cibernético devido à falta de renovação. - Transferência voluntária de domínio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de usar o domínio para comercializar e promover os produtos e serviços por meio dele. - Confusão sobre as origens comerciais do domínio. - No caso de ataque cibernético, possível fraude por parte dos invasores.
Marcas	Éxito	02/03/2027	<ul style="list-style-type: none"> - Não-renovação. - Ataque cibernético devido à falta de renovação. - Transferência voluntária de domínio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Carulla	12/12/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Surtimax	30/11/2029	<ul style="list-style-type: none"> - Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Super Inter	23/11/2026	- Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Surtimayorista	28/01/2026	- Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Ekono	26/12/2026	- Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Frescampo	30/01/2024	- Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Porchi	22/12/2024	- Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Arkitekt	21/11/2024	- Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Bronzini	26/02/2024	- Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Marcas	Finlandek	16/01/2026	- Não-renovação. - Cancelamento devido à falta de uso. - Transferência voluntária de marca.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.
Licenças	Taeq	Um ano com renovação auto.	- Não-renovação do contrato. - Rescisão antecipada do contrato.	- Impossibilidade de usar a marca. - Impossibilidade de excluir terceiros de usá-la.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.		-	Controlada	Colômbia			Uma subsidiária incorporada por documento particular em 27 de setembro de 2010. Seu objeto social é principalmente (i) incorporar, financiar, promover, investir, individual ou conjuntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas, na constituição de empresas ou negócios cujo objetivo seja a fabricação ou comercialização de bens, objetos, mercadorias, artigos ou elementos ou a prestação de serviços relacionados com a exploração de estabelecimentos comerciais e a vinculação com tais empresas como associadas, contribuindo com dinheiro, bens ou serviços, e (ii) promover, investir, individual ou conjuntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas, no fornecimento de redes, serviços e valor agregado de telecomunicações, particularmente todas as atividades permitidas na Colômbia ou no exterior relacionadas com telecomunicações, telefonia móvel e serviços de valor agregado.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	102,480833	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	3.049.994,11		
31/12/2020	362,185278	0,000000	0,00					
31/12/2019	18,328035	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Subsidiária integral colombiana da Companhia para desenvolver o negócio de telefonia móvel na Colômbia.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	-	-	Controlada	Colômbia			Seu principal objeto social é o armazenamento de mercadorias sob controle aduaneiro	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-9,825861	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	7.334.843,38		
31/12/2020	21,824854	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Subsidiária integral colombiana da Companhia para desenvolver o negócio de entreposto aduaneiro.								
Éxito Industrias S.A.S.	-	-	Controlada	Colômbia			Seu objeto social é (i) adquirir, armazenar, transformar, fabricar, vender e em geral distribuir sob qualquer tipo de contrato bens têxteis de fabricação nacional ou estrangeira, e adquirir, dar ou receber propriedade sob contratos de arrendamento dedicados à abertura de lojas, shopping centers e outros locais adequados à distribuição de mercadorias e à venda de bens ou serviços; (ii) lançar e operar atividades de comércio eletrônico na Colômbia.	97,950000
				Valor mercado				
31/12/2021	1,980247	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	247.987.228,15		
31/12/2020	25,826873	0,000000	0,00					
31/12/2019	10,335624	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa Colombiana, na qual a Companhia tem 97,95% para desenvolver negócios nas indústrias alimentícia e têxtil.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	-	-	Controlada	Colômbia			Seu principal objeto social é a exploração de atividades relacionadas ao turismo, assim como a representação da indústria do turismo e a abertura de agências de viagem, qualquer que seja sua natureza, e a promoção do turismo nacional e internacional.	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-29,924052	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	6.370.507,01		
31/12/2020	52,786875	0,000000	0,00					
31/12/2019	20,362257	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa Colombiana na qual a Companhia tem uma participação de 51% para desenvolver o negócio de viagens e turismo.								
Fideicomiso Lote Girardot	-	-	Controlada	Colômbia			Seu objeto social é adquirir o título de propriedade em nome da Companhia	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-74,134060	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	5.396.359,07		
31/12/2020	230,945714	0,000000	0,00					
31/12/2019	31,463248	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Veículo colombiano (fideicomisso) de propriedade da Companhia (100%) para desenvolver o negócio imobiliário na Colômbia.								
Gestión Logística S.A.	-	-	Controlada	Panamá			Seu objeto social consiste principalmente na prestação de serviços em geral, bem como na compra e venda de todos os tipos de bens imóveis e pessoais.	100,000000
				Valor mercado				

31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2021	214.452,71
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Subsidiária integral panamenha da Companhia para desenvolver o negócio do comércio internacional.

Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	-	Controlada	Colômbia	Seu principal objeto social é o fornecimento de serviços aéreos, terrestres, marítimos, fluviais, ferroviários e de serviços multimodais de frete doméstico e internacional para todos os tipos de mercadorias em geral	100,000000
--	---	------------	----------	---	------------

Valor mercado

31/12/2021	19,071886	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2021	26.094.549,82
31/12/2020	83,136384	0,000000	0,00		
31/12/2019	32,999436	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Subsidiária integral colombiana da Companhia para desenvolver a logística, o transporte e os serviços relacionados.

Marketplace Internacional Éxito S.L.	-	Controlada	Espanha	Seu principal objeto social é realizar atividades de marketing, desenvolvimento de negócios e relações públicas, bem como qualquer atividade e a prestação de qualquer serviço relacionado ou acessório ao acima mencionado	100,000000
--------------------------------------	---	------------	---------	---	------------

Valor mercado

31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2021	0,00
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Subsidiária integral espanhola da Companhia para desenvolver os negócios no mercado internacional, que foi liquidado em 26 de abril de 2022.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.		-	Controlada	Colômbia			Seu principal objeto social é realizar as seguintes atividades em uma ou várias zonas francas: (i) prestação de serviços de acesso à plataforma de comércio eletrônico disponibilizada pela Companhia, por meio da qual aqueles que fazem login podem realizar transações comerciais; (ii) atividades necessárias para garantir um desempenho adequado da plataforma de comércio eletrônico por meio da qual os vendedores de acesso e compradores realizam transações: (iii) emissão, comercialização, processamento e reembolso de IOUs, cupons, cartões ou bônus, sejam físicos ou digitais, ou através de qualquer outro meio tecnológico utilizado como mecanismo de acesso aos bens e serviços oferecidos.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	31,048318	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	9.498.993,61		
31/12/2020	89,819251	0,000000	0,00					
31/12/2019	16,083658	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Subsidiária integral colombiana da Companhia para desenvolver os negócios no mercado internacional.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Onper Investment 2015 S.L.	-	-	Controlada	Espanha			Detém uma participação equivalente a 50% do capital social, sendo que as empresas Libertad S.A., Ceibotel S.A. e Geant Argentina S.A. (empresas domiciliadas na Argentina), Via Artika S.A. (Companhia domiciliada no Uruguai), Spice España de Valores Americanos S.L. (Companhia domiciliada na Espanha) e Gelase S.A. (uma Companhia domiciliada na Bélgica) na qual detém 100% do capital social.	100,00000
				Valor mercado				
31/12/2021	33,422769	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	1.164.782.379,56		
31/12/2020	16,458239	0,000000	0,00					
31/12/2019	-86,168218	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Subsidiária integral espanhola para desenvolver os negócios de varejo e imobiliários argentinos por meio da Companhia Libertad.								
Patrimonio Autónomo Iwana	-	-	Controlada	Colômbia			Seu objeto social é operar as compras da Iwana mall, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de locação e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas da Companhia em sua qualidade de administrador imobiliário.	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-9,323004	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	4.392.776,45		
31/12/2020	22,330009	0,000000	0,00					
31/12/2019	1,136165	0,000000	0,00					

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Veículo colombiano (fideicomisso) no qual a Companhia tem uma participação de 51% para desenvolver o negócio imobiliário na Colômbia.								
Patrimonio Autónomo Viva Malls	-	-	Controlada	Colômbia			Seu principal objeto social é a aquisição, direta ou indiretamente, de direitos materiais de propriedade imobiliária, principalmente shopping centers e seu desenvolvimento, e o desenvolvimento de outros ativos imobiliários, assim como a exploração e operação dos mesmos.	51,000000
Valor mercado								
31/12/2021	-6,694122	0,000000		0,00	Valor contábil 31/12/2021	1.366.580.979,03		
31/12/2020	24,617735	0,000000		0,00				
31/12/2019	2,407447	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Veículo colombiano (fideicomisso) no qual a Companhia tem uma participação de 51% para desenvolver o negócio imobiliário na Colômbia.								
Spice Investment Mercosur S.A.	-	-	Coligada	Uruguai			Seu objetivo principal é investir em geral e pode desenvolver atividades de investimento no país e no exterior.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2021	1,748359	0,000000		0,00	Valor contábil 31/12/2021	2.476.257.421,75		
31/12/2020	19,844678	0,000000		0,00				
31/12/2019	-8,334684	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Subsidiária integral uruguaia da Companhia para desenvolver o negócio de varejo uruguaio por meio das empresas Disco e Devoto.								
Transacciones Energéticas S.A.S. E.S.P.	-	-	Coligada	Colômbia			O principal objeto social consiste na comercialização de energia elétrica, adquirindo energia no mercado atacadista para venda aos usuários finais e aquisição de energia para o mercado regulado através de um contrato de condições uniformes, e para o mercado não regulado através de um contrato de negociação bilateral.	0,000000

				Valor mercado		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	3.089.240,36
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 9.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Introdução

A menos que de outra forma observado, as informações financeiras apresentadas neste Formulário de Referência para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, são derivadas de nossas Demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia esclarece que as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não foram elaboradas em Reais.

A moeda funcional da Companhia e a moeda original de apresentação são os Pesos Colombianos. Entretanto, a Companhia também apresenta demonstrações financeiras em Reais, para cumprir com a regulamentação da CVM.

Os valores em Reais apresentados abaixo foram convertidos de Pesos Colombianos para Reais, de acordo com os critérios estabelecidos e indicados nas Notas 2 e 3 das demonstrações contábeis da Companhia de 2021 em Reais, a menos que de outra forma expressamente previsto na seção relevante.

A aplicação desta metodologia, utilizada para converter as demonstrações financeiras de COP\$ para R\$, é resumida da seguinte forma:

1. Ativos e passivos são convertidos em Reais à taxa de câmbio de fechamento do período;
2. Os itens relacionados a rendimentos são convertidos em Reais à taxa de câmbio média do período; e
3. As operações patrimoniais são convertidas em reais à taxa de câmbio vigente na data de cada operação.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. A análise dos Diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a sua visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras da Companhia com os respectivos exercícios sociais, e os principais fatores que explicam tais alterações entre os exercícios sociais. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 10 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Vertical compara índices ou itens de uma mesma rubrica enquanto a Análise Vertical representa o percentual da rubrica em relação à receita operacional líquida, ativo/passivo total, patrimônio líquido ou à conta devidamente indicada.

(a) Condições gerais financeiras e patrimoniais

Na Colômbia, tivemos alguns desafios no início de 2021. Nossa operação foi afetada pelo fechamento de algumas lojas e protestos sociais em todo o país; o Uruguai viveu a pior temporada de turismo e a Argentina enfrentou dificuldades macroeconômicas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No entanto, rapidamente nos adaptamos e conseguimos aproveitar oportunidades importantes que nos levaram a obter melhorias na receita e na rentabilidade, graças ao fortalecimento da estratégia omnichannel, à consolidação de formatos inovadores e à recuperação de negócios tão importantes quanto o setor imobiliário e o financeiro.

A Colômbia alcançou um crescimento significativo em termos de margem EBITDA, a partir de uma operação mais eficiente e uma dinâmica comercial mais forte; o Uruguai continuou sendo a operação mais lucrativa da região com uma margem de quase 10%; e a Argentina, cresceu quase duas vezes sua margem para 3,4%, alavancada pela recuperação do negócio imobiliário em meio a um ambiente econômico desafiador.

Durante 2021, trabalhamos com o objetivo mais alto de fomentar com as oportunidades, os países onde a Companhia opera, através de atividades consistentes de apoio à nutrição infantil, comércio diretamente com produtores locais, e apoio total a nossos fornecedores, especialmente as pequenas e médias empresas. Acreditamos que agir com integridade constrói confiança e nos ajuda a fazer o melhor para alcançar um crescimento econômico e social equilibrado e para proteger nosso planeta.

Nos últimos doze meses, o Grupo Éxito totalizou 57 aberturas de lojas, reformas e conversões (51 na Colômbia e 6 no Uruguai). A Companhia atingiu 620 lojas de varejo de alimentos, geograficamente diversificadas da seguinte forma: 503 lojas na Colômbia, 92 no Uruguai e 25 na Argentina, e a área de venda consolidada alcançou 1,03 milhões de metros quadrados. A contagem de lojas não inclui 1.560 parceiros na Colômbia.

Durante o quarto trimestre de 2021, a Companhia anunciou o fechamento de um acordo com a Almacenes La 14 para operar 5 estabelecimentos comerciais, 4 localizados na região do Valle del Cauca e 1 em Cundinamarca, que passaram a operar a partir do primeiro semestre de 2022, sob as marcas dos hipermercados Éxito Wow.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total (total do passivo circulante e não circulante dividido pelo Total do Ativo) era de 52,5% contra 52,7% em 31 de dezembro de 2020, resultado de uma redução de 0,4% no total do passivo. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$3.562.409 mil e o passivo financeiro circulante e não circulante totalizava R\$1.986.156 mil, com um índice de caixa líquido sobre o patrimônio líquido de 14,0%. O passivo diminuiu principalmente devido a menores passivos financeiros R\$217.545 mil e arrendamentos financeiros R\$100.627 mil, parcialmente compensados pelo aumento em fornecedores e outras contas a pagar R\$187.583 mil. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total era de 46,8%, 5,9 pontos base abaixo do índice de endividamento de 52,7% observado em 31 de dezembro de 2020. O aumento do índice de endividamento foi resultado do aumento de 21,5% no ativo total R\$4.185.499 mil, principalmente, imobilizado R\$883.975 mil, ágio R\$716.752 mil, estoques R\$573.082 mil e caixa e equivalentes de caixa R\$495.822 mil; frente a um aumento de 36,9% no passivo total R\$3.362.214 mil, resultado do aumento de fornecedores e outras contas a pagar R\$1.347.462 mil, passivo financeiro R\$1.391.564 mil e arrendamento financeiro R\$453.802 mil. Para mais informações vide item 10.1(a) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, o índice de endividamento total era de 52,7%. Nas mesmas datas, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$3.151.712 mil, R\$3.647.534 mil e R\$3.562.409 mil, respectivamente. O aumento de 15,7% do caixa e equivalentes de caixa 1 de 2019 para 2020 decorreu principalmente do aumento do caixa decorrente das atividades operacionais; enquanto a queda de 2,3% de 2020 para 2021 foi resultado de maior caixa usado em atividades de investimento.

Os passivos financeiros totalizaram R\$812.137 mil, R\$2.203.701 mil e R\$1.986.156 mil, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, respectivamente. O *ratio* da dívida financeira líquida sobre o capital próprio para estes mesmos períodos foi de -22,5%, -12,9% e -22,5-14,0%, respectivamente. Os índices negativos são decorrentes de saldos de caixa e equivalentes de caixa superiores ao saldo da dívida líquida de -12,9%. Para mais informações vide item 10.1(a) deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total (total do passivo circulante e não circulante dividido pelo Total do Ativo) era de 46,8%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$3.151.712 mil e o caixa líquido totalizava R\$812.137 mil, com um índice de caixa líquido sobre o patrimônio líquido de 22,5%.

(b) Composição do capital

Quando se trata de gestão de capital, estamos focados em proporcionar retorno aos acionistas da Companhia e benefícios a outras partes interessadas, bem como manter uma composição apropriada do capital para reduzir os custos de capital. Somos capazes de ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida, a fim de manter ou ajustar a composição do capital. Acreditamos que a atual composição do capital da Companhia é equilibrada entre capital próprio e capital de terceiros, e consistente, a nosso ver, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(Em milhares de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	12.436.438	12.483.017	9.120.803
Capital próprio (Patrimônio líquido)	11.253.129	11.209.196	10.385.913
Total do capital (terceiros + próprio)	23.689.567	23.692.213	19.506.716
Percentual de capital de terceiros	52,5%	52,7%	46,8%
Percentual de capital próprio	47,5%	47,3%	53,2%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis garantem que a Companhia seja capaz de cumprir todas as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. A relação da Companhia com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, em caso de necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Nos últimos três exercícios, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) a dívida bancária de curto e longo prazo. Tais financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações comerciais; (ii) despesas de capital; e (iii) exigências de pagamento de sua dívida.

As fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às suas necessidades de investimento, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, cumprindo suas obrigações de pagamento.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobrir déficits de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não prevê qualquer necessidade de fundos que não possam ser atendidos com os recursos atuais ou futuros disponíveis para a Companhia. As fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pelo Éxito como fontes de financiamento, se necessário.

Não obstante o mencionado acima, a Companhia possui alternativas imediatas de financiamento em caso de iliquidez, como linhas de crédito rotativo disponíveis para financiamento de curto prazo com os principais bancos colombianos no valor de R\$981 milhões não desembolsados até dezembro de 2021. A administração considera a geração de caixa de suas operações ser um instrumento de liquidez suficiente. No entanto, o mercado de capitais da Colômbia e dos Estados Unidos continuam sendo opções que podem ser consideradas pela administração caso algum evento de iliquidez seja previsto.

(f) Os níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo em 31 de dezembro de 2021.

Credor	Moeda	Data inicial	Vencimento	Índice	Spread	Saldo em 31/12/2021 (em milhares de R\$)
Banco de Occidente	Peso colombiano	5/06/2020	5/04/2024	IBR*	1,2%	189.985
Banco de Bogotá	Peso colombiano	31/03/2020	31/03/2026	IBR*	1,4%	288.513
Banco Bancolombia	Peso colombiano	31/03/2021	1/03/2025	IBR*	1,45%	281.600
Banco de Bogotá	Peso colombiano	31/03/2021	31/03/2027	IBR*	1,3%	269.340
Banco Davivienda	Peso colombiano	31/03/2021	31/03/2030	IBR*	2,75%	201.589
Banco Bancolombia	Peso colombiano	16/06/2017	16/06/2022	IBR*	2,00%	28.005
Banco Itaú	Peso argentino	-	31/01/2022	-	40,25%	27
Opção de venda sobre participação de não controladores	Peso uruguaio	26/12/2016	30/06/2025	-	-	714.660

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BBVA	Peso uruguaio	-	-	-	-	12,438
------	---------------	---	---	---	---	--------

* Corresponde a uma taxa de curto prazo que considera os preços de oferta e financiamento dos bancos colombianos

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia tem relações de longo prazo com várias instituições financeiras nacionais que, nos últimos anos, permitiram o crescimento de suas atividades através de empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas existentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021 tem uma cláusula de subordinação específica, portanto não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre os débitos da Companhia é determinado de acordo com a lei aplicável.

Nos termos dos artigos 2.488 a 2.511 do Código Civil Colombiano, existem 5 (cinco) graus de subordinação entre as dívidas. Essa regra é aplicável nos casos em que os ativos são insuficientes para cobrir o total das dívidas da Companhia. Por isso, os diferentes níveis de subordinação provem o estabelecimento de certas preferências, as quais dependem de fatores tais como as características da dívida e a natureza do credor, conforme descrito abaixo:

(i) O primeiro nível de subordinação inclui, dentre outros, o seguinte: (a) obrigações trabalhistas e previdenciárias; (b) custos judiciais que beneficiam todos os credores; e (c) dívidas obtidas em favor das autoridades fiscais;

(ii) O segundo nível de subordinação inclui, dentre outros, ônus sobre bens móveis;

(iii) O terceiro nível de subordinação inclui, dentre outros, hipoteca;

(iv) O quarto nível de subordinação inclui, dentre outros, outros créditos em favor das autoridades fiscais e créditos em favor de instituições de caridade e educacionais financiadas por fundos públicos; e

(v) O quinto e último nível inclui outros créditos não expressamente garantidos ou incluídos dentre os previamente descritos. **(iv) Quaisquer restrições impostas à Companhia, particularidade em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos títulos e alienação de controle corporativo**

As obrigações adquiridas pela Companhia sob contratos de crédito durante o primeiro semestre de 2021 e sob os contratos celebrados em 27 de março de 2020, incluem o compromisso de manter um índice financeiro de alavancagem (dívida bruta sobre EBITDA ajustado) de menos de 2,8x, a ser medido anualmente em 30 de abril, com base nas demonstrações contábeis separadas auditadas para cada encerramento de período anual.

As obrigações adquiridas sob contratos de crédito obtidos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 pela Companhia incluem: (i) um compromisso financeiro para manter um índice de alavancagem financeira (dívida líquida sobre EBITDA ajustado) de no máximo 3,5x, a ser medido anualmente em 30 de abril, com base nas demonstrações contábeis separadas auditadas para cada encerramento de período anual, e (a) um compromisso de endividamento para não incorrer em novas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dívidas no caso de inadimplência do passivo financeiro e/ou no caso de incorrer em uma nova dívida resultar no descumprimento de um passivo financeiro existente, e (b) incorrer em dívidas adicionais sem a autorização dos credores.

No caso de pretendermos incorrer em dívidas adicionais, será necessária a autorização prévia dos credores, autorização que será considerada automaticamente concedida se cumprirmos com a relação dívida líquida para EBITDA ajustado de menos de 3,5x, que será medida com base nas últimas demonstrações contábeis separadas.

A relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado descrita acima, se calculada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e no período de doze meses findo em 30 de setembro de 2022, resultaria no seguinte:

(em milhares de R\$, exceto índices)

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos circulantes (passivos)		
Passivos circulantes ⁽¹⁾	-1.123.372	-190.883
Outros passivos circulantes ⁽²⁾	-146	-1.169
Outros ativos circulantes ⁽³⁾	58.908	19.270
Ativos não circulantes		
Passivo não circulante ⁽¹⁾	-719.026	-1.040.143
Outros ativos não circulantes ⁽³⁾	2.633	4.670
Ativo (passivo) total líquido	-1.781.003	-1.208.255
EBITDA recorrente ajustado	1.537.091	1.729.905
Passivo líquido/ EBITDA recorrente ajustado	1,16	0,70

⁽¹⁾ O (passivo) financeiro corrente inclui empréstimos bancários e locações financeiras.

⁽²⁾ Outros (passivos) financeiros correntes incluem instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge.

⁽³⁾ Outros ativos financeiros circulantes incluem instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge e instrumentos financeiros derivativos.

⁽⁴⁾ Nos termos contratuais, a estimativa do EBITDA recorrente ajustado é a que segue abaixo:

- Lucro operacional recorrente dos últimos 12 meses, o qual é calculado com base na receita de vendas de bens e serviços subtraído o (i) custo das vendas, (ii) despesas administrativas e de vendas, (iii) despesas de distribuição, e (iv) despesas com benefícios aos empregados e receita/despesas não-recorrentes;

- Acrescentar as depreciações e amortizações, e todas as outras despesas que não impliquem em saídas de caixa, acumuladas no mesmo período de 12 meses, incluindo as decorrentes da depreciação dos direitos de uso de acordo com o IFRS 16;

- Dividendos distribuídos por controladas, diretamente ou por meio de veículos de propósito específico, sob controle da Companhia, efetivamente recebidos; e

- Dividendos proforma de subsidiárias adquiridas durante os últimos 12 meses de atividade. Dividendos proforma são aqueles dividendos que seriam recebidos se a Companhia tivesse adquirido ou mantido sob controle uma controlada durante todo o período de 12 meses.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas empresas controladas estavam em conformidade com todas as obrigações de seus acordos financeiros, incluindo os convênios financeiros descritos acima.

(g) Limites no uso de financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias tinham linhas de crédito rotativo disponíveis para financiamento de curto prazo com o Banco Davivienda S.A., Banco de Bogotá S.A., Banco de Occidente S.A, e Itaú CorpBanca Colombia S.A. não desembolsadas, no valor de COP 700.000 milhões ou R\$981.156 mil. A utilização dessas linhas de crédito está condicionada ao cumprimento de determinadas condições contratuais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais, incluindo os convênios financeiros.

(h) Mudanças significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício encerrado em 31/12/2021	AV	Exercício encerrado em 31/12/2020	AV	AH
Receita de venda de bens e serviços	24.333.964	100,0%	21.818.852	100,0%	11,5%
Custo das vendas	(17.958.661)	(73,8)%	(16.332.291)	(74,9)%	10,0%
Lucro bruto	6.375.303	26,2%	5.486.561	25,1%	16,2%
Despesas de distribuição	(2.669.664)	(11,0)%	(2.385.360)	(10,9)%	11,9%
Despesas administrativas e de vendas	(499.627)	(2,1)%	(425.124)	(1,9)%	17,5%
Despesas com benefícios aos empregados	(1.849.126)	(7,6)%	(1.682.304)	(7,7)%	9,9%
Outras receitas operacionais	67.826	0,3%	74.814	0,3%	(9,3)%
Outras despesas operacionais	(71.538)	(0,3)%	(196.714)	(0,9)%	(63,6)%
Outras (perdas) líquidos	(31.089)	(0,1)%	(24.338)	(0,1)%	27,7%
Lucro operacional	1.322.085	5,4%	847.535	3,9%	56,0%
Receita financeira	249.947	1,0%	277.585	1,3%	(10,0)%
Despesas financeiras	(531.438)	(2,2)%	(618.169)	(2,8)%	(14,0)%
Resultado de equivalência patrimonial	10.402	0,0%	27.271	0,1%	(61,9)%
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	1.050.996	4,3%	534.222	2,4%	96,7%
Despesas tributárias	(197.966)	(0,8)%	(75.123)	(0,3)%	163,5%
Lucro líquido das operações continuadas	853.030	3,5%	459.099	2,1%	85,8%
Prejuízo das operações descontinuadas	(403)	0,0%	(1.665)	0,0%	(75,8)%
Lucro líquido do período	852.627	3,5%	457.434	2,1%	86,4%

Como declarado na seção 10.1, nossa moeda funcional é o Peso colombiano e para fins deste Formulário de Referência todos os valores foram convertidos para Reais, resultando em uma variação cambial de 3,6% dos valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação ao mesmo período no ano anterior. Como tais variações em Reais, incluem o efeito da variação cambial.

Total da Receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes

A receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes cresceu 11,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em relação a 2020 e atingiu R\$24.333.964 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação decorre, principalmente, da inovação implementada na Companhia em seu canal omnichannel e a recuperação de negócios complementares.

O total de vendas de varejo consolidada aumentou 10,3%, ou R\$2.165.268 mil, passando de R\$20.994.404 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$23.159.672 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A receita de serviços aumentou 23,3%, totalizando R\$876.162 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em relação aos R\$710.312 mil registrados no exercício social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente como resultado de um aumento da receita de aluguéis no montante de R\$120.130 mil. Outras receitas de atividades ordinárias aumentaram 161,2% ou R\$183.994 mil, principalmente como resultado de receitas provenientes de taxas de incorporação e construção de projetos imobiliários no valor de R\$107.759 mil e receitas de serviços financeiros com TUYA totalizando R\$84.912 mil.

Vendas de Varejo

Segmento geográfico (em milhares de R\$)	Segmento operacional	Exercício encerrado em	AV	Exercício encerrado em	AV
		31/12/2021		31/12/2020	
Colômbia	Éxito	12.339.656	53,3%	11.160.988	53,2%
	Carulla	2.562.982	11,1%	2.453.228	11,7%
	Baixo custo e outros	2.762.016	11,9%	2.529.189	12,0%
Colômbia		17.664.654	76,3%	16.143.405	76,9%
Argentina		1.694.173	7,3%	1.174.509	5,6%
Uruguai		3.801.801	16,4%	3.680.424	17,5%
Total de vendas no varejo		23.160.628	100,0%	20.998.338	100,0%
Eliminações		(956)	0,0%	(3.934)	0,0%
Total Consolidado de vendas no varejo		23.159.672	100,0%	20.994.404	100,0%

Colômbia

As vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 cresceram 9,4% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, totalizando R\$17.664.654 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com uma recuperação durante o segundo semestre que compensou a tendência lenta verificada durante o primeiro semestre do ano. As vendas anuais refletiram: (i) a recuperação econômica e o aumento dos níveis de consumo, (ii) o resultado de uma estratégia consistente centrada no cliente com foco nos formatos inovadores Wow, FreshMarket, Vecino e Surtimayorista (a participação nas vendas atingiu 33,3%), (iii) uma sólida participação nas vendas de omnichannel (11,9% do total de vendas no varejo), e (iv) a contribuição das 51 lojas abertas, convertidas e remodeladas durante o ano de 2021.

- *Segmento Éxito*

As vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 cresceram 10,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, impulsionadas pelo crescimento da categoria não-alimentar e pela maior contribuição das lojas sob o formato inovador Éxito Wow. 6 lojas Éxito Wow (29,6% do total de vendas do Segmento Éxito) foram remodeladas, 1 loja convertida e 2 abertas durante 2021, atingindo 19 lojas em 31 de dezembro de 2021.

- *Segmento Carulla*

As vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 cresceram 4,5%, o segmento continuou com uma alta participação nas vendas de omnichannel aumentando quase 1 ponto percentual atingindo 15,8%, em comparação ao exercício anterior. Durante o exercício de 2021, 1 loja Fresh Market foi aberta, atingindo um total de 22 lojas até o final do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ano. Duas lojas adicionais foram abertas sob o segmento Carulla, e cinco conversões foram acrescentadas. É notável que durante 2021, o segmento Carulla lançou o serviço "Turbo-Fresh" com o Rappi para entregas abaixo de 10 minutos e seu modelo Fresh Market foi reconhecido como o primeiro varejista de alimentos certificado como neutro em carbono na América Latina pelo ICONTEC.

- *Baixo custo e outros segmentos*

As vendas no segmento de baixo custo e outros aumentaram 9,2% durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$2.762.016 mil. Este aumento decorre, principalmente, (i) do forte crescimento do caixa e da bandeira Surtimayorista como resultado de menos restrições de mobilidade e da reabertura dos negócios de hospitalidade, (ii) das vendas de 18 novas lojas Super Inter Vecino atingiram 25 lojas, o que representou 47,7% das vendas da bandeira, (iii) das vendas do aplicativo "Mi surtii" que representou 14,1% das vendas totais dos aliados, e (iv) das vendas de projetos de incorporação imobiliária totalizando R\$81.621 mil.

Uruguai

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as vendas anuais aumentaram 3,3% ou R\$121.377 mil devido aos impactos cambiais, em comparação ao exercício anterior. As vendas, especificamente, foram afetadas negativamente como resultado das restrições relacionadas à COVID-19, incluindo o fechamento de fronteiras internacionais para estrangeiros durante a maior parte do ano em 2021. A partir de 1º de setembro de 2021, uma reabertura gradual das fronteiras do país para estrangeiros foi permitida e o consumo começou a aumentar.

Argentina

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as vendas anuais cresceram 44,2%, principalmente como resultado da alta inflação (50,9%, com um aumento de 54,1% nos preços dos alimentos em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020). Durante o primeiro semestre de 2021 o crescimento foi gradual, principalmente, devido às restrições ainda em vigor no país com um aumento das vendas em moeda local de 35,1% em comparação com o primeiro semestre de 2020. No entanto, durante o segundo semestre as restrições foram levantadas e as vendas aumentaram 54,8% em comparação com o segundo semestre de 2020.

Receita de serviços e outras receitas

Milhares de R\$	Exercício encerrado em 31/12/2021	AH	Exercício encerrado em 31/12/2020
Arrendamento e receitas de gestão imobiliária	434.645	44,5%	303.005
Distribuidores	136.590	7,8%	126.669
Publicidade	115.469	(0,8)%	116.357
Transporte	45.223	79,0%	25.267
Serviços telefônicos	43.883	3,4%	42.453

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comissões	37.288	17,9%	31.624
Serviços bancários	23.571	12,3%	20.997
Outros	39.493	19,2%	43.940
Total da receita de serviços	876.162	23,3%	710.312
Exploração de bens	125.355	505,9%	20.688
Envolvimento no acordo de colaboração	91.660	na	0
Eventos de marketing	26.323	(13,0)%	30.240
Receita de royalties	21.113	60,0%	13.192
Outros	33.679	(36,7)%	50.016
Total de outras receitas	298.130	161,2%	114.136
Total da receita de serviços e receita	1.174.292	42,4%	824.448

A receita de serviços aumentou 23,3%, passando de R\$710.312 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$876.162 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente como resultado de um aumento de R\$130.051 mil devido a maiores receitas das unidades operacionais imobiliárias, que incluem (i) o arrendamento de ativos imobiliários, (ii) distribuidores e (iii) arrendamentos de espaços físicos.

Outras receitas provenientes das atividades aumentaram 161,2% ou R\$183.994 mil, principalmente como resultado de receitas provenientes de taxas de incorporação e construção de empreendimentos imobiliários, VIVA Envigado e VIVA Tunja, no valor de R\$107.759 mil e receitas de serviços financeiros com TUYA totalizando R\$84.912 mil.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 16,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, atingindo R\$6.375.303 mil. Enquanto nossas receitas aumentaram 11,5%, nosso custo de vendas aumentou 10,0% como resultado da eficiência de custos do negócio de varejo em todos os países e da maior contribuição de negócios complementares. Nossa margem bruta melhorou 110 pontos base, passando de 25,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para 26,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Colômbia

O lucro bruto aumentou 16,5% durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a margem bruta aumentou para 23,8% durante o ano de 2021. Os ganhos sólidos de margem originaram-se de eficiências de custos principalmente na diminuição dos custos logísticos e da maior contribuição de negócios complementares.

Uruguai

O lucro bruto aumentou 4,6% durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a margem bruta aumentou, atingindo 34,5% durante o ano de 2021, beneficiada por eficiências principalmente na diminuição de custos logísticos.

Argentina

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro bruto aumentou 51,2% e a margem bruta alcançou 33,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, um aumento em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 como resultado de maiores margens de varejo e receitas do negócio imobiliário e eficiências de custos, já que o custo das vendas cresceu a uma taxa menor do que nossas vendas, considerando as altas taxas de inflação durante 2021.

Despesas de Distribuição

As despesas de distribuição aumentaram 11,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e representaram 52,8% do total de vendas, distribuição, despesas administrativas e gerais, em comparação com 51,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é resultado principalmente de: (i) aumento das vendas no varejo de 10,3%, o que resulta em um aumento em nosso custo variável incluindo impostos operacionais e custos com materiais e embalagens, (ii) aumento em reparos e manutenção devido a conversões e renovações e reparos em nossas lojas afetadas por protestos sociais na Colômbia e (iii) aumento em outras despesas de distribuição relacionadas à estratégia omnichannel, o que requer despesas adicionais de entrega.

Despesas administrativas e de vendas

As despesas administrativas e de venda aumentaram 17,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e representaram 9,9% do total de vendas, distribuição, despesas administrativas e gerais, em comparação com 9,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é resultado principalmente de: (i) aumento de 40,3% nos reparos e manutenção, (ii) aumento de 24,6% nos honorários profissionais devido principalmente a licenças de TI, (iii) aumento de R\$11.435 mil em Depreciação e amortização, como resultado da aquisição de equipamentos de TI a partir de 2021, (iv) aumento de 13,8% em impostos, principalmente impostos prediais e (v) aumento de 47,9% em despesas com seguros como resultado do aumento geral dos prêmios de seguros.

Despesas com benefícios aos empregados

As despesas com benefícios aos empregados aumentaram 9,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e representaram 36,6% e 36,3% do total das despesas operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é resultado principalmente de: (i) aumento dos salários, salários, contribuições e benefícios de 9,1%, que foi parcialmente compensado por controles orçamentários do departamento de recursos humanos, e (ii) aumento de 21,0% nas despesas com benefícios pós-emprego.

Outras receitas operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas operacionais diminuíram 9,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este decréscimo é principalmente resultado de: (i) uma receita não recorrente relacionada à recuperação dos processos de reorganização em 2020, totalizando R\$23.279 mil, e foi parcialmente compensada por (ii) a recuperação de créditos comerciais prejudicados de R\$13.976 mil e (iii) o reembolso de custos e despesas relacionadas a impostos, totalizando R\$3.511 mil.

Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais diminuíram 63,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e representaram 1,4% e 4,2% do total das despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, explicado por: (i) despesas menores do plano nacional de saúde estabelecido pelo Governo Nacional aplicadas aos nossos funcionários em 2020 em nossos países de operações e (ii) redução de R\$73.690 mil em despesas com a provisão do plano de reestruturação.

Outras (perdas) líquidas

Outras (perdas) líquidas aumentaram 27,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e representaram 0,6% e 0,5% do total das despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento de R\$6.751 mil é explicado por: (i) um aumento de R\$27.410 mil nos valores devidos decorrentes da rescisão antecipada de contratos de arrendamento contabilizada em 2020 como receita não recorrente, parcialmente compensada por (ii) R\$4.877 mil no desreconhecimento do ativo imobilizado, (iii) R\$12.848 mil na perda por perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis que não sejam ágios e (iv) R\$4.068 mil na perda por perda por redução ao valor recuperável de recuperação do ativo imobilizado.

Lucro operacional

Nosso lucro operacional aumentou 56,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atingindo R\$1.322.085 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, explicado por uma melhoria em nosso Lucro bruto de 1,01% em relação a 2020 e uma redução significativa de 63,6% das despesas operacionais não-recorrentes.

Nossa margem de lucro das atividades operacionais aumentou para 5,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação a 3,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Receita financeira

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita financeira diminuiu 10,0% ou R\$27.638 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, explicada por: (i) R\$56.484 mil menores ganhos por diferença cambial e instrumentos financeiros derivativos como resultado da volatilidade cambial e (ii) uma diminuição na receita de juros sobre caixa e equivalentes de caixa de R\$5.680 mil explicada por menores taxas de juros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Isto foi parcialmente compensado por um aumento em outras receitas financeiras de R\$34.526 mil, que inclui a receita de juros de nossa subsidiária Libertad S.A., na Argentina.

Despesas financeiras

As despesas financeiras diminuíram 14,0% ou R\$86.731 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, resultantes da redução no montante de: (i) R\$48.892 mil em despesas com juros de passivos de arrendamento, bem como rescisão antecipada de contratos de arrendamento e perdão de arrendamento para algumas de nossas áreas de locação, (ii) R\$37.681 mil em despesas com juros reduzidos de empréstimos resultantes da renegociação de taxas de juros com instituições financeiras, e (iii) R\$82.346 mil em perdas de instrumentos financeiros derivativos devido à volatilidade cambial. Isto foi parcialmente compensado por um aumento de R\$76.938 mil no efeito da despesa da posição monetária líquida das demonstrações contábeis da subsidiária Libertad S.A., como resultado da hiperinflação na Argentina.

Resultado de equivalência patrimonial

Corresponde à participação na renda de associados e joint ventures, Compañia de Financiamiento Tuya S.A. e Puntos Colombia S.A.S., que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as receitas diminuíram 61,9% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, explicadas por: (i) uma diminuição de R\$10.808 mil na Compañia de Financiamiento Tuya S.A., como resultado da diminuição dos dividendos recebidos, a fim de manter a liquidez e mitigar os impactos negativos devido à pandemia, e (ii) uma diminuição de R\$6.061 mil na Puntos Colombia S.A.S., principalmente como resultado de uma despesa de assessoria não recorrente.

Lucro das operações continuadas antes dos impostos

O lucro antes do imposto de renda aumentou 96,7% ou R\$516.774 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atingindo R\$1.050.996 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, explicado por uma melhoria em nosso lucro operacional e uma redução de nossas despesas financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa margem antes do imposto de renda aumentou 4,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, de 2,4% em 2020.

Despesas tributárias

As despesas tributárias totalizaram R\$197.966 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 resultando em uma alíquota efetiva de 18,8% em comparação com R\$75.123 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, resultando em uma alíquota efetiva de 14,1%. Apesar do aumento de 96,7% no lucro antes do imposto de renda, a despesa de imposto de renda corrente aumentou 7,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, devido à compensação do excesso de lucro presumido sobre o lucro líquido no montante de R\$273.996 mil. A despesa de imposto de renda diferido totalizou R\$22.395 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação com uma receita de imposto de renda diferido de R\$87.651 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, como resultado de: (i) da compensação relacionada ao excesso de lucro presumido sobre o lucro líquido de R\$273.996 mil, e (ii) de mudanças no direito de uso de ativos e passivos de arrendamento.

Prejuízo das operações descontinuadas

O prejuízo das operações descontinuadas diminuiu 75,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$1.665 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$403 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 principalmente devido à retomada da operação da Transacciones Energeticas S.A.S. E.S.P., que são novamente incluídas na demonstração de resultados consolidada.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 86,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$457.434 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$852.627 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, explicado por: (i) o aumento do lucro das atividades operacionais, (ii) a recuperação de negócios complementares, (iii) o menor custo da dívida, e (iv) a redução das despesas não-recorrentes. Isto resultou em um aumento de nossa margem líquida de 2,1% em 2020 para 3,5% em 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício encerrado em 31/12/2020	AV	Exercício encerrado em 31/12/2019	AV	AH
Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes	21.818.852	100,0%	18.380.788	100,0%	18,7%
Custo das vendas	(16.332.291)	(74,9)%	(13.628.340)	(74,1)%	19,8%
Lucro bruto	5.486.561	25,1%	4.752.448	25,9%	15,4%
Despesas de distribuição	(2.385.360)	(10,9)%	(2.011.337)	(10,9)%	18,6%
Despesas administrativas e de vendas	(425.124)	(1,9)%	(395.719)	(2,2)%	7,4%
Despesas com benefícios aos empregados	(1.682.304)	(7,7)%	(1.481.720)	(8,1)%	13,5%
Outras receitas operacionais	74.814	0,3%	65.314	0,4%	14,5%
Outras despesas operacionais	(196.714)	(0,9)%	(102.676)	(0,6)%	91,6%
Outras (perdas) líquidos	(24.338)	(0,1)%	(16.002)	(0,1)%	52,1%
Lucro das atividades operacionais	847.535	3,9%	810.308	4,4%	4,6%
Receita financeira	277.585	1,3%	763.043	4,2%	(63,6)%
Despesas financeiras	(618.169)	(2,8)%	(1.355.497)	(7,4)%	(54,4)%
Participação da renda em associadas e empreendimentos em conjunto que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	27.271	0,1%	(12.167)	(0,1)%	(324,1)%
Lucro das operações contínuas antes do imposto de renda	534.222	2,4%	(205.687)	1,1%	159,7%
Despesas tributárias	(75.123)	(0,3)%	(28.000)	(0,2)%	168,3%
Lucro líquido do período das operações continuadas	459.099	2,1%	177.687	1,0%	158,4%
Prejuízo das operações descontinuadas	(1.665)	0,0%	931.279	5,1%	(100,2)%
Lucro líquido do exercício	457.434	2,1%	1.108.966	6,0%	(58,8)%

Como declarado na seção 10.1 deste Formulário de Referência, nossa moeda funcional é o Peso colombiano e para fins deste Formulário de Referência todos os valores foram convertidos para Reais, resultando em uma variação cambial de 13,3% dos valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao mesmo período no ano anterior. Como tais variações em Reais, incluem o efeito da variação cambial.

Total de Receita de Atividades Ordinárias segundo Contratos com Clientes

A receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes cresceu 18,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e atingiu R\$21.818.852 mil, impulsionada pelas vendas no varejo, enquanto nossos serviços complementares foram impactados pela pandemia da COVID-19.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O total de vendas de varejo consolidado aumentou 20,4%, ou R\$3.562.202 mil, para R\$20.994.404 mil entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A receita de serviços diminuiu 2,2%, totalizando R\$710.312 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, de R\$726.033 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente como resultado de uma queda na receita de aluguéis de R\$36.595 mil, pois tomamos medidas para proteger nossa taxa de ocupação em nossos negócios imobiliários. Outras receitas de atividades ordinárias diminuíram 13,1% ou R\$108.417 mil, para R\$114.136 mil em 2020 principalmente como resultado de: (i) uma diminuição de R\$106.538 mil nas receitas da Tuya como medida de proteção de liquidez em nossos serviços financeiros e (ii) uma diminuição de R\$12.595 mil na exploração de ativos principalmente relacionados a uma indenização recebida durante 2019.

Vendas de Varejo

Segmento geográfico (em milhares de R\$)	Segmento operacional	Exercício encerrado em 31/12/2020	AV	Exercício encerrado em	
				31/12/2019	AV
Colômbia	Éxito	11.160.988	53,2%	9.182.998	52,7%
	Carulla	2.453.228	11,7%	1.865.443	10,7%
	Baixo custo e outros	2.529.189	12,0%	2.208.350	12,7%
Colômbia		16.143.405	76,9%	13.256.791	76,0%
Argentina		1.174.509	5,6%	1.111.834	6,4%
Uruguai		3.680.424	17,5%	3.070.722	17,6%
Total de vendas no varejo		20.998.338	100,0%	17.439.347	100,0%
Eliminações		(3.934)	0,0%	(7.145)	0,0%
Total Consolidado de vendas no varejo		20.994.404	100,0%	17.432.202	100,0%

Colômbia

As vendas em 2020 cresceram 21,8% para R\$16.143.405 mil em comparação com 2019, impulsionadas por: (i) a contribuição omnichannel para as vendas, evidenciada por um aumento de 2,7x nas ações de vendas, atingindo 12,4% contra 4,5% em 2019 e (ii) o crescimento das vendas a partir dos formatos inovadores Éxito WOW e Carulla Fresh Market, que aumentaram 13,9% e 18,4% em moeda local (Peso colombianos), respectivamente.

- *Segmento Éxito*

As vendas em 2020 cresceram 21,5% em comparação com 2019, impulsionadas pelo sólido desempenho das atividades promocionais e pelo "Dia sem IVA" estabelecido pelo Governo Nacional. O segmento em 2020 cresceu em regiões-chave, apesar dos bloqueios, restrições de mobilidade e fechamentos. As vendas das mesmas lojas cresceram 6,8% em moeda local (Peso colombiano).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O modelo Éxito WOW foi implementado em 2 lojas em Bogotá e Medellín, totalizando 11 lojas, e representando 20,7% das vendas totais da bandeira em 2020. Durante 2020, 3 lojas Éxito e 4 Éxito Express foram fechadas.

- *Segmento Carulla*

As vendas em 2020 cresceram 31,5%, tornando-o o segmento de melhor desempenho em 2020, representando 15,2% do total de vendas na Colômbia. O segmento Carulla cresceu em todas as regiões, impulsionado pelo crescimento das vendas omnichannel, que representaram 14,9% das vendas do segmento. As lojas implementadas com o modelo Fresh Market representaram 26,5% das vendas totais da bandeira e cresceram as vendas em 18,4% em 2020. Durante 2020, 3 lojas foram fechadas e 1 loja foi convertida em Carulla Fresh Market. Uma das lojas Carulla Fresh Market abriu em Bogotá durante 2020, foi reconhecida como a primeira loja neutra em carbono na Colômbia; a loja oferece acessibilidade a pessoas com deficiências e tem todas as últimas inovações em conceitos como o mercado de alimentos e um robô assistente virtual.

- *Baixo custo e outros segmentos*

As vendas em nosso segmento de baixo custo e outros diminuíram 14,5% durante 2020, totalizando R\$2.529.189 mil, representando 15,7% das vendas na Colômbia. Este decréscimo é resultado de: (i) restrições de mobilidade e protestos sociais nos principais mercados da bandeira, (ii) fechamentos temporários devido a obras de remodelação, e (iii) a saída da bandeira Surtimax da região norte devido à otimização da base de lojas. Além disso, durante 2020, 4 lojas foram convertidas para a bandeira Surtimayorista, totalizando 34, o que representou 3,8% da participação das vendas da Colômbia. A bandeira Surtimayorista se beneficiou do programa de marketing lançado para clientes institucionais, o "Club del Comerciante" e os quase 1.500 Aliados registrados a partir de 2020. Durante 2020, 13 lojas Surtimax e 1 SuperInter foram fechadas. O segmento incluiu a venda de projetos de desenvolvimento imobiliário que totalizaram R\$93.254 mil em 2020.

Uruguai

Apesar dos fechamentos de fronteiras que afetam as épocas festivas e natalinas, as vendas anuais aumentaram 19,9% ou R\$609.702 mil, por conta de: (i) fortes vendas omnichannel que cresceram 1,6x em relação a 2019 e aumentaram a participação nas vendas para 3,3% contra 2,3% em moeda local em 2019 e (ii) melhoraram as vendas da categoria de alimentos impulsionadas por 19 lojas Fresh Market representando 42,4% das vendas em 2020.

Argentina

As vendas de varejo anuais diminuíram 8,4%, em meio ao difícil contexto do país, devido às restrições de mobilidade, toque de recolher e horário limitado de abertura das lojas. Além disso, a extensão da política de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

controle de preços do governo resultou em escassez de produtos. Entretanto, estes resultados tiveram um impacto positivo pela taxa cambial (COP/R\$) e as vendas no varejo na Argentina aumentaram 5,6% atingindo R\$1.174.509 mil em 2020, comparado a R\$1.111.834 mil em 2019.

Receita de serviços e outras receitas

Milhares de R\$	Exercício	AV	Exercício	AV
	encerrado em 31/12/2020		encerrado em 31/12/2019	
Arrendamento de bens imóveis	199.338	24,2%	235.933	24,9%
Distribuidores	126.669	15,4%	127.691	13,5%
Publicidade	116.357	14,1%	99.295	10,5%
Locação de espaço físico	59.363	7,2%	67.647	7,1%
Administração de bens imóveis	44.304	5,4%	40.174	4,2%
Transporte	25.267	3,1%	21.882	2,3%
Serviços telefônicos	42.453	5,1%	33.127	3,5%
Comissões	31.624	3,8%	35.559	3,7%
Correspondente não-bancário	20.997	2,5%	24.217	2,6%
Transferências de recursos	9.013	1,1%	8.608	0,9%
Taxas de administração de viagens	3.340	0,4%	9.672	1,0%
Outras receitas provenientes da prestação de serviços	31.587	3,8%	22.228	2,3%
Total da receita de serviços	710.312	86,2%	726.033	76,5%
Exploração de bens	20.688	2,5%	33.283	3,5%
Envolvimento no acordo de colaboração	-	0,0%	106.538	11,2%
Eventos de marketing	30.240	3,7%	15.590	1,6%
Receita de royalties	13.192	1,6%	21.010	2,2%
Receita de serviços financeiros	3.964	0,5%	3.630	0,4%
Outras receitas da direção estratégica da América Latina	-	0,0%	9.436	1,0%
Outras receitas	46.052	5,6%	33.066	3,5%
Total de outras receitas	114.136	13,8%	222.553	23,5%
Total da receita de serviços e receita ordinária	824.448	100,0%	948.586	100,0%

A receita de serviços diminuiu 2,2% ou R\$15.721 mil, totalizando R\$710.312 mil em 2020, principalmente como resultado de uma diminuição na receita de aluguéis, que inclui (i) o arrendamento e receitas de gestão imobiliária, (ii) distribuidores e (iii) arrendamentos de espaços físicos, devido a negociações com inquilinos durante a pandemia da COVID-19. Entretanto, o negócio imobiliário mostrou resiliência e nossos shopping centers mantiveram taxas de ocupação acima de 90%.

Outras receitas de atividades ordinárias diminuíram 13,1% ou R\$108.417 mil, atingindo R\$114.136 mil em 2020, principalmente como resultado de: (i) renegociação dos prazos originais de vencimento de instrumentos de dívida de que a Companhia é devedora, (ii) manutenção da liquidez na Tuya durante a pandemia da COVID-19, e (iii) menores receitas da exploração de ativos explicada pela indenização recebida em 2019.

Lucro bruto

Lucro bruto aumentou 15,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, atingindo R\$5.486.561 mil. Enquanto nossas receitas aumentaram 18,7%, nosso custo de vendas aumentou 19,8%, devido à

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

menor receita de negócios complementares, o que resultou em uma margem bruta de 25,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação com 25,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Colômbia

Lucro bruto atingiu R\$3.824.769 mil em 2020, nossa margem bruta diminuiu em 80 pontos base para 22,6% em 2020, uma vez que nossa receita menor proveniente de negócios complementares afetou nossa margem de Lucro bruto.

Uruguai

O Lucro bruto em moeda local (Peso colombiano) aumentou 5,0% durante 2020 totalizando R\$1.266.720 mil, pois houve uma execução assertiva de atividades promocionais e eficiências em shinkrage e custos logísticos. A variação do Lucro bruto durante 2020 em reais (R\$) foi de 21,2%, este resultado foi afetado positivamente pela taxa cambial (COP/R\$).

Argentina

Lucro bruto diminuiu 1,0% e a margem bruta atingiu 32,4%, totalizando R\$392.391 mil como resultado: (i) política de controle de preços, (ii) um ambiente competitivo mais elevado, (iii) escassez de produtos, e (iv) menor contribuição do negócio imobiliário.

Despesas de Distribuição

As despesas de distribuição aumentaram 18,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e representaram 51,4% e 51,0% do total das despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, principalmente como resultado de aumentos em: (i) outras despesas de distribuição e custos de transporte, relacionados com a estratégia *omnichannel*, (ii) comissões e cartões de crédito, devido ao aumento das vendas em nosso negócio de varejo através desses métodos de pagamento e taxas bancárias mais elevadas, (iii) arrendamentos de áreas onde produzimos nossos próprios alimentos preparados, (iv) outras despesas de provisões relacionadas com despesas de benefícios pós-emprego. Isto foi parcialmente compensado por menores despesas com publicidade e combustível e utilidades relacionadas a planos de economia durante a pandemia COVID-19.

Despesas administrativas e de vendas

As despesas administrativas e de venda diminuíram 6,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e representaram 9,2% e 10,0% do total das despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este decréscimo é resultado principalmente de: (i) redução dos honorários profissionais e (ii) redução da perda por valor recuperável de contas a receber, principalmente em nossos negócios imobiliários. Em geral, houve um rigoroso controle de despesas, reduzindo as despesas gerais de administração e vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ao considerar as variações decorrentes da conversão da taxa cambial (COP/R\$), as despesas administrativas e de vendas aumentaram 7,4%, atingindo R\$425.124 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$395.719 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Despesas com benefícios aos funcionários

As despesas com benefícios aos funcionários diminuíram 1,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e representaram 36,3% e 37,6% do total das despesas operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este decréscimo é resultado principalmente de: (i) redução dos salários, salários, contribuições e benefícios de 1,5%, devido ao plano de reorganização implementado durante 2020 e 2019.

Ao considerar as variações decorrentes da conversão da taxa cambial (COP/R\$), as despesas com benefícios aos empregados aumentaram 13,5%, atingindo R\$1.682.304 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$1.481.720 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais diminuíram 0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Embora, a recuperação de créditos comerciais prejudicados tenha diminuído R\$13.169 mil, a Companhia registrou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, uma receita não recorrente devido à recuperação de provisões relacionadas com processos de reorganização no montante de R\$20.408 mil.

Ao considerar as variações decorrentes da conversão da taxa cambial (COP/R\$), a conta de outras receitas operacionais aumentaram 14,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atingindo R\$74.814 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$65.314 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Outras Despesas Operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram 91,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparadas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e representaram 4,2% e 2,6% do total das despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, explicadas pelas despesas relacionadas ao plano de reorganização implementado durante os anos de 2020 e 2019 que totalizou R\$52.016 mil, e as despesas do plano nacional de saúde estabelecido pelo Governo Nacional aplicadas a nossos funcionários em 2020 em nossos países de operações por R\$50.712 mil, parcialmente.

Outras (perdas) líquidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras perdas líquidas aumentaram 52,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e representaram 0,5% e 0,4% do total das despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. O aumento de R\$8.336 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 é explicado por perdas relacionadas a (i) R\$18.859 mil no desreconhecimento do ativo imobilizado, (ii) R\$12.848 mil por perda por desvalorização de ativos intangíveis que não ágios e (iii) R\$3.666 mil por perda por desvalorização da recuperação do ativo imobilizado, e parcialmente compensada por (iv) um aumento de R\$26.410 mil na receita de rescisão antecipada do contrato de arrendamento contabilizada em 2020.

Lucro das atividades operacionais

Nosso lucro das atividades operacionais diminuiu 9,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, explicado pela menor receita de nossos negócios complementares e pelo aumento das despesas operacionais. Ao considerar as variações decorrentes da conversão da taxa cambial (COP/R\$), o lucro das atividades operacionais aumentou 4,6% atingindo R\$847.535 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$810.308 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Colômbia

O lucro operacional diminuiu 13,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019 e a margem operacional foi de 3,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Ao considerar as variações decorrentes da conversão da taxa cambial (COP/R\$), as perdas de margem operacional originaram-se de menores receitas de nossos negócios complementares e aumento das despesas operacionais. O lucro operacional em reais (R\$) diminuiu 0,1% ou R\$626 mil, atingindo R\$580.448 mil.

Uruguai

O lucro operacional aumentou 17,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019 e a margem operacional foi de 7,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 como resultado de um aumento nas vendas e iniciativas de controle de custos. Ao considerar as variações decorrentes da conversão da taxa cambial (COP/R\$), o lucro operacional em reais (R\$) aumentou 35,3%, atingindo R\$279.854 mil.

Argentina

Durante 2020, o prejuízo operacional totalizou R\$15.434 mil com margem operacional de (1,3)%, comparado a uma margem operacional de 1,9% durante 2019; explicado principalmente pela menor receita imobiliária e de varejo e maiores despesas relacionadas à COVID-19.

Receita Financeira

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita financeira diminuiu 63,6% ou R\$485.458 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, explicada por: (i) R\$299.774 mil de menor diferença de câmbio e de ganhos com instrumentos financeiros derivativos, explicados pelo pré-pagamento da dívida de aproximadamente R\$4.673.000 mil em 31 de dezembro de 2019. Isto foi parcialmente compensado por um aumento em outras receitas financeiras de R\$22.755 mil, que inclui a receita de juros de nossa subsidiária Libertad S.A., na Argentina.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras diminuíram 54,4% ou R\$737.328 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, explicadas por: (i) R\$198.219 mil menores despesas com juros de passivos financeiros relacionados ao pré-pagamento da dívida (ii) R\$557.731 mil em prejuízo de instrumentos financeiros derivativos devido à volatilidade cambial. Isto foi parcialmente compensado por um aumento de R\$41.144 mil na despesa de juros de obrigações de arrendamento mercantil.

Participação nos resultados de coligadas e joint ventures contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Corresponde à participação nos resultados de coligadas e joint ventures, Compañia de Financiamiento Tuya S.A. e Puntos Colombia S.A.S., que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Durante o ano de 2020, as receitas aumentaram em R\$39.438 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 explicados por: (i) um aumento de R\$25.584 mil na Compañia de Financiamiento Tuya S.A., devido ao aumento do resultado líquido, uma vez que as provisões contábeis diminuíram como resultado de reduções de crédito, e (ii) um aumento de R\$13.854 mil na Puntos Colombia S.A.S., como resultado do melhor desempenho do segmento de negócios, que atingiu o *break-even*.

Lucro das operações continuadas antes do imposto de renda

Nosso lucro antes do imposto de renda aumentou 159,7% ou R\$328.535 mil, atingindo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 atingindo R\$534.222 mil, explicado principalmente por uma redução de nossas despesas financeiras e melhor desempenho de nossas coligadas e joint ventures.

Nossa margem antes do imposto de renda aumentou, passando de 1,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e para 2,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Despesas tributárias

As despesas tributárias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$75.123 mil, resultando em uma alíquota efetiva de 14,1% em comparação com uma despesa tributária de R\$28.000 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, resultando em uma alíquota efetiva de 13,6%. A alíquota efetiva do imposto de renda

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumentou, pois no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foi aplicada nenhuma compensação entre o lucro presumido e o lucro líquido. O imposto diferido aumentou 19,4%, pois geramos prejuízos fiscais menores durante o ano de 2020. Em R\$, o imposto de renda corrente aumentou 77,60% e o imposto diferido aumentou 37,7% durante 2020 devido ao impacto da taxa cambial (COP/R\$).

Prejuízo das operações descontinuadas

O lucro líquido diminuiu R\$932.944 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 classificamos a Via Varejo S.A. e a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD como uma operação descontinuada por R\$613.057 mil e R\$332 mil, respectivamente, estas companhias eram subsidiárias do Éxito e foram vendidas em novembro de 2019 ao Grupo Casino.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício diminuiu 58,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, passando de R\$1.108.966 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$457.434 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, explicado por: (i) resultados operacionais menores, e (ii) prejuízo das operações descontinuadas como classificamos a Via Varejo S.A. e a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD como uma operação descontinuada. Isto resultou em uma redução de nossa margem líquida de 6,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para 2,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em milhares de R\$, exceto %)	Em 31/12/2021	AV	Em 31/12/2020	AV	Em 31/12/2019	AV	2021 x 2020	2020 x 2019
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	3.562.409	15,0%	3.647.534	15,4%	3.151.712	16,2%	(2,3)%	15,7%
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	877.337	3,7%	713.344	3,0%	467.247	2,4%	23,0%	52,7%
Despesas antecipadas	51.181	0,2%	55.728	0,2%	53.315	0,3%	(8,2)%	4,5%
Créditos com partes relacionadas	79.158	0,3%	59.735	0,3%	67.696	0,3%	32,5%	(11,8)%
Estoques	2.949.500	12,5%	2.910.614	12,3%	2.337.532	12,0%	1,3%	24,5%
Aplicações financeiros	20.087	0,1%	6.346	0,0%	53.175	0,3%	216,5%	(88,1)%
Tributos a recuperar	602.185	2,5%	548.605	2,3%	410.586	2,1%	9,8%	33,6%
Ativos não-correntes a venda	34.482	0,1%	30.190	0,1%	46.646	0,2%	14,2%	(35,3)%
Total do ativo circulante	8.176.339	34,5%	7.972.096	33,6%	6.587.909	33,8%	2,6%	21,0%
Ativo não circulante								
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	81.464	0,3%	51.030	0,2%	42.196	0,2%	59,6%	20,9%
Despesas antecipadas	12.888	0,1%	16.451	0,1%	11.845	0,1%	(21,7)%	38,9%
Créditos com partes relacionadas	34.340	0,1%	21.951	0,1%	18.448	0,1%	56,4%	19,0%
Aplicações financeiros	56.949	0,2%	86.157	0,4%	59.438	0,3%	(33,9)%	45,0%
Imobilizado	5.641.224	23,8%	5.612.872	23,7%	4.728.897	24,2%	0,5%	18,7%
Propriedade para investimento	2.321.479	9,8%	2.390.035	10,1%	2.000.011	10,3%	(2,9)%	19,5%
Direitos de uso em arrendamento	1.920.981	8,1%	1.994.608	8,4%	1.603.295	8,2%	(3,7)%	24,4%
Ágio	4.239.973	17,9%	4.319.915	18,2%	3.603.163	18,5%	(1,9)%	19,9%
Intangíveis	510.183	2,2%	465.968	2,0%	374.140	1,9%	9,5%	24,5%
Participações societárias	405.625	1,7%	405.201	1,7%	258.868	1,3%	0,1%	56,5%
Tributos diferidos	287.564	1,2%	355.326	1,5%	218.015	1,1%	(19,1)%	63,0%
Outros ativos não financeiros	558	0,0%	603	0,0%	489	0,0%	(7,5)%	23,3%
Total do ativo não circulante	15.513.228	65,5%	15.720.117	66,4%	12.918.805	66,2%	(1,3)%	21,7%
Total do Ativo	23.689.567	100,0%	23.692.213	100,0%	19.506.714	100,0%	0,0%	21,5%
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	946.013	3,99%	1.681.746	7,1%	758.600	3,9%	(43,7)%	121,7%
Plano de pensão	3.479	0,01%	3.815	0,0%	3.663	0,0%	(8,8)%	4,1%
Provisões	33.885	0,14%	45.616	0,2%	17.734	0,1%	(25,7)%	157,2%
Passivos com partes relacionadas	92.013	0,39%	76.431	0,3%	99.612	0,5%	20,4%	(23,3)%
Fornecedores e outras contas a pagar	7.199.761	30,39%	7.082.058	29,9%	5.734.559	29,4%	1,7%	23,5%
Passivo de arrendamento	328.236	1,39%	338.811	1,4%	273.245	1,4%	(3,1)%	24,0%
Obrigações fiscais	114.261	0,48%	115.223	0,5%	89.669	0,5%	(0,8)%	28,5%
Outros passivos financeiros	114.296	0,48%	132.145	0,6%	141.274	0,7%	(13,5)%	(6,5)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros passivos	304.583	1,29%	247.738	1,0%	145.418	0,7%	22,9%	70,4%
Total do passivo circulante	9.136.527	38,57%	9.723.583	41,0%	7.263.774	37,2%	(6,0)%	33,9%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	1.040.143	4,39%	521.955	2,2%	53.537	0,3%	99,3%	874,9%
Plano de pensão	25.084	0,11%	30.859	0,1%	25.729	0,1%	(18,7)%	19,9%
Provisões	15.539	0,07%	22.015	0,1%	23.365	0,1%	(29,4)%	(5,8)%
Fornecedores e outras contas a pagar	69.983	0,30%	103	0,0%	140	0,0%	67844,7%	(26,4)%
Passivos de arrendamento	1.906.898	8,05%	1.996.950	8,4%	1.608.714	8,2%	(4,5)%	24,1%
Tributos diferidos	233.727	0,99%	179.731	0,8%	143.282	0,7%	30,0%	25,4%
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	5.500	0,02%	6.756	0,0%	984	0,0%	(18,6)%	586,6%
Outros passivos financeiros	-	0,00%	142	0,0%	455	0,0%	0,0%	(68,8)%
Outros passivos	3.037	0,01%	923	0,0%	823	0,0%	229,0%	12,2%
Total do passivo não circulante	3.299.911	13,93%	2.759.434	11,6%	1.857.029	9,5%	19,6%	48,6%
Total do passivo	12.436.438	52,50%	12.483.017	52,7%	9.120.803	46,8%	(0,4)%	36,9%
Patrimônio Líquido	11.253.129	47,50%	11.209.196	47,3%	10.385.913	53,2%	0,4%	7,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	23.689.567	100,00%	23.692.213	100,0%	19.506.716	100,0%	0,0%	21,5%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$8.176.339 mil contra R\$7.972.096 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 34,5% em 31 de dezembro de 2021 e 33,6% em 31 de dezembro de 2020. Esta variação de R\$204.243 mil ou 2,6% decorreu de um aumento de R\$163.993 mil em créditos comerciais e outras contas a receber, R\$53.580 mil em ativos fiscais, R\$38.885 mil em 31 de dezembro de 2021 por estoques líquidos, R\$19.423 mil em contas a receber de partes relacionadas e R\$18.033 mil em outros ativos financeiros e ativos não correntes a venda, compensado por uma redução de R\$85.125 mil em caixa e equivalentes e R\$4.547 mil em despesas pagas antecipadamente.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$3.562.409 mil, representando uma redução de 2,33% ou R\$85.125 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$3.647.534 mil. Esta variação decorre, principalmente, da redução de (i) R\$43.859 mil em direitos fiduciários, (ii) R\$24.129 mil em caixa e em bancos, e (iii) R\$17.140 mil em certificados de depósitos a prazo em virtude do pagamento de obrigações a fornecedores e entidades governamentais.

Embora tenha ocorrido a redução acima descrita, houve um aumento líquido do capital circulante líquido decorrente do resultado do caixa e equivalentes (sem efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente), o qual aumentou R\$ 158.705 mil durante o ano de 2021, comparado a uma

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

redução de caixa e equivalentes de caixa líquido de R\$ 156.816 mil durante o ano de 2020, representando um aumento de R\$315.521 mil, este montante foi ultrapassado pela variação negativa decorrente dos efeitos da variação nas taxas de câmbio sobre caixa e equivalentes decorrente das operações na Argentina e no Uruguai, que teve um impacto negativo de R\$ 243.830 mil em 31 de dezembro de 2021, frente a um impacto positivo de R\$ 652.638 mil em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação negativa de R\$896.468 mil.

O aumento do caixa e equivalentes (sem efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente) reflete o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais teve um aumento de R\$ 315.521 mil, decorrente, principalmente, de um aumento do fluxo de caixa das atividades operacionais no montante de R\$ 806.308 mil, resultante de um lucro operacional e da geração positiva de caixa relacionada às contas de capital de giro (aumento dos estoques a receber em contas a pagar e outros passivos não financeiros). Isto foi compensado parcialmente por um aumento na saída de caixa das atividades, explicado, principalmente, por: (i) aquisições de ativos imobilizados no montante de R\$ 441.295 mil, decorrente, principalmente, de maiores gastos de capital relacionados à aquisição de computadores, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios e melhoria de propriedades de terceiros, já que estes investimentos retornaram a níveis normais em 2021 após a pandemia, e (ii) financiamento no montante de R\$ 49.492 mil decorrentes, principalmente, de (a) menores dividendos pagos aos acionistas (dividendos extraordinários foram pagos em 2020) beneficiando a posição de liquidez da Companhia, e (b) menores desembolsos bancários e maiores pagamentos de principal e juros, de acordo com o cronograma de amortização das linhas de crédito.

Contas a receber de clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outras contas a receber aumentaram 59,64% ou R\$30.434 mil, para R\$81.464 mil em 31 de dezembro de 2021 em comparação a 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$51.030 mil. Este aumento decorre, principalmente, de um acréscimo de R\$37.709 mil na venda de estoques de empreendimentos imobiliários que serão pagos pelo comprador no futuro.

Estoques

Os estoques aumentaram 1,34% ou R\$38.886 mil para R\$2.949.500 mil em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$2.910.614 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento nos estoques decorre, principalmente, de um aumento de (i) R\$38.732 mil e R\$26.764 mil nos estoques em trânsito e em andamento, respectivamente, e (ii) R\$30.618 mil nos estoques disponíveis para negociação. Esta variação decorre do aumento dos estoques resultantes da reativação após a pandemia e dos desafios da cadeia de abastecimento observados em 2020. No entanto, este índice de giro dos estoques (estoques/custos de vendas x 360 dias) diminuíram 4 dias durante 2021 em comparação a 2020, uma vez que o comportamento dos consumidores passou a ter maior previsibilidade sobre as restrições pandêmicas levantadas. Os acréscimos nessas contas foram compensados principalmente pela redução de R\$51.483 mil nos estoques de empreendimentos imobiliários representados em alienações dos projetos imobiliários Montevideú e López de Galarza que são mantidos para venda.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$15.513.228 mil contra R\$15.720.117 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 65,5% em 31 de dezembro de 2021 e 66,4% em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R\$206.889 mil ou 1,3% decorreu de uma redução de R\$79.942 mil de ágio líquido (pelo efeito das diferenças das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório (Reais)), R\$73.627 mil de direitos de uso líquido, R\$68.556 mil de propriedade de investimento líquido, R\$67.762 mil de ativos fiscais diferidos, R\$29.208 mil de outros ativos financeiros e R\$3.608 mil de pagamentos antecipados e outros ativos não financeiros, compensados por um aumento de R\$44.215 mil de ativos intangíveis líquido, exceto ágio, R\$30.434 mil de créditos comerciais e outras contas a receber, R\$28.352 mil de ativo imobilizado e R\$12.813 mil de outros ativos não financeiros com partes relacionadas e investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

O imobilizado foi de R\$5.641.224 em 31 de dezembro de 2021 comparado a R\$5.612.872 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 0,51% ou de R\$28.352 mil. Este aumento decorre, principalmente, do acréscimo de (i) R\$133.356 mil na aquisição de computadores, (ii) R\$69.821 mil na realização de benfeitorias em imóveis de terceiros, e (iii) R\$26.912 mil na compra de móveis e utensílios. No entanto, a depreciação acumulada aumentou R\$250.084 mil compensando parcialmente os aumentos descritos acima.

Ágio

O ágio totalizou R\$4.239.973 mil em 31 de dezembro de 2021 comparado a R\$4.319.915 mil em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de 1,85% ou R\$79.942 mil. Esta redução decorre, principalmente, de uma redução de (i) R\$92.861 mil na Carulla Vivero S.A, e (ii) R\$50.913 mil na Súper Ínter. No entanto, estes aumentos foram parcialmente compensados por um aumento de R\$86.498 mil na Libertad S.A.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$9.136.527 mil, comparado a R\$9.723.583 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 38,6% em 31 de dezembro de 2021 e 41,0% em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R\$587.056 mil ou 6,0%, decorreu de uma redução de R\$735.733 mil do passivo financeiro, R\$17.849 mil de outros passivos financeiros, R\$11.731 mil de outras provisões, R\$10.575 mil do passivo de arrendamento e R\$1.298 mil do passivo fiscal e benefícios a empregados, compensados por um aumento de R\$117.703 mil de dívidas comerciais e outras contas a pagar, R\$56.845 mil de outros passivos não financeiros e R\$15.582 mil de contas a pagar a partes relacionadas.

Empréstimos e financiamentos (circulante)

Os empréstimos e financiamentos (circulante) diminuíram 43,75% ou R\$735.733 mil para R\$946.013 mil em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$1.681.746 mil em 31 de dezembro de 2020. A redução no passivo financeiro circulante decorre, principalmente, de uma redução de: (i) R\$813.445 mil em empréstimos bancários, decorrente, principalmente, do pagamento de dívidas e refinanciamento de passivos financeiros correntes, o que resultou na renegociação do perfil de dívida da Companhia com prazos médios mais longos, e (ii) R\$5.770 mil em arrendamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

financeiros correspondente à rescisão antecipada de contratos de arrendamento relativos ao imóvel, às instalações e aos equipamentos. Estas reduções foram parcialmente compensadas por um aumento de R\$ 82.787 mil decorrente de uma maior valorização do contrato de opção de venda com os acionistas minoritários da Companhia no Uruguai. Além disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía uma linha de crédito rotativo disponível para financiamento de curto prazo com o Banco Davivienda S.A., Banco de Bogotá S.A., Banco de Occidente S.A. e Itaú CorpBanca Colombia S.A. não desembolsadas, no valor de R\$ 981.156 mil. O uso dessas linhas de crédito depende das necessidades operacionais de caixa que variam de acordo com a sazonalidade das vendas.

Passivos com partes relacionadas

O passivo com partes relacionadas aumentou 20,39% ou R\$15.582 mil para R\$92.013 mil em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$76.431 mil a 31 de dezembro de 2020. O aumento no passivo com partes relacionadas decorre, principalmente, de um aumento de (i) R\$10.914 mil no contas a pagar à Greenyellow Energia de Colombia S.A.S, e (ii) R\$4.473 mil no contas a pagar às joint ventures em favor da Puntos Colombia S.A.S. decorrentes de pontos (acumulados) que foram emitidos em função da mudança do programa de fidelidade implementado pela Companhia.

Fornecedores e outras contas a pagar (circulante)

A conta de fornecedores e outras contas a pagar (circulante) aumentaram 1,66% ou R\$117.703 mil para R\$7.199.761 mil em 31 de dezembro de 2021 comparado a R\$7.082.058 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de: (i) R\$54.678 mil nas compras de ativos, (ii) R\$36.859 mil nos custos e despesas a pagar, e (iii) R\$17.724 mil nas contas a pagar dos funcionários devido por aumentos salariais. Estes aumentos foram parcialmente compensados pelo pagamento de R\$20.750 mil de impostos a pagar. Este aumento é explicado pela diminuição nos índices de pagamento a fornecedores e outros faturamentos (Contas a pagar a fornecedores e outros / Custo das vendas * 360 dias) de 11 dias para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, em comparação com 31 de dezembro de 2020, uma vez que a Companhia deu a seus fornecedores prazos de pagamento mais curtos. Ainda, a Companhia tem políticas de pagamento com seus fornecedores que, a ajuda a administrar a geração de caixa que cumpre com as leis aplicáveis em cada país em que opera.

Outros passivos (circulante)

Outros passivos (circulante) aumentaram 22,95% ou R\$56.845 mil para R\$304.583 mil em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$247.738 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de: (i) R\$46.162 mil referente a receitas recebidas antecipadamente de terceiros sobre venda de produtos, locações e alianças estratégicas, e (ii) R\$7.707 mil em programas de fidelização de clientes que estão relacionados com os saldos do cartão de fidelidade tanto nas operações uruguaias como nas argentinas. Dentro da estratégia de otimizar e melhorar os programas de fidelidade, a Companhia ainda terá aumentos nos saldos dos programas de fidelidade, bem como aumentos relacionados a adiantamentos recebidos de terceiros que beneficiarão a sua liquidez.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$3.299.911 mil contra R\$2.759.434 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 13,9% em 31 de dezembro de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2021 e 11,6% em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R\$540.477 mil ou 19,6%, decorreu de um aumento de R\$518.188 mil do passivo financeiro, R\$69.880 mil do passivo comercial e outras contas a pagar e R\$56.110 mil do passivo fiscal diferido e outros passivos não financeiros, compensado por uma redução de R\$90.052 mil do passivo de arrendamento, R\$6.476 mil de outras provisões, R\$2.775 mil de benefícios a empregados e R\$1.398 mil do passivo fiscal e outros passivos financeiros.

Empréstimos e financiamentos (não circulante)

Em 31 de dezembro de 2021 a conta empréstimos e financiamentos (não circulante) totalizou R\$ 1.040.143 mil, um aumento de 99,28% ou R\$ 518.188 mil para R\$ 1.040.143 mil, frente a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 521.955 mil. Esta variação decorre de um aumento no montante de R\$ 522.787 mil em empréstimos bancários, explicado, principalmente, por um refinanciamento do passivo financeiro circulante cuja titularidade foi estendida e classificada como passivo não financeiro. Isto foi compensado, majoritariamente, pela reclassificação para o passivo financeiro circulante de uma parcela dos empréstimos bancários cujo vencimento é inferior a 12 meses. A Companhia continuará a utilizar empréstimos bancários alinhados com as suas exigências específicas de caixa.

Fornecedores e outras contas a pagar (não circulante)

A conta de fornecedores e outras contas a pagar (não circulante) aumentaram R\$69.880 mil para R\$ 69.983 mil em 31 de dezembro de 2021 em comparação a R\$ 103 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorre, principalmente, de uma compra de computadores relacionada com a atualização de um software, cujo pagamento vencerá até 2027.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$11.253.129 mil, contra R\$11.209.196 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R\$43.933 mil ou 0,4%, deveu-se a um aumento de R\$413.242 mil de outros componentes do patrimônio líquido, R\$362.973 mil de lucros acumulados, R\$78.203 mil de reservas totais e uma diminuição de R\$601.001 de outros resultados abrangentes acumulados que resulta em um aumento de R\$253.417 mil do patrimônio líquido total da entidade controladora, compensado por uma diminuição de R\$209.484 mil de variações nas participações não controladoras.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$7.972.096 mil contra R\$6.587.909 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 33,6% em 31 de dezembro de 2021 e 33,8% em 31 de dezembro de 2020. Esta variação de R\$1.384.188 mil ou 21,0% decorreu de um aumento de R\$573.083 mil em estoques, R\$495.822 mil em caixa e equivalentes, R\$246.097 mil em créditos comerciais e outras contas a receber, R\$138.019 mil em ativos fiscais e R\$2.413 mil em despesas pagas antecipadamente, compensado por uma redução de R\$46.829 mil em outros ativos financeiros, R\$16.456 mil em ativos não correntes a venda e R\$7.961 mil em contas a receber de partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$3.647.534 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$495.822 mil ou 15,73%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em que totalizou R\$3.151.712 mil. Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de: (i) R\$462.744 mil em caixa e bancos, decorrentes de um aumento na geração de caixa de suas atividades comerciais, e (ii) R\$39.082 mil nos direitos fiduciários decorrentes de transferências de caixa e em bancos, que são movimentações normais na gestão do caixa e do ciclo operacional da Companhia, tendo em vista o aumento do caixa nas operações.

Contas a receber de clientes e outras contas a receber (corrente)

As contas a receber de clientes e outras contas a receber (circulante) totalizaram R\$713.344 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$246.097 mil ou 52,67% de R\$467.247 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de: (i) R\$80.250 mil nas contas a receber de clientes, (ii) R\$43.031 mil nas locadoras e revendas, (iii) R\$38.180 mil na venda de estoques de empreendimentos imobiliários pela venda do empreendimento imobiliário Montevideu, e (iv) de R\$30.795 mil nos serviços de transferência de dinheiro devido ao crescimento da demanda por serviços de transferência de dinheiro, principalmente em decorrência dos efeitos da pandemia da Covid-19.

Estoques

Os estoques aumentaram 24,52% ou R\$573.082 mil para R\$2.910.614 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$2.337.532 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre, principalmente, do aumento de R\$590.600 mil em estoques disponíveis para negociação, e parcialmente compensado pela redução de R\$31.942 mil nos estoques de empreendimentos imobiliários.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$15.720.117 mil em comparação com R\$12.918.805 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 66,4% em 31 de dezembro de 2021 e 66,2% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$2.801.312 mil ou 21,7%, principalmente devido a um aumento de R\$883.975 mil do ativo imobilizado, R\$716.752 mil de ágio, R\$391.313 mil de direitos de uso do ativo, R\$390.024 mil de propriedades para investimento, R\$146.333 mil de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, R\$137.311 mil de ativos fiscais diferidos, R\$91.828 mil de ativo intangível que não seja ágio e R\$26.719 mil de outros ativos financeiros.

Contas a receber de clientes e outras contas a receber (não circulante)

O contas a receber de clientes e outras contas a receber (não circulante) aumentaram 20,94% ou R\$8.834 mil, para R\$51.030 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$42.196 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de R\$4.550 mil em pagamentos de funcionários e empréstimos.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 18,69% ou R\$883.975 mil para R\$5.612.872 em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$4.728.897 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de: (i) R\$618.274 mil em edificações, (ii) R\$323.060 mil no pagamento de terrenos, (iii) R\$254.508 mil no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagamento de máquinas e equipamentos, (iv) R\$147.639 mil em móveis e utensílios, e (v) R\$140.630 mil em benfeitorias em imóveis de terceiros. No entanto, a depreciação acumulada aumentou R\$706.614 mil, compensando parcialmente os aumentos descritos acima.

Ágio

O ágio aumentou 19,89% ou R\$716.752 mil para R\$4.319.915 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$3.603.163 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento do ágio foi impulsionado, principalmente, por um aumento de: (i) R\$251.582 mil na Spice Investments Mercosur S.A., (ii) R\$235.011 mil na Carulla Vivero S.A., e (iii) R\$128.850 mil na Súper Ínter.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$9.723.583 mil, contra R\$7.263.774 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 37,2% em 31 de dezembro de 2020 e 33,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$2.459.809 mil ou 33,9%, decorreu de um aumento de R\$1.347.499 mil de dívidas comerciais e outras contas a pagar, R\$923.146 mil de empréstimos e financiamentos e R\$102.320 mil de outros passivos não financeiros, parcialmente compensado por uma diminuição de R\$23.181 mil de contas a pagar a partes relacionadas e R\$9.129 mil de outros empréstimos e financiamentos.

Empréstimos e financiamentos (circulante)

Os empréstimos e financiamentos (circulante) aumentaram 874,94% ou R\$468.418 mil para R\$521.955 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$53.537 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de: (i) R\$757.650 mil em empréstimos bancários, e (ii) R\$165.097 mil na opção de venda da Spice Investments Mercosur S.A.

Passivos com partes relacionadas

Os passivos com partes relacionadas diminuíram 23,27% ou R\$23.181 mil para R\$76.431 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$99.612 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre, principalmente, por menores dividendos pagos a acionistas no montante de R\$(41.482) mil, que foram parcialmente compensados pelo aumento de R\$12.148 mil nas contas a pagar à Puntos Colombia S.A.

Fornecedores e outras contas a pagar (circulante)

A conta de fornecedores e outras contas a pagar (circulante) aumentou 23,50% ou R\$1.347.499 mil para R\$7.082.058 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$5.734.559 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre, principalmente, por um aumento de: (i) R\$1.116.109 mil em contas a pagar a fornecedores, (ii) R\$82.441 mil em custos e despesas a pagar, e (iii) R\$79.400 mil em benefícios a empregados.

Outros passivos (circulante)

Outros passivos (circulante) aumentaram 70,36% ou R\$102.320 mil para R\$247.738 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$145.418 mil em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de: (i)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$91.778 mil referente a receita recebida antecipadamente de terceiros na venda de produtos, locações e alianças estratégicas, e (ii) R\$10.839 mil em programas de fidelização de clientes.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$2.59.434 mil, comparado a R\$1.857.029 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 11,6% em 31 de dezembro de 2020 e 9,5% em 31 de dezembro de 2019. Esta variação de R\$902.405 mil ou 48,6% decorreu de um aumento de R\$469.418 mil do passivo financeiro, R\$388.236 mil do passivo de arrendamento e R\$36.449 mil do passivo fiscal diferido, parcialmente compensado por uma redução de R\$1.663 mil de outras provisões e outros empréstimos e financiamentos.

Empréstimos e financiamentos (não circulante)

A conta de empréstimos e financiamentos (não circulante) aumentou 874,94% ou R\$468.418 mil para R\$521.955 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$53.537 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta variação decorre, principalmente, de um aumento de R\$471.558 mil em empréstimos bancários, fruto dos desembolsos de dois novos contratos bilaterais de crédito celebrados durante o ano de 2020.

Fornecedores e outras contas a pagar (não circulante)

A conta de fornecedores e outras contas a pagar (não circulante) diminuiu 26,43% ou R\$37 mil para R\$103 mil em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$140 mil em 31 de dezembro de 2019. As variações verificadas nesta conta não foram representativas.

Outros passivos (não circulante)

Outros passivos (não circulante) aumentaram 12,15% ou R\$100 mil para R\$923 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$823 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa mudança reflete a movimentação nos pagamentos antecipados de contratos e outros projetos.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$11.209.196 mil, comparado a R\$10.385.913 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R\$823.283 mil ou 7,9%, deveu-se a um aumento de R\$1.183.369 mil de outros resultados abrangentes acumulados, R\$198.579 mil de outros componentes do patrimônio líquido, R\$44.584 mil de lucros acumulados e uma diminuição de R\$885.285 mil das reservas totais, o que resulta em um aumento de R\$541.246 mil do patrimônio líquido total da entidade controladora e de R\$282.037 mil das variações das participações não controladoras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA**

<i>(Em milhares de R\$)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	1.932.100	1.355.511	577.183
Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de investimento	(690.493)	(395.195)	8.094.545
Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de financiamento	(1.082.902)	(1.117.132)	4.802.424

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020***Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais***

Nosso fluxo de caixa líquido das atividades operacionais aumentou 63,24%, passando de R\$1.355.511 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.932.100 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta mudança se deveu principalmente a um aumento no total do lucro operacional de R\$440.697 mil e um aumento de fornecedores e outras contas a pagar de R\$419.499 mil, compensados por um aumento nos estoques e nos créditos comerciais e outras contas a receber de R\$190.702 mil.

Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de investimento

Nosso caixa líquido usado nas atividades de investimento aumentou 74,72% para R\$690.493 mil, passando de R\$395.195 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta mudança se deve, principalmente, a: (i) aumento nos gastos com aquisição de imobilizado totalizando R\$475.179 mil, e (ii) aumento nos gastos relacionados à aquisição de propriedades de investimento totalizando R\$123.879 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de financiamento

Nosso fluxo de caixa líquido usado das atividades de financiamento diminuiu 3,1%, passando de R\$1.082.902 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.117.132 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação se deve, principalmente, a uma diminuição de R\$1.716.209 mil no aumento do passivo financeiro compensada por (i) uma redução nos pagamentos de dividendos de R\$1.202.846 mil, e (ii) uma redução de R\$503.763 mil no pagamento de empréstimos e financiamentos.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019***Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais***

Nosso fluxo de caixa líquido das atividades operacionais aumentou, passando de R\$577.183 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.355.511 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre, principalmente, da venda das operações brasileiras, de melhorias no capital de giro, incluindo um aumento nas contas a pagar a fornecedores de R\$1.485.661 mil e um aumento no comércio e contas a pagar de R\$1.799.648 mil. Além disso, devido à alienação de nossa participação detida na Via Varejo, os passivos circulantes detidos para venda diminuíram R\$2.725.562 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de investimento

Nosso fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento totalizou R\$395.195 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação a R\$8.094.545 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta mudança se deveu principalmente a uma diminuição do fluxo de caixa decorrente da perda de controle sobre as subsidiárias e outros negócios de R\$5.538.514 mil e a menores gastos de capital, que diminuíram R\$1.933.172 mil relacionados à menor aquisição de computadores, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e melhoria de propriedades de terceiros.

Fluxos de caixa líquidos usados em atividades de financiamento

Nosso fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$1.117.132 mil em comparação a R\$4.802.424 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta mudança se deveu principalmente a: (i) pagamento de dividendos de R\$1.639.247 mil, e (ii) pagamento de principal e juros de empréstimos e financiamentos totalizando R\$1.307.743 mil, parcialmente compensados pelas captações de empréstimos e financiamentos de R\$2.241.089 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes significativos da receita

Entendemos que a base de apoio para as receitas da Companhia, conseqüentemente suas operações, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi:

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2019	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Total Receitas Operacionais - Colômbia	18.740.872	77,0%	16.891.580	77,4%	14.124.066	76,8%
Total Receitas Operacionais - Argentina	1.752.127	7,2%	1.212.158	5,6%	1.166.823	6,3%
Total Receitas Operacionais - Uruguai	3.842.834	15,8%	3.719.699	17,0%	3.101.117	16,9%
Total das Receitas Operacionais - Consolidado	24.335.835	100,0%	21.823.437	100,0%	18.392.007	100,1%
Eliminações	(1.869)	0,0%	(4.585)	0,0%	(11.219)	(0,1)%
Total das Receitas - de Venda e/ou Serviços	24.333.964	100,0%	21.818.852	100,0%	18.380.788	100,0%

Para mais detalhes sobre mudanças nas receitas, vide o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Para informações sobre fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(b) Mudanças nas receitas atribuíveis a mudanças nos preços, taxas de câmbio, inflação, mudanças nos volumes e introdução de novos produtos e serviços

Historicamente, a Companhia verificou variações e efeitos negativos nos custos dos seus produtos. Tais variações podem ser causadas por alterações na legislação fiscal, que afetaram o setor em que a Companhia atua, greves nacionais, por flutuações na taxa de câmbio, preços de mercadorias, taxa de inflação ou nas taxas de juros, bem como por flutuações nos produtos alimentares e não alimentares.

As vendas consolidadas no varejo cresceram 10,3% ou R\$2.165.270 mil, sendo 9,4% na Colômbia, 44,2% na Argentina e 3,3% no Uruguai. Em pesos colombianos as vendas a varejo cresceram 5,5%, refletindo uma desvalorização de 3,6% do peso colombiano frente ao Real com base na taxa de câmbio média. O aumento das vendas a varejo na Argentina acompanhou a taxa de inflação de 50,9% ao ano no país.

O segmento não-alimentar apresentou um aumento nas receitas líquidas de 18,7% durante o ano de 2021, liderado pela operação colombiana, que aumentou 18,6%, enquanto que as operações na Argentina aumentaram 47,5% e no Uruguai 9,3%, representando um aumento acima das taxas de inflação desses países. O desempenho do segmento não-alimentar é impulsionado, principalmente, pelo setor vestuário, que se recuperou após a

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

mudança no comportamento do consumidor durante a pandemia e do setor eletrônico, como resultado da isenção fiscal decretada pelo governo colombiano que incentivou a compra deste tipo de produto. O segmento não-alimentar aumentou sua participação nas vendas totais no varejo de 23,5% em 2020 para 25,1% em 2021.

O segmento alimentício aumentou em 5,5% em 2021, liderado pela operação colombiana com um aumento de 5,4% (R\$604.599 mil), seguido pela Argentina com um aumento de 53,2% (R\$11.823 mil) e pelo Uruguai com um aumento de 5,0% (R\$1.843 mil).

O aumento do volume das vendas consolidadas no varejo decorre de um aumento de 6,0% no número de tickets durante o ano de 2021 e um aumento de 4,0% na média de tickets durante este mesmo período. O número de tickets aumentou 8,2% e 6,4% na Colômbia e na Argentina, respectivamente, impulsionado, principalmente, pelo encerramento da maioria das restrições impostas com a pandemia da COVID, o que resultou em maior mobilidade, tráfego e frequência de consumidores nas lojas. Com isso, o ticket médio de vendas aumentou 1,1%, 35,5% e 8,0% na Colômbia, na Argentina e no Uruguai, respectivamente.

Durante o ano de 2021, a Companhia abriu, renovou e converteu 57 lojas. Destas lojas, 51 estão localizadas na Colômbia e foram abertas ou transformadas em formatos inovadores, tais como Exito Wow, Carulla FreshMarket e Surtimayorista, o que resultou em um aumento de 33,3% das vendas na Colômbia.

O desenvolvimento dos canais de Omnichannel contribuiu com o desempenho das vendas e a introdução de novos produtos. Os canais digitais alcançaram uma participação total de vendas de 9,9%, sendo os mais relevantes para a Colômbia, com vendas totais de mais de R\$ 2.100 mil, representando 11,9% de participação nas vendas da Companhia.

Para informações sobre o impacto das mudanças nos preços, taxas de câmbio, inflação, mudanças nos volumes e introdução de novos produtos e serviços, vide o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(c) Impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e taxa de juros sobre o resultado operacional e financeiro do emissor

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia são afetados pelas condições macroeconômicas na Colômbia, Uruguai e Argentina, incluindo taxas de inflação, taxas de juros, crescimento do PIB, taxas de emprego, níveis salariais, confiança do consumidor e disponibilidade de crédito.

Ambiente macroeconômico colombiano

No segundo semestre de 2021, quando a vacinação da população colombiana contra a COVID-19 avançou e as restrições de mobilidade no país começaram a afrouxar, a economia colombiana mostrou uma rápida e sólida melhora econômica apesar do impacto da agitação social e dos protestos, tornando-se uma das economias com melhor desempenho na América Latina em 2021. O desemprego diminuiu para 13,7% em 2021 em comparação com 15,9% em 2020, o PIB cresceu 10,6% até o final do ano. Entretanto, os níveis de inflação permaneceram altos em 5,6% em comparação com 1,6% em 2020, impulsionados principalmente pelos preços dos alimentos, que aumentaram 17,2%. Para controlar a tendência inflacionária, o Banco Central aumentou as taxas em 125 pontos base para 3,0% até o final do ano 2021 em comparação com 1,75% até o final do ano 2020.

A tabela seguinte apresenta dados sobre o crescimento real do PIB, inflação e taxas de juros na Colômbia, e a taxa de câmbio Peso colombianos/dólar americano para os períodos indicados:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**

Colômbia (%)	2021	2020	2019
Crescimento do PIB	10,6	(6,8)	3,3
Inflação	5,6	1,6	3,8
Varição anual da IPP ¹	26,6	(0,9)	6,1
Desemprego	13,7	15,9	10,5
DTF fim de ano ²²	3,2	1,9	4,5
IBR fim de ano ³	3,5	1,7	4,3

Fonte: DANE para crescimento do PIB, inflação, variação anual IPP e desemprego; Banco Central Colombiano para DTF e IBR

Índice de preços ao produtor

² Taxa anual de depósito a prazo (Depósito a Término Fijo, ou DTF)

³ Taxa Interbancária de Referência Colombiana (*Interés Bancario de Referencia*, or IBR) fim do ano. Esta taxa de referência foi calculada e publicada pela primeira vez em 2008.

Ambiente macroeconômico uruguaio

O fraco desempenho da economia uruguaia começou a melhorar gradualmente no último trimestre de 2021, principalmente devido ao levantamento das restrições relacionadas à COVID-19, o que resultou em um aumento da atividade turística no Uruguai. O PIB uruguaio aumentou 4,4% em 2021, refletindo uma recuperação da economia durante o segundo semestre de 2021. A taxa de desemprego no Uruguai diminuiu de 10,5% em 2020 para 7,0% em 2021. A taxa de inflação no Uruguai diminuiu de 9,4% em 2020 para 8,0% em 2021. O fraco contexto macroeconômico e de consumo no Uruguai melhorou gradualmente no último trimestre de 2021, beneficiando-se com o início de uma temporada de verão mais dinâmica, dada sua importante contribuição para o resultado do país.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de

Uruguai (%)	2021	2020	2019
Crescimento do PIB	4,4	(5,9)	0,4
Inflação	8,0	9,4	8,8
Varição anual da IPP ¹	20,7	3,6	20,1
Desemprego	7,0	10,5	8,5

Fonte: INE (Instituto Nacional de Estadística de Uruguay) para Crescimento do PIB, inflação, variação anual IPP e desemprego; Banco Central do Uruguai para Crescimento do PIB 2021

Índice de preços ao produtor

Ambiente macroeconômico argentino: A economia argentina mostrou sinais graduais de recuperação durante o terceiro trimestre de 2021, resultando em um aumento anual do PIB de 10,3%. Entretanto, a taxa de inflação permaneceu alta em 2021, atingindo 50,9%,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

com um aumento de 54,1% nos preços dos alimentos em relação a 2020. O levantamento das restrições de mobilidade na Argentina levou ao aumento do tráfego nas lojas e galerias comerciais, resultando em um aumento de 14,8% nas vendas no varejo no país em 2021, de acordo com a Confederação Argentina de Empresas de Médio Porte (*Confederación Argentina de la Mediana Companhia - CAME*).

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

Argentina (%)	2021	2020	2019
Crescimento do PIB	10,3	(9,9)	(2,2)
Inflação	50,9	36,1	53,8
Varição anual da IPP ¹	50,0	40,3	58,0
Desemprego	7,0	11,0	8,9

Fonte: INDEC (Instituto Nacional de Estadística y censos de la República de Argentina)

Índice de preços ao produtor

Varição cambial: O Peso colombiano tem experimentado historicamente variações frequentes e substanciais em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras. O Peso colombiano depreciou-se em relação ao dólar americano em 8,9% em 2018, 0,8% em 2019, 4,7% em 2020 e 16,0% em 2021. A depreciação do Peso colombiano em relação ao dólar americano pode criar pressões inflacionárias na Colômbia e causar aumentos nas taxas de juros, o que afeta negativamente o crescimento da economia colombiana como um todo, restringe o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e pode provocar intervenções governamentais, incluindo políticas governamentais recessivas. A depreciação do Peso colombiano em relação ao dólar americano também levou, inclusive no contexto de uma desaceleração econômica, à diminuição dos gastos dos consumidores, a pressões deflacionárias e à redução do crescimento da economia como um todo. A depreciação também reduziria o valor em dólares americanos das distribuições e dividendos e o equivalente em dólares americanos do preço comercial de nossos ADSs e nossas ações ordinárias. Como resultado, podemos ser materialmente e adversamente afetados pelas variações da taxa de câmbio Peso colombiano/dólar norte-americano.

O peso uruguaio depreciou-se em relação ao dólar americano em 15,1% em 2019, 13,7% em 2020 e 5,4% em 2021. A eficácia da política monetária no país pode ser uma preocupação, dada a economia fortemente dolarizada.

Para mais informações sobre os impactos da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e taxa de juros no resultado operacional e financeiro do emissor, vide o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos reais e esperados relevantes sobre as demonstrações contábeis

(a) Introdução ou descarte de um segmento operacional

Em 28 de novembro de 2019 vendemos nossa participação na Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") ao Casino Guichard Perrachon S.A., nosso proprietário beneficiário de controle, concomitantemente através de uma oferta pública de aquisição, a CBD adquiriu uma participação de 96,57% em nós.

Para mais informações sobre a alienação da CBD, consulte a seção 15.7 deste Formulário de Referência.

(b) Incorporação, aquisição ou alienação de participação societária

Em 28 de novembro de 2019, no âmbito do processo de simplificação da estrutura acionária do Grupo Casino nas suas operações na América Latina, a Companhia vendeu a sua participação na Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") ao Casino Guichard Perrachon S.A. ("Casino"), acionista controlador indireto da Companhia. A aquisição foi realizada de acordo com os seguintes termos:

(i) O Casino adquiriu 50% das ações emitidas e em circulação da Segisor, acionista da CBD;

(ii) O preço de compra da Segisor foi fixado em R\$ 113,00 por ação da CBD, subtraída a dívida financeira líquida da Segisor e da Wilkes Participações S.A. reportada em 28 de novembro de 2019; e

(iii) O preço de compra foi convertido para USD utilizando a taxa de câmbio média dos 30 dias de calendário que terminam no 5º dia de calendário anterior ao fechamento.

Além das condições acima expostas, o contrato incluía um preço equivalente a 80% de qualquer diferença de preço potencial acima de R\$113,00 por ação da CBD em caso de transferência, direta ou indireta, para terceiros da totalidade ou parte dos 49,8 milhões de ações da CBD adquiridas à Companhia no prazo de 15 meses após a data de fechamento da transação.

Para informações sobre a criação, aquisição ou alienação de participações em nossa Companhia e em nossas empresas do grupo, consulte a subseção 15.7 deste Formulário. Os efeitos de nossas aquisições são discutidos na subseção 10.1(f) deste Formulário.

(c) Eventos ou operações incomuns

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram eventos ou operações incomuns.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos reais e esperados relevantes sobre as demonstrações contábeis

(a) Introdução ou descarte de um segmento operacional

Em 28 de novembro de 2019 vendemos nossa participação na Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") ao Casino Guichard Perrachon S.A., nosso proprietário beneficiário de controle, concomitantemente através de uma oferta pública de aquisição, a CBD adquiriu uma participação de 96,57% em nós.

Para mais informações sobre a alienação da CBD, consulte a seção 15.7 deste Formulário de Referência.

(b) Incorporação, aquisição ou alienação de participação societária

Em 28 de novembro de 2019, no âmbito do processo de simplificação da estrutura acionária do Grupo Casino nas suas operações na América Latina, a Companhia vendeu a sua participação na Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") ao Casino Guichard Perrachon S.A. ("Casino"), acionista controlador indireto da Companhia. A aquisição foi realizada de acordo com os seguintes termos:

(i) O Casino adquiriu 50% das ações emitidas e em circulação da Segisor, acionista da CBD;

(ii) O preço de compra da Segisor foi fixado em R\$ 113,00 por ação da CBD, subtraída a dívida financeira líquida da Segisor e da Wilkes Participações S.A. reportada em 28 de novembro de 2019; e

(iii) O preço de compra foi convertido para USD utilizando a taxa de câmbio média dos 30 dias de calendário que terminam no 5º dia de calendário anterior ao fechamento.

Além das condições acima expostas, o contrato incluía um preço equivalente a 80% de qualquer diferença de preço potencial acima de R\$113,00 por ação da CBD em caso de transferência, direta ou indireta, para terceiros da totalidade ou parte dos 49,8 milhões de ações da CBD adquiridas à Companhia no prazo de 15 meses após a data de fechamento da transação.

Para informações sobre a criação, aquisição ou alienação de participações em nossa Companhia e em nossas empresas do grupo, consulte a subseção 15.7 deste Formulário. Os efeitos de nossas aquisições são discutidos na subseção 10.1(f) deste Formulário.

(c) Eventos ou operações incomuns

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram eventos ou operações incomuns.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfase da matéria no relatório do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios, nem no exercício atual.

(b) Efeitos significativos das mudanças nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios, nem no exercício atual.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios foram emitidos sem ressalvas, bem como para o exercício atual.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração de nossas demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB, requer que a administração faça julgamentos, estimativas e suposições para quantificar algumas das receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de contas ativas, assim como a divulgação de passivos contingentes, no final do período de relatório. Entretanto, a incerteza sobre essas suposições e estimativas poderia resultar em resultados que exigissem um ajuste material no valor contábil dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros. Basicamente, tais estimativas se referem a:

- As premissas utilizadas para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros;
- A avaliação dos ativos financeiros para identificar as perdas por deterioração;
- A vida útil do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis;
- As variáveis utilizadas e as premissas utilizadas para avaliar e definir os indicadores de perda por desvalorização de ativos não financeiros;
- Variáveis utilizadas para avaliar e determinar as perdas de inventário e obsolescência;
- As premissas atuariais usadas para estimar os benefícios de aposentadoria e os passivos de benefícios de longo prazo dos funcionários, tais como taxa de inflação, taxa de mortalidade, taxa de desconto e a possibilidade de aumentos salariais futuros;
- A taxa de desconto utilizada para estimar os passivos de arrendamento e o direito de uso do ativo;
- A probabilidade de ocorrência e o valor dos passivos que servem como base para reconhecer provisões relacionadas a processos judiciais e reestruturações empresariais;
- As premissas utilizadas para reconhecer os passivos decorrentes do programa de fidelidade do cliente;
- A probabilidade de realização de lucros futuros para reconhecer ativos fiscais diferidos;
- A técnica de avaliação aplicada para determinar os valores justos de elementos em combinações de negócios;
- A vida útil estimada para depreciação do direito de uso do ativo; as hipóteses utilizadas no cálculo das taxas de crescimento nos contratos de arrendamento registrados como ativo de direito de uso, e as variáveis utilizadas para mensurar os passivos do arrendamento.

Tais estimativas são baseadas nas melhores informações disponíveis a respeito dos fatos analisados na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o que pode resultar em mudanças futuras em virtude de situações potenciais que podem ocorrer e resultariam no seu reconhecimento prospectivo; esta situação seria tratada como uma mudança nas estimativas contábeis em demonstrações financeiras futuras.

Discutimos abaixo as principais suposições e julgamentos relativos ao futuro e outras fontes chave de estimativas incertas na data do relatório que têm um risco significativo de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

causar um impacto material nos valores contábeis de ativos ou passivos dentro do próximo exercício financeiro.

Para mais detalhes sobre políticas contábeis críticas e nossa adoção de novas normas contábeis, tais como IFRS 16, veja as notas 2, 4 e 5 de nossas demonstrações contábeis consolidadas, incluídas em outros pontos deste relatório anual.

Medição do justo valor

O valor justo é o preço a ser recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo sob uma transação ordenada realizada pelos participantes do mercado na data da medição. As medições do justo valor são realizadas utilizando uma hierarquia de justo valor que reflete a importância dos insumos utilizados para determinar as medições:

- Com base nos preços (não ajustados) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).
- Com base em modelos de avaliação comumente aplicados pelos participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos (nível 2).
- Aplicando variáveis estimadas não perceptíveis para ativos ou passivos, com base nos modelos de avaliação próprios da Matriz e de suas subsidiárias (nível 3).

Opções de venda concedidas aos detentores de participações não-controladoras

Reconhecemos os acordos de opção de venda firmados com os detentores de participações não-controladoras em subsidiárias de acordo com a IAS 32 "Instrumentos Financeiros": Apresentação". Os passivos decorrentes destes acordos, relacionados às subsidiárias consolidadas pelo método de integração global, são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor justo.

Ativos intangíveis

Refere-se a ativos não-monetários identificáveis, sem substância física, controlados por nós como resultado de eventos passados e dos quais são esperados benefícios econômicos futuros.

Um ativo intangível é reconhecido como tal onde quer que o item seja identificável, divisível e que trará benefícios econômicos futuros. Ele é identificável onde quer que o ativo seja divisível ou surja de direitos. Um ativo é controlável se a Companhia tiver o poder de controlar os benefícios econômicos futuros associados ao ativo. Ativos intangíveis adquiridos sob uma combinação de negócios são reconhecidos como fundo de comércio onde quer que não atendam a estes critérios. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são reconhecidos inicialmente pelo custo, e os ativos intangíveis adquiridos sob uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo. As marcas comerciais geradas internamente não são reconhecidas na demonstração da posição financeira.

O custo dos ativos intangíveis inclui o custo de aquisição, direitos de importação, impostos indiretos não recuperáveis e custos incorridos diretamente para levar o ativo ao local e condições de uso previstas pela administração, após descontos comerciais e abatimentos, se houver.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas estão sujeitos a testes de imparidade, anualmente ou onde quer que haja indicação de imparidade. Ativos intangíveis, Direitos, Marcas e Ágios, considerados por nós como tendo vida útil indefinida, com base na ausência de um limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos líquidos de caixa. Os ativos intangíveis com vida útil definida são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

amortizados usando o método linear ao longo de sua vida útil estimada. As vidas úteis mais significativas são:

- | | |
|--|------------------|
| • Software adquirido | Entre 3 e 5 anos |
| • Software adquirido semelhante ao ERP | Entre 5 e 8 anos |

Os ativos intangíveis são posteriormente mensurados usando o modelo de custo, e a amortização em função da vida útil estimada e as perdas por deterioração são deduzidas do montante inicialmente reconhecido. O efeito da amortização e potenciais perdas por deterioração é levado ao resultado do período, a menos que a amortização tenha sido contabilizada como um valor mais alto na construção ou produção de um novo ativo.

Um ativo intangível é desreconhecido quando de sua venda ou onde quer que não se espere benefício econômico futuro do uso ou disposição do mesmo. O ganho ou perda do desreconhecimento de um ativo é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. Tal efeito é reconhecido nos resultados do período. Os valores residuais, vidas úteis e métodos de amortização são revisados no encerramento de cada período anual e as mudanças, se houver, são aplicadas prospectivamente.

Imobilizado

O nome imobilizado é dado a todos os nossos ativos tangíveis detidos para uso na produção ou na produção ou fornecimento de bens e serviços, ou para fins administrativos, e que se espera que sejam utilizados durante mais de um período, ou seja, mais de um ano, e que satisfaçam as seguintes condições:

- É provável que obtenhamos benefícios econômicos futuros com este ativo;
- O custo pode ser medido com precisão;
- Temos todos os riscos e benefícios decorrentes do uso ou da posse do ativo; e
- Seu custo individual de aquisição excede 50 UVT (Tax-Value Units), exceto para aqueles ativos definidos pela administração que estão relacionados ao objetivo central do negócio, e há interesse em controlá-los, uma vez que a Matriz e suas subsidiárias adquirem tais ativos frequentemente e em valores significativos.

O imobilizado é inicialmente medido pelo custo; posteriormente, é medido pelo custo menos a depreciação acumulada e menos as perdas por imparidade acumuladas. O custo de imobilizado inclui o custo de aquisição, impostos de importação, impostos indiretos não recuperáveis, custos futuros de desmontagem, se houver, custos de empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificado e os custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e condições de uso previstas pela administração, líquidos de descontos comerciais e abatimentos.

Os custos incorridos para expansão, modernização e melhorias que aumentam a produtividade, capacidade ou eficiência, ou um aumento na vida útil do ativo, são transportados como um valor maior do ativo. Os custos de manutenção e reparos dos quais não se prevê benefício futuro são levados aos resultados do período. Os terrenos e edifícios são considerados como ativos individuais, onde quer que seja viável do ponto de vista técnico a separação material e física, mesmo que tenham sido adquiridos em conjunto. As construções em andamento são transferidas para ativos operacionais após a conclusão da construção ou início da operação e depreciadas a partir desse momento.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A vida útil do terreno é ilimitada e, conseqüentemente, não é depreciada. Todos os outros itens de imobilizado são depreciados usando o método linear ao longo de sua vida útil estimada, considerando o valor residual nulo.

Os grupos de imobilizado e vidas úteis relevantes são os seguintes:

Ativos de baixo valor	3 anos
Computadores	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	De 10 a 20 anos
Móveis e equipamentos de escritório	De 10 a 12 anos
Outros equipamentos de transporte	De 5 a 20 anos
Armamento da equipe de vigilância	10 anos
Edifícios	De 40 a 50 anos
Benfeitorias	40 anos ou o prazo do contrato de arrendamento ou o restante do prazo do arrendamento, o que for menor

Estimamos a depreciação por componentes, o que significa aplicar a depreciação individual aos componentes de um ativo com vidas úteis que são diferentes do ativo como um todo e tem um custo material em relação ao ativo fixo inteiro. O custo é considerado material quando o componente excede 50% do valor total do ativo, ou quando pode ser identificado individualmente, com base em um custo individual do componente de 32 Salários-Mínimos Mensais Legais em vigor (SMMLV). Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período anual, e as mudanças, se houver, são aplicadas prospectivamente. Um item de imobilizado é desreconhecido quando de sua venda ou onde quer que nenhum benefício econômico futuro seja esperado do uso ou disposição do mesmo. O ganho ou perda do desreconhecimento de um ativo é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. Tal efeito é reconhecido nos resultados do período.

Propriedade de investimento

É propriedade detida para obter receita ou ganhos de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para uso administrativo ou venda no curso normal dos negócios. Esta categoria inclui os shoppings centers e outros bens de nossa propriedade. As propriedades de investimento são inicialmente medidas pelo custo, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, elas são avaliadas pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas.

As propriedades de investimento são depreciadas usando o método linear ao longo da vida útil estimada, considerando o valor residual nulo. A vida útil estimada para depreciar edifícios classificados como propriedade de investimento é de 40 a 50 anos.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando de sua venda ou onde quer que não se espere benefício econômico futuro do uso ou disposição das mesmas. O ganho ou perda do desreconhecimento das propriedades de investimento é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. O efeito é levado à renda durante o período em que o ativo foi desreconhecido.

Os justos valores das propriedades de investimento são atualizados anualmente para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.

Ativos do direito de uso

Ativos do direito de uso são ativos que representam nosso direito como locatários de usar um ativo subjacente durante o prazo de um contrato de arrendamento. Eles são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

inicialmente medidos pelo custo, que inclui o valor presente dos pagamentos sob o contrato de arrendamento descontados à nossa taxa incremental de empréstimos, mais os custos indiretos incorridos sob o contrato de arrendamento, mais uma estimativa dos custos necessários para desmontar o ativo subjacente após o término do contrato de arrendamento. Posteriormente, eles são mensurados pelo custo menos a depreciação acumulada e menos as perdas por deterioração acumuladas, mais os ajustes das medidas das obrigações do contrato de arrendamento relevantes para o direito de uso do ativo.

As vidas úteis do ativo do direito de uso são definidas pelos termos irrevogáveis dos contratos de arrendamento que cobrem os ativos subjacentes juntamente com os períodos cobertos por uma opção para estender o prazo ou uma opção para rescindir o contrato de arrendamento.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No encerramento de cada período anual, avaliar se há indicação de que o valor de um ativo possa estar deteriorado. Ativos com vida útil definida estão sujeitos à perda por redução ao valor recuperável, desde que haja evidência objetiva de que, como resultado de um ou mais eventos subsequentes ao reconhecimento inicial, o valor contábil dos mesmos não pode ser recuperado, total ou parcialmente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não sujeitos à amortização são testados para perda por redução ao valor recuperável no encerramento de cada ano, exceto para aqueles ativos intangíveis vinculados a uma combinação de negócios ainda em período de medição onde a pesquisa de alocação do preço de compra não foi concluída.

Os indicadores de Perda por redução ao valor recuperável, conforme definido por nós, além das fontes externas de dados (ambiente econômico e o valor de mercado dos ativos, entre outros), são baseados na natureza dos ativos:

- Ativos móveis vinculados a uma unidade geradora de caixa: relação entre o valor contábil líquido dos ativos relacionados a cada loja e o valor de venda (IVA incluído). Caso esta proporção seja superior à porcentagem definida para cada formato, então há indicação de perda por redução ao valor recuperável;
- Imóveis: comparação do valor contábil líquido dos ativos com o valor de mercado dos mesmos.

Para avaliar perdas por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no nível de unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa, conforme aplicável, e é feita uma estimativa do valor recuperável dos mesmos. A Matriz e suas subsidiárias definiram cada loja ou cada loja como uma unidade geradora de caixa individual. Em relação ao fundo de comércio, as unidades geradoras são agrupadas com base na marca, que representa o menor valor ao qual o fundo de comércio é monitorado.

O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos de venda da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa e o valor em uso. Este valor recuperável é estimado para um ativo individual, a menos que tal ativo não gere nenhum fluxo de caixa independentemente dos fluxos de caixa obtidos por outros ativos ou grupos de ativos.

Perda por redução ao valor recuperável é reconhecida com encargos ao período resulta no montante do excesso do valor contábil do ativo sobre o valor recuperável do mesmo, reduzindo primeiro o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa; caso haja um saldo remanescente, reduzindo todos os outros ativos da unidade geradora de caixa ou grupo de unidades em função do valor contábil de cada ativo até que tal valor contábil atinja zero.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Para determinar o valor justo menos os custos de venda, um modelo de preço é usado de acordo com a unidade ou grupos de unidades geradoras de caixa, caso possa ser estabelecido. Para avaliar o valor que utilizamos:

- Estimativa dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa durante um período não superior a cinco anos. Os fluxos de caixa além do período previsto são estimados pela aplicação de uma taxa de crescimento constante ou decrescente.
- O valor terminal é estimado aplicando uma taxa de crescimento perpétuo, de acordo com o fluxo de caixa previsto no final do período explícito.
- Os fluxos de caixa e o valor terminal são descontados ao valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que corresponde às taxas de mercado pendentes que refletem o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos particulares ligados à unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa.

Avaliamos se a perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida não existe mais ou diminuiu; em tais eventos, o valor contábil da unidade ou grupos de unidades geradoras de caixa é aumentado para a estimativa revisada do valor recuperável, sem exceder o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda anterior por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. Tal reversão é reconhecida como receita no resultado do período, exceto para os ágios cuja perda por redução ao valor recuperável não é revertida.

Estoques

Os estoques incluem bens adquiridos com o propósito de serem vendidos no curso normal dos negócios, bens em processo de fabricação ou construção com vistas a tal venda e bens a serem consumidos no processo de produção ou prestação de serviços.

A Matriz e suas subsidiárias avaliam se as perdas por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecidas no estoque não existem mais ou diminuíram; nestes eventos, o valor contábil dos estoques é o menor do custo e do valor líquido realizável. Esta reversão é reconhecida como uma diminuição na perda por redução ao valor recuperável.

Fazemos uma estimativa da obsolescência e da perda ao valor recuperável, com base na idade dos estoques, mudanças nas condições de fabricação e venda, regulamentos comerciais, probabilidade de perda e outras variáveis que afetam o valor recuperável.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando nos tornamos parte, de acordo com os termos e condições do instrumento. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, subsequente mensurados por:

- Valor justo por meio de resultado;
- Custo amortizado, e
- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes.

A classificação depende do modelo de negócio utilizado para administrar os ativos financeiros e das características dos fluxos de caixa do ativo financeiro; tal classificação é definida no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são classificados como ativos circulantes, se vencerem em menos de um ano; caso contrário, são classificados como ativos não circulantes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ativos financeiros medidos em valor justo pelos lucros ou perdas incluem ativos financeiros incorridos principalmente buscando administrar a liquidez através de vendas frequentes do instrumento. Esses instrumentos são medidos pelo valor justo e as variações de valor são levadas à renda no momento de sua ocorrência.

Os ativos financeiros medidos ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos conhecidos e datas de vencimento fixas, para os quais existe a intenção e a capacidade de cobrar os fluxos de caixa do instrumento sob um contrato. Esses instrumentos são medidos ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é estimado pela adição ou dedução de qualquer prêmio ou desconto, receita ou custo incremental, durante o restante da vida útil do instrumento. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas pela amortização ou se houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Estes ativos financeiros são apresentados como ativos não circulantes, com exceção daqueles com vencimento em menos de 12 meses a partir da data da demonstração da posição financeira.

Ativos financeiros com valor justo por outras receitas abrangentes representam investimentos de renda variável não mantidos para negociação nem considerados como uma contrapartida contingente do adquirente em uma combinação de negócios. Com relação a esses investimentos, no reconhecimento inicial foi tomada a decisão irrevogável de apresentar os ganhos ou perdas em outras receitas abrangentes com base em uma mensuração subsequente a valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da nova mensuração em valor justo são reconhecidos em outras receitas abrangentes até que o ativo seja desreconhecido. Neste caso, os ganhos e perdas reconhecidos anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para lucros retidos. Estes ativos financeiros são incluídos como ativos não circulantes a menos que a intenção seja alienar o investimento dentro de 12 meses a partir da data da demonstração da posição financeira.

Um ativo financeiro, ou uma parte dele, é desreconhecido quando de sua venda, transferência, expiração ou perda de controle sobre os direitos contratuais ou sobre os fluxos de caixa do instrumento. Quando substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade nos são retidos, um ativo financeiro continua sendo reconhecido na demonstração da posição financeira pelo seu valor total.

O método dos juros efetivos é o método para estimar o custo amortizado de um ativo financeiro e a alocação da receita de juros durante todo o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa líquidos futuros estimados a receber (incluindo todos os encargos e receitas recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, custos de transação e outras recompensas ou descontos), durante a vida útil esperada de um ativo financeiro.

Dado que as contas a receber de clientes e outras contas a receber são consideradas como contas a receber de curto prazo de menos de 12 meses a partir da data de emissão e não contendo um componente financeiro significativo, a perda por redução ao valor recuperável é estimada a partir do reconhecimento inicial e em cada data de apresentação como a perda esperada para os 12 meses seguintes. Para ativos financeiros que não aqueles mensurados ao valor justo, as perdas esperadas são medidas ao longo da vida útil do ativo relevante. Para este fim, é determinado se o risco de crédito decorrente do ativo avaliado individualmente aumentou significativamente, comparando-se o risco de inadimplência na data de apresentação com o risco na data de reconhecimento inicial; se assim for, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no período resulta no valor das perdas de crédito esperadas nos 12 meses seguintes.

Empréstimos e contas a receber são ativos financeiros emitidos ou adquiridos em troca de dinheiro, bens ou serviços entregues a um devedor. As contas a receber de operações de venda são medidas pelos valores das faturas menos a perda acumulada por redução ao

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

valor recuperável de perdas. Essas contas a receber são reconhecidas quando todos os riscos e benefícios foram transferidos a terceiros e todas as obrigações de desempenho acordadas com o cliente foram cumpridas ou estão em processo de serem cumpridas.

Empréstimos de longo prazo (mais de um ano da data de emissão) são avaliados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos sempre que os valores envolvidos forem materiais. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração de lucros ou perdas.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando nos tornamos parte, de acordo com os termos e condições do instrumento. Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros com valor justo através de lucros ou perdas e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros medidos pelo valor justo pelo lucro ou prejuízo são mantidos para negociação ou quando no reconhecimento inicial são designados pelo valor justo através do lucro ou prejuízo.

Os passivos financeiros medidos pelo custo amortizado incluem empréstimos recebidos e títulos emitidos, que são inicialmente medidos pelo valor real recebido líquido dos custos de transação e posteriormente medidos pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos, reconhecendo a despesa com juros baseada na lucratividade efetiva.

Um passivo financeiro ou parte dele é desreconhecido quando da liquidação ou vencimento da obrigação contratual.

O método de juros efetivos é o método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e a alocação das despesas com juros ao longo do período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta com precisão os fluxos de caixa futuros estimados a pagar durante a vida esperada de um passivo financeiro, ou, conforme apropriado, um período mais curto sempre que uma opção de pré-pagamento estiver associada ao passivo e for provável que ela seja exercida.

Derivativos incorporados

Implementamos um procedimento que permite avaliar a existência de derivativos embutidos em contratos financeiros e não financeiros. Caso exista um derivado embutido, e se o acordo principal não for contabilizado com valor justo, o procedimento define se as características e riscos do mesmo não estão intimamente relacionados com o acordo principal, caso em que é necessário reservar separadamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos com valor justo, tanto inicialmente quanto posteriormente. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos financeiros quando seu valor justo envolve um direito, e como passivos financeiros quando seu valor justo envolve uma obrigação.

O justo valor desses instrumentos é estimado na data de encerramento da apresentação das demonstrações contábeis.

Os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo dos instrumentos derivativos são reconhecidos diretamente na demonstração de resultados, exceto aqueles mantidos sob contabilidade de hedge e considerados como hedge de fluxo de caixa ou hedge de investimento líquido no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As transações com derivativos envolvem forwards e swaps, visando reduzir o risco de mercado de ativos e passivos, utilizando as melhores estruturas de hedge disponíveis no mercado, sendo capazes de estabilizar os fluxos de caixa do serviço da dívida.

Quanto aos forwards, a intenção é administrar o risco cambial, e quanto aos swaps, administrar adicionalmente o risco de taxa de juros em moeda estrangeira. Os efeitos de ambos, instrumentos financeiros derivativos e elementos cobertos são reconhecidos na demonstração de resultados sob a rubrica de resultados financeiros líquidos.

Mesmo que seja verdade que não utilizamos instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos, nessas demonstrações contábeis tais derivativos não foram considerados instrumentos de hedge, uma vez que não atendem aos requisitos estabelecidos pelas Normas Internacionais de Informação Financeira.

Os contratos forward e swap que atendem aos requisitos de contabilidade de hedge são reconhecidos de acordo com a política de contabilidade de hedge.

Os derivativos financeiros são medidos pelo valor justo utilizando técnicas de avaliação financeira baseadas em fluxos de caixa descontados. As variáveis utilizadas para avaliação são as taxas de câmbio em vigor na data de avaliação aplicável às moedas acordadas no instrumento e as taxas de juros associadas a ele.

Contabilidade de hedge

Realizamos transações de hedge sob contratos a termo e de swap, para cobrir os riscos associados às mudanças nas taxas de câmbio aplicáveis a seus investimentos e nas taxas de câmbio e de juros aplicáveis a seus passivos.

Os instrumentos de hedge são medidos pelo valor justo e a contabilidade de hedge somente será utilizada se:

- A relação de cobertura foi claramente definida e documentada inicialmente, e
- A eficácia da sebe pode ser evidenciada inicialmente e ao longo de sua vida.

Os documentos incluem a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação coberta, a natureza do risco sendo coberto e a maneira pela qual a eficácia do instrumento de hedge será medida ao compensar a exposição a mudanças no valor justo do item coberto ou a mudanças nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto.

Os hedges são considerados eficientes quando existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge, os efeitos do risco de crédito não prevalecem sobre as mudanças de valor decorrentes de tal relação econômica, e a relação de hedge é a mesma que surge do item coberto e do montante do instrumento de hedge utilizado.

Os instrumentos de hedge são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ou seja, na data de execução do contrato de derivativo, e posteriormente mensurados pelo valor justo. Eles são apresentados como ativos não circulantes ou passivos não circulantes sempre que o vencimento remanescente do item protegido por hedge ultrapassar 12 meses, e, na sua falta, como ativos e passivos circulantes se o vencimento do item protegido por hedge não ultrapassar 12 meses.

Os hedges são classificados e contabilizados da seguinte forma, mediante o cumprimento de critérios rigorosos de contabilidade de hedge:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- *Hedge de fluxo de caixa:* esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação nos fluxos de caixa decorrentes de um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista cuja ocorrência é altamente provável e pode ter um impacto nos resultados do período. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos de hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de lucros ou perdas. Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para a demonstração de resultados sempre que a transação coberta tiver um impacto nos resultados, no mesmo item da demonstração de resultados em que o item coberto foi reconhecido. Entretanto, quando a transação prevista que é protegida resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados no valor inicial de tal ativo ou passivo. A contabilidade de hedge é descontinuada ao se anular a relação de hedge, quando o instrumento de hedge vence ou é vendido, expira ou é exercido, ou não se qualifica mais para contabilidade de hedge. Nesses eventos, qualquer ganho ou perda reconhecido em outras receitas abrangentes é mantido no Patrimônio líquido e reconhecido quando a transação prevista realmente tem um impacto nos resultados do período. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, então o ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes é imediatamente reconhecido na demonstração de resultados.
- *Hedge de valor justo:* esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição a mudanças no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes não reconhecidos. Uma mudança no valor justo de um derivativo que é um instrumento de hedge de valor justo é reconhecida na demonstração de lucros ou perdas como despesa ou receita financeira. Uma mudança no valor justo de um item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item coberto e também é reconhecida na demonstração de lucros ou perdas como despesa ou receita financeira. Sempre que um compromisso firme não reconhecido for identificado como um item coberto, a mudança subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto será reconhecida como um ativo ou passivo e o ganho ou perda relevante será reconhecido nos resultados do período.
- *Hedges de investimento líquido no exterior:* esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação das taxas de câmbio decorrentes da conversão de negócios no exterior para a moeda do relatório da Companhia. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos de hedge de um investimento líquido no exterior é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de lucros ou perdas. Se alienarmos um negócio no exterior, no todo ou em parte, o valor acumulado da parcela efetiva registrada em outros resultados abrangentes é reclassificado para a demonstração de resultados.

Benefícios a funcionários

Planos de contribuição definidos. Planos de benefícios pós-emprego sob os quais existe a obrigação de fazer certas contribuições pré-determinadas a uma entidade separada (um fundo de aposentadoria ou companhia de seguros) e não há mais nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. Tais contribuições são reconhecidas como despesas na demonstração de lucros ou perdas, na medida em que as contribuições relevantes são exigíveis.

Planos de benefícios pós-emprego definidos. Planos de benefícios pós-emprego são aqueles sob os quais existe a obrigação de fornecer diretamente pagamentos de pensão de aposentadoria e pagamento retroativo de indenização, de acordo com as exigências legais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

colombianas. Não temos ativos específicos destinados a garantir os planos de benefícios definidos. As obrigações definidas dos planos de benefícios pós-emprego são estimadas individualmente para cada plano, com o apoio de terceiros independentes, aplicando o método de avaliação atuarial da unidade de crédito projetada, utilizando hipóteses atuariais na data do período reportado, tais como expectativas de aumento salarial, tempo médio de emprego, expectativa de vida e rotatividade de pessoal. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos em outras receitas abrangentes. As despesas com juros sobre os benefícios pós-emprego definidos, assim como as liquidações e reduções do plano, são reconhecidas nos resultados do período como custos financeiros.

Benefícios a longo prazo para funcionários. Estes são benefícios que não devem ser totalmente liquidados dentro de doze meses após a data de encerramento do balanço patrimonial em relação aos quais os funcionários prestam seus serviços. Estes benefícios referem-se a bônus de tempo de serviço e benefícios similares. Não temos ativos específicos destinados a garantir benefícios de longo prazo. A responsabilidade por benefícios de longo prazo é determinada separadamente para cada plano com o apoio de terceiros independentes, seguindo a avaliação atuarial do método da unidade de crédito prevista, usando suposições atuariais na data do período de relatório. O custo do serviço atual, custo do serviço passado, custo para juros, ganhos e perdas atuariais, assim como os acordos ou reduções no plano são prontamente reconhecidos na demonstração de lucros ou perdas.

Benefícios a curto prazo para funcionários. Estes são benefícios que devem ser totalmente liquidados dentro de doze meses e após a data de encerramento do balanço patrimonial em relação à qual os empregados prestam seus serviços. Tais benefícios incluem uma participação nos lucros a pagar aos empregados com base no desempenho. As obrigações de benefícios a curto prazo são medidas com base na melhor estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações na data de encerramento do período de relatório.

Benefícios de rescisão do contrato de trabalho. Pagamos aos funcionários certos benefícios no momento da rescisão, sempre que for tomada a decisão de rescindir um contrato de trabalho antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que um funcionário aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão de seu contrato de trabalho. Os benefícios de rescisão são classificados como benefícios de curto prazo do empregado e são reconhecidos nos resultados do período quando se espera que sejam totalmente liquidados dentro de 12 meses do fechamento do período de relatório; e são classificados como benefícios de longo prazo do empregado quando se espera que sejam liquidados após 12 meses do fechamento do período de relatório.

Responsabilidades com o arrendamento

Inicialmente, as obrigações do arrendamento compreendem pagamentos pelo direito de uso do ativo subjacente durante o prazo do contrato de arrendamento, incluindo pagamentos fixos, pagamentos variáveis do arrendamento e o pagamento de multas decorrentes da rescisão do contrato de arrendamento. Posteriormente, as obrigações de arrendamento são medidas aumentando o valor contábil para refletir os juros, reduzindo o valor contábil para mostrar os pagamentos de aluguel efetuados e remensurando o valor contábil para refletir novas emendas ao contrato de arrendamento.

Provisões, ativos e passivos contingentes

Reconhecemos como provisões todas as obrigações pendentes na data do balanço patrimonial, resultantes de eventos passados, que podem ser mensurados com precisão e a liquidação dos mesmos pode exigir uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos e cujo momento e/ou montante sejam incertos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As provisões são reconhecidas pelo valor atual da melhor estimativa de saída de caixa necessária para liquidar o passivo. Nos casos em que houver expectativa de que a provisão será reembolsada, total ou parcialmente, o reembolso é reconhecido como um ativo independente com uma receita como entrada de saldo, somente quando tal reembolso for virtualmente certo. As provisões são revisadas periodicamente e quantificadas com base nas melhores informações disponíveis na data do balanço patrimonial.

As provisões sob contratos para contraprestação são passivos presentes decorrentes de contratos para contraprestação e reconhecidas como provisões sempre que os custos inevitáveis a serem incorridos na execução do contrato excederem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos nos termos do mesmo.

Uma provisão para reestruturação é reconhecida onde quer que haja uma obrigação construtiva de conduzir uma reestruturação, ou seja, quando um plano formal e detalhado de reorganização tenha sido preparado e tenha levantado uma expectativa válida naqueles afetados porque suas condições gerais foram anunciadas antes do encerramento do período de demonstração financeira.

Os passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados, cuja existência está sujeita à ocorrência ou não de eventos futuros não inteiramente sob o controle da Matriz e suas subsidiárias; ou obrigações atuais decorrentes de eventos passados, dos quais o valor da obrigação não pode ser estimado com precisão ou não é provável que seja necessário um fluxo de recursos para liquidar a obrigação. Os passivos contingentes não são incluídos nas demonstrações financeiras; em vez disso, eles são divulgados em notas às demonstrações financeiras, exceto para aqueles individualmente incluídos no relatório de preços de compra sob uma combinação de negócios, cujo valor justo pode ser estabelecido com precisão e em relação aos quais uma saída de recursos para liquidar a obrigação é considerada remota.

Um ativo contingente é um possível ativo que surge de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros não totalmente sob nosso controle. Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial até que a realização da receita seja certa; em vez disso, eles são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Impostos

Os impostos incluem obrigações a pagar ao Governo pela Matriz e suas subsidiárias, determinadas com base nas declarações de imposto de renda geradas durante o período tributável relevante.

Impostos incluem:

Colômbia	Imposto de renda, imposto sobre o valor agregado, imposto imobiliário e industrial, imposto comercial e outros impostos
Argentina	Imposto de renda, impostos provinciais, imposto sobre propriedade pessoal - parte substituta, e imposto municipal de comércio e indústria
Uruguai	Imposto de renda (IRIC), imposto sobre o patrimônio, imposto imobiliário, imposto industrial e comercial, imposto sobre o controle das sociedades por ações (ICOSA), imposto nacional de produção de vinho (INAVI) e imposto sobre a alienação ou transferência de ativos agrícolas e pecuários (IMEBA)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de renda corrente. Até 2020, o imposto de renda corrente na Colômbia era calculado sobre o maior entre o lucro presumido e o lucro líquido tributável à alíquota oficial aplicável anualmente em cada encerramento de apresentação de demonstrações financeiras. Após esta data, o imposto de renda corrente na Colômbia é calculado como o lucro líquido tributável à alíquota oficial aplicável anualmente em cada encerramento de apresentação de demonstrações contábeis. A despesa de imposto de renda corrente é reconhecida com a cobrança do imposto de renda. Para as subsidiárias no Uruguai, o imposto de renda é calculado à alíquota oficial aplicável anualmente em cada encerramento de apresentação de demonstrações contábeis. A despesa de imposto de renda é reconhecida com encargos sobre a renda. Ativos e passivos fiscais correntes são compensados para fins de apresentação se houver um direito legalmente exigível, se tiverem sido incorridos com a mesma autoridade fiscal e a intenção é liquidá-los pelo valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda diferido. O imposto de renda diferido resulta de diferenças temporárias e outros eventos que dão origem a diferenças entre a base contábil e a base tributável dos ativos e passivos. O imposto de renda diferido é reconhecido pelo valor não descontado que a Companhia espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais, avaliado às alíquotas fiscais esperadas a serem aplicadas durante o período em que o ativo será realizado ou em que o passivo será liquidado. O imposto de renda diferido ativo só é reconhecido se for provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser compensadas. Os passivos de imposto de renda diferido são sempre reconhecidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de uma combinação de negócios têm um impacto sobre o ágio. Os efeitos do imposto diferido são reconhecidos no resultado do período ou em outros resultados abrangentes, dependendo de onde os lucros ou perdas originados foram contabilizados e são apresentados na demonstração da posição financeira como itens não circulantes.

Nenhum passivo fiscal diferido é contabilizado para o total das diferenças que podem surgir entre os saldos contábeis e os saldos tributáveis de investimentos em coligadas e joint ventures, uma vez que a isenção contida no IAS 12 é aplicada no registro de tais passivos fiscais diferidos.

Programas de fidelização

Sob nossos programas de fidelização, certas subsidiárias concedem pontos ao cliente em compras, que podem ser trocados no futuro por benefícios como prêmios ou mercadorias disponíveis nas lojas, meios de pagamento ou descontos, resgate com aliados e programas de continuidade, entre outros. Os pontos são medidos pelo valor justo, que é o valor de cada ponto recebido pelo cliente, levando em consideração as diversas estratégias de resgate. O valor justo de cada ponto é estimado no final de cada período contábil.

A obrigação de conceder tais pontos é registrada no passivo como uma receita diferida que representa a parcela de benefícios não resgatados a justo valor, considerando para tal efeito a taxa de resgate e a parcela estimada de pontos não resgatados pelos clientes.

Fornecedores e risco sacado

Conforme nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Éxito possui convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pelo Grupo. Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra o Grupo. O Grupo tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

Na Colômbia, as transações de antecipações de recebíveis são iniciadas pelos fornecedores, que escolhem, a seu critério exclusivo, os bancos que anteciparão os recursos financeiros, antes dos vencimentos das faturas, conforme prazos e condições negociadas com o Grupo Éxito. O Grupo não pode direcionar um banco de sua preferência ou de seu relacionamento financeiro ao fornecedor ou recusar a efetivação das transações, já que a legislação local assegura ao fornecedor o direito de transferir livremente o título/recebível a qualquer banco mediante endosso. Assim, não há qualquer tratativa direta entre o Grupo e um banco ou agente financeiro com o objetivo de estruturar operações envolvendo as compras ou os pagamentos junto aos seus fornecedores. O Grupo Éxito firmou alguns convênios com instituições financeiras na Colômbia, que concedem prazo adicional de pagamento entre 21 e 26 dias, sem cobrança de juros, para que o Grupo possa conciliar informações sobre os recebíveis antecipados pelos fornecedores e processar outros aspectos operacionais e administrativos dado o volume significativo de transações, além de permitir a seus fornecedores colombianos a utilização de linhas de crédito e antecipação de seus recebíveis decorrentes da venda de bens e serviços para o Grupo Éxito. A concessão de prazo adicional é uma prática de mercado na Colômbia, sendo obtida indistintamente por outros varejistas e players de outros segmentos de negócios no país.

Em relação a esse tema de risco sacado, o Grupo Éxito tem aplicado sua política contábil de acordo com o definido IAS1 "Apresentação de Demonstrações Financeiras" e IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", de forma consistente nos últimos anos, seguindo as orientações ali contidas, bem como as orientações contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/21. Em complemento o Grupo também avaliou a *Agenda Decision – Supply Chain Financing Arrangements – Reverse Factoring* emitido pelo *International Accounting Standards Board*, que corrobora o tratamento contábil adotado pelo Grupo, de forma a apresentar e divulgar tais operações de risco sacado de maneira transparente e fidedigna aos usuários das demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Fornecedores e outras contas a pagar".

Essas operações são avaliadas conforme o parágrafo 3.3.2 do IFRS9, no qual o Grupo Éxito concluiu que não há mudanças substanciais de prazos comerciais usuais, inclusão de taxas de juros ou qualquer outra alteração ou inclusão de garantias contratuais que pudessem alterar a característica das contas a pagar, mantendo-se substancialmente os fluxos originalmente contratados e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra o Grupo. Assim, não há o desconhecimento do passivo originalmente contratado com o fornecedor, e, portanto, permanece apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na conta de "Fornecedores e outras contas a pagar" de acordo com o IAS1 parágrafos 54 e 70.

Em 31 de dezembro de 2021, a conta de "fornecedores convênios" apresentada como parte do saldo de fornecedores no balanço patrimonial consolidado era de R\$2.616 milhões (R\$678 milhões em 30 de setembro de 2022), de um total de R\$7.270 milhões de fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial consolidado (R\$5.320 milhões em 30 de setembro de 2022), representando 35,9% do saldo de fornecedores e outras contas a pagar (12,7% em 30 de setembro de 2022). Os eventuais atrasos nos pagamentos dos valores devidos, por conta de nossa política de pagamento aos fornecedores em datas fixas mensais, e não por renegociação dos prazos originais, gera a cobrança de juros de mora, sendo o valor da ordem de R\$49 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$31 milhões em 30 de setembro de 2022) registrado no resultado financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo afirma que suas subsidiárias no Uruguai e na Argentina não tem linhas de crédito para possibilitar a seus fornecedores antecipar recebíveis.

Dentro do racional da transação acima descrita e considerando que os convênios com os bancos permitem um prazo adicional de pagamento entre 21 e 26 dias, sem cobrança de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

juros, conforme acima mencionado, e o prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 66 dias, o Grupo não registra os saldos de fornecedores a valor presente no reconhecimento inicial, por concluir que os efeitos são imateriais. Portanto, os passivos de fornecedores estão contabilizados por seu devido valor nominal. Repetindo, tais liquidações acontecem em períodos condizentes com relações comerciais usuais para tais fornecedores. De maneira condizente ao exposto acima, o Grupo apresenta, na Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa, todos os pagamentos relacionados a conta de fornecedores nas atividades operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis**

(a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em seu balanço patrimonial (itens não registráveis no balanço patrimonial), como por exemplo:

(i) Locações operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Carteiras de contas a receber baixadas ao ativo para as quais a entidade mantém riscos e passivos, indicando os passivos relacionados

Não há carteiras de contas a receber baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e passivos não evidenciados nos balanços da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(iii) Contratos para a compra e venda futura de produtos ou serviços

Não há contratos futuros de compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não concluídos

Não há contratos de construção não concluídos não evidenciados nos balanços da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(v) Contratos para recebimento futuro de financiamento

Não há contratos de recebimento de financiamentos futuros não evidenciados nos balanços da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações contábeis****(a) Como esses itens mudam ou podem mudar as receitas, despesas, receitas operacionais, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor**

Não aplicável, dado que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) Natureza e objetivo da transação

Não aplicável, dado que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e direitos gerados em favor do emissor como resultado da transação

Não aplicável, dado que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócio

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos planejados

O Plano de Investimento da Companhia para 2022 totaliza R\$636.492 mil¹ (US\$ 120 milhões), para (i) conversão e abertura de lojas; (ii) inovação e aceleração de projetos de transformação digital, incluindo sistemas, mercado, últimos militantes e novos CDs; (iii) infraestrutura de TI, logística e (iv) imóveis.

O plano de expansão da Colômbia, incluindo aberturas, conversões e remodelações, consiste em 60 a 70 lojas, a maioria em formatos inovadores, com área adicional de vendas de cerca de 35.000 m2 (incluindo o contrato de aquisição de móveis e direitos sobre 5 espaços comerciais em 2021 e 1 em 2022).

(ii) Fontes de financiamento de investimentos

Acreditamos que os recursos financeiros existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para nossos gastos de capital e plano de investimento e para atender nossas necessidades de liquidez. Entretanto, nossos gastos de capital e plano de investimento estão sujeitos a uma série de contingências, muitas das quais estão além de nosso controle, incluindo o crescimento contínuo e a estabilidade das economias da Colômbia, Argentina e Uruguai, incluindo os efeitos contínuos da pandemia da COVID-19 sobre as economias da Colômbia, Argentina e Uruguai e nossos negócios e operações. Não podemos assegurar que completaremos com sucesso todos ou qualquer parte de nossos gastos de capital e nosso plano de investimento. Além disso, podemos participar de aquisições ou alienar ativos que não estejam orçados no plano de investimentos e gastos de capital e podemos modificar os planos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos planejados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem nenhum desinvestimento em andamento ou previsto.

(b) Como já divulgado, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade de produção do emissor

Em dezembro de 2021, a Companhia assinou um acordo para a aquisição dos imóveis e dos direitos de uso e operação de cinco espaços comerciais da Almacenes La 14 S.A. em liquidação judicial ("La 14") sob as marcas da Companhia. Estes espaços têm aproximadamente 18.500 m2 de área de venda.

Dentro do contratualmente acordado, a operação ocorreu ao longo de 6 (seis) meses e tinha a expectativa de criar 830 empregos permanentes. Com a sua conclusão, a Companhia consolidaria a sua presença através de 51 lojas e, uma vez que estas estejam abertas, elas tinham a expectativa de criar 5.000 empregos.

¹ Taxa de câmbio (US\$/R\$) @31/12/2021 5,805

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não há aquisição adicional de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade de produção da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços: (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) Valores totais gastos pelo emissor em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) Valores totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

COVID-19

Em resposta à pandemia da COVID-19, as autoridades governamentais em todo o mundo e nos países onde operamos impuseram medidas restritivas em 2020 e 2021. Nos países onde operamos, os governos estaduais e locais seguiram as diretrizes emitidas pelo respectivo Ministério da Saúde para controlar a propagação da COVID-19 e impuseram restrições relacionadas ao distanciamento social e aos requisitos de lockdowns, resultando no fechamento de restaurantes, escolas, creches, hotéis, shopping centers e áreas com intenso tráfego pedonal, incluindo parques e outros espaços públicos.

Com o surgimento de novas variantes do vírus COVID-19, os governos têm continuado a impor medidas restritivas até recentemente. A maioria dos governos da América Latina, incluindo Colômbia, Uruguai e Argentina, relaxaram as medidas restritivas anteriormente impostas para conter a propagação do vírus e variantes da COVID-19.

As medidas restritivas causaram perturbações significativas na economia global e nas operações comerciais normais em numerosos setores e países. As medidas adotadas para combater o surto da COVID-19 afetaram e continuarão a afetar negativamente a confiança empresarial e o sentimento dos consumidores, e têm sido, e podem continuar a ser, acompanhadas por uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities, bem como nas bolsas de valores em todo o mundo, afetando negativamente o preço comercial de nossas ações ordinárias.

Nossas operações colombianas foram adversamente afetadas pelas medidas restritivas impostas pelos governos regionais e estaduais como resultado da pandemia da COVID-19, entre outras coisas, redução do horário comercial nas lojas, estabelecimento de limites de compras, fechamento de lojas, aplicação da lei durante certos fins de semana e toque de recolher nas principais cidades colombianas. Além disso, algumas de nossas operações não foram consideradas essenciais pelas autoridades governamentais, o que levou ao fechamento de uma parte significativa de nossas galerias e centros comerciais na Colômbia. Mesmo após a reabertura dessas galerias e centros comerciais, experimentamos um tráfego reduzido de pessoas nesses locais.

Lojas localizadas principalmente em Bogotá, Medellín, Santa Marta e Barranquilla foram solicitadas a encurtar seus horários de funcionamento e limitar sua capacidade durante o primeiro semestre do ano. O serviço de "Telefone Branco" foi ativado para entregar exclusivamente ao pessoal médico e de enfermagem. As lojas Éxito e Carulla obedeceram aos mais altos padrões em Operações de Biossegurança endossados pelo Instituto Colombiano de Normas Técnicas e foram certificadas pelo ICONTEC, para garantir a redução dos riscos para a segurança de clientes, fornecedores e funcionários. Durante o segundo semestre, as restrições de mobilidade na Colômbia e os bloqueios foram fortemente reduzidos, e a ativação comercial total foi autorizada à medida que o processo de vacinação avançava, favorecendo o tráfego para lojas e shopping centers, e uma tendência de recuperação no turismo. O processo de vacinação começou na Colômbia em 17 de fevereiro e cerca de 75% dos cidadãos foram registrados no processo, dos quais 55% foram totalmente vacinados e 20% foram parcialmente vacinados no final de 2021.

No Uruguai, o governo estabeleceu o fechamento das fronteiras internacionais do país para estrangeiros durante a maior parte do ano de 2021 para controlar a propagação da pandemia da COVID-19, além de impor restrições como o fechamento de muitos estabelecimentos comerciais. No Uruguai, a pandemia levou ao fechamento das fronteiras internacionais durante a maior parte do ano para controlar as infecções. O governo também apelou para o cuidado preventivo e voluntário de seus habitantes, acompanhado

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

de restrições, fechamento de escritórios públicos e bloqueios de comércio, incluindo lojas de todos os tipos, lojas, bares e restaurantes. Desde 24 de agosto de 2021, eventos privados e sociais foram permitidos seguindo protocolos de saúde e com capacidade reduzida. A partir de 1º de setembro de 2021, foi permitida uma reabertura gradual das fronteiras do país para estrangeiros, seguindo os protocolos de saúde. A partir de novembro de 2021, a abertura total das fronteiras foi autorizada para impulsionar a atividade econômica durante a temporada de verão. O Plano Nacional de Vacinação começou em 1º de março de 2021 e cerca de 80% dos cidadãos foram registrados no processo, dos quais 77% foram totalmente vacinados e 3% foram parcialmente vacinados no final de 2021.

Durante o primeiro semestre de 2021, o governo argentino implementou severas restrições, tais como redução de capacidade nas lojas, fechamento de lojas, proibição de venda de itens não essenciais e restrições ao tráfego a pé e de carros à noite. A Argentina sofreu com o aumento do contágio durante o primeiro semestre de 2021 e, conseqüentemente, o governo setorizou restrições para limitar a mobilidade, afetando o transporte público e estabelecendo restrições ao tráfego noturno. Em consonância com a região, o governo afrouxou as restrições durante o segundo semestre, o que permitiu a recuperação do tráfego nas lojas e galerias comerciais. O plano de vacinação começou no final de dezembro de 2020 e cerca de 84% dos cidadãos foram registrados no processo, dos quais 72% foram totalmente vacinados e 12% foram parcialmente vacinados no final de 2021.

Como resultado da pandemia COVID-19, experimentamos um aumento temporário nas vendas em nossas lojas na Colômbia, uma vez que as pessoas estavam inicialmente estocando alimentos, além da mudança no padrão de consumo dos indivíduos, dos restaurantes aos preparados de refeições caseiras. A pandemia COVID-19 também resultou em maior aderência aos canais de vendas on-line como uma opção de conveniência para o consumidor em todos os países onde operamos.

A extensão em que o coronavírus e/ou outras doenças nos afetam dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos. Não existem eventos comparáveis recentes que nos forneçam orientação sobre os efeitos de uma pandemia global grave. Como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto e sujeito a mudanças que não podemos prever.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

11.1 - Projeções e premissas divulgadas

A Companhia não divulgou projeções até a data deste Formulário de Referência.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Monitoramento e mudanças nas projeções divulgadas

A Companhia não divulgou projeções até a data deste Formulário de Referência.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Para fins de administração, administração e representação legal, a Companhia possui os seguintes órgãos: (a) Assembleia Geral de Acionistas; (b) Conselho de Administração, (c) Diretor Presidente, e (d) Diretor de Operações Varejo Colombia.

As Assembleias Gerais decidem sobre os principais aspectos da administração da Companhia, seguidas das decisões do Conselho de Administração, cujas competências são delegadas pelos Acionistas e previstas no Estatuto Social da Companhia.

O Diretor Presidente é responsável pela representação legal da Companhia e pela administração dos negócios corporativos.

Além disso, o Conselho de Administração tem 5 comitês que exercem funções consultivas ou decisórias de acordo com suas regras de funcionamento previstas no Código de Governança Corporativa: (i) Comitê de Auditoria e Riscos; (ii) Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa; (iii) Comitê de Negócios e Investimentos; (iv) Comitê de Finanças; e (v) Comitê de Sustentabilidade. Além desses comitês, o Conselho de Administração pode criar outros comitês com funções especiais.

(a) Deveres do Conselho de Administração e dos órgãos e comissões permanentes que se reportam ao Conselho de Administração, indicando

(i) Se têm seu próprio regulamento interno, informando, em caso afirmativo, o órgão responsável pela aprovação, a data da aprovação e, se o emissor divulgar este regulamento, os locais na Internet onde estes documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria será composta por nove membros, dos quais três devem ser independentes, eleitos e removíveis pela Assembleia anual de acionistas. A duração do mandato dos membros do Conselho de Administração será de até dois anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração deverá reunir-se ordinariamente pelo menos oito vezes ao ano, para analisar os resultados financeiros e outros resultados da Companhia e para rever e acompanhar o plano operacional anual e o plano estratégico, e deverá reunir-se extraordinariamente sempre que necessário.

O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, recebe o mais amplo mandato para administrar a Companhia e, portanto, recebe poderes suficientes para ordenar a execução ou para celebrar qualquer ato ou contrato que se enquadre em suas atribuições e para tomar as decisões necessárias para que a Companhia cumpra seus propósitos e, especificamente, tem as seguintes funções:

(i) Quanto à estratégia da Companhia:

a. Convocar as assembleias ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral de Acionistas, quando solicitado pelas necessidades da Companhia ou solicitado por acionistas representando pelo menos 1/5 (um quinto) das ações subscritas. b. Aprovar e monitorar periodicamente o plano estratégico, plano de negócios, metas gerenciais e orçamentos anuais da Companhia, bem como monitorar periodicamente o desempenho do mesmo e do curso ordinário dos negócios, servindo como um órgão consultivo da Presidência. c. Definir a estrutura da Companhia, incluindo suas subsidiárias e modelo de governança do grupo. d. Estabelecer as políticas da Companhia e as de suas afiliadas nas diferentes ordens de empresas de atividades e, quando apropriado, desenvolver a proposta à Assembleia Geral de Acionistas das demais políticas ou propostas que esse órgão deverá aprovar.

(ii) Quanto à governança corporativa:

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. Assegurar o respeito aos direitos dos investidores que investiram em títulos emitidos pela Companhia, assegurar o cumprimento efetivo e a divulgação e promover tratamento igualitário para todos os acionistas e investidores. b. Respeitar o direito dos acionistas de participar dos dividendos e lucros da Companhia, participar da nomeação e remoção dos membros da Diretoria e avaliar o relatório de sua administração, e participar e votar na Assembleia Geral de Acionistas. c. Aprovar as políticas e o Relatório Anual de Governança Corporativa, bem como as políticas de informação e comunicação com os diversos tipos de acionistas, mercados, grupos de interesse e o público em geral. d. Adotar o Código de Governança Corporativa da Companhia e assegurar seu efetivo cumprimento e divulgação. e. Monitorar a eficiência e o nível de cumprimento das medidas de governança corporativa e dos padrões éticos e comportamentais adotados pela Companhia, bem como a adoção de políticas relacionadas a sistemas de reclamações anônimas ou "whistle-blowers".

(iii) Quanto ao controle e gestão de risco:

a. Assegurar um ambiente de controle adequado dentro da Companhia e seus subordinados, com preferência por uma arquitetura de controle que cubra todas as empresas relacionadas, e monitorar sua eficácia. b. Aprovar políticas de risco e sua delegação, e monitorar periodicamente os principais riscos da Companhia, incluindo aqueles que ocorrem fora do balanço. c. Aprovar, monitorar e avaliar a eficácia dos sistemas de controle interno de acordo com os procedimentos, estipulados nos sistemas de controle de risco e alarmes adotados pelo Conselho de Administração. d. Submeter uma proposta à Assembleia Geral de Acionistas para a contratação de um Auditor, tendo realizado uma análise prévia de sua experiência, disponibilidade e que este possui os recursos humanos e técnicos necessários para realizar a referida auditoria. e. Monitorar a independência e eficiência do procedimento de auditoria interna.

(iv) Quanto aos conflitos de interesse e transações entre entidades relacionadas:

a. Estar ciente e administrar conflitos de interesse entre a Companhia e acionistas, membros do Conselho e Alta Administração, bem como aprovar políticas para administrar conflitos de interesse e o uso de informações privilegiadas por qualquer funcionário, e regular tais conflitos através do estabelecimento e funcionamento de um Comitê para Conflitos de Interesses. O acima exposto não prejudica os poderes legalmente atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas em matéria de conflitos de interesse. b. Definir as regras que a Companhia deve seguir para a avaliação e autorização das operações realizadas pela Companhia em relação a: (i) acionistas controladores, acionistas majoritários ou representados no Conselho de Administração; (ii) membros do Conselho de Administração e outros Administradores ou pessoas a eles relacionadas, e (iii) com os grupos da Companhia a que pertencem. O acima exposto não prejudica os poderes legalmente atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas em matéria de conflitos de interesse.

(v) Quanto à gestão financeira e aos investimentos:

a. Aprovar as políticas financeiras, contábeis e de investimento da Companhia e determinar o destino das dotações alocadas pelos Acionistas como reservas de investimento. b. Autorizar os atos ou operações que, devido a seus valores, excedam os mandatos do Presidente ou de outros representantes legais, exceto quando estes mandatos tiverem sido reservados à Assembleia Geral de Acionistas, caso em que a função do Conselho de Administração é limitada à proposta e justificção da referida operação. A este respeito, o Conselho de Administração deverá autorizar previamente o Diretor Presidente da Companhia antes de poder executar ou celebrar qualquer ato ou contrato em que o valor seja ou exceda quarenta e seis mil (46.000) vezes o valor do salário mínimo mensal legal no momento da referida operação e deverá fazer o mesmo para outros representantes legais quando o valor exceder 23.000 (vinte e três mil) vezes o salário mínimo mensal efetivo no momento da operação. Esta limitação exclui: (i) a compra e venda de estoques para revenda em lojas, (ii) a aquisição de serviços públicos, limpeza, segurança ou outros

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

serviços necessários para o funcionamento normal da Companhia, e (iii) operações financeiras necessárias para a administração efetiva da Companhia ou para cobrir sua exposição ao câmbio dentro dos limites estabelecidos para ela pelo Conselho de Administração. As operações acima mencionadas poderão ser realizadas pelo Diretor Presidente da Companhia, sem limitações ou autorização prévia do Conselho de Administração. c. Autorizar a criação ou aquisição de ações em qualquer Companhia, independentemente de sua localização, bem como sua posterior alienação, quando estas operações: (a) estiverem acima das atribuições do Representante Legal ou (b) ocorrerem em jurisdições consideradas paraísos fiscais, independentemente de seu valor. d. Também deve prever e regular a aquisição de empréstimos coletivos, emissão de títulos, obrigações ou documentos similares. e. Iniciar negociações sobre fusões ou incorporação com outras empresas e submetê-las à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

(vi) Quanto ao funcionamento do Conselho de Administração:

a. Propor políticas de sucessão do Conselho de Administração a serem aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas e assegurar que os procedimentos de proposta e eleição dos Conselheiros sejam realizados de acordo com as formalidades prescritas pela Companhia. b. Propor à Assembleia Geral de Acionistas a política de Remuneração dos Conselheiros. c. Organizar o processo de avaliação e autoavaliação do Conselho de Administração e seus membros, de acordo com as regras adotadas para este fim, bem como assegurar o cumprimento das políticas e procedimentos que regem o processo de proposta e eleição destes membros do Conselho de Administração. d. Criar quaisquer Comitês de Apoio para o Conselho de Administração considerados necessários, bem como a adoção de regras internas de funcionamento para estes comitês. Dentre eles deverá ser incluído pelo menos um Comitê de Auditoria e Riscos juntamente com um Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa.

(vii) Quanto à administração da Companhia:

a. Nomear o Presidente da Companhia, o Auditor Interno e o Secretário Geral, e definir a remuneração e remuneração, avaliação de desempenho e política de sucessão dessas pessoas nomeadas. Para estas nomeações, relatórios prévios serão fornecidos pelo Comitê de Nomeação, pelo Comitê de Remuneração e Governança Corporativa e, no caso do Auditor Interno, um relatório prévio também será fornecido pelo Comitê de Auditoria e Riscos. b. Nomeação do Diretor de Operações Varejo Colômbia e Operações de Comércio Varejo e dos Vice-Presidentes de acordo com as propostas do Diretor Presidente da Companhia. Da mesma forma, aprovar a remuneração e remuneração, avaliação de desempenho e política de sucessão para estes, exceto se tais tarefas forem designadas como responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas. c. Determinar a ordem de precedência na qual os Vice-Presidentes e outros funcionários atuarão como suplentes do Diretor Presidente e como ele seria substituído em caso de ausência temporária ou acidental; d. Autorizar a política de gratificações, benefícios e outros direitos de caráter extralegal a serem concedidos ao pessoal de serviço da Companhia.

(viii) Quanto às informações financeiras e não financeiras da Companhia:

a. Prescrever métodos ou sistemas a serem aplicados para contabilidade, bem como normas para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis de acordo com as leis e regulamentos contábeis estabelecidos; b. Monitorar a integridade e confiabilidade dos sistemas contábeis e das informações internas com base, entre outras coisas, em relatórios de auditoria interna e de representantes legais. c. Monitorar informações, financeiras e outras, que devem ser divulgadas periodicamente de acordo com as políticas de informação e comunicação da Companhia. d. Examinar as demonstrações contábeis preparadas periodicamente pela administração, bem como os livros, documentos, bens e dependências pertencentes à Companhia para fins de dirigir e avaliar a administração. e. Aprovar as demonstrações contábeis de cada exercício, o Relatório da Administração e a

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

distribuição de lucros ou o plano de baixa de prejuízos, que deverão ser submetidos à Assembleia Geral de Acionistas durante suas reuniões regulares. f. Vincular entre os acionistas e a administração da Companhia o fornecimento de informações, criando e definindo políticas e regulamentos da Companhia que sejam mecanismos eficazes para garantir a eficácia e a pontualidade das informações pertinentes aos negócios da Companhia. g. Regulamentar os procedimentos para habilitar os acionistas e os titulares de valores mobiliários emitidos pela Companhia através de oferta pública, a realizar auditorias especializadas a seu próprio custo e responsabilidade, de acordo com as regras e requisitos definidos para este fim. h. Considerar propostas que sejam apresentadas por um número plural de acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações subscritas, e responder por escrito àqueles que as formularam, indicando claramente as razões que motivaram as decisões. Em todos os casos, o objetivo de tais propostas pode não ser nenhuma questão relacionada a segredos industriais ou inteligência estratégica para o desenvolvimento da Companhia. i. Cuidar dos pedidos ou reclamações de acionistas e investidores relacionados ao cumprimento efetivo das regras da Corporate Governança.

(ix) Quanto às ações da Companhia:

a. Regulamentar o posicionamento das ações detidas em reserva, cumprindo os requisitos legais. b. Propor a política de recompra de ações à Assembleia Geral de Acionistas. c. Aprovar o processo de desmaterialização das ações da Companhia e autorizar o Diretor Presidente para sua implementação. d. Definir a política de autorizações aos empregados e membros do Conselho de Administração da Companhia, sempre que a lei exigir e dentro de suas exigências, para adquirir ou transferir ações da Companhia. e. Determinar, em caso de inadimplência de um acionista no pagamento de parcelas pendentes de ações que tenham sido subscritas, a indenização que deverá ser utilizada pela Companhia, entre as diversas autorizadas por lei.

As regras e procedimentos do Conselho de Administração estão contidos no Código de Governança Corporativa da Companhia, aprovado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 13 de outubro de 2022, e está disponível em <https://www.grupoexito.com.co/pt>.

Comitês

Os Comitês serão compostos de pelo menos três membros do Conselho de Administração, que podem ser Membros Independentes ou Equivalentes. Em todos os casos, o Comitê de auditoria e riscos deverá ser presidido por um Membro Independente e ter a participação de todos os Membros independentes do Conselho de Administração.

As reuniões do Comitê poderão contar com a participação das seguintes pessoas, que participarão com voz, mas sem direito a voto: (i) consultores externos indicados pelo Conselho de Administração; (ii) convidados permanentes ou esporádicos indicados pelo Conselho de Administração; (iii) funcionários da Companhia que a Administração considere relevantes, com o objetivo de fornecer informações necessárias sobre assuntos de sua área ou responsabilidade; e (iv) as reuniões do Comitê de auditoria e riscos contarão com a presença do Auditor Estatutário da Companhia, que participará com voz, mas sem voto, e do Auditor Interno.

O Conselho de Administração se esforça para que os membros desses Comitês tenham adequação e experiência suficientes para cumprir plenamente suas funções, para o que deve levar em consideração os perfis, conhecimentos e experiência profissional exigidos para cada Comitê. No Comitê de Auditoria e Riscos, alguns de seus membros devem ter conhecimentos de contabilidade, finanças e outros assuntos relacionados. Por sua vez, os membros do Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa devem ter conhecimentos em estratégia, recursos humanos, política salarial e outros assuntos correlatos.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A nomeação dos membros do Comitê será por períodos de dois anos, e o Conselho de Administração pode reelegê-los indefinidamente e destituí-los a qualquer momento.

O Presidente do Conselho de Administração deverá preparar, juntamente com o Diretor Jurídico e o CEO da Companhia, um plano de trabalho para o Conselho de Administração e suas comissões para cada período, que deverá ser submetido à aprovação e consideração do Conselho. Os Comitês do Conselho de Administração deverão realizar reuniões ordinárias nas datas estabelecidas pelo menos quatro vezes por ano, com exceção do Comitê de Auditoria e Riscos, que deverá se reunir pelo menos uma vez a cada três meses, além das datas já estabelecidas.

Os Comitês poderão se reunir quantas vezes forem necessárias para que os assuntos sejam submetidos à sua consideração e de acordo com o exercício das funções que lhes tenham sido atribuídas.

O Comitê de Auditoria e Riscos será sempre presidido por um Membro Independente. Entretanto, esta obrigação não é estendida aos presidentes dos outros comitês da Companhia. Em todos os casos, eles serão nomeados por seus respectivos membros. O Presidente deverá conduzir as reuniões e apresentar um relatório sobre os assuntos mais importantes discutidos em cada reunião ao Conselho de Administração. O regulamento interno dos Comitês foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2007. Todos esses regulamentos internos estão disponíveis para consulta, em espanhol e inglês, no *website* da Companhia (<https://www.grupoexito.com.co/es/codigo-gobierno-corporativo>).

Comitê de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos é composto exclusivamente por todos os Membros independentes.

O objetivo do Comitê de Auditoria e Riscos é apoiar o Conselho de Administração: (i) na fiscalização e supervisão dos processos de contabilidade, informação e relatórios financeiros; (ii) no gerenciamento de riscos; (iii) no sistema e arquitetura de controle interno; (iv) nos processos de auditoria interna e de auditoria estatutária; (v) no cumprimento de leis e regulamentos e códigos de conduta internos.

Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa

O principal objetivo do Comitê de Nomeações, Remuneração e Governança Corporativa é apoiar o Conselho de Administração em suas funções decisórias ou consultivas relacionadas à nomeação e remuneração dos membros do Conselho e da Alta Administração, bem como observar o cumprimento das regras de governança corporativa pela Companhia. As funções do comitê incluem:

- Assegurar a conformidade do Código de Governança Corporativa e resolver reclamações relacionadas com o Código;
- Auxiliar a estratégia de recursos humanos e monitorar as despesas de pessoal;
- Apoiar o presidente do Conselho de Administração na realização da avaliação anual do Conselho de Administração e de seus comitês;
- Delinear políticas gerais para a eleição e avaliação individual e coletiva de cada um dos presidentes, vice-presidentes e gerentes da Companhia de acordo com as funções e responsabilidades a eles atribuídas, incluindo remuneração quando esta estiver associada ao desempenho;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- Determinar e supervisionar os parâmetros que devem ser seguidos para adotar os requisitos que devem ser cumpridos pelos presidentes e vice-presidentes em termos de suas remunerações e reconhecimentos;
- Regulamentar a transferência de ações da Companhia aos funcionários como remuneração, reconhecimento ou incentivo; e
- Determinar as diretrizes da auditoria interna.

Comitê de Negócios e Investimentos

O comitê de negócios e investimentos monitora e apoia o Conselho de Administração na tomada de decisões associadas a estes assuntos. As funções do comitê incluem a revisão do plano anual de expansão da Companhia, os projetos de investimento da Companhia, os aspectos financeiros relacionados à expansão da Companhia (incluindo investimento (capex) por ano, alienação de ativos e previsões anuais de investimento e vendas) e a revisão e recomendação ao Conselho de Administração da aprovação de transações imobiliárias específicas. O comitê também monitora o plano anual de expansão do varejo e dos bens imobiliários da Companhia.

Comitê Financeiro

O comitê financeiro aconselha o Conselho de Administração e a Alta Administração a respeito de investimentos em dinheiro da Companhia. Sua função principal inclui:

- Aconselhar o Conselho de Administração e os diretores executivos a respeito de investimentos em dinheiro da Companhia;
- Definir o quadro de investimentos de caixa da Companhia e sua implementação;
- Analisar as projeções de pesquisa econômica e impactos relevantes em termos de exposição cambial da Companhia e de seus investimentos;
- Analisar, gerenciar e monitorar a situação da dívida da Companhia;
- Rever e aprovar as propostas relacionadas à criação, modificação e cancelamento da dívida e, em geral, todas aquelas propostas relacionadas ao endividamento da Companhia;
- Analisar e submeter à aprovação do Conselho de Administração a emissão de dívida no mercado financeiro nacional e internacional.
- Monitorar o indicador de endividamento e os objetivos do fluxo de caixa da Companhia.

Comitê de Sustentabilidade

O comitê de sustentabilidade recomenda as melhores práticas para a estratégia de sustentabilidade da Companhia para aprovação pelo Conselho de Administração. O comitê de sustentabilidade recomenda, avalia e aprova o relatório anual de sustentabilidade e a estratégia de sustentabilidade da Companhia. O comitê assegura a implementação da estratégia juntamente com sugestões de mudanças, atualizações e melhorias na estratégia quando necessário. O comitê também aconselha o Conselho de Administração em assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável e avalia e recomenda ao Conselho de Administração seus projetos de aprovação, propostas e campanhas especiais para a melhoria dos problemas sociais e/ou ambientais.

(ii) Se o emissor possui um comitê de auditoria estatutário, informando, em caso afirmativo, suas principais funções, como funciona e se atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM sobre o assunto

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Temos um Comitê de auditoria e riscos, como descrito acima, porém ele não segue as regras da Resolução 23/21 da CVM.

(iii) Como o Conselho de Administração avalia o trabalho dos auditores independentes, indicando se o emissor tem uma política de contratação de serviços extra-auditoria do auditor independente e informando o órgão responsável pela aprovação da política, a data da aprovação e, se o emissor divulgar a política, os locais onde o documento pode ser consultado na Internet

Embora a Companhia não tenha uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria da

Com relação ao auditor independente, compete ao Comitê de auditoria e riscos:

- Rever o plano, escopo, abordagem e resultados do serviço de auditoria estatutária, e sua qualidade e eficácia;
- Interagir regularmente e manter relações com o Auditor Estatutário e avaliar e informar o Conselho de Administração sobre todos os casos que possam limitar seu acesso às informações ou colocar em risco sua independência, e quaisquer outros casos relacionados ao seu plano e ao desenvolvimento da auditoria financeira, bem como as demais comunicações previstas pela legislação e normas técnicas de auditoria;
- Receber o relatório final da auditoria financeira, analisando seu escopo e conteúdo e, caso contenha reservas ou opiniões adversas, emitir uma declaração, que deverá ser levada ao conhecimento dos Acionistas e do mercado. Além disso, é responsável por verificar se a Alta Administração está considerando as recomendações do Auditor Estatutário. Quando o Conselho de Administração considerar que precisa manter sua posição à luz de reservas ou parágrafos de ênfase, esta posição deverá ser explicada e justificada por escrito à Assembleia Geral;
- Caso o relatório do Auditor Estatutário contenha reservas, o Comitê de Auditoria deverá publicar uma declaração contendo as ações que a Companhia pretende tomar para resolvê-las, a qual deverá ser levada ao conhecimento dos Acionistas reunidos na Assembleia Geral;
- Considerar e preparar a proposta da administração que o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral de Acionistas para contratação do Auditor Estatutário, com análise prévia da experiência do auditor; e a disponibilidade de tempo e dos recursos humanos e técnicos necessários para realizar seu trabalho, não obstante o direito dos Acionistas de apresentar outras propostas de candidatos na respectiva assembleia; bem como as condições do contrato do auditor e sua rescisão ou não-renovação, conforme o caso; e
- Solicitar ao Auditor Estatutário e rever o valor total do contrato firmado com a Companhia, bem como a proporção dos honorários profissionais pagos pela Companhia em relação à receita total de sua atividade de auditoria estatutária; e
- Analisar e avaliar o Auditor Estatutário ao longo do tempo.

Em julho de 2021, o Comitê de auditoria e riscos emitiu uma declaração contendo diretrizes relativas ao processo de contratação do auditor externo pela Companhia e suas afiliadas e subsidiárias, para a prestação de serviços profissionais que não sejam de auditoria externa, o qual obedece às disposições da regulamentação vigente aplicável em relação ao regime de auditor externo, regulamentos relacionados ao exercício da profissão de contador

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

público e boas práticas de governança corporativa adotadas e implementadas pela Companhia:

1. A Companhia não pode contratar seu auditor externo para prestar serviços profissionais que não sejam de auditoria externa.
2. A Companhia não poderá contratar o auditor externo de suas empresas controladoras para prestar serviços profissionais que não sejam de auditoria externa.
3. As subsidiárias da Companhia não podem contratar o auditor externo da Companhia para prestar serviços profissionais que não sejam de auditoria externa.

(b) Com relação aos membros da diretoria executiva, seus deveres e poderes individuais, indicando se a diretoria executiva tem seu próprio estatuto social e informando, em caso afirmativo, o órgão responsável pela aprovação, a data da aprovação e, se o emissor divulgar o estatuto social, o website onde o documento pode ser consultado

A Companhia não tem uma diretoria executiva, mas tem uma Alta Administração composta pelo Diretor Presidente, o Presidente de Operações de Varejo, o Diretor de Operações de Varejo, o Diretor Financeiro, o Vice-Presidente da Omni-channel e Inovação, o Vice-Presidente de Serviços, o Vice-Presidente Comercial, o Vice-Presidente de Recursos Humanos, o Vice-Presidente de Marketing, o Vice-Presidente de Imóveis e o Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e Diretor Jurídico.

As regras e procedimentos relacionados ao papel da Alta Administração estão contidos no Código de Governança Corporativa da Companhia, aprovado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 19 de janeiro de 2016, e está disponível, em espanhol e inglês, [no website https://www.grupoexito.com.co/es/codigo-gobierno-corporativo](https://www.grupoexito.com.co/es/codigo-gobierno-corporativo).

Diretor Presidente

O Diretor Presidente da Companhia é o principal executivo com poderes de representação, com funções executivas e gerenciais e, como tal, está encarregado da representação legal da Companhia, da gestão empresarial e financeira, da responsabilidade da ação administrativa, da coordenação e da supervisão geral da Companhia, que executará de acordo com o Estatuto Social da Companhia e as disposições legais, sujeito às ordens e instruções do Conselho de Administração.

Além das funções gerais acima mencionadas, compete ao Diretor Presidente:

- (i) Executar e cumprir os acordos e decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- (ii) Nomear e demitir livremente os funcionários da Companhia, exceto aqueles cuja nomeação e demissão comprometa a Assembleia Geral de Acionistas e o Conselho de Administração;
- (iii) Convocar o Conselho de Administração quando julgar necessário ou conveniente, e mantê-lo devidamente informado no que diz respeito a qualquer operação de negócios sociais;
- (iv) Submeter à consideração os balancetes e outras demonstrações contábeis destinadas à administração, e fornecer todos os relatórios que solicitarem sobre a Companhia e suas operações;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (v) Convocar a Assembleia Geral de Acionistas e apresentar, em reunião ordinária, o saldo do final do exercício fiscal juntamente com os relatórios, projeto de distribuição de utilidades e outras divulgações e informações especiais exigidas por lei, antes da análise, consideração e aprovação do Conselho de Administração;
- (vi) Manter o mercado plenamente informado dos fatos e assuntos relevantes ocorridos na Companhia, bem como de seus principais riscos, por meio da devida divulgação de informações à Superintendência Financeira e ao Mercado de Ações em que os títulos emitidos pela Companhia estão registrados. O acima exposto, para os acionistas e investidores devem ser constantemente informados de fatos, atos e operações relevantes relacionados à Companhia que, de alguma forma, possam afetar seus interesses;
- (vii) Assegurar o cumprimento efetivo e a divulgação do Código de Governança Corporativa, em conjunto com o Conselho de Administração; e
- (viii) Providenciar a abertura ou fechamento de subsidiárias ou agências, dentro ou fora da sede principal e determinar a extensão e limitações dos poderes concedidos aos administradores das respectivas instituições.

Diretor de Operações de Varejo

Diretor de Operações de Varejo Colômbia será nomeado pelo Conselho de Administração por prazo indeterminado, de acordo com as propostas apresentadas pelo Diretor Presidente da Companhia, e sem prejuízo da livre destituição pelo Conselho de Administração a qualquer momento, e realizará a representação legal da Companhia, judicial e extrajudicialmente e estará subordinada ao Diretor Presidente.

Além das funções gerais acima mencionadas, compete ao Presidente de Operações de Varejo:

- (i) Tomar decisões de acordo com a estratégia e as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente;
- (ii) Acompanhar, apoiar e complementar o Diretor Presidente em estratégia, relações governamentais, mídia, planos de expansão, investidores e novas iniciativas empresariais;
- (iii) Ser responsável pela operação da cadeia de fornecimento integral dos negócios de Varejo e P&L correspondente;
- (iv) Acompanhar o Diretor Presidente na reunião de investidores considerada pertinente;
- (v) Alinhar conceitual e filosoficamente as áreas de responsabilidade aos resultados do negócio de Varejo;
- (vi) Executar o plano de expansão;
- (vii) Assegurar a coordenação efetiva entre as principais áreas de negócios do Varejo e as áreas de apoio;
- (viii) Apoiar a estratégia competitiva dos diversos negócios do Varejo;
- (ix) Apoiar novos negócios já definidos e promover o desenvolvimento de novos negócios e ativos ocultos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (x) Priorizar as iniciativas de trabalho intra-área;
- (xi) Propor planos de remuneração que alinhem a administração com os resultados comerciais;
- (xii) Liderar a transformação organizacional necessária;
- (xiii) Gerenciar operações transversalmente através de áreas e negócios para obter resultados consistentes;
- (xiv) Alinhar as metas com os resultados requeridos. Assegurar controles periódicos;
- (xv) Otimizar os cenários de discussão e usar as principais informações comerciais para melhorar os procedimentos e programas;
- (xvi) Manter as metas do programa apesar das mudanças de pessoal que ocorrem;
- (xvii) Garantir a implementação dos acordos e objetivos estabelecidos;
- (xviii) Presidir o comitê de vice-presidentes e gerentes corporativos de varejo; e
- (xix) Assumir a responsabilidade pelas vendas, EBITDA, rotação de estoque, ambiente de trabalho, atendimento ao cliente, participação no mercado varejista.

Vice-Presidentes

O Conselho de Administração da Companhia elege os vice-presidentes, que podem substituir o Diretor Presidente, e substituí-lo em casos de ausência ocasional ou temporária e em ausências absolutas enquanto estiverem no cargo, ou quando estiverem legalmente impedidos ou impossibilitados de agir sobre um determinado assunto.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia conta com os seguintes Vice-Presidentes: Diretor de Operações, Diretor Financeiro, Vice-Presidente da Omni-channel e Inovação, Vice-Presidente de Serviços, Vice-Presidente Comercial, Vice-Presidente de Recursos Humanos, Vice-Presidente de Marketing, Vice-Presidente de Imóveis e Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e Diretor Jurídico.

(c) Data de criação do conselho fiscal, se não permanente, informando se tem seu próprio regulamento interno, e indicando, no caso afirmativo, a data de sua aprovação pelo conselho fiscal e, se o emissor divulgar o regulamento, os locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A legislação colombiana não exige que a Companhia tenha um Conselho Fiscal e, portanto, a Companhia não o tem.

(d) Se existem mecanismos de avaliação de desempenho para o Conselho de Administração e cada órgão ou comitê que se reporta ao Conselho de Administração, informando, em caso afirmativo

De acordo com o Artigo 14 do Regulamento Interno do Conselho de Administração, disponível em espanhol e em inglês no *website* da Companhia, <https://www.grupoexito.com.co/es/codigo-gobierno-corporativo>, o Conselho de Administração, assim como cada uma de suas Comissões, realizará anualmente um processo de avaliação para avaliar:

- (i) A atribuição dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (ii) O desempenho individual de cada membro; e
- (iii) O desempenho geral do respectivo órgão dirigente.

O Conselho de Administração também contratará consultores independentes e se apoiará em avaliações externas.

Além do acima exposto, o artigo 31 numeral (x) do Estatuto Social da Companhia prevê que o Presidente do Conselho de Administração deverá liderar o processo anual de avaliação do Conselho e de seus Comitês, exceto o seu próprio.

(i) A frequência da avaliação e seu escopo, indicando se a avaliação é realizada apenas em relação ao órgão ou se também inclui a avaliação individual de seus membros

O ciclo de avaliação de desempenho é anual com etapas que permitem o estabelecimento de objetivos, monitoramento, feedback permanente e avaliação final. Através da avaliação, o Conselho de Administração analisa o desempenho individual de cada membro, seja do Conselho de Administração ou de qualquer de suas comissões, e o desempenho geral do respectivo órgão.

(ii) Metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

As avaliações de desempenho podem ser realizadas por meio de avaliações internas ou externas feitas por consultores independentes.

A avaliação inclui os seguintes assuntos:

- (i) Autoavaliação, que inclui estes critérios: papel e responsabilidades, participação e contribuição estratégica;
- (ii) Recomendações relativas à agenda do Conselho de Administração e dos Comitês; e
- (iii) Oportunidades de melhoria para que as reuniões do Conselho de Administração e dos Comitês sejam de maior valor para a Companhia, sua administração e seus acionistas.

(iii) Como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para melhorar o funcionamento deste órgão

Uma vez recebidos e analisados pela Companhia, os resultados da avaliação são apresentados ao Conselho de Administração, que os analisará e determinará as medidas a serem implementadas a fim de aumentar os pontos fortes e trabalhar para resolver ou reduzir seus pontos fracos.

(iv) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externa

Em 2020, levando em consideração a recente eleição do Conselho de Administração (eleito em 23 de janeiro de 2020) e a pandemia da COVID-19, o Conselho de Administração aprovou a proposta da administração de dispensar a avaliação externa para aquele ano, antecipando um processo de avaliação interna. Entretanto, em 2022, será realizada a avaliação externa do Conselho de Administração e de suas comissões.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos para a convocação

A Assembleia Geral de Acionistas realizará sua reunião ordinária a cada ano, no máximo até 31 de março, no município ou sede social, e será convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia, para:

- (i) examinar a situação da Companhia,
- (ii) designar administradores e outros funcionários eleitos,
- (iii) determinar as diretrizes econômicas da Companhia,
- (iv) examinar as contas e saldos do ano passado,
- (v) resolver a distribuição dos lucros, e
- (vi) concordar em todas as decisões necessárias para garantir a conformidade com o propósito corporativo.

Se não for convocada, e desde que a lei atual contemple a possibilidade de realizar reuniões por direito próprio, a Assembleia Geral de Acionistas por direito próprio poderá se reunir no primeiro dia útil do mês de abril às 10 horas da manhã (10 horas), nos escritórios principais da administração, e realizará a reunião e decidirá validamente com um número plural de pessoas, qualquer que seja a quantidade de ações por elas representadas.

A convocação da assembleia será feita com pelo menos trinta dias de calendário de antecedência, sem prejuízo do cumprimento das normas legais, e a entrega das demonstrações contábeis, relatórios, propostas, livros e outros documentos correspondentes, que de acordo com as normas legais permanecerão à disposição dos acionistas para inspecionar ou consultar durante o período indicado no artigo 447 do Código de Comércio Colombiano, na sede da administração, será mencionada.

Dentro de cinco dias corridos após a publicação da convocatória de uma assembleia ordinária, para uma assembleia ordinária, qualquer acionista poderá fazê-lo: (i) Propor de maneira bem fundamentada a introdução de um ou mais itens na agenda da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) Apresentar de maneira bem fundamentada novas propostas para decidir sobre os itens já incluídos na agenda; e (iii) solicitar informações ou fazer consultas sobre os itens encontrados na agenda.

O Conselho de Administração regulamentará a forma pela qual responderá aos pedidos dos acionistas. Caso a proposta do acionista de acrescentar um ou mais itens à ordem do dia seja aceita pelo Conselho de Administração, um complemento à convocação da Assembleia Geral de Acionistas será publicado com pelo menos quinze dias de calendário antes da realização da assembleia ou quinze dias úteis de antecedência, se o novo ponto a ser incluído for um dos que conferem o direito de inspeção aos acionistas.

Em qualquer caso, os Acionistas manterão seu direito de apresentar propostas durante a Assembleia Geral de Acionistas, a menos que a segregação (cisão indevida) da Companhia seja apresentada à Assembleia Geral de Acionistas para sua consideração, caso tal decisão seja tomada por este órgão, ou quando os itens propostos são outros assuntos que, de acordo com a lei, só podem ser debatidos se requisitos especiais foram previamente observados sobre a convocação da assembleia, sua publicidade e sua entrega do projeto aos acionistas para exame durante o período da convocação, previsto o direito de inspeção.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, convocados em Assembleia Geral, de acordo com o Estatuto Social, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- (i) Escolher e destituir livremente os membros do Conselho de Administração, o Auditor Estatutário, e aprovar a política de sucessão para esses cargos, quando necessário;
- (ii) Aprovar a política geral de remuneração dos membros do Conselho de Administração, e da Alta Administração se for encontrado um componente variável da remuneração vinculado ao valor dos negócios da Companhia no mercado;
- (iii) Examinar a contabilidade que deve ser apresentada pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente a cada ano, ou sempre que a Assembleia o exigir e, conseqüentemente, aprovar, não aprovar ou modificar as demonstrações contábeis e divulgações correspondentes que, de acordo com as normas legais, devem submeter à consideração;
- (iv) Nomear de seu número uma comissão plural que estude as contas, as demonstrações contábeis e outros relatórios deste tipo, quando não aprovados, e que informe à Assembleia Geral de Acionistas suas conclusões no período indicado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- (v) Considerar os relatórios do Conselho de Administração e do Diretor Presidente em relação aos negócios sociais, divulgações, dados contábeis e estatísticos exigidos por lei; as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração com as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor Estatutário;
- (vi) Fazer uso dos lucros que existem de acordo com as demonstrações contábeis de situação e de resultados, uma vez aprovados, sujeitos às disposições legais e às normas deste estatuto. Ao exercer esta atribuição, poderá criar ou aumentar reservas voluntárias ou ocasionais para um fim específico; e fixar o valor do dividendo, a forma e o período em que ele deverá ser pago;
- (vii) Determinar a transferência ou uma mudança no destino das reservas ocasionais ou voluntárias, sua distribuição ou sua capitalização, quando estas forem consideradas desnecessárias;
- (viii) Distribuir os lucros que foram designados como reservas para reaquisição de ações, sujeito aos estatutos e normas legais e autorizar a aquisição de ações próprias da Companhia;
- (ix) Determinar que certas ações ordinárias sejam emitidas sem que elas estejam sujeitas a direitos de preferência;
- (x) Criar ações industriais ou de usufruto; emitir ações privilegiadas, emitir regulamentos para sua colocação, determinar sua natureza e a extensão de seus privilégios, reduzindo-os ou eliminando-os, sujeito às normas deste estatuto e disposições legais;
- (xi) Decidir (i) a fusão da Companhia com outra Companhia ou outras sociedades, (ii) sua transformação, (iii) sua cisão, ou (iv) sua separação (cisão indevida), a alienação de ações, um penhor ou o arrendamento do negócio corporativo ou de uma parte de seus ativos, sempre que tais ativos forem considerados essenciais para o negócio corporativo pelo Conselho de Administração, (v) a

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos para a convocação

A Assembleia Geral de Acionistas realizará sua reunião ordinária a cada ano, no máximo até 31 de março, no município ou sede social, e será convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia, para:

- (i) examinar a situação da Companhia,
- (ii) designar administradores e outros funcionários eleitos,
- (iii) determinar as diretrizes econômicas da Companhia,
- (iv) examinar as contas e saldos do ano passado,
- (v) resolver a distribuição dos lucros, e
- (vi) concordar em todas as decisões necessárias para garantir a conformidade com o propósito corporativo.

Se não for convocada, e desde que a lei atual contemple a possibilidade de realizar reuniões por direito próprio, a Assembleia Geral de Acionistas por direito próprio poderá se reunir no primeiro dia útil do mês de abril às 10 horas da manhã (10 horas), nos escritórios principais da administração, e realizará a reunião e decidirá validamente com um número plural de pessoas, qualquer que seja a quantidade de ações por elas representadas.

A convocação da assembleia será feita com pelo menos trinta dias de calendário de antecedência, sem prejuízo do cumprimento das normas legais, e a entrega das demonstrações contábeis, relatórios, propostas, livros e outros documentos correspondentes, que de acordo com as normas legais permanecerão à disposição dos acionistas para inspecionar ou consultar durante o período indicado no artigo 447 do Código de Comércio Colombiano, na sede da administração, será mencionada.

Dentro de cinco dias corridos após a publicação da convocatória de uma assembleia ordinária, para uma assembleia ordinária, qualquer acionista poderá fazê-lo: (i) Propor de maneira bem fundamentada a introdução de um ou mais itens na agenda da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) Apresentar de maneira bem fundamentada novas propostas para decidir sobre os itens já incluídos na agenda; e (iii) solicitar informações ou fazer consultas sobre os itens encontrados na agenda.

O Conselho de Administração regulamentará a forma pela qual responderá aos pedidos dos acionistas. Caso a proposta do acionista de acrescentar um ou mais itens à ordem do dia seja aceita pelo Conselho de Administração, um complemento à convocação da Assembleia Geral de Acionistas será publicado com pelo menos quinze dias de calendário antes da realização da assembleia ou quinze dias úteis de antecedência, se o novo ponto a ser incluído for um dos que conferem o direito de inspeção aos acionistas.

Em qualquer caso, os Acionistas manterão seu direito de apresentar propostas durante a Assembleia Geral de Acionistas, a menos que a segregação (cisão indevida) da Companhia seja apresentada à Assembleia Geral de Acionistas para sua consideração, caso tal decisão seja tomada por este órgão, ou quando os itens propostos são outros assuntos que, de acordo com a lei, só podem ser debatidos se requisitos especiais foram previamente observados sobre a convocação da assembleia, sua publicidade e sua entrega do projeto aos acionistas para exame durante o período da convocação, previsto o direito de inspeção.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, convocados em Assembleia Geral, de acordo com o Estatuto Social, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- (i) Escolher e destituir livremente os membros do Conselho de Administração, o Auditor Estatutário, e aprovar a política de sucessão para esses cargos, quando necessário;
- (ii) Aprovar a política geral de remuneração dos membros do Conselho de Administração, e da Alta Administração se for encontrado um componente variável da remuneração vinculado ao valor dos negócios da Companhia no mercado;
- (iii) Examinar a contabilidade que deve ser apresentada pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente a cada ano, ou sempre que a Assembleia o exigir e, conseqüentemente, aprovar, não aprovar ou modificar as demonstrações contábeis e divulgações correspondentes que, de acordo com as normas legais, devem submeter à consideração;
- (iv) Nomear de seu número uma comissão plural que estude as contas, as demonstrações contábeis e outros relatórios deste tipo, quando não aprovados, e que informe à Assembleia Geral de Acionistas suas conclusões no período indicado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- (v) Considerar os relatórios do Conselho de Administração e do Diretor Presidente em relação aos negócios sociais, divulgações, dados contábeis e estatísticos exigidos por lei; as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração com as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor Estatutário;
- (vi) Fazer uso dos lucros que existem de acordo com as demonstrações contábeis de situação e de resultados, uma vez aprovados, sujeitos às disposições legais e às normas deste estatuto. Ao exercer esta atribuição, poderá criar ou aumentar reservas voluntárias ou ocasionais para um fim específico; e fixar o valor do dividendo, a forma e o período em que ele deverá ser pago;
- (vii) Determinar a transferência ou uma mudança no destino das reservas ocasionais ou voluntárias, sua distribuição ou sua capitalização, quando estas forem consideradas desnecessárias;
- (viii) Distribuir os lucros que foram designados como reservas para reaquisição de ações, sujeito aos estatutos e normas legais e autorizar a aquisição de ações próprias da Companhia;
- (ix) Determinar que certas ações ordinárias sejam emitidas sem que elas estejam sujeitas a direitos de preferência;
- (x) Criar ações industriais ou de usufruto; emitir ações privilegiadas, emitir regulamentos para sua colocação, determinar sua natureza e a extensão de seus privilégios, reduzindo-os ou eliminando-os, sujeito às normas deste estatuto e disposições legais;
- (xi) Decidir (i) a fusão da Companhia com outra Companhia ou outras sociedades, (ii) sua transformação, (iii) sua cisão, ou (iv) sua separação (cisão indevida), a alienação de ações, um penhor ou o arrendamento do negócio corporativo ou de uma parte de seus ativos, sempre que tais ativos forem considerados essenciais para o negócio corporativo pelo Conselho de Administração, (v) a

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

aquisição de empresas ou ativos sempre que a aquisição, de acordo com o Conselho de Administração, possa modificar o negócio corporativo, (vi) a dissolução antecipada ou a extensão de sua duração e (vii) em geral, sobre qualquer mudança, extensão ou modificação do Estatuto Social;

- (xii) Ajuizar as ações judiciais correspondentes contra os administradores, os delegados diretos ou o Auditor Estatutário;
- (xiii) Designar, em caso de dissolução da Companhia, um ou vários liquidantes e delegados suplentes para cada um deles, retirando-os, determinando sua retribuição e ditando-lhes ordens e instruções necessárias para a liquidação, e aprovando suas contas. Enquanto os nomes do liquidante e seu delegado suplente não forem registrados, o Diretor Presidente será considerado como tal quando a Companhia estiver em liquidação, e os delegados suplentes serão aqueles que naquele momento forem delegados suplentes do Diretor Presidente, na ordem correspondente;
- (xiv) Criar e colocar ações com dividendos preferenciais e sem direito a voto; entretanto, estas não poderão representar mais do que a porcentagem máxima (%) estabelecida por lei;
- (xv) Adotar, em geral, todas as medidas necessárias para o cumprimento dos estatutos e para o interesse comum dos acionistas;
- (xvi) Qualquer outra indicada pela lei ou por este estatuto social e que não seja realizada por qualquer outro órgão social.

(c) Endereços (físicos ou eletrônicos) onde os documentos relacionados com a assembleia geral estarão disponíveis para que os acionistas analisem

Os acionistas podem consultar os documentos relativos às assembleias gerais no site da Companhia <https://www.grupoexito.com.co/pt>.

(d) Identificação e gestão de conflitos de interesse

Não dispomos de mecanismos específicos para identificar conflitos de interesse nas assembleias de acionistas.

Além disso, a Companhia tem uma política sobre transações de partes relacionadas e conflito de interesses, conforme descrito na seção 16 deste Formulário de Referência.

(e) Solicitação de procuradores pela gerência para o exercício do direito de voto

Todos os acionistas da Companhia podem ser representados nas Assembleias Gerais de Acionistas concedendo uma procuração por escrito indicando o nome do procurador, a pessoa que o procurador pode substituir e a data da(s) reunião(ões) para a(s) qual(is) a procuração é concedida. Uma procuração concedida para uma assembleia é considerada válida para o número de sessões da Assembleia Geral de Acionistas correspondente à mesma assembleia. Os mandantes e representantes devem ser identificados pelas disposições legais. A fim de minimizar o uso de delegações sem instruções de voto, a Administração da Companhia deverá publicar um formulário de procuração em seu website, incluindo os diferentes itens da ordem do dia, para que o Acionista possa instruir o representante sobre como votar em cada item.

Exceto nos casos de agentes registrados, os Administradores e funcionários da Companhia não podem representar ações que não sejam suas nas Assembleias Gerais de Acionistas

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

enquanto ocupam seus cargos, nem podem substituir os procuradores a eles concedidos. Além disso, os Administradores e funcionários não podem votar nos balanços, contas de final de ano ou contas de liquidação.

(f) Formalidades exigidas para aceitação de procurações concedidas pelos acionistas, indicando se o emitente exige ou dispensa a autenticação, consularização e tradução juramentada, e se o emitente aceita procurações concedidas pelos acionistas por meios eletrônicos

Os direitos inerentes a um acionista podem ser exercidos por procuração ou agentes nomeados em escritura pública ou documento particular, carta ou fax dirigido à Companhia, ou em outra forma escrita. A representação de ações para deliberar e votar na Assembleia Geral de Acionistas e as procurações outorgadas para este efeito pelos acionistas estão sujeitas às proibições, restrições e exigências da lei.

Tais poderes podem ser autorizados por escrito, indicando o nome do representante ou agente, a pessoa a quem ele pode delegar a representação, se for o caso, e a data ou período da reunião ou reuniões para as quais o poder é conferido. Os poderes autorizados fora do país estão sujeitos aos mesmos requisitos.

(g) Formalidades exigidas para a aceitação do formulário de votação à distância, quando enviado diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa a autenticação e a consularização

Os direitos inerentes a um acionista podem ser exercidos por procuração ou agentes nomeados em escritura pública ou documento particular, carta ou fax dirigido à Companhia, ou em outra forma escrita. A representação de ações para deliberar e votar na Assembleia Geral de Acionistas e as procurações outorgadas para este efeito pelos acionistas estão sujeitas às proibições, restrições e exigências da lei. Tais poderes podem ser autorizados por escrito, indicando o nome do representante ou agente, a pessoa a quem ele pode delegar a representação, se for o caso, e a data ou período da reunião ou reuniões para as quais o poder é conferido. Os poderes autorizados fora do país estão sujeitos aos mesmos requisitos.

(h) Se a Companhia fornece um sistema eletrônico para o recebimento do formulário de votação à distância ou participação remota

A Companhia não fornece um sistema eletrônico para o recebimento do voto à distância ou participação remota própria. Nas reuniões realizadas por meios eletrônicos, foi contratada uma plataforma especializada neste tipo de serviço, a fim de se instalar para verificação do quórum, votação à distância e contagem de votos.

(i) Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de resoluções, lâminas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no formulário de votação à distância

Dentro de cinco dias corridos após a publicação da convocação de uma assembleia ordinária, qualquer acionista poderá:

- (i) Propor de maneira bem fundamentada a introdução de um ou mais itens na agenda da Assembleia Geral de Acionistas;
- (ii) Apresentar, de maneira bem fundamentada, novas propostas para decidir sobre os itens já incluídos na ordem do dia; e
- (iii) Solicitar informações ou fazer consultas sobre os itens encontrados na agenda.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

O Conselho de Administração regulamentará a forma pela qual responderá aos pedidos dos acionistas. Se a proposta do acionista de acrescentar um ou mais itens à ordem do dia for aceita pelo Conselho de Administração, um complemento à convocação da Assembleia Geral de Acionistas será publicado com pelo menos quinze dias de calendário antes da realização da Assembleia. Ou quinze dias úteis antes, se o novo ponto a ser incluído for um daqueles que conferem o direito de inspeção aos acionistas.

Em qualquer caso, os Acionistas manterão seu direito de apresentar propostas durante a Assembleia Geral de Acionistas, a menos que a segregação (cisão indevida) da Companhia seja apresentada à Assembleia Geral de Acionistas para sua consideração, caso tal decisão seja tomada por este órgão, ou quando os itens propostos são outros assuntos que, de acordo com a lei, só podem ser debatidos se requisitos especiais foram previamente observados sobre a convocação da Assembleia, sua publicidade e sua entrega do projeto aos acionistas para exame durante o período da convocação, previsto o direito de inspeção.

(j) Se a Companhia fornece fóruns e páginas na rede mundial de computadores para receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as agendas das Assembleias de acionistas

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as agendas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias para a participação remota e o exercício do direito de voto à distância

Não há informações, além das instruções fornecidas acima, necessárias para a participação remota e o exercício do direito de voto remoto para as Assembleias de Acionistas da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3 – Regras, políticas e práticas relacionadas com o Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício financeiro, especificando o número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á regularmente pelo menos oito (8) vezes por ano; e extraordinariamente quando convocado pelo mesmo Conselho de Administração, pelo Presidente, pelo Auditor Estatutário ou por dois de seus Membros. As convocações para reuniões extraordinárias serão comunicadas com pelo menos um dia de antecedência, mas se todos os membros já estiverem reunidos, poderão deliberar validamente em qualquer lugar e tomar decisões sem convocação prévia.

As reuniões deverão ser realizadas no domicílio social ou em local acordado pelo Conselho de Administração.

Nos casos e sob os requisitos estabelecidos por lei, as deliberações e decisões do Conselho de Administração poderão ser realizadas através de comunicações simultâneas ou sucessivas entre os membros, incluindo telefone, fax, rádio ou outra forma apropriada de transmissão e recepção de mensagens audíveis ou visíveis. Além disso, as decisões poderão ser adotadas por votação à distância por escrito pelos membros do Conselho de Administração no mesmo documento ou em documentos separados, indicando claramente o voto emitido por cada um dos membros, quando e se o documento for recebido pelo Presidente do Conselho de Administração ou representante legal dentro de um mês após a data da primeira comunicação recebida.

No último exercício, o Conselho de Administração se reuniu 10 vezes, sendo 8 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias.

(b) Se houver, as disposições do acordo de acionistas que estabelecem uma restrição ou restrição ao exercício do direito de voto dos membros do conselho

A Companhia não tem um Acordo de Acionistas em vigor na data deste Formulário de Referência.

(c) Regras para identificação e gestão de conflitos de interesse

Se houver um potencial Conflito de Interesses (entendido como a definição dada no Artigo 23 da Lei colombiana 222/1995, bem como qualquer outro regulamento que o acrescente, altere ou substitua no futuro), como resultado do qual um ou vários dos membros do Conselho devem se abster de participar da deliberação e votação, o quórum será composto pelos membros do Conselho que não foram implicados no potencial Conflito de Interesses, e as decisões serão adotadas com a maioria simples deles, desde que seja atingido o quórum para a tomada de decisões exigido por lei. Caso contrário, a decisão que gerar o possível conflito de interesses deverá ser submetida à consideração do Comitê de Conflito de Interesses, de acordo com as regras definidas na Política de Conflito de Interesses contida no Código de Ética e Conduta, assim como no Estatuto Social da Companhia.

Os casos de Conflitos de Interesses de Conselheiros devem ser processados de acordo com a Política de Conflitos de Interesses contida no Código de Ética e Comportamento, bem como no Estatuto Social da Companhia.

O código pode ser consultado, em espanhol e inglês, no *website* <https://www.grupoexito.com.co/es/programa-transparencia>.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

(d) Se o emissor tem uma política formalmente aprovada para nomeação e preenchimento de cargos no Conselho de Administração, informando, se for o caso:

(i) Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, se o emissor divulgar a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Na reunião realizada em 10 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a Política Eleitoral e Sucessória do Conselho de Administração, que foi emitida após a adoção das medidas introduzidas no Código de Melhores Práticas Corporativas (Código País) promovido pela Superintendência Financeira da Colômbia, e foi submetida à consideração da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 17 de março de 2015. A política pode ser consultada, em espanhol e inglês, na Seção 2.2.2 do Código de Governança Corporativa, no website <https://www.grupoexito.com.co/es/codigo-gobierno-corporativo>.

(ii) Principais características da política, incluindo regras sobre o processo de nomeação dos membros do Conselho de Administração, a composição do órgão e a seleção de seus membros

O Conselho de Administração é o órgão máximo de administração da Companhia. É composto por nove (9) membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, dos quais, pelo menos três (3) devem ser membros independentes, conforme estabelecido na Lei 964/2005 e em qualquer regulamentação que acrescente ou altere a referida lei, e de acordo com o Código. O Presidente da Companhia não é membro do Conselho, mas deve participar de todas as reuniões do Conselho, tendo voz, mas sem voto, e não receberá nenhuma remuneração especial por participar de tais reuniões. Em qualquer caso, o Conselho de Administração pode validamente se reunir, deliberar e decidir sem a presença do Diretor-Presidente. Entretanto, essa pessoa poderá ser membro da Diretoria se eleita pela Assembleia Geral de Acionistas, e quando eleita, terá os mesmos direitos e privilégios que os outros membros da Diretoria.

A nomeação dos Conselheiros será por períodos de dois (2) anos, mas eles poderão ser reeleitos indefinidamente e destituídos livremente pela Assembleia Geral de Acionistas a qualquer momento.

Para o período pelo qual foi eleito, o Conselho de Administração nomeará um Presidente dentre seus membros, que conduzirá as reuniões e dirigirá as deliberações e trabalhos da Companhia. Na ausência do Presidente, as reuniões serão conduzidas por um dos membros presentes à reunião, nomeado ad hoc. Qualquer pessoa que seja o Agente Registrado da Companhia não poderá exercer a função de Presidente do Conselho de Administração.

A Companhia terá um Conselheiro Geral, que poderá ser livremente nomeado e destituído pelo Conselho de Administração, e que também atuará como Secretário da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração. O Conselheiro Geral é responsável por apoiar o bom funcionamento das reuniões do Conselho de Administração e por assegurar o cumprimento de suas regras e procedimentos de governança corporativa.

O Conselho de Administração poderá deliberar validamente com a presença de cinco (5) de seus membros, sendo que essa mesma maioria de votos será necessária para aprovar as decisões, exceto nos casos em que o Estatuto Social da Companhia ou disposições legais exijam maioria especial.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Por meio de seu Presidente e com o apoio do Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa, o Conselho de Administração é o órgão apropriado para centralizar e coordenar o processo de formação do Conselho de Administração antes da Assembleia Geral de Acionistas. Para estes fins, juntamente com o anúncio da Assembleia Geral Ordinária do ano em que o Conselho de Administração deve ser nomeado, ele deve informar aos Acionistas o tempo que eles têm que apresentar suas listas de candidatos para formar o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração publicará no website da Companhia a composição provisória dos perfis de cargos relacionados a aspectos como experiência profissional e conhecimento, bem como os perfis pessoais, relatando aspectos como carreira, reconhecimentos, prestígio e outras características que o Conselho de Administração julgar relevantes.

Além disso, o Conselho de Administração deve estabelecer os procedimentos de resposta aos Acionistas que aspiram a fazer parte do Conselho de Administração ou a apresentar seus candidatos, ou que pretendem negociar saldos de ações e distribuição entre as diferentes categorias de membros.

O Conselho de Administração deverá regulamentar os termos em que os Acionistas deverão apresentar suas listas de candidatos, as quais deverão incluir o número total de pessoas a eleger, juntamente com seus currículos e os demais documentos exigidos pelo Conselho de Administração, a fim de prepará-los com antecedência suficiente. As listas de candidatos que serão apresentadas devem atender à diversidade de seus membros, tanto nos aspectos profissionais e acadêmicos, quanto nos pessoais, tais como: sexo, nacionalidade, idade, raça, entre outros, a fim de garantir a complementaridade dos candidatos propostos. Adicionalmente, o Conselho de Administração estabelecerá um procedimento para a avaliação dos candidatos propostos pelos Acionistas, que estabelece a entrega dos resultados com suficiente antecedência à Assembleia Geral de Acionistas, para que todos os Acionistas tenham tempo para uma avaliação adequada. A avaliação pelo Conselho de Administração deverá incluir o estabelecimento da existência de quaisquer incompatibilidades ou desqualificações para o exercício do cargo, possíveis Conflitos de Interesses, e o cumprimento pelos candidatos dos requisitos contidos nesta política, incluindo aqueles que acreditam a independência dos candidatos que participam com tal condição.

Ao conduzir a análise e avaliação dos candidatos, o Conselho de Administração deverá levar em consideração os seguintes itens:

- **Nível de conhecimento:** Os candidatos a Conselheiros devem demonstrar seus conhecimentos sobre tópicos relevantes para os negócios corporativos, o que não implica necessariamente em conhecimento de vendas a varejo. Este conhecimento deve ser acreditado por meio de experiência de trabalho, estudos acadêmicos, trabalhos de pesquisa ou publicações sobre estes assuntos.
- **Habilidades gerenciais e diretivas:** De preferência, os candidatos a membros do Conselho deverão ter experiência em trabalho diretivo e gerencial ou ter participado como membros de outros Conselhos de Administração ou de qualquer outro órgão dirigente executivo.
- **Habilidades pessoais:** Os candidatos para serem membros do Conselho devem ser pessoas de reconhecida integridade ética e moral. Portanto, será verificado se os candidatos estiveram envolvidos em uma das seguintes situações durante os cinco (5) anos anteriores à data de nomeação: (i) foram condenados por crime comum ou um dos crimes indicados no Artigo 16 do Código de Comércio, (ii) tiveram multas disciplinares ou fiscais impostas por qualquer órgão governamental,

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

(iii) foram denunciados em listas ou associados a condutas relacionadas à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. • Comprometimento e imparcialidade: Os candidatos devem ter um compromisso real de contribuir para o valor da Companhia e de representar seus interesses e os de seus Acionistas. Eles também devem ter tempo suficiente disponível para cumprir diligentemente suas responsabilidades e agir com imparcialidade na tomada de decisões, demonstrando compromisso ético e respeito por todas as partes interessadas da Companhia.

O Conselho de Administração deve verificar se os candidatos não estão envolvidos em nenhuma das seguintes incompatibilidades ou desqualificações: No Conselho de Administração, não pode haver uma maioria composta de (i) pessoas relacionadas entre si por casamento, união civil ou relacionamento ao quarto grau de consanguinidade, segundo grau de afinidade ou primeiro grau de parentesco por adoção; ou (ii) pessoas contratadas pela Companhia para trabalhar. Os candidatos a Conselheiros devem informar à Companhia se pertencem a outros Conselhos de Administração de empresas colombianas com o objetivo de que nenhum deles esteja em mais de cinco (5) Conselhos de Administração na Colômbia (Artigo 202 do Código de Comércio). O Conselho de Administração poderá definir outras incompatibilidades e desqualificações aplicáveis aos Conselheiros.

O procedimento para a eleição dos candidatos ao Conselho de Administração pode ser encontrado, em espanhol e inglês, no *website* da Companhia: <https://www.grupoexito.com.co/es/procedimientos-corporativos>.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**12.4 - Descrição da cláusula compromissória para solução de conflitos por arbitragem**

As disputas que surgirem entre os acionistas definidos no Contrato Social, os acionistas e a Companhia, ou os acionistas e o Conselho de Administração, enquanto esta entidade existir, no momento em que estiver sendo dissolvida ou durante o período em que estiver sendo liquidada, e que não possam ser resolvidas diretamente pelos envolvidos com um período de trinta dias úteis estarão sujeitas à decisão de um Tribunal Arbitral, composto de três árbitros designados e acordados pelas partes, e se não houver acordo, pela Câmara de Comércio de Medellín. A decisão deve ser proferida de acordo com a lei, de preferência aplicando os regulamentos contidos nos estatutos aqui detalhados e, quando estes ou outras leis colombianas não forem cumpridas, aplicando os princípios gerais de direito e equidade natural, de acordo com os regulamentos legais que regem o processo de arbitragem. Se, por algum motivo, a Câmara de Comércio não designar os árbitros, a designação será realizada de acordo com os regulamentos processuais que se aplicam ao caso. Para estes fins, uma parte é entendida como uma pessoa ou grupo de pessoas com um interesse comum.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Ivonne Windmuller Palacio 000.000.000-00	14/06/1981 Engenheiro Industrial	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora Financeira	26/10/2022 05/12/2022	Indeterminado Sim	0 0%
Carlos Mario Giraldo Moreno 000.000.000-00	21/09/1960 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	19/02/2013 01/04/2013	Indeterminado Sim	0 0%
Juan Felipe Montoya Calle 000.000.000-00	21/07/1974 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Vice-Presidente de Recursos Humanos	26/10/2010 16/11/2010	Indeterminado Sim	0 0%
Juan Lucas Vega Palacio 000.000.000-00	22/10/1978 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Vice-Presidente Imobiliário	04/07/2013 04/07/2013	Indeterminado Sim	0 0%
Claudia Andrea Campillo Velásquez 000.000.000-00	11/12/1979 Advogada	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Vice-Presidente de Assuntos corporativos e Diretor Jurídico	29/11/2019 15/12/2019	Indeterminado Sim	0 0%
Camilo Alberto Gallego Ferrer 000.000.000-00	12/11/1974 Engenheiro Mecânico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Vice-Presidente de Serviços	19/01/2016 19/01/2016	Indeterminado Sim	0 0%
Carlos Ariel Gómez Gutierrez 000.000.000-00	08/10/1969 Administrador de empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Vice-presidente comercial	16/06/2020 01/07/2020	Indeterminado Sim	0 0%
Lucas López Lince 000.000.000-00	18/04/1981 Engenheiro de Negócios	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Vice-Presidente de Marketing	06/05/2022 16/05/2022	Indeterminado Sim	0 0%
Jacky Yanovich Mizrachi	29/01/1974	Pertence apenas à Diretoria	17/07/2019	Indeterminado	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
000.000.000-00	Empresário Internacional	19 - Outros Diretores COO	01/10/2019	Sim	0%
José Gabriel Loaiza Herrera	19/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	26/01/2022	Indeterminado	0
000.000.000-00	Engenheiro de Negócios	19 - Outros Diretores Vice-presidente de Omnichannel e Inovação	01/02/2022	Sim	0%
Jorge Alberto Jaller Jaramillo	19/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	13/07/2022	Indeterminado	0
000.000.000-00	Advogado	19 - Outros Diretores Vice-presidente de Varejo (Exito e Carulla)	01/08/2022	Sim	0%
Luis Fernando Alarcón	10/08/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/10/2022	25/10/2024	6
000.000.000-00	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/10/2022	Sim	100%
Presidente do Conselho de Administração. Membro do comitê de nomeação, remuneração e governança corporativa, Comitê de Auditoria e Riscos, comitê financeiro e comitê de negócios e investimentos.					
Christophe Hidalgo	25/10/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/10/2022	25/10/2024	3
214.455.098-06	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/10/2022	Sim	100%
Membro do comitê de negócios e investimentos e do comitê financeiro e é um membro convidado do comitê de auditoria e riscos.					
Guillaume Michaloux	28/11/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/10/2022	25/10/2024	1
000.000.000-00	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/10/2022	Sim	0%
Membro do comitê de negócios e investimentos e do comitê financeiro					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Rafael Russowsky	10/12/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/10/2022	25/10/2024	3
934.869.950-49	Gerente de negócios	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/10/2022	Sim	100%
Membro do comitê financeiro e do comitê de sustentabilidade.					
Philippe Alarcon	22/03/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/10/2022	25/10/2024	7
000.000.000-00	Gerente de Negócios (contador)	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/10/2022	Sim	100%
Membro do comitê de sustentabilidade, nomeações, remuneração e comitê corporativo e comitê de governança.					
Bernard Petit	08/04/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/10/2022	25/10/2024	5
000.000.000-00	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/10/2022	Sim	100%
Membro do comitê de negócios e investimentos e também é membro do comitê de auditoria e riscos.					
Felipe Ayerbe	15/06/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/10/2022	25/10/2024	8
000.000.000-00	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/10/2022	Sim	100%
Membro do comitê de nomeação, remuneração e governança corporativa, Comitê de Auditoria e Riscos, comitê financeiro e comitê de sustentabilidade.					
Ana Maria Ibáñez	01/01/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/10/2022	23/01/2024	5
000.000.000-00	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/10/2022	Sim	91%
Membro do comitê de nomeação, remuneração e governança corporativa, Comitê de Auditoria e Riscos e comitê de sustentabilidade.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Ivonne Windmuller Palacio - 000.000.000-00

A Sra. Windmueller é graduada em administração de empresas pela FH Münster e como Administradora de Negócios Internacionais pela Universidade La Sabana, e pós-graduada em Finanças Corporativas pela Universidade EIA. A Sra. Windmueller tem mais de 14 anos de experiência em finanças em diferentes setores, os últimos cinco trabalhando como Gerente de Finanças Corporativas do Grupo Éxito.

A Sra. Ivonne Windmuller Palacio não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Ivonne Windmuller Palacio declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Carlos Mario Giraldo Moreno - 000.000.000-00

Carlos Mario Giraldo Moreno é advogado da Universidade de Medellín, com mestrado em Direito pela Universidade de Tulane. Ele também estudou Gestão Estratégica e Planejamento de Varejo na Babson College e estudos de atualização em Gestão e Marketing na Kellogg e Stanford. Ele tem uma reconhecida carreira profissional com mais de 25 anos de experiência no consumo em massa, incluindo 13 em Nutresa (Noel e Zenú), onde atuou como Presidente das Industrias Alimenticias Noel e depois da Companhia de Galletas Noel por cerca de 10 anos. Da mesma forma, foi Presidente da Diretoria Geral da ANDI entre 2003 e 2004, foi membro do Conselho de Administração da ISA S.A. até 2021. Trabalha no Grupo Éxito desde 2007, como Presidente de Operações de Varejo entre 2007 e 2013 e como CEO da Companhia desde março de 2013 até esta data. Atualmente é membro do Conselho de Administração da: Solla S.A. e Copa Airlines Colombia.

Carlos Mario Giraldo Moreno não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Mario Giraldo Moreno declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Juan Felipe Montoya Calle - 000.000.000-00

Juan Felipe Montoya Calle é nosso Vice-Presidente de Recursos Humanos desde 2010 e conosco desde 1996. Antes de assumir seu cargo atual, o Sr. Montoya atuou como Diretor de Operações, bem como Chefe Distrital e como Gerente de Recursos Humanos. Ele é formado em Direito, especializado em Direito do Trabalho e Previdência Social pela Pontifícia Universidade Bolivariana.

O Sr. Juan Felipe Montoya Calle não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Juan Felipe Montoya Calle declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Juan Lucas Vega Palacio - 000.000.000-00

Juan Lucas Vegas Palacio atuou como Diretor de Planejamento na Vice-Presidência de Imóveis por mais de quatro anos. Ele é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de Antioquia e pós-graduado em Finanças pela Universidade de Nova York. Em 2001, atuou como Assistente do Presidente da Galletas Noel Companhia, em 2006, ingressou no Grupo Casino na França para estudar expansão internacional e em 2008, ingressou no Grupo Éxito onde liderou importantes projetos de expansão como a integração Cafam-Éxito e outros processos de crescimento com a abertura de várias lojas através de aquisições locais.

O Sr. Juan Lucas Vegas Palacio não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Juan Lucas Vegas declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Claudia Andrea Campillo Velásquez - 000.000.000-00

Claudia Campillo Velásquez é formada em Direito pela Pontifícia Universidade Bolivariana, tem mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Sergio Arboleda, assim como outros diplomas em contratos internacionais da Universidade Externado de Colombia e Alta Administração da Universidade de Medellín, entre outros estudos que lhe permitiram fortalecer seu perfil profissional. Antes de ingressar na Companhia, trabalhou como gerente de projetos na Konfirma S.A.S. e como Diretora Jurídica na Câmara de Comércio de Medellín para Antioquia.

Claudia Campillo Velásquez não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Claudia Campillo Velásquez declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Camilo Alberto Gallego Ferrer - 000.000.000-00

Camilo Gallego Ferrer é Engenheiro Mecânico, Especialista em Finanças e possui um MBA da Universidade EAFIT. Em sua carreira, ocupou vários cargos de gerência, entre os quais se destacam Gerente Geral de Serviços Carvajal, Diretor Administrativo e Financeiro do Laboratorio Retina, distribuidor de equipamentos e suprimentos para oftalmologia e optometria; e Diretor de Planejamento Financeiro e CFO em Proquinal. Nessas funções, ele atingiu marcos significativos no clima financeiro e trabalhista. Como Vice-Presidente da Éxito Services, ele é responsável pelos serviços corporativos, serviços de instalações (água, eletricidade, ar, entre outros) e serviços de tecnologia da informação.

O Sr. Camilo Gallego Ferrer não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Camilo Gallego Ferrer declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Carlos Ariel Gómez Gutierrez - 000.000.000-00

Carlos Ariel Gómez Gutiérrez é formado em Administração de Empresas pela Universidade EAN e em Publicações pela UPB. Ele também é Especialista em Administração pela Universidade de Medellín. Ele tem 21 anos de experiência na Organização onde atuou como Analista de Publicidade e Mídia, Coordenador de Promoções e Eventos da Cadeia Superlay, Administrador de Vendas em Variedade Comercial, Gerente de Hardware Comercial, Chefe de Ativação Comercial e Gerente de Entretenimento Corporativo. Atualmente ele atua como Vice-Presidente Comercial.

Carlos Ariel Gómez Gutiérrez não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Ariel Gómez Gutiérrez declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Lucas López Lince - 000.000.000-00

O Sr. López é um profissional em Engenharia Administrativa e tem um MBA da Hult International Business School University. Ele foi Chefe da Região Cone Sul da Companhia Sueca Essity como responsável por 6 países da América do Sul. Ele também atuou como VP de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Família, tem ampla experiência em estratégia e transformação digital e trabalhou em conselhos de administração em setores como têxteis, moda, entretenimento, alimentos e varejo.

O Sr. Lucas López Lince não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Lucas López Lince declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Jacky Yanovich Mizrachi - 000.000.000-00

Jacky Yanovich Mizrachi é Negociador Internacional da Universidade EAFIT e graduado pelo programa executivo da Haute École de Commerce (HEC) na França. Ele tem servido durante 19 anos na Companhia em diferentes posições, tais como: Gerente de Loja, Diretor de Operações Éxito, Ley e Pomona, e Gerente da marca Éxito

O Sr. Jacky Yanovich Mizrachi não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Jacky Yanovich Mizrachi declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

José Gabriel Loaiza Herrera - 000.000.000-00

José Gabriel Loaiza é formado em Engenharia de Administração da Facultad de Minas da Universidade Nacional da Colômbia, e mestre em Negócios Internacionais pela Universidade A&M do Texas. Ele começou sua carreira com o Grupo Éxito em 1996 como estagiário. Em 1998, ele atuou em compras de papelaria na Cadenalco, em 2001 tornou-se gerente de vendas para o formato Éxito e em 2003 trabalhou na Precision Trading Corp. nos Estados Unidos. Em 2006 retornou ao Grupo Éxito como Chefe do Departamento de Relações com Investidores, e em 2008 tornou-se Diretor de Planejamento Financeiro. Em 2010, tornou-se o Gerente Corporativo de Entretenimento, cargo que ocupou até 30 de junho de 2011, quando foi nomeado Vice-Presidente Comercial e de Suprimentos do Grupo Éxito.

José Gabriel Loaiza Herrera não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. José Gabriel Loaiza declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Jorge Alberto Jaller Jaramillo - 000.000.000-00

O Sr. Jaller é advogado da Universidade Pontifícia Bolivariana e tem mestrado em marketing pela Universidade Concordia, no Canadá. Em sua carreira profissional, o Sr. Jaller especializou-se em Varejo, transformação da organização, experiência do cliente e inovação. Ao longo de 24 anos na Companhia, ocupou cargos como Diretor de Vendas e Operações Éxito, Gerente Corporativo de Têxteis e Casa e até hoje trabalha como Gerente Corporativo da Marca Éxito.

O Sr. Jorge Alberto Jaller Jaramillo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Jorge Alberto Jaller Jaramillo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Luis Fernando Alarcón - 000.000.000-00

Luis Fernando Alarcón é formado em Engenharia Civil pela Universidade dos Andes e tem mestrado em Engenharia Civil pelo Massachusetts Institute of Techn-logy - MIT. Ele já serviu em grandes empresas na Colômbia, como por exemplo: Gerente Geral da Interconexión Eléctrica S.A.-ISA-, CEO da Asofondos e CEO da Flota Mercante Grancolombiana. Ele também foi Ministro da Fazenda e Diretor Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Sr. Alarcón foi membro dos conselhos de administração de empresas renomadas como Avianca, Banco de Bogotá, Bolsa de Valores da Colômbia, ISA, Baviera, Caracol S.A., Cafesalud, Valores Bavaria, Caracol Televisión e Grupo de Inversiones Suramericana S.A. Atualmente é presidente do Conselho de Administração da Almacenes Éxito S.A. e membro do Conselho de Administração da Eléctricas de Medellín Comercial (Edemco), Frontera Energy Corp., Fundación Plan e membro do Conselho de Administração da Universidad de los Andes.

Luis Fernando Alarcón não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Luis Fernando Alarcón declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Christophe Hidalgo - 214.455.098-06

Christophe Hidalgo é bacharel em direito privado e licenciado em finanças e contabilidade, ambos pela Universidade de Bordeaux (França). Ele trabalhou como CFO do Grupo Éxito (Colômbia), subsidiária do Grupo Casino, de 2010 a 2012 e foi CFO (Chief Financial Officer) do GPA de 2012 a 2021. Após ingressar no Casino, em 2000, ele assumiu vários cargos em finanças e controladoria no Grupo. Como experiência anterior no Brasil, ele trabalhou como CFO da varejista Castorama, entre 1996 e 2000. Christophe é bacharel em direito privado e formado em finanças e contabilidade, ambos pela Universidade de Bordeaux (França).

Christophe Hidalgo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Christophe Hidalgo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Guillaume Michaloux - 000.000.000-00

Guillaume Michaloux é Diretor de Estratégia e M&A LatAm no Casino Group desde 2019, com sede no Brasil. Anteriormente, foi responsável, de 2016 a 2019, pelo processo de planejamento estratégico do Casino Group. Antes de se juntar ao Casino, trabalhou durante 6 anos para o Ministério das Finanças francês, onde ocupou vários cargos no Departamento de Orçamento. Guillaume tem um Mestrado em Assuntos Públicos no Science Po Paris e um Mestrado em Gestão na ESCP Europe Business School (Paris).

O Sr. Guillaume Michaloux não ocupa cargos noutras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Guillaume Michaloux declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Rafael Russowsky - 934.869.950-49

Rafael Russowsky é Diretor de Desenvolvimento Corporativo e Holdings do Grupo Casino desde 2012. Anteriormente, ele foi um banqueiro de investimentos especializado em fusões e aquisições e transações de mercado de capitais no Credit Suisse, Morgan Stanley, e Oppenheimer & Co. Antes disso, ele trabalhou no HSBC e Safra Bank, focado em transações de crédito. Russowsky é bacharel em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil) e possui MBA pela Columbia Business School em Nova York.

O Sr. Rafael Russowsky não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rafael Russowsky declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Philippe Alarcon - 000.000.000-00

Philippe Alarcon é Diretor Coordenador Internacional do Grupo Casino desde 2011 e ocupou vários cargos no Grupo Casino desde que se juntou ao Grupo em 1983. Após ter ocupado um cargo de controlador administrativo no Departamento Financeiro do Casino Group, ele ocupou vários cargos como Diretor Financeiro em várias subsidiárias do Grupo, incluindo subsidiárias industriais, supermercados e restaurantes. Ele começou sua carreira internacional na Polônia, onde ocupou o cargo de Diretor Financeiro do Casino Poland por 8 anos, e depois ocupou o cargo de CEO de atividades imobiliárias. Em 2005, ele retornou à França para ocupar o cargo de Gerente Geral do negócio imobiliário do Grupo Casino até 2011, quando ele se tornou Diretor Internacional do Grupo. Ele é membro do Conselho de Administração do Grupo Éxito desde 2012, e do GPA desde novembro de 2019, membro do Comitê Supervisor Amarelo Verde e CEO da Mayland Real State na Polônia.

Philippe Alarcon não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Philippe Alarcon declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Bernard Petit - 000.000.000-00

Bernard Petit foi Diretor Financeiro Adjunto do Grupo de Casinos para a América Latina e Diretor Geral de Serviços de Casinos, França. O Sr. Petit é formado em Contabilidade e Finanças (DECF) e possui Diploma de Estudos Superiores em Contabilidade e Finanças (DESCF). O Sr. Petit desenvolveu toda sua carreira profissional no Grupo Casino desde 1983, onde também atuou como Diretor de Contabilidade e Controle de Gestão do Grupo e como Diretor Financeiro Adjunto, Contabilidade e Tributação do Grupo. O Sr. Petit é atualmente membro do Conselho de Administração da Almacenes Éxito desde março de 2014 e é membro dos conselhos do Grupo Disco no Uruguai, Libertad na Argentina, Codim e Casino Finance na França. O Sr. Petit é membro do Conselho de Administração da Cdiscount, Green Yellow e Banque Casino na França.

O Sr. Bernard Petit não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Bernard Petit declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Felipe Ayerbe - 000.000.000-00

Felipe Ayerbe é advogado e é doutor em Direito pela Universidade dos Andes. Ele também tem estudos em Arbitragem e Direito Internacional e em Direito Comum pela Universidade de Nova Iorque. O Sr. Ayerbe tem participado como consultor principal em diferentes processos de fusões e aquisições de grandes empresas, tais como: Carulla Vivero e Almacenes Vivero S.A.; Carulla Vivero S.A. e Surtimax; Productos Yupi S.A. - McKain e Yupi Equador, entre outros. O Sr. Ayerbe tem sido consultor jurídico de várias empresas em questões relacionadas a aquisições, contratos com acionistas e representação de acionistas. Foi presidente dos Conselhos de Administração de Carulla Vivero S.A. e Banco Andino S.A.; e membro dos Conselhos de Administração de Aseguradora del Valle S.A. e Compañía de Financiamiento Comercial Internacional S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração do Banco de Occidente e Almacenes Éxito S.A.

O Sr. Felipe Ayerbe não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Felipe Ayerbe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Ana Maria Ibáñez - 000.000.000-00

Ana María Ibáñez é formada em Economia pela Universidade dos Andes e tem mestrado e doutorado em Agricultura e Economia e Recursos Naturais pela Universidade de Maryland no College Park. De 2012 a 2016, a Sra. Ibáñez foi reitora da Faculdade de Economia da Universidade dos Andes, onde atualmente trabalha como professora. Ela foi convidada como professora pela Universidade de Yale, Universidade de Princeton e pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex. Ela tem trabalhado como pesquisadora e consultora: Fedesarrollo, Banco Mundial, Universidade dos Andes, Universidade de Maryland no College Park, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, Banco Central da Colômbia, Associação Nacional de Produtores de Café e a revista "Revista Estratégica, Económica y Financiera". A Sra. Ibáñez foi diretora de 22 projetos de investigação, 11 dos quais foram financiados por bolsas de estudo de organizações internacionais, tais como ESRC/DFID, BID, IDRC, Brookings Institution, Ford Global Development Network, União Européia, USAID, e Banco Mundial. Ela publicou 28 documentos em revistas especializadas internacionais também incluídas em livros nacionais e internacionais. Ela tem sido um membro ativo do fundo de construção da paz da ONU, do Conselho Acadêmico da Universidade dos Andes, do grupo consultivo da Comissão Global sobre Pobreza do Banco Mundial e fez parte do Grupo Consultivo para a Regra Fiscal do Ministério das Finanças da Colômbia. Desde abril de 2019, ela faz parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como principal assessora econômica da Vice-Presidência de Setores e Conhecimento.

Ana María Ibáñez não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Ana María Ibáñez declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Christophe Hildalgo

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ivonne Windmuller Palacio - 000.000.000-00 N/A	
Carlos Mario Giraldo Moreno - 000.000.000-00 N/A	
Juan Felipe Montoya Calle - 000.000.000-00 N/A	
Juan Lucas Vega Palacio - 000.000.000-00 N/A	
Claudia Andrea Campillo Velásquez - 000.000.000-00 N/A	
Camilo Alberto Gallego Ferrer - 000.000.000-00 N/A	
Carlos Ariel Gómez Gutierrez - 000.000.000-00 N/A	
Lucas López Lince - 000.000.000-00 N/A	
Jacky Yanovich Mizrachi - 000.000.000-00 N/A	
José Gabriel Loaiza Herrera - 000.000.000-00 N/A	
Jorge Alberto Jaller Jaramillo - 000.000.000-00 N/A	

Luis Fernando Alarcón - 000.000.000-00

N/A

Christophe Hidalgo - 214.455.098-06

N/A

Guillaume Michaloux - 000.000.000-00

N/A

Rafael Russowsky - 934.869.950-49

N/A

Philippe Alarcon - 000.000.000-00

N/A

Bernard Petit - 000.000.000-00

N/A

Felipe Ayerbe - 000.000.000-00

N/A

Ana María Ibáñez - 000.000.000-00

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Luis Fernando Alarcón Mantilla	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	10/08/1951	24/03/2022	2 anos
000.000.000-00		Engenheiro Civil		24/03/2022	5	100%
Luis Fernando é também membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Remuneração e Governança Corporativa, do Comitê de Negócios e Investimentos, do Comitê Financeiro.						
Felipe Ayerbe Munoz	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	15/06/1951	24/03/2022	2 anos
000.000.000-00		Advogado		24/03/2022	7	100%
Felipe também é membro do Conselho de Administração, presidente do Comitê de Remuneração e Governança Corporativa, membro do Comitê Financeiro e do Comitê de Sustentabilidade.						
Ana Maria Ibáñez	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/01/1970	24/03/2022	2 anos
000.000.000-00		Economista		24/03/2022	5	100%
Ana também é membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Remuneração e Governança Corporativa e do Comitê de Sustentabilidade.						
Rafael Russowsky	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	10/12/1977	24/03/2022	2 anos
934.869.950-49		Gerente de negócios		24/03/2022	2	100%
Rafael também é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade.						
Bernard Petit	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/04/1960	24/03/2022	2 anos
000.000.000-00	Comitê de Negócios e Investimentos	Contador		24/03/2022	5	100%
Bernard também é membro do Conselho de Administração.						
Philippe Alarcon	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/03/1958	24/03/2022	2 anos
000.000.000-00	Comitê de Sustentabilidade	Gerente de Negócios (contador)		24/03/2022	2	100%
Philippe também é membro do Conselho de Administração.						
Guillaume Michaloux	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/11/1984	24/03/2022	2 anos
000.000.000-00	Comitê de Negócios e Investimento	Administrador de Empresas		24/03/2022	1	0%
Guillaume também é membro do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro.						
Christophe Hidalgo	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1967	24/03/2022	2 anos
214.455.098-06	Comitê de Negócios e Investimentos	Contador		24/03/2022	2	100%
Christophe também é membro do Conselho de Administração e presidente do Comitê Financeiro.						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Luis Fernando Alarcón Mantilla - 000.000.000-00

Luis Fernando Alarcón atua como membro de nosso conselho desde junho de 2015. Ele é membro do Comitê de Auditoria e Riscos, do Comitê Financeiro e do Comitê de Negócios e Investimentos do Conselho de Administração. O Sr. Alarcón é formado em Engenharia Civil pela Universidade dos Andes e tem mestrado em Engenharia Civil pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT. Ele atuou em grandes empresas na Colômbia, como por exemplo: Gerente Geral da Interconexión Eléctrica S.A.-ISA-, CEO da Asofondos e CEO da Flota Mercante Grancolombiana. Ele também foi Ministro da Fazenda e Diretor Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Sr. Alarcón foi membro dos conselhos de administração de empresas renomadas como Avianca, Banco de Bogotá, Bolsa de Valores da Colômbia, ISA, Baviera, Caracol S.A., Cafesalud, Valores Bavaria, Caracol Televisión e Grupo de Inversiones Suramericana S.A. Atualmente é presidente do Conselho de Administração da Almacenes Éxito S.A. e membro do Conselho de Administração da Eléctricas de Medellín Comercial (Edemco), Frontera Energy Corp., Fundación Plan e membro do Conselho de Administração da Universidad de los Andes.

Luis Fernando Alarcón não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Luis Fernando Alarcón declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Felipe Ayerbe Munoz - 000.000.000-00

Felipe Ayerbe atua como membro de nossa diretoria desde outubro de 2010. Ele é membro do comitê de nomeação, remuneração e governança corporativa do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Riscos, comitê financeiro e comitê de sustentabilidade. O Sr. Ayerbe é advogado e é doutor em Direito pela Universidade dos Andes. Ele também tem estudos em Arbitragem e Direito Internacional e em Direito Comum da Universidade de Nova Iorque. O Sr. Ayerbe tem participado como consultor principal em diferentes processos de fusões e aquisições de grandes empresas, tais como: Carulla Vivero e Almacenes Vivero S.A.; Carulla Vivero S.A. e Surtimax; Productos Yupi S.A. - McKain e Yupi Equador, entre outros. O Sr. Ayerbe tem sido consultor jurídico de várias empresas em questões relacionadas a aquisições, contratos com acionistas e representação de acionistas. Foi presidente dos Conselhos de Administração de Carulla Vivero S.A. e Banco Andino S.A.; e membro dos Conselhos de Administração de Aseguradora del Valle S.A. e Compañía de Financiamiento Comercial Internacional S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração do Banco de Occidente e Almacenes Éxito S.A.

Felipe Ayerbe não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Felipe Ayerbe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado (a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50

Ana María Ibáñez - 000.000.000-00

Ana María Ibáñez é formada em Economia pela Universidade dos Andes e tem mestrado e doutorado em Agricultura e Economia e Recursos Naturais pela Universidade de Maryland no College Park. De 2012 a 2016, a Sra. Ibáñez foi reitora da Faculdade de Economia da Universidade dos Andes, onde atualmente trabalha como professora. Ela foi convidada como professora pela Universidade de Yale, Universidade de Princeton e pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex. Ela tem trabalhado como pesquisadora e consultora: Fedesarrollo, Banco Mundial, Universidade dos Andes, Universidade de Maryland no College Park, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, Banco Central da Colômbia, Associação Nacional de Produtores de Café e a revista "Revista Estratégica, Económica y Financiera". A Sra. Ibáñez foi diretora de 22 projetos de investigação, 11 dos quais foram financiados por bolsas de estudo de organizações internacionais, tais como ESRC/DFID, BID, IDRC, Brookings Institution, Ford Global Development Network, União Européia, USAID, e Banco Mundial. Ela publicou 28 documentos em revistas especializadas internacionais também incluídas em livros nacionais e internacionais. Ela tem sido um membro ativo do fundo de construção da paz da ONU, do Conselho Acadêmico da Universidade dos Andes, do grupo consultivo da Comissão Global sobre Pobreza do Banco Mundial e fez parte do Grupo Consultivo para a Regra Fiscal do Ministério das Finanças da Colômbia. Desde abril de 2019, ela faz parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como principal assessora econômica da Vice-Presidência de Setores e Conhecimento.

Ana María Ibáñez não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Ana María Ibáñez declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Christophe Hildalgo

Rafael Russowsky - 934.869.950-49

Rafael Russowsky é Diretor de Desenvolvimento Corporativo e Holdings do Grupo Casino desde 2012. Anteriormente, ele foi um banqueiro de investimentos especializado em fusões e aquisições e transações de mercado de capitais no Credit Suisse, Morgan Stanley, e Oppenheimer & Co. Antes disso, ele trabalhou no HSBC e Safra Bank, focado em transações de crédito. Russowsky é bacharel em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil) e possui MBA pela Columbia Business School em Nova York.

O Sr. Rafael Russowsky não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rafael Russowsky declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Bernard Petit - 000.000.000-00

Bernard Petit foi Diretor Financeiro Adjunto do Grupo de Casinos para a América Latina e Diretor Geral de Serviços de Casinos, França. O Sr. Petit é formado em Contabilidade e Finanças (DECF) e possui Diploma de Estudos Superiores em Contabilidade e Finanças (DESCF). O Sr. Petit desenvolveu toda sua carreira profissional no Grupo Casino desde 1983, onde também atuou como Diretor de Contabilidade e Controle de Gestão do Grupo e como Diretor Financeiro Adjunto, Contabilidade e Tributação do Grupo. O Sr. Petit é atualmente membro do Conselho de Administração da Almacenes Éxito desde março de 2014 e é membro dos conselhos do Grupo Disco no Uruguai, Libertad na Argentina, Codim e Casino Finance na França. O Sr. Petit é membro do Conselho de Administração da Cdiscount, Green Yellow e Banque Casino na França.

O Sr. Bernard Petit não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Bernard Petit declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Philippe Alarcon - 000.000.000-00

Philippe Alarcon é Diretor Coordenador Internacional do Grupo Casino desde 2011 e ocupou vários cargos no Grupo Casino desde que se juntou ao Grupo em 1983. Após ter ocupado um cargo de controlador administrativo no Departamento Financeiro do Casino Group, ele ocupou vários cargos como Diretor Financeiro em várias subsidiárias do Grupo, incluindo subsidiárias industriais, supermercados e restaurantes. Ele começou sua carreira internacional na Polônia, onde ocupou o cargo de Diretor Financeiro do Casino Poland por 8 anos, e depois ocupou o cargo de CEO de atividades imobiliárias. Em 2005, ele retornou à França para ocupar o cargo de Gerente Geral do negócio imobiliário do Grupo Casino até 2011, quando ele se tornou Diretor Internacional do Grupo. Ele é membro do Conselho de Administração do Grupo Éxito desde 2012, e do GPA desde novembro de 2019, membro do Comitê Supervisor Amarelo Verde e CEO da Mayland Real State na Polônia.

Philippe Alarcon não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Philippe Alarcon declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Guillaume Michaloux - 000.000.000-00

Guillaume Michaloux é Diretor de Estratégia e M&A LatAm no Casino Group desde 2019, com sede no Brasil. Anteriormente, foi responsável, de 2016 a 2019, pelo processo de planejamento estratégico do Casino Group. Antes de se juntar ao Casino, trabalhou durante 6 anos para o Ministério das Finanças francês, onde ocupou vários cargos no Departamento de Orçamento. Guillaume tem um Mestrado em Assuntos Públicos no Science Po Paris e um Mestrado em Gestão na ESCP Europe Business School (Paris).

O Sr. Guillaume Michaloux não ocupa cargos noutras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Guillaume Michaloux declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Christophe Hidalgo - 214.455.098-06

Christophe Hildalgo é bacharel em direito privado e licenciado em finanças e contabilidade, ambos pela Universidade de Bordeaux (França). Ele trabalhou como CFO do Grupo Éxito (Colômbia), subsidiária do Grupo Casino, de 2010 a 2012 e foi CFO (Chief Financial Officer) do GPA de 2012 a 2021. Após ingressar no Casino, em 2000, ele assumiu vários cargos em finanças e controladoria no Grupo. Como experiência anterior no Brasil, ele trabalhou como CFO da varejista Castorama, entre 1996 e 2000. Christophe é bacharel em direito privado e formado em finanças e contabilidade, ambos pela Universidade de Bordeaux (França).

Christophe Hildalgo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Christophe Hildalgo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Luis Fernando Alarcón Mantilla - 000.000.000-00	
N/A	
Felipe Ayerbe Munoz - 000.000.000-00	
Ana María Ibáñez - 000.000.000-00	
Rafael Russowsky - 934.869.950-49	
Bernard Petit - 000.000.000-00	
Philippe Alarcon - 000.000.000-00	
Guillaume Michaloux - 000.000.000-00	
Christophe Hidalgo - 214.455.098-06	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionado aos membros da administração da Companhia, subsidiárias e acionistas controladores.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021Administrador do Emissor

Christophe Hidalgo

214.455.098-06

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Companhia Brasileira de Distribuição

47.508.411/0001-56

Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rafael Russowsky

934.869.950-49

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Companhia Brasileira de Distribuição

47.508.411/0001-56

Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Bernard Petit

Subordinação

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Grupo Disco

Membro suplente do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Bernard Petit Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Supermercados Disco S.A. Membro suplente do Conselho de Administração			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Bernard Petit Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Odaler S.A. Membro suplente do Conselho de Administração			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Philippe Alarcon Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Grupo Disco S.A. Membro do Conselho de Administração			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Philippe Alarcon Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Supermercados Disco S.A.			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Odalier S.A.			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Devoto Hermanos S.A.			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Libertad S.A.			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020Administrador do Emissor

Christophe Hidalgo Membro do Conselho de Administração	214.455.098-06	Subordinação	Controlador Direto
---	----------------	--------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Companhia Brasileira de Distribuição Membro do Conselho de Administração	47.508.411/0001-56		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Rafael Russowsky Membro do Conselho de Administração	934.869.950-49	Subordinação	Controlador Direto
---	----------------	--------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Companhia Brasileira de Distribuição Membro do Conselho de Administração	47.508.411/0001-56		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Bernard Petit Membro do Conselho de Administração		Subordinação	Controlador Indireto
--	--	--------------	----------------------

Pessoa Relacionada

Grupo Disco Membro suplente do Conselho de Administração			
---	--	--	--

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernard Petit		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Supermercados Disco S.A.			
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Grupo Disco			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Supermercados Disco S.A.			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Pessoa Relacionada

Odaler S.A.
Membro do Conselho de Administração

Observação**Administrador do Emissor**

Philippe Alarcon
Membro do Conselho de Administração

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Devoto Hermanos S.A.
Membro do Conselho de Administração

Observação**Administrador do Emissor**

Philippe Alarcon
Membro do Conselho de Administração

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Libertad S.A.
Membro do Conselho de Administração

Observação**Exercício Social 31/12/2019****Administrador do Emissor**

Christophe Hidalgo
Membro do Conselho de Administração

214.455.098-06

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Companhia Brasileira de Distribuição Membro do Conselho de Administração Observação	47.508.411/0001-56		
<hr/>			
Administrador do Emissor Rafael Russowsky Membro do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Companhia Brasileira de Distribuição Membro do Conselho de Administração Observação	934.869.950-49	Subordinação	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Bernard Petit Membro do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Grupo Disco Membro suplente do Conselho de Administração Observação		Subordinação	Controlador Indireto
<hr/>			
Administrador do Emissor Bernard Petit Membro do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Supermercados Disco S.A. Membro suplente do Conselho de Administração Observação		Subordinação	Controlador Indireto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Bernard Petit

Membro do Conselho de Administração

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Odaler S.A.

Membro suplente do Conselho de Administração

Observação**Administrador do Emissor**

Philippe Alarcon

Membro do Conselho de Administração

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Grupo Disco

Membro do Conselho de Administração

Observação**Administrador do Emissor**

Philippe Alarcon

Membro do Conselho de Administração

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Supermercados Disco S.A.

Membro do Conselho de Administração

Observação**Administrador do Emissor**

Philippe Alarcon

Subordinação

Controlador Indireto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Odalier S.A.			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Devoto Hermanos S.A.			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Philippe Alarcon		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Libertad S.A.			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 - Acordos, incluindo apólices de seguro, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos diretores

Mantemos um seguro de responsabilidade dos administradores e diretores com certo limite, cobrindo todos os nossos administradores contra danos atribuídos a eles no exercício de suas funções de boa fé. A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil para diretores e administradores, cujo limite máximo de garantia é de R\$182.214 mil. O valor líquido do prêmio desta apólice foi de R\$667 mil + IVA e a data de vencimento é 31 de julho de 2023.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**12.12 - Outras informações relevantes****Assembleias Gerais da Companhia**

Com relação às Assembleias de Acionistas da Companhia realizadas nos últimos três anos, apresentamos abaixo (i) a data da realização da reunião; (ii) quaisquer casos de instalação em segunda convocação; e (iii) o quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum para instalação	Segunda convocação
Assembleia Extraordinária	25 de outubro de 2022	97,08%	Não
Assembleia Extraordinária	24 de maio de 2022	97,90%	Não
Assembleia Ordinária	24 de março de 2022	98,20%	Não
Assembleia Ordinária	25 de março de 2021	98,05%	Não
Assembleia Extraordinária	23 de janeiro de 2020	98,41%	Não
Assembleia Ordinária	19 de março de 2020	98,41%	Não
Assembleia Extraordinária	27 de setembro de 2019	87,69%	Não
Assembleia Ordinária	27 de março de 2019	83,17%	Não

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(a) Objetivos da política ou prática de compensação, informando se a política de compensação foi formalmente aprovada, o órgão responsável por sua aprovação, a data de aprovação e, se o emissor divulgar a política, os locais na Internet onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento da Companhia está prevista no seu Código de Governança Corporativa, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração e está disponível em espanhol no *website* <https://www.grupoexito.com.co/es/codigo-gobierno-corporativo>

Os objetivos e práticas de remuneração da Companhia estão alinhados com as práticas de mercado, visando principalmente atrair, motivar e reter funcionários que demonstrem as qualificações, competências e perfis exigidos pelo negócio da Companhia, estimulando melhores níveis de desempenho e garantindo o princípio da equidade salarial independentemente do sexo, raça, credo ou origem do ocupante do cargo a posição.

(b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos de remuneração e dos objetivos de cada um deles

A remuneração anual total da alta Administração é composta de um componente de remuneração fixa, um componente variável e benefícios, que serão determinados da seguinte forma:

I. Remuneração Fixa

O valor da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é determinado em Assembleia Geral de Acionistas em cada exercício social quando da eleição dos membros para o mandato correspondente. A remuneração fixa da Diretoria, por sua vez, é determinada pelo Conselho de Administração.

A remuneração fixa será determinada de acordo com os conceitos técnicos de administração salarial implementados pela Companhia:

- a. Avaliação objetiva do peso relativo das posições na Companhia, com base na qual é emitida uma avaliação;
- b. Equidade interna;
- c. Competitividade externa;
- d. Experiência; e
- e. Análise do mercado de trabalho.

II. Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração deve incluir uma soma variável anual equivalente a um número de salários, de acordo com a definição feita para cada cargo pelo Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa, exceder determinada com base nas metas anuais, que são definidas de acordo com o plano de negócios da Companhia na forma de métricas corporativas, de equipe e individuais.

III. Remuneração Variável de Longo Prazo

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

O Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa poderá analisar e decidir se a Companhia pagará uma remuneração variável de longo prazo para assegurar a permanência dos executivos na Companhia e promover sua estratégia de longo prazo.

A remuneração variável de longo prazo representa um incentivo em dinheiro que os executivos têm direito a receber em caso de cumprimento das métricas do negócio que o Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa aprove todos os anos e está condicionado a permanência mínima do executivo na Companhia pelo prazo de 3 anos. O incentivo ao qual o executivo tem direito pelo cumprimento dos indicadores de negócio no ano imediatamente anterior, é pago pela Companhia a um plano institucional administrado por um fundo de pensão, que designa unidades aos executivos de maneira proporcional aos seus aportes. O fundo deve investir os valores aportados em ações de emissão da Companhia, observado que tais ações não são de propriedade dos executivos e em nenhum momento serão a eles transferidas.

O executivo somente consolida o direito a receber a remuneração de longo prazo, acrescida ou diminuída do resultado dos investimentos feitos pelo fundo, após o terceiro aniversário de aquisição da expectativa de direito. O executivo perderá o direito ao recebimento da remuneração caso, antes do prazo de três anos, se desligue da Companhia ou seja demitido por justa causa.

IV. Benefícios

Quando autorizado pelo Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa da Diretoria, os cargos cobertos por esta política receberão benefícios diferenciais além daqueles oferecidos pela Companhia a todos os seus empregados, que podem consistir em: pessoal de apoio para seu trabalho, esquemas de mobilidade e segurança, empréstimos, políticas e, em geral, todos aqueles definidos pelo referido Comitê.

(ii) Qual é a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção esperada de cada elemento na composição da compensação total para os três últimos exercícios fiscais:

2021	Remuneração fixa	Remuneração variável de curto prazo	Remuneração Variável de Longo Prazo	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	100%
Diretoria	41%	24%	35%	0%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável de curto prazo	Remuneração Variável de Longo Prazo	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	100%
Diretoria	41%	24%	35%	0%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

2019	Remuneração fixa	Remuneração variável de curto prazo	Remuneração Variável de Longo Prazo	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	100%
Diretoria	46%	27%	27%	0%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

(iii) Metodologia de cálculo e ajuste de cada componente de remuneração

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é pautada na análise dos dados das principais Companhias do mercado colombiano, com faturamento e porte similar aos da Companhia.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração, inclusive para Diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária. A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Estas recomendações são submetidas ao Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa, responsável pelo encaminhamento e deliberação referente a temas de remuneração da administração, bem como funcionários e executivos não estatutários.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Os objetivos e práticas de remuneração da Companhia estão alinhados com as práticas de mercado, visando principalmente atrair, motivar e reter funcionários que demonstrem as qualificações, competências e perfis exigidos pelo negócio da Companhia, estimulando melhores níveis de desempenho e garantindo o princípio da equidade salarial independentemente do sexo, raça, credo ou origem do ocupante do cargo a posição.

Portanto, a Companhia determina a remuneração de seus profissionais de acordo com as práticas de mercado:

- a. A remuneração deve ser competitiva a fim de atrair e reter talentos da mais alta qualidade profissional, acadêmica e pessoal, mas, ao mesmo tempo, deve ser apropriada e justa;
- b. A estrutura, obrigações e responsabilidades do Conselho de Administração, assim como os métodos para avaliar o desempenho do mesmo;
- c. As qualidades pessoais e profissionais de seus membros, bem como sua experiência profissional;
- d. A remuneração da respectiva posição em empresas nacionais e internacionais comparáveis;
- e. A remuneração deve ser consistente com uma gestão de risco rigorosa, sem fomentar uma suposição inadequada da mesma, e estar alinhada com os interesses dos Acionistas, promovendo a geração de valor a longo prazo; e

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

- f. Os outros critérios que a Companhia e o Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa julguem apropriados ao tomar a decisão.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros da administração da Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos seus Comitês de Assessoramento, são remunerados.

(c) Indicadores-chave de desempenho que são levados em conta na determinação de cada elemento de remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e de sua administração são métricas corporativas de remuneração variável de curto prazo, quais sejam: lucro operacional, geração de caixa, despesas, *net promoter score* e sustentabilidade, além de outras métricas específicas dos vários departamentos e áreas da Companhia. A remuneração do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho, e a remuneração das áreas de Risco e *Compliance* é predominantemente impactada pelos resultados da área.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os objetivos e práticas de remuneração da Companhia, estão alinhados com as práticas de mercado, de forma a atrair e reter talentos e bons profissionais que demonstrem qualificação, competência e perfil alinhados às características e necessidades da Companhia, motivar e reter recursos humanos que demonstrem as qualificações, competências e perfis exigidos pelo negócio, estimulando melhores níveis de desempenho e garantindo o princípio da equidade salarial independentemente do sexo, raça, credo ou origem do ocupante do cargo.

Os membros da Diretoria recebem uma remuneração variável, atrelada ao atingimento e/ou superação de critérios e metas individuais e globais da Companhia previamente determinadas pelo Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa.

A Companhia realiza um processo de avaliação a fim de rever a remuneração de sua Diretoria. As avaliações de desempenho devem ser realizadas com base em dois critérios: (i) critério qualitativo, que engloba habilidades organizacionais e de liderança, e (ii) critério quantitativo, que reflete os resultados dos objetivos individuais previamente estabelecidos para cada executivo de acordo com o plano estratégico da Companhia. O ciclo de avaliação de desempenho é anual, com etapas que permitem o estabelecimento de objetivos, monitoramento, *feedback* permanente e avaliação final.

A remuneração fixa dos administradores não está vinculada ou condicionada diretamente a indicadores de desempenho.

(e) Como a política ou prática de compensação se alinha com os interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, por meio das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade aos seus negócios.

A estratégia de remuneração da Companhia busca, no curto prazo, alinhar salários e benefícios com os valores médios pagos no mercado do mesmo segmento de atuação da Companhia. No médio prazo, a remuneração visa alinhar a remuneração dos

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

administradores aos objetivos estratégicos da Companhia, uma vez que o pagamento depende do alcance de metas e/ou obtenção de desempenho individuais e corporativo pela Companhia. No longo prazo, reter profissionais qualificados e alinhar os interesses dos administradores com os interesses estratégicos de longo prazo e com o plano de negócios da Companhia e dos acionistas.

(f) Existência de remuneração apoiada por subsidiárias, empresas controladas ou acionistas controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento de toda a remuneração dos membros da administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, empresas controladas ou acionistas controladores diretos ou indiretos.

(g) Existência de qualquer compensação ou benefício ligado à ocorrência de um determinado evento corporativo, tal como a alienação do controle corporativo do emissor

Não há compensação ou benefício vinculado à ocorrência de um determinado evento corporativo.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para estabelecer a remuneração individual para o Conselho de Administração e para a diretoria executiva, indicando

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando como eles participam

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por determinar a remuneração fixa do Diretor-Presidente (CEO), do Diretor Operacional de Varejo Colômbia, dos Vice-Presidentes, do Diretor Jurídico e do Auditor Interno.

A remuneração de todos os demais funcionários da Companhia é determinada pelo CEO, enquanto a Vice-Presidência de Recursos Humanos é responsável pela gestão e coordenação da implementação de tais decisões.

O Conselho de Administração é informado sobre o aumento salarial que a Companhia pretende fazer anualmente.

Além disso, o Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa apoia o Conselho de Administração em suas funções decisórias ou consultivas relacionadas à nomeação e remuneração dos membros do Conselho e da Alta Administração, bem como na observância das regras de governança corporativa adotadas pela Companhia, verificando regularmente o cumprimento das mesmas.

A pedido do Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, o Presidente do Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa pode informar a Assembleia Geral de Acionistas sobre os aspectos específicos do trabalho realizado pelo Comitê, ou seja, monitorar as políticas de remuneração do Conselho de Administração e da Alta Administração.

(ii) Critérios e metodologia utilizados para definir a remuneração individual, indicando se são utilizados estudos para verificar as práticas de mercado e, em caso afirmativo, os critérios de comparação e o escopo de tais estudos

Os principais critérios da remuneração da Companhia são verificados pela Vice-Presidência de Recursos Humanos são aqueles referentes a metodologia de avaliação de cargos e o estudo salarial de equidade salarial e competitividade. Além disso, os seguintes fatores

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

podem ser considerados para cada um dos funcionários: avaliação da gestão de desempenho, treinamento, experiência, potencial alta exposição ao mercado de trabalho e retenção.

(iii) Com que frequência e como o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração, por meio do Comitê de Nomeação, Remuneração e Governança Corporativa, analisa anualmente os programas de remuneração da alta administração. A revisão da remuneração fixa da alta administração é feita pela aprovação do aumento salarial anual e da aprovação dos métodos de remuneração variável de curto e longo prazo. Em ambos os casos, variáveis como equidade interna, competitividade externa, experiência executiva, mercado de trabalho e atratividade de mercado são consideradas.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	10,00		19,00
Nº de membros remunerados	9,00	10,00		19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.455.626,00	11.215.517,47		12.671.143,47
Benefícios direto e indireto	0,00	62.831,47		62.831,47
Participações em comitês	1.298.693,00	0,00		1.298.693,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.474.776,51		5.474.776,51
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	10.260.833,10		10.260.833,10
Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração variável de longo prazo descrita no item 13.1(b).		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de membros do Conselho de Administração foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2022 (COP \$823,806268 = R\$1,00).	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de diretores foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2022 (COP\$823,806268 = R\$1,00).		
Total da remuneração	2.754.319,00	27.013.958,55		29.758.277,55

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	11,17		20,17
Nº de membros remunerados	9,00	11,17		20,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.040.806,00	17.259.940,33		18.300.746,33
Benefícios direto e indireto	0,00	66.456,22		66.456,22
Participações em comitês	1.261.607,00	0,00		1.261.607,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.118.387,04		6.118.387,04
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	11.467.088,78		11.467.088,78
Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração variável de longo prazo descrita no item 13.1(b).		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de membros do Conselho de Administração foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2021 (COP \$695,4224 = R\$1,00).	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de diretores foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2021 (COP\$695,4224 = R\$1,00).		
Total da remuneração	2.302.413,00	34.911.872,37		31.095.898,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	10,92		19,92
Nº de membros remunerados	9,00	10,92		19,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.377.281,00	12.085.942,86		13.463.223,86
Benefícios direto e indireto	0,00	38.028,87		38.028,87
Participações em comitês	1.211.793,00	0,00		1.211.793,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.961.937,96		4.961.937,96
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	5.097.420,12		5.097.420,12
Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração variável de longo prazo descrita no item 13.1(b).		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de membros do Conselho de Administração foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2020 (COP \$721,2038 = R\$1,00).	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de diretores foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2020 (COP\$721,2038 = R\$1,00).		
Total da remuneração	2.589.074,00	22.183.329,81		24.772.403,81

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	10,42		19,42
Nº de membros remunerados	9,00	10,42		19,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.235.495,00	10.376.054,38		11.611.549,38
Benefícios direto e indireto	0,00	29.813,37		29.813,37
Participações em comitês	1.115.185,00	0,00		1.115.185,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.891.242,90		4.891.242,90
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	3.985.564,56		3.985.564,56
Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração variável de longo prazo descrita no item 13.1(b).		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de membros do Conselho de Administração foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2019 (COP \$832,0146 = R\$1,00).	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de diretores foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2019 (COP\$832,0146 = R\$1,00).		
Total da remuneração	2.350.680,00	19.282.675,21		21.633.355,21

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Os valores informados no item bonificação refletem tanto a remuneração variável de curto prazo, quanto a remuneração variável de longo prazo indicadas no item 13.2 acima.

Remuneração variável esperada para o atual exercício (2022)

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	-	10	-	10
Nº de membros remunerados	-	10	-	10
Bonificação⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$7.533.634,35	-	R\$7.533.634,35
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$19.056.732,40	-	R\$19.056.732,40
Montante previsto no plano de remuneração, se as metas forem atingidas	-	R\$19.056.732,40	-	R\$19.056.732,40
Participação nos lucros e resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Montante previsto no plano de remuneração, se as metas forem atingidas	-	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2022 (COP\$823,806268 = R\$1,00).

Remuneração variável – exercício encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	-	11.17	-	11.17
Nº de membros remunerados	-	11.17	-	11.17
Bonificação⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$8.463.062,52	-	R\$8.463.062,52
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$21.403.621,74	-	R\$21.403.621,74
Montante previsto no plano de remuneração, se as metas forem atingidas	-	R\$21.403.621,74	-	R\$21.403.621,74
Valor realmente contabilizado na renda do ano	-	R\$17.585.475,82	-	R\$17.585.475,82
Participação nos lucros e resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Montante previsto no plano de remuneração, se as metas forem atingidas	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Valor realmente contabilizado na renda do ano	-	-	-	-
---	---	---	---	---

⁽¹⁾ Do montante informado em cada uma das linhas, 34,8% corresponde à remuneração variável de curto prazo e 65,2% corresponde à remuneração variável de longo prazo, conforme descritas no item 13.1(b) acima. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2021 (COP\$695,4224 = R\$1,00).

Remuneração variável - exercício encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	-	10.92	-	10.92
Nº de membros remunerados	-	10.92	-	10.92
Bonificação⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$8.010.307,54	-	R\$8.010.307,54
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$20.248.914,33	-	R\$20.248.914,33
Montante previsto no plano de remuneração, se as metas forem atingidas	-	R\$20.248.914,33	-	R\$20.248.914,33
Valor realmente contabilizado na renda do ano	-	R\$10.059.358,08	-	R\$10.059.358,08
Participação nos lucros e resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Montante previsto no plano de remuneração, se as metas forem atingidas	-	-	-	-
Valor realmente contabilizado na renda do ano	-	-	-	-

⁽¹⁾ Do montante informado em cada uma das linhas, 49,3% corresponde à remuneração variável de curto prazo e 50,7% corresponde à remuneração variável de longo prazo, conforme descritas no item 13.1(b) acima. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2020 (COP\$721,2038 = R\$1,00).

Remuneração variável - exercício encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	-	10.42	-	10.42
Nº de membros remunerados	-	10.42	-	10.42
Bonificação⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$5.672.260,26	-	R\$5.672.260,26
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$15.355.334,63	-	R\$15.355.334,63
Montante previsto no plano de remuneração, se as metas forem atingidas	-	R\$15.355.334,63	-	R\$15.355.334,63
Valor realmente contabilizado na renda do ano	-	R\$8.876.807,46	-	R\$8.876.807,46
Participação nos lucros e resultados				

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Montante previsto no plano de remuneração, se as metas forem atingidas	-	-	-	-
Valor realmente contabilizado na renda do ano	-	-	-	-

⁽¹⁾ Do montante informado em cada uma das linhas, 55,1% corresponde à remuneração variável de curto prazo e 44,9% corresponde à remuneração variável de longo prazo, conforme descritas no item 13.1(b) acima. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2019 (COP\$832,0146 = R\$1,00).

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 - Remuneração baseada em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Opções abertas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Preço das ações/opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 – Participações em títulos emitidos pela Companhia, acionistas controladores diretos e indiretos, subsidiárias e empresas sob controle comum detidos pela administração e membros do Conselho Fiscal

Emissora	Exercício encerrado em 31/12/2021			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Almacenes Éxito S.A.	30.000	5.277	-	35.277
Companhia Brasileira de Distribuição	50.135	-	-	50.135

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 - Informações sobre os planos de pensão concedidos aos membros do Conselho de Administração e Diretoria

Não aplicável, uma vez que não patrocinamos plano de pensão em benefício de nossos membros do conselho e diretores.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	11,17	10,92	10,42	9,00	9,00	9,00
Nº de membros remunerados	11,17	10,92	10,42	9,00	9,00	9,00
Valor da maior remuneraçãoReal	10.489.309,85	6.497.633,28	5.961.208,23	376.462,00	448.417,00	439.596,00
Valor da menor remuneraçãoReal	857.045,94	710.238,23	516.817,04	182.695,00	186.840,00	115.683,00
Valor médio da remuneraçãoReal	3.125.503,34	2.031.440,46	1.850.544,65	255.823,67	287.674,89	261.186,67

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	<p>Os valores reportados nas linhas de valor da remuneração mais alta e da remuneração mais baixa não incluem o valor correspondente à remuneração variável de longo prazo reconhecida no resultado da Companhia, uma vez que os executivos somente farão jus ao seu recebimento após decorrido o prazo de 3 anos da aquisição da expectativa de direito e desde que permaneçam na Companhia nesse período, conforme descrito no item 13.1(b) acima. Os valores da remuneração mais alta apresentados correspondem a 59% do total da remuneração mais alta reconhecida no resultado da Companhia, que inclui a remuneração variável de longo prazo, enquanto na remuneração mais baixa correspondem a 73%.</p> <p>O valor reportado como valor médio de remuneração corresponde ao valor total da remuneração reconhecida no resultado da Companhia indicado no item 13.2 acima, que inclui a remuneração variável de longo prazo, dividido pelo número de membros remunerados.</p> <p>Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que ocupam o cargo há menos de 12 meses foram desconsiderados.</p> <p>Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2021 (COP\$695,4224 = R\$1,00).</p>
31/12/2020	<p>Os valores reportados nas linhas de valor da remuneração mais alta e da remuneração mais baixa não incluem o valor correspondente à remuneração variável de longo prazo reconhecida no resultado da Companhia, uma vez que os executivos somente farão jus ao seu recebimento após decorrido o prazo de 3 anos da aquisição da expectativa de direito e desde que permaneçam na Companhia nesse período, conforme descrito no item 13.1(b) acima.</p> <p>Os valores da remuneração mais alta apresentados correspondem a 66% do total da remuneração mais alta reconhecida no resultado da Companhia, que inclui a remuneração variável de longo prazo, enquanto na remuneração mais baixa correspondem a 87%.</p> <p>O valor reportado como valor médio de remuneração corresponde ao valor total da remuneração reconhecida no resultado da Companhia indicado no item 13.2 acima, que inclui a remuneração variável de longo prazo, dividido pelo número de membros remunerados.</p> <p>Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que ocupam o cargo há menos de 12 meses foram desconsiderados.</p> <p>Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2020 (COP\$721,2038 = R\$1,00).</p>
31/12/2019	<p>Os valores reportados nas linhas de valor da remuneração mais alta e da remuneração mais baixa não incluem o valor correspondente à remuneração variável de longo prazo reconhecida no resultado da Companhia, uma vez que os executivos somente farão jus ao seu recebimento após decorrido o prazo de 3 anos da aquisição da expectativa de direito e desde que permaneçam na Companhia nesse período, conforme descrito no item 13.1(b) acima. Os valores da remuneração mais alta apresentados correspondem a 68% do total da remuneração mais alta reconhecida no resultado da Companhia, que inclui a remuneração variável de longo prazo, enquanto na remuneração mais baixa correspondem a 73%.</p> <p>O valor reportado como valor médio de remuneração corresponde ao valor total da remuneração reconhecida no resultado da Companhia indicado no item 13.2 acima, que inclui a remuneração variável de longo prazo, dividido pelo número de membros remunerados.</p> <p>Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que ocupam o cargo há menos de 12 meses foram desconsiderados.</p> <p>Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2019 (COP\$832,0146 = R\$1,00).</p>
Conselho de Administração	
31/12/2021	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido pelos membros que exerceram suas funções na Companhia durante 12 meses. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses foram desconsiderados.
31/12/2020	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido pelos membros que exerceram suas funções na Companhia durante 12 meses. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses foram desconsiderados.
31/12/2019	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido pelos membros que exerceram suas funções na Companhia durante 12 meses. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses foram desconsiderados.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Mecanismos para remunerar ou indenizar membros do conselho/diretores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria

Não há disposições contratuais ou qualquer instrumento estruturante de remuneração ou mecanismos de indenização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no caso de cessação de suas funções.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**13.13 - Porcentagem da remuneração total dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal que são partes relacionadas aos acionistas controladores**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2021	57%	-	-
Exercício encerrado em 31/12/2020	52%	-	-
Exercício encerrado em 31/12/2019	36%	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 - Remuneração da administração da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer outro motivo que não seja o cargo

Os membros da diretoria da Companhia não recebem remuneração em virtude de qualquer outro motivo, que não seja o cargo que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 - Remuneração da administração da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal reconhecidos como resultado do controle direto ou indireto do acionista, das empresas sob controle comum e das subsidiárias do emissor

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
-	-	-	-

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
-	-	-	-

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 - Outras informações relevantes

Os valores referentes à remuneração indicados neste item 13 foram convertidos em reais (R\$) considerando a cotação de 30 de junho de 2022.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**14. Recursos humanos****14.1 - Descrições de recursos humanos****(a) Número de funcionários (total, por grupos com base na atividade realizada e por localização geográfica)**

Atividade	31/12/2021			
	Colômbia	Argentina	Uruguai	Total
Administrativa	1.417	260	366	2.043
Operacional	30.938	2.163	6.144	39.245
Total	32.355	2.423	6.510	41.288

Atividade	31/12/2020			
	Colômbia	Argentina	Uruguai	Total
Administrativa	2.275	269	357	2.901
Operacional	33.215	2.200	6.079	41.494
Total	35.490	2.469	6.436	44.395

Atividade	31/12/2019			
	Colômbia	Argentina	Uruguai	Total
Administrativa	2.581	272	371	3.224
Operacional	32.944	2.199	6.453	41.596
Total	35.525	2.471	6.824	44.820

(b) Número de funcionários terceirizados (total, por grupos com base na atividade realizada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2021			
	Colômbia	Argentina	Uruguai	Total
Total	2.508	114	0	2.622

Atividade	31/12/2020			
	Colômbia	Argentina	Uruguai	Total
Total	2.498	172	0	2.670

Atividade	31/12/2019			
	Colômbia	Argentina	Uruguai	Total
Total	2.925	116	0	3.041]

Mais de 90% de nossos funcionários terceirizados prestam serviços para nossas operações de varejo.

(c) Índice de rotatividade

31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
8,97%	5,50%	8,58%

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Mudanças relevantes - recursos humanos

Nenhuma mudança material ocorreu com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração de funcionários

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos parte integrante de sua estratégia de negócios, visando assegurar: remuneração alinhada com o mercado; condições para atrair e reter profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequados aos processos organizacionais e a provisão de uma base de conduta para que o funcionário conheça seus deveres e responsabilidades.

Além disso, a administração da Companhia está alinhada com sua estratégia e estabelece as diretrizes a serem seguidas para a gestão integral dos salários, que, principalmente, visa: (i) atrair, motivar e reter os recursos humanos necessários aos negócios da Companhia; (ii) estimular níveis mais altos de desempenho; e (iii) alinhar a estrutura salarial da Companhia em termos competitivos ao mercado. Por este meio, a Companhia espera garantir o princípio da igualdade de remuneração independentemente do sexo, credo, raça ou origem do ocupante.

(b) Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso, e sempre em conformidade com a legislação aplicável. Os funcionários da Companhia são elegíveis a diferentes benefícios de acordo com sua posição, assim como de acordo com a legislação aplicável.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações para funcionários não-gerentes, identificando: (i) grupo beneficiário; (ii) condições de exercício; (iii) preço de exercício; (iv) período de exercício; e (v) número de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e os sindicatos

Como princípio orientador nas ações da Companhia, seus diretores e funcionários em geral, há respeito às diretrizes dos colaboradores, respeito à liberdade de expressão e a cada um dos direitos dos funcionários, bem como respeito à liberdade de associação ou não associação sindical e respeito à negociação coletiva.

Há uma comunicação aberta através de canais formais e institucionalizados que são permanentemente criados e fortalecidos para criar espaços de diálogo com nossos funcionários em geral, assim como com as organizações sindicais com presença na Companhia e seus líderes ou representantes.

Para isso, existem ferramentas tecnológicas e de comunicação como sistemas de informação, o portal interno, caixas de correio para sentimentos, comunicação direta através de outdoors, grupos primários, grupos de foco e equipes interdisciplinares, reuniões periódicas com representantes sindicais, entre outros.

Na gestão da relação de trabalho coletivo, prevalece o diálogo social como mecanismo natural de interação, onde além de gerar e disseminar informações pertinentes e de forma transparente, em ambientes de bondade, respeito e confiança, o entendimento mútuo é privilegiado pelo respeito e avaliação da diferença, na busca da construção conjunta, realizando negociações responsáveis e satisfatórias para a Companhia e seus funcionários, que em sua maioria terminam com acordos consubstanciados em acordos coletivos e acordos coletivos, sempre respeitando e cumprindo as disposições neles contidas.

Quando um conflito coletivo persiste por algum motivo que impossibilita a conclusão de acordos convencionais, os canais estabelecidos por nosso sistema jurídico continuam, deixando sempre as portas abertas para o diálogo e o acordo.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 14.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
46.856.094	3,484	0	0,000	46.856.094	3,484
Companhia Brasileira de Distribuição					
47.508.411/0001-56	Brasil	Não	Sim	17/06/2022	
1.187.821.914	88,332	0	0,000	1.187.821.914	88,332
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
GPA2 Empreendimentos e Participações Ltda.					
11.666.221/0001-10	Brasil	Não	Não	17/06/2022	
64.857.915	4,823	0	0,000	64.857.915	4,823
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
45.184.530	3,361	0	0,000	45.184.530	3,361
TOTAL					

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
1.344.720.453	100,000	0	0,000	1.344.720.453	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Brasileira de Distribuição				47.508.411/0001-56	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
159.689	0,059	0	0,000	159.689	0,059
BTG Pactual					
		Não	Não	30/04/2022	
19.139.936	7,085	0	0,000	19.139.936	7,085
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Frances	Não	Sim	27/11/2019	
2	0,001	0	0,000	2	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Geant International BV					
	Brasil	Não	Não	29/08/2018	
10.275.742	3,804	0	0,000	10.275.742	3,804
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Brasileira de Distribuição				47.508.411/0001-56	
Helicco Participações Ltda					
12.972.326/0001-60	Brasil	Não	Sim	29/08/2018	
581.600	0,215	0	0,000	581.600	0,215
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Jean-Charles Henri Naouri					
	Frances	Não	Sim	08/04/2011	
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
140.362.871	51,958	0	0,000	140.362.871	51,958
Segisor					
05.710.423/0001-19	Frances	Não	Sim	19/08/2015	
99.619.228	36,877	0	0,000	99.619.228	36,877
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Brasileira de Distribuição				47.508.411/0001-56		
TOTAL						
270.139.069	100,000	0	0,000	270.139.069	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GPA2 Empreendimentos e Participações Ltda.				11.666.221/0001-10		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Brasileira de Distribuição						
47.508.411/0001-56	Brasil	Não	Não	22/11/2019		
22.380.232	100,000	0	0,000	22.380.232	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
22.380.232	100,000	0	0,000	22.380.232	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
54.782.743	36,250	0	0,000	54.782.743	36,250	
Rallye						
		Não	Não	26/04/2016		
96.319.512	63,750	0	0,000	96.319.512	63,750	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant International BV						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Geant Holding BV						
	Holanda	Não	Sim	08/07/2016		
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Helicco Participações Ltda				12.972.326/0001-60		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Geant Holding BV						
		Não	Sim	12/07/2019		
1	0,001	0	0,000	1	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Geant International BV						
		Holanda	Não	Sim	12/07/2019	
98.536.690	99,999	0	0,000	98.536.690	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Helicco Participações Ltda				12.972.326/0001-60	
98.536.691	100,000	0	0,000	98.536.691	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Segisor				05.710.423/0001-19		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Casino Guichard Perrachon						
08.572.014/0001-91	Frances	Não	Sim	26/04/2016		
1.774.479.086	100,000	0	0,000	1.774.479.086	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.774.479.086	100,000	0	0,000	1.774.479.086	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant Holding BV						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Tevir S.A						
	Francesa	Não	Não	08/07/2016		
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant Holding BV						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Tevir S.A						
	Frances	Não	Não	08/07/2016		
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant International BV						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Geant Holding BV						
	Holanda	Não	Sim	08/07/2016		
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rallye						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Foncière Euris						
	Frances	Não	Não	30/04/2020		
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620	
TOTAL						
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000	
TOTAL						
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Carpinienne de Participations					
	Frances	Não	Não	30/04/2020	
509.947	5,140	0	0,000	509.947	5,140
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Finatis					
	Frances	Não	Não	30/04/2020	
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200
TOTAL					

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Foncière Euris					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Geant Holding BV						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Tevir S.A						
	Francesa	Não	Não	08/07/2016		
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tevir S.A						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Casino Guichard Perrachon						
08.572.014/0001-91		Não	Não	26/04/2016		
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carpinienne de Participations						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Finatis						
		Não	Não	30/04/2020		
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940	
TOTAL						
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Finatis						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Euris						
		Não	Não	30/04/2020		
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410	
TOTAL						
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Euris						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Jean-Charles Henri Naouri						
	Frances	Não	Sim			
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
15	0,100	0	0,000	15	0,100	
TOTAL						
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/05/2022
Quantidade acionistas pessoa física Unidade	4.826
Quantidade acionistas pessoa jurídica Unidade	217
Quantidade investidores institucionais Unidade	63

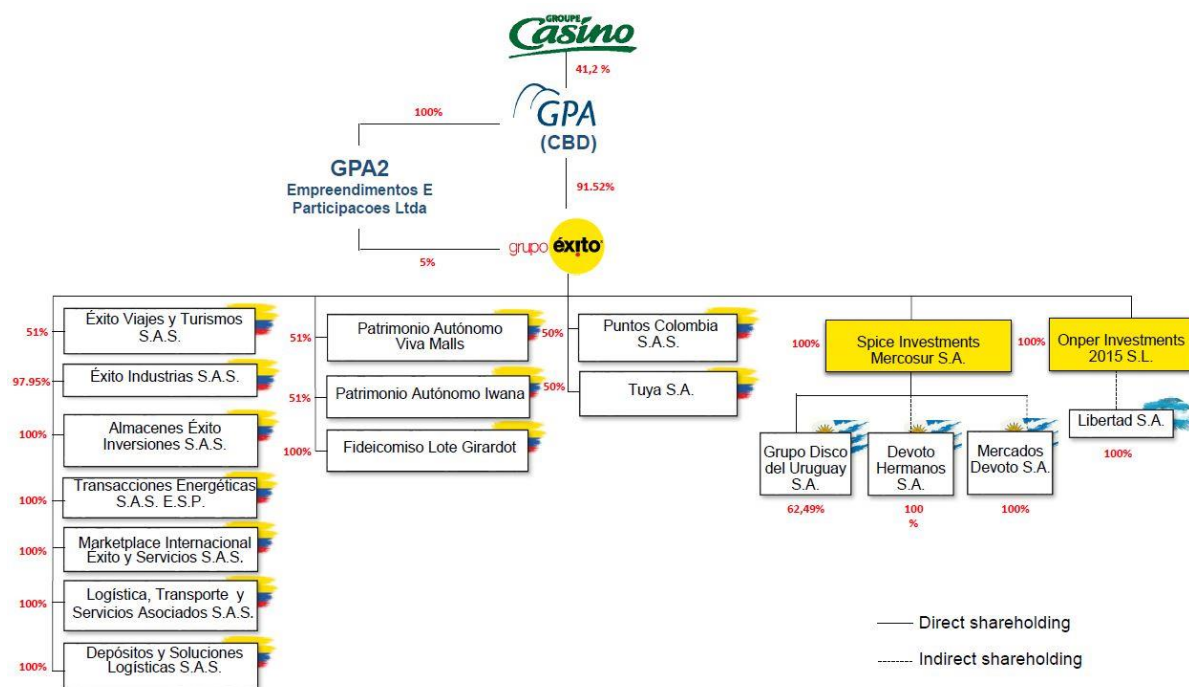
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias Unidade	15.049.786	3,350%
Quantidade preferenciais Unidade	0	0,000%
Total	15.049.786	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e grupo econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o acionista controlador é parte

A Companhia não tem nenhum acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o acionista controlador seja parte.

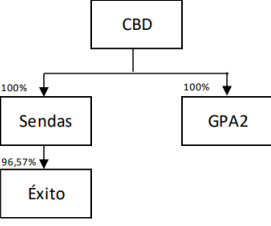
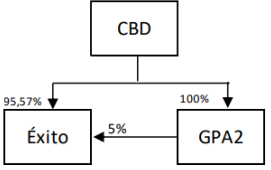
15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Mudanças significativas na participação acionária dos membros do grupo de controle e da administração do emissor

Em 28 de novembro de 2019, no âmbito do projeto de simplificação da estrutura corporativa do Casino Guichard-Perrachon S.A. ("Casino") na América Latina, a Companhia vendeu sua participação indireta na Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD" ou "GPA") para o Casino e, concomitantemente, através de uma oferta pública de aquisição, a Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") adquiriu 96,57% das ações emitidas pela Companhia.

Em 2021, a Sendas transferiu sua participação de 96,57% em favor do GPA. Posteriormente, a GPA fez uma contribuição em espécie a sua subsidiária integral, a GPA 2 Empreendimentos e Participações Ltda. ("GPA 2"), de 22.380.232 ações ordinárias, equivalente a uma participação de 5% das ações da Companhia.

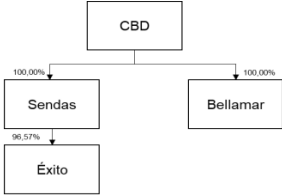

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**15.7 - Principais operações corporativas****Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021**

(a) Evento	Reestruturação corporativa
(b) Principais termos e condições do negócio	Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia Brasileira de Distribuição (" CBD "), como única sócia do GPA 2 Empreendimentos e Participações Ltda. (" GPA2 ") aprovou uma contribuição no valor de R\$ 521.480.866,00 na conferência de 22.380.232 ações ordinárias sem valor nominal, correspondente a 5% do capital social detido pela CBD na Companhia. Em 12 de março de 2021 foi concluída a transferência das ações detidas pela Sendas Distribuidora S.A. (" Sendas ") para a CBD e para a GPA2, na qual, como resultado, a CBD possuía 91,57% e a GPA2 5% do capital social da Companhia.
(c) Empresas envolvidas	A Companhia, CBD, GPA2 e Sendas
(d) Efeitos resultantes da operação sobre a composição acionária	A CBD tornou-se a acionista direta da Companhia
(e) Estrutura corporativa antes e depois da operação	<p>Composição societária antes da operação:</p>  <pre> graph TD CBD -- 100% --> Sendas CBD -- 100% --> GPA2 Sendas -- 96,57% --> Exito </pre> <p>Composição societária depois da operação:</p>  <pre> graph TD CBD -- 95,57% --> Exito CBD -- 100% --> GPA2 GPA2 -- 5% --> Exito </pre>
(f) mecanismos utilizados para garantir um tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

(a) Evento	Cisão da Sendas
(b) Principais termos e condições do negócio	Cisão parcial da Sendas, com incorporação da parte cindida na CDB, correspondente a uma participação societária equivalente a aproximadamente 90,93% do total das ações da Companhia detidas pela Sendas, correspondente a aproximadamente 87,80% do total das ações de emissão da Companhia. Cisão parcial da participação societária detida pela CBD na Sendas, equivalente a 100% das ações emitidas pela Sendas, que será entregue diretamente aos acionistas da CBD na proporção de suas respectivas participações no capital social da CBD. As cisões foram precedidas, entre outras operações, por uma troca de ativos entre a CBD e a Sendas, através da qual a CBD trocou terrenos e 50% das ações da Bellamar Empreendimentos e Participações S.A. (" Bellamar ") por

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

	aproximadamente 9,07% das ações da Companhia detidas pela Sendas, correspondendo a, aproximadamente, 8,77% da totalidade das ações da Companhia.
(c) Empresas envolvidas	A Companhia, Sendas, Bellamar e Éxito
(d) Efeitos resultantes da operação sobre a composição acionária	A CBD tornou-se acionista da Companhia
(e) Estrutura corporativa antes e depois da operação	<p>Composição societária antes da operação:</p>  <pre> graph TD CBD -- 100.00% --> Sendas CBD -- 100.00% --> Bellamar Sendas -- 99.57% --> Exito </pre> <p>Composição societária depois da operação:</p>  <pre> graph TD CBD -- 99.57% --> Exito CBD -- 50.00% --> Bellamar Sendas -- 50.00% --> Bellamar </pre>
(f) mecanismos utilizados para garantir um tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8 - Outras informações relevantes

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 5 de setembro de 2022, autorizou a sua administração a prosseguir com os estudos para (i) implementação de programa de *Brazilian Depositary Receipts* nível II ("BDR"), lastreado em ações ordinárias de emissão da Companhia, e (ii) modificação do nível de listagem dos *American Depositary Receipts* ("ADR") da Companhia para o nível II.

A implementação do programa de BDR e de ADR é realizada no contexto de uma operação para segregação dos negócios da Companhia e da Companhia Brasileira de Distribuição, atual controladora da Companhia ("GPA"), que se dará por meio da distribuição de 83% das ações de emissão da Companhia atualmente detidas pelo GPA aos acionistas do GPA.

Desta forma, com a conclusão da operação, os acionistas do GPA se tornarão acionistas diretos da Companhia, por meio do recebimento de BDR ou ADR, conforme o caso, e o Grupo Casino, atual acionista controlador indireto da Companhia, passará a deter 34% das ações de emissão da Companhia e o GPA passará a deter somente 13%.

A transação objetiva aumentar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia e do GPA separadamente, tendo em vista o potencial destravamento do valor de mercado da Companhia.

A efetiva implementação da transação depende, ainda, da conclusão dos trabalhos preparatórios, bem como da obtenção de aprovações necessárias, incluindo as aprovações dos órgãos reguladores competentes, sendo que tão logo esta seja concluída, a Companhia atualizará o item 15 deste Formulário de Referência para prever sua nova base acionária.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16. Transações com partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor em relação às transações com partes relacionadas

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, que corresponde ao sétimo capítulo do Código de Governança Corporativa ("**Política**"), e um procedimento para a aplicação de tal Política, estão disponíveis, em espanhol e inglês, no *website* da Companhia <https://www.grupoexito.com.co/es/procedimientos-corporativos> ("**Procedimento**"), que considera: (i) as diretrizes e princípios propostos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico; (ii) a Circular externa 028 de 2007 da Superintendência Financeira; (iii) as disposições do estatuto social da Companhia; (iv) as Normas Internacionais de Informação Financeira; (v) os regulamentos relativos a preços de transferência, e (vi) os demais regulamentos emitidos sobre o assunto.

A conclusão e execução de Transações de Partes Relacionadas serão autorizadas quando atenderem aos seguintes princípios: (i) satisfaz os interesses da Companhia e não a prejudica; (ii) visa oferecer um melhor serviço, melhor preço ou melhores condições aos clientes da Companhia; (iii) gera valor para a Companhia; (iv) não reduz ou coloca em risco a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações com terceiros; (v) respeita os direitos dos Acionistas minoritários; (vi) transparência; e (vii) promove o uso de sinergias, levando em conta as limitações e restrições estabelecidas por lei.

A Vice-Presidência de Assuntos Corporativos será responsável pela gestão do banco de dados dos membros do Conselho de Administração e Alta Administração, seus familiares próximos e as empresas sobre as quais os membros do Conselho de Administração e Alta Administração têm Influência Significativa.

Os funcionários e administradores responsáveis pela negociação e execução de transações devem informar ao Departamento Jurídico, através do Advogado de Assuntos Corporativos, sobre os negócios potenciais que identificaram que poderiam ser considerados Transações de Partes Relacionadas.

Com base no acima exposto, tanto o Departamento Jurídico quanto o Departamento de Contabilidade e Consolidação serão responsáveis pela validação das Partes Relacionadas e, por sua vez, o Departamento de Contabilidade e Consolidação será responsável por carregar e atualizar o banco de dados das Partes Relacionadas e do Pessoal-Chave da Administração, que será atualizado pelo menos a cada trimestre.

Avaliação

As pessoas responsáveis pela negociação e execução das transações devem comunicar as transações das partes relacionadas que pretendem realizar ao Departamento Jurídico antes de sua execução, através de um relatório que deve pelo menos incluir:

- (i) A natureza, escopo, partes e características operacionais, comerciais e financeiras da transação;
- (ii) As razões de conveniência para que a Companhia realize a transação; e
- (iii) Se a transação será realizada pelo menos nas condições mínimas para a Companhia que as transações disponíveis no mercado ou que um terceiro

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

que não seja uma Parte Relacionada a ofereceria em circunstâncias similares.

Em todos os casos, deve haver um relatório sobre as condições atuais de mercado para as transações de condições iguais ou similares e a adequação da transação às referidas condições de mercado.

A Vice-Presidência de Assuntos Corporativos deverá comunicar ao Comitê de Auditoria e Riscos as Transações com Partes Relacionadas que a Companhia pretende executar, e deverá enviar o relatório sobre as condições de mercado.

O Comitê de auditoria e riscos deverá avaliar, entre outros aspectos, a materialidade da transação, a conformidade dos princípios que regem a Política e o Procedimento, o preço ou valor, e é coincidência com as condições de mercado e o momento da divulgação. Deve também preparar um relatório, que será registrado na ata da respectiva reunião, e sua avaliação, conclusões e recomendações.

Aprovação

O Comitê de auditoria e riscos será responsável pela aprovação prévia da assinatura e execução de todas as Transações de Partes Relacionadas, para as quais deve ter quórum de três quartos de seus membros e o voto positivo dos membros independentes. Somente quando envolver um dos seguintes casos, a aprovação do Comitê de auditoria e riscos não será exigida, mas em todos os casos deverá ser submetida ao conhecimento do Comitê, pelo menos uma vez ao ano:

- (i) Transações Recorrentes e Não Materiais, que só são submetidas a esse Comitê para fins de informação uma vez por ano, por meio de um relatório elaborado pela Vice-Presidência de Assuntos Corporativos
- (ii) Transações com uma subsidiária na qual a Companhia detém 100% das ações.
- (iii) Transações não-recorrentes e materiais que devem ser autorizadas pelo Conselho de Administração. Para isso, o Conselho de Administração deve ter um quórum de três quartos de seus membros e o voto positivo dos Membros independentes presentes. Estas transações devem ser apresentadas para o conhecimento e avaliação prévia do Comitê de auditoria e riscos.
- (iv) Transações para as quais sua aprovação de acordo com a lei ou o Estatuto da Companhia corresponda à Assembleia Geral de Acionistas. Neste caso, tanto o Comitê de auditoria e riscos quanto o Conselho de Administração devem investigar e avaliar a operação de modo que a proposta à Assembleia Geral de Acionistas seja baseada na análise, avaliação e conclusões aprovadas por ambos os órgãos.

Divulgação

A Administração da Companhia deverá divulgar as Transações realizadas entre Partes Relacionadas no relatório da administração, não obstante o Departamento de Contabilidade e Consolidação o fazer trimestralmente nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, as Transações entre Partes Relacionadas mais relevantes deverão ser relatadas no Relatório de Governança Corporativa, identificando as Partes Relacionadas envolvidas e suas condições gerais.

Monitoramento

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Os funcionários e administradores responsáveis pela negociação e execução da Transação da Parte Relacionada devem apresentar ao Departamento Jurídico um relatório sobre a Transação no qual deve indicar: (i) se as condições da Transação da Parte Relacionada foram modificadas desde a celebração dos respectivos acordos; (ii) os benefícios derivados da execução da Transação; e (iii) recomendações para transações similares.

Conciliação periódica de informações

O Departamento Jurídico e o Departamento de Contabilidade e Consolidação desenvolverão trimestralmente um procedimento para conciliar informações, a fim de identificar possíveis Transações de Partes Relacionadas que não cumpriram com as disposições da Política e do Procedimento, e tomar as ações consideradas necessárias para assegurar o cumprimento e sua eficácia.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	01/01/2018	274.455.303,00	R\$ 84.910.978,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Acordo de colaboração Empresarial para promover a (i) venda de produtos e serviços oferecidos por Éxito por meio do Cartão Éxito; (ii) utilização do Cartão Éxito seja dentro da rede de estabelecimentos de Éxito ou fora desta; e (iii) utilização na rede de estabelecimentos de Éxito de outros serviços financeiros acordados entre as partes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento das obrigações contratuais de qualquer das partes, sempre que tal descumprimento cause um prejuízo à outra parte ou impeça a execução do contrato por mais de 2 meses; (ii) descumprimento grave das normas legais que regem as atividades e obrigações das partes referentes ao objeto do contrato, sempre que tal descumprimento cause um prejuízo à outra parte ou impeça a execução do contrato por mais de 2 meses; (iii) eventos de força maior ou caso fortuito que tornem impossível a execução do contrato por prazo superior a 4 meses; ou (iv) por superveniência do término do contrato. O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados desde 2018.						
Natureza e razão para a operação	Como parte da estratégia do Grupo Éxito para rentabilizar o tráfego e proporcionar aos seus clientes diferentes métodos de pagamento para aumentar as vendas, fornece os serviços descritos à Tuya. Os acordos de transação estão alinhados com as políticas de preços de transferência e com os procedimentos corporativos estabelecidos pela Companhia, uma vez que se trata de uma transação com partes relacionadas.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	01/01/2014	177.966.778,00	R\$ 51.985.667,00	N/A	31/12/2029	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum.						
Objeto contrato	Soluções de economia de energia garantindo a redução do consumo e a prestação de serviços associados à assistência para garantir a obtenção da eficiência energética. O pagamento é variável, o seu cálculo baseado numa fórmula de eficiência energética.						
Garantia e seguros	Desempenho, qualidade do serviço, salário, responsabilidade civil extracontratual e cobertura de todos os riscos.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido por inadimplência ou por acordo entre as partes.						
Natureza e razão para a operação	Proporciona eficiência de custos na utilização de eletricidade (A/C, iluminação e refrigeração), o que contribui para a redução da nossa pegada de carbono, uma vez que reduz a emissão de gases com efeito de estufa. Os acordos de transação estão alinhados com as políticas de preços de transferência e com os procedimentos corporativos estabelecidos pela Companhia, uma vez que se trata de uma transação com partes relacionadas.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Casino Guichard Perrachon S.A.	01/01/2021	18.657.724,00	R\$ 18.657.724,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora Indireta						
Objeto contrato	Pagamentos de prêmios de seguro contratados diretamente pela Companhia controladora e cobrados da Emissora. O acordo inclui políticas de seguros que cobrem perdas devidas a riscos de cibersegurança e violência política, bem como riscos relacionados com serviços de consultoria.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	Prevê a eficiência de custos dos seguros ao entrar em programas de seguros globais.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Distribution Casino France	01/01/2015	59.288.665,00	R\$ 7.662.968,00	N/A	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Acordo por meio do qual o Distribution Casino France (i) vende ao Grupo Éxito produtos da marca Casino para comercialização nas suas lojas, e (ii) presta serviços como agente de representação perante fornecedores internacionais, com base na sua experiência no fornecimento e abastecimento de mercadorias a nível internacional.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	O Grupo Éxito tem acesso a negociações competitivas que o Grupo Casino tem com fornecedores globais, uma vez que adquire diferentes produtos de vários fornecedores, que não comercializados por seus concorrentes, objetivando sua expansão de oferta de produtos em armazéns, podendo ter um impacto positivo na percepção do consumidor e, também, nas vendas. A Companhia realiza o pagamento pela quantidade e tipo de produtos adquiridos, sendo uma porcentagem paga como margem de rentabilidade, cujo valor depende da espécie de produto e a sua conformidade com a regulamentação dos preços de transferência						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Companhia Brasileira de Distribuição	29/05/2020	27.714.028,00	R\$ 14.059.080,00	N/A	Até 01/01/2022, renovando-se automaticamente por 2 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Controlador						
Objeto contrato	Prestação de serviços pela CBD ao Éxito em áreas de especialização (Presidência, Estratégia e Planejamento, Financeiro, Recursos Humanos, Jurídico, Comunicação e Relações com Investidores). O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados desde o início do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(a) se a outra Parte descumprir qualquer obrigação estabelecida no Contrato, cujo descumprimento não seja sanado dentro de 30 dias corridos a partir da respectiva notificação por escrito, sem prejuízo da aplicação de penalidade e indenização por perdas e danos; (b) a qualquer momento, mediante notificação por escrito com 30 dias de calendário, a partir do recebimento de referida notificação; (c) em caso de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido ou decreto de falência, bem como liquidação ou qualquer forma de dissolução da outra Parte; (d) mediante notificação por escrito, caso Éxito ou CBD não façam mais parte do mesmo grupo econômico; ou (e) em outros casos previstos em lei.						
Natureza e razão para a operação	Reforçar os processos internos da Companhia e contribuir para o desenvolvimento da estratégia. Os acordos de transação estão alinhados com as políticas de preços de transferência e com os procedimentos corporativos estabelecidos pela Companhia, uma vez que se trata de uma transação entre partes relacionadas.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Casino International	01/01/2015	29.122.009,00	R\$ 9.753.784,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Acordo por meio do qual o Casino International (i) vende ao Grupo Éxito produtos da marca Casino para comercialização nas suas lojas, (ii) presta serviços como agente de representação perante fornecedores internacionais, com base na sua experiência no fornecimento e abastecimento de mercadorias a nível internacional.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Esta transação permite uma carteira de produtos internacional diversificada aos clientes da Companhia, ao mesmo tempo que aumenta sua competitividade, uma vez que tais produtos não são comercializados pelos seus concorrentes. Assim, a maior variedade de produtos ofertada gera um efeito positivo nas vendas da Companhia. A Companhia realiza o pagamento pela quantidade e tipo de produtos adquiridos, sendo uma porcentagem paga como margem de rentabilidade, cujo valor depende da espécie de produto, e a sua conformidade com a regulamentação dos preços de transferência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Casino Services	01/01/2021	3.994.694,00	R\$ 3.994.694,00	N/A	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Pagamento de salários e vencimentos ao pessoal do Casino Services contratado diretamente pela Companhia. O montante dependerá do salário do expatriado.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	Transferência de know-how para reforçar os processos internos da Companhia e contribuir para o desenvolvimento de estratégias.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Euris	01/01/2020	4.421.380,43	R\$ 2.415.406,02	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Termos e condições sob os quais a Euris prestará serviços à Éxito em relação à CASINO e CBD nas áreas de i) assessoria e assistência na definição de orientações estratégicas, tais como desenvolvimento corporativo, aquisição ou alienação de ativos ou participações, estruturação de dívida e ações e política comercial, questões operacionais ii) assessoria e assistência na definição de opções estratégicas de curto, médio e longo prazo. iii) assessoria e assistência na avaliação de opções estratégicas. iv) assessoria na tomada de decisões relacionadas às opções estratégicas. O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "saldo envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2020.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Proporciona acesso às melhores práticas que contribuem para o planejamento e desenvolvimento da estratégia da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
International Retail Trade and Services	01/01/2015	12.720.234,00	R\$ 2.417.236,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Compras de mercadorias. O pagamento é variável, o montante depende da quantidade e do tipo de produtos adquiridos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	Através deste acordo o Grupo Éxito tem acesso a negociações competitivas que o Grupo Casino tem com fornecedores internacionais.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Cdiscount S.A.	01/01/2015	661.073,00	R\$ 61.833,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Pagamento de salários e remunerações ao pessoal da Cdiscount contratado diretamente pela contraparte e cobrados da Emissora. Remuneração variável com base no salário de cada empregado.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	Transferência de know-how para reforçar os processos internos da Companhia e contribuir para o desenvolvimento de estratégias.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	01/01/2016	23.567.643,00	R\$ 8.124.558,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Taxas da forma de pagamento para o uso de cartões nas lojas do Emissor. O valor no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor no campo "montante" corresponde aos montantes transacionados desde 2016. Remuneração variável com base nas vendas com cartão de crédito da Tuya.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Esta transação permite uma carteira de produtos internacional diversificada aos clientes da Companhia, ao mesmo tempo que gera uma oferta aumenta sua competitividade, uma vez que tais produtos não são comercializados pelos seus concorrentes. Assim, a maior variedade de produtos ofertada gera um efeito positivo nas vendas da Companhia. A Companhia realiza o pagamento pela quantidade e tipo de produtos adquiridos, sendo uma porcentagem paga como margem de rentabilidade, cujo valor depende da espécie de produto, e a sua conformidade com a regulamentação dos preços de transferência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Puntos Colombia S.A.S. ("PCO")	01/01/2017	395.769.868,00	R\$ 120.285.159,00	N/A	Enquanto perdurar o Acordo de Acionistas entre o Éxito e Grupo Bancolombia, inicialmente previsto para 10 anos a contar de 19/05/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Estabelecer os termos e condições do Programa Puntos Colombia, um programa de fidelidade com concessão de pontos aos seus clientes por compras por eles realizadas, de forma a regular o funcionamento de tal programa, compra de pontos pelos sócios e parceiros da sociedade, entre outras condições. O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	Políticas de responsabilidade civil, infidelidade, riscos financeiros e riscos cibernéticos.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Por parte de PCO: (i) dissolução, liquidação ou venda de Éxito; (ii) em caso de prestação de informações falsas por Éxito referentes às operações de acúmulo e resgate de pontos de seus clientes; (iii) caso Éxito ultrapasse o percentual máximo de reclamações e queixas pelos clientes conforme estipulado no contrato; (iv) descumprimento das obrigações contratuais por parte de Éxito não sanado nos prazos estipulados em contrato; ou (v) caso Éxito deixe de ser acionista de PCO. Por parte de Éxito: (i) descumprimento das obrigações contratuais por parte de PCO não sanado nos prazos estipulados em contrato; (ii) em caso de prestação de informações falsas por PCO referentes a qualquer assunto relacionado com a execução do contrato; (iii) dissolução, liquidação ou venda de PCO; (iv) na ocorrência de um evento material adverso não sanado nos termos previstos no contrato; (v) caso Éxito deixe de ser acionista de PCO; ou (vi) caso PCO ultrapasse o percentual máximo de reclamações e queixas pelos clientes conforme estipulado no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Como parte da estratégia do Grupo Éxito para rentabilizar o tráfego, um programa de fidelização dentro dos serviços da Companhia contribui para um conhecimento mais amplo dos nossos clientes e oferece oportunidades para maximizar a sua fidelização.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Distribution Casino France	01/01/2015	2.939.412,00	R\$ 69.023,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Acordo comercial por meio do qual o Grupo Casino vende ao Grupo Éxito mercadorias adquiridas de fornecedores internacionais, as quais serão comercializadas pela Companhia.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	O Grupo Éxito tem acesso a negociações competitivas que o Grupo Casino tem com fornecedores globais, uma vez que adquire diferentes produtos de vários fornecedores, os quais não são comercializados por seus concorrentes, com o objetivo de expandir a sua oferta de produtos, o que pode ter um impacto positivo na percepção do consumidor e nas vendas. A Companhia realiza o pagamento pela quantidade e tipo de produtos adquiridos, sendo uma porcentagem paga como margem de rentabilidade, cujo valor depende da espécie de produto e a sua conformidade com a regulamentação dos preços de transferência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	01/01/2016	298.999.174,00	R\$ 103.649.228,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	A relação entre a Companhia de Financiamiento Tuya S.A e o Emissor é: i) Recuperação da ativação comercial ii) Rendimento em bônus, cupons e energia iii) Arrendamento de bens imóveis iv) Serviços. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo “montante envolvido” corresponde aos montantes transacionados desde 2016.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Como parte da estratégia do Grupo Exito para rentabilizar o tráfego e proporcionar aos seus clientes diferentes métodos de pagamento para aumentar as vendas, fornece os serviços descritos à Tuya. Os acordos da transação estão alinhados com as políticas de preços de transferência e com os procedimentos corporativos estabelecidos pela Companhia, uma vez que se trata de uma transação com partes relacionadas. Remuneração variável baseada nas vendas por cartão de crédito da Tuya e descontos comerciais acordados com os titulares dos cartões de crédito.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
International Retail Trade and Services IG.	01/01/2015	6.238.837,00	R\$ 1.005.144,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Acordo comercial por meio do qual a International Retail Trade and Services IG atua como agente de representação com a finalidade de celebrar acordos com fornecedores internacionais (empresas multinacionais) a fim de adquirir mercadorias a serem comercializadas pela Companhia.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo “montante envolvido” corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	O Grupo Éxito tem acesso a ofertas mais benéficas de fornecedores internacionais de reconhecida experiência e trajetória. Isso permite o acesso a novos fornecedores e diferentes produtos, que não são comercializados pelos seus concorrentes, expandindo a oferta de mercadorias, gerando um impacto positivo na percepção dos consumidores e nas vendas. O pagamento é realizado pela quantidade e tipo de produtos adquiridos, sendo uma porcentagem paga como margem de rentabilidade, cujo valor depende da espécie do produto, e a sua conformidade com a regulamentação dos preços de transferência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Greenyellow Energía de Colombia S.A.S.	01/01/2018	13.237.387,00	R\$ 635.585,00		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Fornecimento, manutenção, serviços financeiros e outros serviços administrativos						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido no negócio" corresponde aos montantes transacionados desde 2018.						
Natureza e razão para a operação	A experiência e know-how do Grupo Éxito em serviços administrativos, tais como gestão documental, contabilidade, impostos e tesouraria, permite-lhes fornecer este tipo de serviços a partes relacionadas, assegurando eficiências e sinergias. Este acordo tem uma remuneração variável em função do tipo de serviço prestado.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Puntos Colombia S.A.S.	01/01/2020	3.383.800,26	R\$ 2.014.603,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Serviços administrativos e contábeis. O valor incluído no campo "saldo existente" corresponde aos montantes transacionados em 2021. O valor incluído no campo "montante envolvido" corresponde aos montantes transacionados desde 2020. O pagamento é variável, o montante depende da quantidade e do tipo de produtos adquiridos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Negociação comercial. A experiência e know-how do Grupo Éxito em serviços administrativos, tais como gestão documental, contabilidade, impostos e tesouraria, permite-lhes fornecer este tipo de serviços a partes relacionadas, assegurando eficiências e sinergias.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

(a) Identificar as medidas tomadas para resolver conflitos de interesse

As operações informadas no item 16.2 deste Formulário de Referência foram aprovadas de acordo com as políticas vigentes à época da sua contratação, sendo vedado o envolvimento na tomada de decisão acerca da operação por qualquer pessoa que esteja em uma situação pessoal de conflito de interesses.

As operações foram aprovadas de acordo com as políticas vigentes à época da contratação pelo Comitê de Auditoria e Riscos, que é composto somente por membros independentes.

Além disso, a Companhia possui procedimentos e controles relacionados ao monitoramento periódico visando identificar situações de possível conflito de interesses, de forma a garantir a objetividade e independência, priorizando o interesse da Companhia sobre o interesse particular dos membros da administração. Caso seja verificada potencial situação conflituosa, a área de Auditoria Interna realizará o acompanhamento e monitoramento da operação, visando sanar o conflito verificado.

(b) Demonstrar a natureza estritamente comutativa dos termos acordados ou o pagamento compensatório apropriado

As transações com partes relacionadas indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência observaram condições praticadas pelo mercado à época da contratação da respectiva operação, conforme descrito abaixo:

- (a) Contratos com fornecedores internacionais: considera-se em tais operações às sinergias existentes, e a análise de mercado, que consistiu em identificar que tais vendas foram realizadas em condições e taxas pactuadas no mercado para operações desta natureza;
- (b) Prestação de serviços para sociedades controladas: Taxas pactuadas para prestação dos serviços verificadas com base nos preços de mercado, conforme análise realizada por terceiros independentes, bem como a sinergia existente, em comparação com aquelas decorrentes da celebração do negócio com terceiros.

A análise realizada, considera, dentre outros fatores: os regulamentos colombianos sobre preços de transferência e diretrizes aplicáveis sobre preços de transferência para empresas multinacionais e administrações fiscais, emitidas pela organização para a cooperação e desenvolvimento económico ("Diretrizes da OCDE").

Nos termos do Capítulo VII das Diretrizes da OCDE, dois pontos são levados em consideração para análise das transações: (i) se e como as empresas envolvidas beneficiam dos serviços a serem contratados, e (ii) se a taxa foi pactuada em condições normais de mercado. Ademais, a partir da implementação do método da Margem de Lucro Transacional - MTU, a empresa avaliadora sugere uma margem de lucro em condições normais que é considerada pela Companhia ao celebrar o contrato.

Do mesmo modo, quando se trata da prestação de serviços especializados, como fornecimento de energia, a empresa avaliadora leva em conta critérios técnicos da própria indústria e as fórmulas e metodologias a serem implementadas para se certificar de que os montantes pagos estejam em linha com as práticas do mercado.

- (c) Expatriados: Os salários são determinados de acordo com a política salarial da Companhia e a legislação trabalhista do país em que este irá trabalhar.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

As transações com partes relacionadas foram firmadas por escrito, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório dessas transações avaliado de acordo com o caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, entre outros, e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 16.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
25/11/2022	482.401.510,01	N/A	1.344.720.453	0	1.344.720.453
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/11/2022	482.401.510,01	N/A	1.344.720.453	0	1.344.720.453
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/11/2022	482.401.510,01		1.344.720.453	0	1.344.720.453
Tipo de capital	Capital Autorizado				
25/11/2022	5.300.000.000,00		1.590.000.000	0	1.590.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios e no exercício atual, não houve aumentos no capital social da Companhia.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação Unidade			Quantidade de ações depois da aprovação Unidade		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
25/10/2022	448,240,151	0	448,240,151	1,344,720,453	0	1,344,720,453

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios e no exercício atual, não houve redução no capital social da Companhia.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 17.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>O Código de Comércio Colombiano estabelece que a Companhia deve, após o pagamento do imposto de renda, a apropriação de reservas legais e após compensar perdas de exercícios fiscais anteriores, distribuir pelo menos 50% de sua renda anual atribuível aos acionistas da entidade controladora a todos os acionistas, pagável em dinheiro, ou conforme determinado pela Assembleia geral de acionistas, mas em qualquer caso, no prazo de um ano após a data em que os dividendos foram determinados.</p> <p>A proporção de pelo menos 50% pode ser reduzida pelo voto afirmativo de um número plural de acionistas, representando pelo menos 78% das ações representadas na Assembleia, de acordo com o Artigo 155 do Código de Comércio Colombiano.</p> <p>Se o montante total atribuído à reserva legal de uma Companhia exceder o montante de seu capital social emitido, o percentual exigido para ser distribuído aumenta para 70%, de acordo com o Artigo 454 do Código de Comércio Colombiano.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Existe a possibilidade de conversão das ações ordinárias para "Ações com dividendos preferenciais e sem direito a voto", o que permite ao acionista ter dividendos mínimos ou fixos, preferência na obtenção dos mesmos e prioridade no reembolso. (Artigo 61 e seguintes da Lei colombiana No. 22/1995). Na Éxito, até o presente momento, não existem tais ações.</p> <p>É uma decisão que implica uma alteração ao Estatuto Social da Companhia, que deverá ser aprovada pela maioria dos acionistas presentes na Assembleia de Acionistas.</p>
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não mencionadas neste item 18.1 no que diz respeito às ações de emissão da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de quaisquer regras estatutárias que limitem os direitos de voto dos acionistas significativos ou que os obriguem a fazer uma oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não contém quaisquer regras que limitem o direito de voto dos acionistas ou que exijam que eles façam uma oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos de propriedade ou políticos previstos nos estatutos

O Estatuto Social da Companhia não contém nenhuma exceção ou cláusula suspensiva relacionada a direitos de propriedade ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nossos BDRs ainda não são negociados.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no Brasil. Atualmente a Companhia está solicitando o registro de BDRS Nível II.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no Brasil.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros onde os títulos são admitidos para negociação

Sujeitos a registro como emissor e registro do programa de BDR na CVM, bem como a aprovação da listagem pelo B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - "B3", os BDRs representando ações de nossa emissão serão negociados na B3.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		
Ações ordinárias	"BVC:EXITO"	Colômbia	Bolsa de Valores da Colômbia
Bolsa de Valores da Colômbia	08/07/1994	08/07/1994	96.520000%
Não		Não	
Não		Não	
Ações Depositárias Americanas Regra 144A	"ALAXL"	Estados Unidos	Mercado de balcão
Mercado de balcão	27/07/2007	27/07/2007	0.090000%
Sim: Bolsa de Valores da Colômbia		Sim: Cada ADR representa 1 ação ordinária	
Sim: JP Morgan (Banco Depositário)		Sim: BNP Paribas (Custodiante Local)	

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros títulos além das ações e ADSs da Companhia descritas acima.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Nenhuma oferta pública de distribuição foi feita pela Companhia nos três últimos exercícios.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 - Alocação de recursos provenientes de ofertas públicas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou nenhuma oferta pública de distribuição de títulos nos três últimos exercícios.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 - Ofertas públicas para aquisição

Em 13 de setembro de 2019, a Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), subsidiária integral da Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), lançou uma oferta pública de aquisição de até 100% de nossas ações ordinárias ao preço de COP\$18.000 por ação. Paralelamente à oferta pública de aquisição, o Casino e a Sendas celebraram um acordo prévio pelo qual o Casino se comprometeu a vender sua participação de 55,3% na Almacenes Exito S.A. para a Sendas. Em 27 de novembro de 2019, acionistas representando 96,57% de nossa participação acionária aceitaram a oferta pública de aquisição de todas as ações em dinheiro. Em 1º de dezembro de 2019, a CBD começou a consolidar nossos resultados.

Para mais informações, vide o item 15.7 deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 18.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não aprovou nenhum plano de recompra de ações nos últimos 3 exercícios.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia não realizou operações com títulos em tesouraria. Entretanto, a Companhia esclarece que possui, nesta data, 635.835 ações em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**19.3 - Outras informações relevantes****Informações adicionais ao item 19.1**

Em 24 de maio de 2022, a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou um programa de recompra de ações para até COP 320.000 milhões (R\$388.608 mil convertidos à taxa fixa COP/R\$ a partir de 22 de maio de 2022), a um preço de recompra de COP 21.000 (R\$25,5) por ação a ser pago em dinheiro, de acordo com o artigo 396 do Código Comercial Colombiano. Cada acionista tinha o direito de licitar até 3,4% de suas ações, com mínimo de uma ação.

Em 16 de junho de 2022 a recompra foi liquidada resultando em um montante total de COP 316.756 milhões (R\$412.651 mil, convertidos à taxa fixa COP/R\$ em 16 de junho de 2022) e 14.982.863 ações. A tabela abaixo apresenta a composição acionária resultante.

Acionista	Ações ordinárias em 31/12/2021		Ações ordinárias em 31/06/2022	
	Número	%	Número	%
Companhia Brasileira de Distribuição (CBD)	409.876.436	91,6%	395.940.638	91,5%
GPA2 Empreendimentos E Participações Ltda	22.380.232	5,0%	21.619.305	5,0%
ADR program	400.001	0,1%	400.001	0,1%
Outros.....	14.947.647	3,3%	14.661.509	3,4%
Total	447.604.316	100,0%	432.621.453	100,0%

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui uma política de negociação de títulos.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 20.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das regras, regulamentos ou procedimentos internos relacionados com a divulgação de informações

Com o objetivo de permitir que as partes interessadas tenham conhecimento adequado da situação, evolução e funcionamento dos negócios da Companhia e para que possam ter informações suficientes para tomar decisões, o Conselho de Administração aprovou a Política de Divulgação de Informações Financeiras e Não Financeiras ("Política"), que regulamenta a forma pela qual as informações financeiras e não financeiras devem ser divulgadas ao mercado. A política pode ser consultada, em espanhol e inglês, no capítulo 5 do Código de Governança Corporativa, <https://www.grupoexito.com.co/es/codigo-gobierno-corporativo>.

Os administradores e funcionários da Companhia devem cumprir as disposições estabelecidas na Política para garantir que todas as informações divulgadas ao mercado sejam suficientes, corretas, oportunas, objetivas e precisas.

A Política também possui um procedimento interno para sua aplicação aprovado pelo Comitê de auditoria e riscos ("Procedimento") que se baseia nessa Política, disponível, em português e inglês, no website <https://www.grupoexito.com.co/es/procedimientos-corporativos>, bem como nas recomendações de governança corporativa propostas no Código de Melhores Práticas Corporativas (Código País) da Superintendência Financeira em relação à divulgação de informações financeiras e não-financeiras e suas normas emitidas sobre o assunto.

Informações a serem divulgadas:

A Companhia deverá divulgar regularmente ao mercado informações sobre sua situação financeira, de acordo com as normas legais e contábeis aplicáveis, informações comerciais e informações sobre o funcionamento de seus negócios. Adicionalmente, toda vez que ocorrer um evento que seja considerado relevante, a Companhia deverá divulgar as informações correspondentes, de acordo com a regulamentação aplicável. A Companhia deverá divulgar as seguintes informações, dentre outras:

- a. As demonstrações contábeis na frequência estabelecida por lei, levando em conta que os relatórios de final de ano devem ser regulamentados pelo Auditor Estatutário.
- b. As constatações relevantes feitas pelo Auditor Estatutário que implicam um efeito substancial no patrimônio líquido da Companhia, registradas em suas contas, nos relatórios do Auditor Estatutário à Assembleia Geral de Acionistas e nas auditorias externas contratadas pelos Acionistas. Os relatórios que contenham tais constatações serão divulgados à medida que forem produzidos, pelos meios estabelecidos por lei.
- c. As classes de ações emitidas pela Companhia e os direitos que estas conferem a seus titulares, bem como a quantidade de ações emitidas e em reserva de cada classe.
- d. Os principais acionistas, nos termos exigidos por lei.
- e. Os acordos de acionistas dos quais tenha conhecimento dentro dos termos legais.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

- f. Os eventos que se categorizem como informação relevante, de acordo com os regulamentos aplicáveis.
- g. O anúncio da Assembleia Geral de Acionistas e quaisquer outras informações consideradas necessárias para a tomada de decisões e para seu desenvolvimento, bem como informações sobre as decisões tomadas na reunião.
- h. Os currículos dos Membros da Diretoria, dos agentes registrados e daqueles que desempenham funções de auditoria.
- i. Os mecanismos e procedimentos estabelecidos internamente para fins de resolução de conflitos.
- j. As políticas gerais aplicáveis à remuneração e qualquer benefício econômico concedido aos Membros do Conselho, Agentes Registrados, Auditor Estatutário, consultores externos e auditorias especializadas.
- k. Transações entre partes relacionadas classificadas como transações materiais, e transações off-shore.
- l. A organização, métodos e procedimentos de sua arquitetura de controle, e relatório de gerenciamento de risco.
- m. O Relatório da Administração, Relatório de Sustentabilidade e Relatório Anual de Governança Corporativa.

Assim como as informações correspondentes de acordo com os regulamentos aplicáveis e o Estatuto Social da Companhia, a Companhia deverá comunicar as seguintes informações e torná-las conhecidas a seus acionistas:

- a. Informações sobre as operações que podem resultar na diluição do capital dos acionistas.
- b. As oportunidades, termos e procedimentos para propor a introdução de pontos a serem discutidos na ordem do dia das Assembleias Gerais Ordinárias.
- c. Os formulários de procuração ou cartas que permitem aos Acionistas participar da Assembleia Geral de Acionistas através de procuradores.
- d. Informações sobre o processo de eleição e sucessão do Conselho de Administração, de acordo com a política vigente a esse respeito.

Canais de divulgação de informações e mídia:

A companhia possui um *website* <https://www.grupoexito.com.co/pt>, onde serão disponibilizadas, em português, as informações requeridas pela regulamentação da CVM aplicável à Companhia.

Ainda, a Companhia possui um site: www.grupoexito.com.co, cujo conteúdo é divulgado em espanhol e inglês, e tem um link para Investidores e Acionistas. Os documentos postados no referido website, através dos quais a Companhia se comunica ao mercado, poderão ser baixados, impressos e compartilhados. O website deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

- a. História, visão e valores da Companhia, modelo de negócios, estrutura corporativa, modelo de governança e relações entre a Matriz Companhia e as empresas subordinadas.
- b. Valor das ações, lista de analistas que cobrem os títulos da Companhia, eventos relevantes comunicados ao Registro Nacional de Valores e Emissores - RNVE, registro de dividendos pagos por ação nos últimos cinco anos, informações de contato do Escritório de Relações com Investidores e Acionistas e perguntas mais frequentes.
- c. Apresentação corporativa anual e cronograma de eventos corporativos, incluindo as datas de publicação dos resultados e pagamento de dividendos.
- d. Informações sobre as emissões atuais de dívida e sua correspondente classificação. Estatuto Social da Companhia, Assembleia Geral de Acionistas e seu Regulamento Interno, Código de Governança Corporativa, composição do Conselho de Administração e seu Regulamento Interno, Comitês do Conselho.
- e. Relatório Anual de Governança Corporativa, Relatórios do Comitê, Acordos de Acionistas, Código de Ética e Comportamento, principais políticas da Companhia, cópia dos últimos cinco (5) Código País Surveys concluídos e/ou Relatório de Implementação, e as principais políticas da Companhia.
- f. Relatório de Sustentabilidade que inclui as práticas de responsabilidade social corporativa, relações com as partes interessadas e relações com a comunidade e o meio ambiente.

Demonstrações de resultados anuais e trimestrais com os documentos correspondentes utilizados para sua apresentação, incluindo áudio ou transcrição.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos para manter a confidencialidade de informações materiais não divulgadas

A Política contempla as seguintes definições:

- Informações Confidenciais: informações que não foram divulgadas ao mercado, assim como todas as informações que, de acordo com a regulamentação vigente, causariam danos à Companhia se fossem divulgadas.
- Informações públicas: informações amplamente divulgadas.
- Informações Relevantes: informações relacionadas à Companhia que seriam levadas em consideração por um especialista prudente e diligente ao comprar, vender ou manter os títulos da Companhia ou no momento do exercício dos direitos políticos de tais títulos, nos termos do Artigo 5.2.4.1.5 do Decreto 2555/2010, e outras leis que o alterem ou substituam.

Como será mencionado abaixo, uma das funções do Comitê de Divulgação de Informações é assegurar que a divulgação das informações às quais a Política se refere não dê acesso a: (i) informações privilegiadas para alguns acionistas que assumam tratamento desigual dos acionistas; (ii) informações confidenciais ou segredos industriais e/ou comerciais da Companhia; ou (iii) informações cuja divulgação possa ser usada em detrimento da Companhia.

Obrigação de Sigilo e Não Divulgação

Os funcionários, administradores e membros da diretoria devem manter e assegurar que os consultores e outros terceiros que prestam serviços à Companhia mantenham a devida discrição sobre os documentos de trabalho e informações confidenciais em suas mãos. Portanto, eles devem controlar e prevenir o uso indevido de tais informações ou que as informações se tornem conhecidas por pessoas não autorizadas. Adicionalmente, eles não devem revelar nem transferir a outros funcionários ou terceiros as tecnologias, metodologias, know-how e segredos industriais, comerciais, financeiros, estratégicos ou comerciais que pertencem à Companhia, seus clientes ou fornecedores aos quais tiveram acesso como resultado de sua posição, que se reveladas poderiam causar sérios danos à Companhia. Da mesma forma, eles não obterão, nem tentarão obter acesso a informações que sejam ilegalmente um segredo industrial, comercial, financeiro, estratégico ou de negócios.

Quanto à gestão de informações confidenciais ou privilegiadas, deverão adotar mecanismos internos e procedimentos de comunicação de tais informações, e deverão exigir que os funcionários e os demais executivos que administram as informações assinem acordos de confidencialidade com o objetivo de manter sua confidencialidade.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 – Diretores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e supervisão da política de divulgação de informações

O Diretor Financeiro, a Vice-Presidência de Assuntos Corporativos e o Diretor Jurídico formarão um Comitê de Divulgação de Informações, que será composto de pelo menos um (1) membro de cada uma das áreas acima mencionadas. Compete a este Comitê a implementação e o desenvolvimento da Política para propor emendas a ela quando apropriado e por assegurar o cumprimento desta.

O Comitê deverá se reunir pelo menos quatro (4) vezes por ano, presencialmente ou à distância, e em todos os casos, poderá se reunir quando as circunstâncias assim o exigirem. Todas as sessões do Comitê serão registradas.

O principal objetivo do Comitê de Divulgação de Informações é assegurar que a Companhia mantenha o mercado e os interessados devidamente informados sobre os eventos e materiais relevantes que tenham ocorrido, bem como os principais riscos, enviando prontamente informações à Superintendência Financeira e à Bolsa de Valores.

Para atingir este objetivo, o Comitê de Divulgação de Informações terá as seguintes funções, bem como outras que lhe correspondam devido à sua natureza:

1. Elaborar as comunicações por meio das quais as informações serão dadas a conhecer ao mercado e às partes interessadas, de acordo com a regulamentação aplicável. Se a informação atender aos requisitos para ser considerada Informação Relevante, sua publicação será de responsabilidade da Vice-Presidência de Assuntos Corporativos. Se uma comunicação também for produzida para o mercado, investidores e/ou seus acionistas em geral, esta será de responsabilidade do Departamento de Relações com Investidores, e para os jornalistas, será de responsabilidade da Gerência de Comunicações Externas e Reputação.
2. Antes de sua divulgação, aprovar qualquer comunicação, seja verbal ou escrita, que a Companhia pretenda comunicar ao mercado, investidores e/ou seus acionistas ou partes interessadas em geral, por qualquer meio, e de acordo com as responsabilidades estabelecidas no processo de divulgação de informações estabelecido pela Companhia.
3. Verificar se os meios de comunicação previstos na Política estão devidamente atualizados, são de fácil utilização e permitem fácil acesso às informações nela contidas.
4. Analisar e avaliar as exigências ou solicitações de informação que a Companhia ou seus Administradores recebem com o objetivo de estabelecer se são confidenciais ou secretas, e a forma pela qual tais informações devem ser comunicadas ou fornecidas.
5. Assegurar que a divulgação das informações a que a Política se refere não dê acesso a: (i) informações privilegiadas para alguns acionistas que assumam tratamento desigual dos acionistas; (ii) informações confidenciais ou segredos industriais e/ou comerciais da Companhia; ou (iii) informações cuja divulgação possa ser usada em detrimento da Companhia.
6. O Comitê de Divulgação de Informações deve apresentar anualmente um relatório ao Comitê de Auditoria e Riscos sobre a forma como a Política foi cumprida e deve apresentar sua proposta de oportunidades de melhoria e planos de ação para o ano seguinte.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

7. O Comitê de auditoria e riscos será responsável por apresentar os relatórios ou recomendações ao Conselho de Administração que julgar apropriado, como resultado do monitoramento e avaliação da Política.

O Diretor Financeiro foi nomeado pelo Conselho de Administração como o representante legal responsável pelo envio e atualização de informações perante o Registro Nacional de Títulos e Emitentes-RNVE e, no caso de ausências temporárias ou absolutas, tal representação será exercida pelo Vice-Presidente de Assuntos Corporativos da Companhia.

O Diretor de Compliance, que será responsável pela transmissão das Informações Relevantes, será a pessoa que ocupa o cargo de Diretor Financeiro da Companhia ou o cargo que o substitui.

Isso significa que é possível, mas não obrigatório, que as funções de representante legal do emissor responsável pelo envio e atualização de informações perante o Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários-RNVE e do Diretor de Compliance, convirjam na mesma pessoa.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 21.